

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Caroline Duarte Matoso

**"NOSSOS CORPOS FORAM BOAS RAÍZES
NA FECUNDA TERRA DA LUTA":
agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954)**



Porto Alegre

2024

CAROLINE DUARTE MATOSO

**"NOSSOS CORPOS FORAM BOAS RAÍZES
NA FECUNDA TERRA DA LUTA":
a agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954)**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora:
Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte Matoso, Caroline

"NOSSOS CORPOS FORAM BOAS RAÍZES NA FECUNDA TERRA DA LUTA": a agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954) / Caroline Duarte Matoso. -- 2024.

261 f.

Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Movimento operário. 2. Trabalhadoras. 3. Massacre da Linha do Parque. 4. Direitos Reprodutivos. 5. Politização da maternidade. I. Gontarski Speranza, Clarice, orient. II. Título.

Caroline Duarte Matoso

NOSSOS CORPOS FORAM BOAS RAÍZES

NA FECUNDA TERRA DA LUTA":

a agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clarice Gontarski Speranza

Aprovada em 29 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Clarice Gontarski Speranza – UFRGS (Orientadora)

Professora Doutora Natalia Pietra Mendez – UFRGS (Examinadora)

Professora Doutora Isabel Aparecida Bilhão – UNISINOS (Examinadora)

Professora Doutora Claudia Mauch – UFRGS (Examinadora)

Professora Doutora Glaucia Cristina Candian Fraccaro – UFSC (Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese não foi uma tarefa fácil. Enfrentei muitos obstáculos ao longo de sua construção, incluindo uma pandemia e uma enchente de proporções sem precedentes no Rio Grande do Sul. Concluir esta tese em meio a tantas dificuldades só foi possível graças às pessoas que me encorajaram, incentivaram, leram meu trabalho minuciosamente e ofereceram sugestões e dicas para aprimorá-lo. Esta pesquisa representa uma construção coletiva, na qual muitos contribuíram para enriquecer o projeto inicial com novas ideias e problematizações. É a essas pessoas que desejo expressar minha gratidão:

Agradeço aos meus pais, Ernani Duarte Matoso e Adroaldo Martins Matoso, uma trabalhadora doméstica e um topógrafo, respectivamente, por sempre apoiarem meus estudos, apesar das dificuldades. Certamente, minha origem e os ensinamentos que vocês me deram contribuíram para que hoje eu me dedique à pesquisa da História Social do Trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Clarice Gontarski Speranza, por me incentivar a escrever o projeto de tese e participar do processo seletivo que me fez aluna de doutorado da UFRGS. Desde a graduação, Clarice tem sido fundamental para o meu amadurecimento acadêmico, com seus valiosos conselhos e revisões minuciosas. Poder contar com uma orientação presente, de uma referência nos estudos da História Social do Trabalho, foi de extrema importância. Obrigada pela parceria ao longo desses anos entre Graduação, Mestrado e Doutorado.

Agradeço ao GT Mundos do Trabalho da ANPUH/RS e a todos os companheiros e companheiras que o constroem. Foi através deste grupo de trabalho que pude socializar o andamento da minha pesquisa nos encontros e seminários temáticos organizados, recebendo sugestões valiosas dos meus colegas de pesquisa. Acredito que meus anseios em pesquisar a participação das mulheres no movimento operário vêm de um desejo maior da nossa área de pesquisa, que se renova e se interrelaciona com outras áreas como os Estudos de Gênero e a História das Mulheres. Esta tese está inserida em uma conjuntura maior de sair dos nossos guetos de pesquisa e nos relacionarmos com outras áreas. Certamente, a indagação inicial feita pelas historiadoras dos estudos de gênero sobre “Existe mulheres na história?” fez com que olhássemos para a classe trabalhadora e para os sujeitos que a compõem de uma maneira diferente.

À minha banca de qualificação, professoras Isabel Bilhão e Claudia Mauch, pelas críticas e sugestões valiosas que me ajudaram a aprimorar o trabalho. Ao ler a minha tese hoje, consigo enxergar nela a contribuição de cada uma nas escolhas de bibliografia e conceitos utilizados, bem como nos temas aprofundados. Isabel tem contribuído com a minha pesquisa

desde a minha banca de defesa de mestrado, em que uma sugestão de tema para um artigo deu origem ao meu projeto de doutorado. A professora Cláudia e a disciplina ministrada por ela, “História do Crime e da Justiça Criminal: temas, problemas e pesquisa”, foram essenciais para que eu aprofundasse meu olhar nos processos criminais que analisei durante a escrita da tese.

À CAPES pelo auxílio na bolsa de doutorado, que me permitiu dedicar um grande período exclusivamente à pesquisa. Agradeço à luta histórica da classe trabalhadora, que tem assegurado o direito a uma educação pública e de qualidade.

Ao meu companheiro, Fabrício Soares Braga, pelas sugestões e ensinamentos da área da saúde que me fizeram ter um olhar mais sensível ao analisar os processos criminais que envolviam a parteira Guilhermina. Escrevemos uma tese de doutorado juntos, cada um em sua área de formação, enfrentando muitos empecilhos no caminho, como uma pandemia e uma enchente resultado da crise climática. Seu incentivo foi crucial para que, mesmo com esses desafios, eu conseguisse me dedicar à escrita da tese.

Por último, mas não menos importante, à professora Alessandra Gasparotto e às minhas amigas Nicole Angélica Schneider e Caroline Atenção, por todo incentivo e pela revisão do meu projeto de doutorado. Alessandra é aquela professora ímpar, que marca a vida de seus alunos, uma pessoa com um coração imenso. Nicole e Caroline são as amigas que me acompanharam em toda a minha trajetória acadêmica, nos momentos de dúvidas, angústias e alegrias.

RESUMO

A cidade de Rio Grande/RS foi um dos principais polos industriais do Brasil e palco de intensas lutas operárias. Em 1º de maio de 1950, ocorreu uma manifestação na qual três trabalhadores e uma trabalhadora foram brutalmente assassinados pelas forças repressivas do Estado. Esse episódio ficou conhecido como Massacre da Linha do Parque e está inserido em uma conjuntura de perseguição aos comunistas e sindicalistas brasileiros. Meu tema de pesquisa tem como objetivo analisar as diferentes frentes em que as trabalhadoras rio-grandinas atuaram durante a década de 1950, em resistências organizadas e cotidianas. Minha problemática de pesquisa é, a partir do episódio-chave Massacre da Linha do Parque, explorar as relações de gênero, raça e classe no movimento operário, buscando compreender os valores, as culturas e as redes formadas entre as trabalhadoras e os trabalhadores, investigando a construção das identidades do grupo pesquisado. Examinou as multifacetadas formas de resistência apreendidas por trabalhadoras de diferentes profissões: parteira, costureira, operárias, domésticas e vereadora, que foram protagonistas nas lutas por direitos reprodutivos, maternidade, memória, verdade e justiça. Para isso, analiso processos criminais, jornais operários, femininos e comerciais, atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande e o acervo da Sociedade União Operária. O recorte temporal da pesquisa é a década de 1950, um período entre ditaduras e de efervescência do movimento operário brasileiro.

Palavras-chave: Movimento operário; Trabalhadoras; Massacre da Linha do Parque; Direitos reprodutivos; Direito à Memória; Politização da Maternidade.

ABSTRACT

The city of Rio Grande/RS was one of Brazil's main industrial centers and the scene of intense workers' struggles. On May 1, 1950, a demonstration took place in which three male and one female worker were brutally murdered by the repressive forces of the state. This episode became known as the Park Line Massacre and is part of a context of persecution of Brazilian communists and trade unionists. My research aims to analyze the different fronts on which Rio Grande's female workers acted during the 1950s, in organized and everyday resistances. My research problem is, based on the key episode of the Massacre of Linha do Parque, to explore the relations of gender, race, and class in the workers' movement, seeking to understand the values, cultures, and networks formed among the workers, investigating the construction of the identities of the researched group. I examine the multifaceted forms of resistance apprehended by workers from different professions: midwives, seamstresses, factory workers, domestic workers and councilors, who were protagonists in the struggles for reproductive rights, maternity, memory, truth and justice. To do this, I analyze criminal proceedings, workers', women's and commercial newspapers, minutes of the Rio Grande City Council and the collection of the Workers' Union Society. The time frame of the research is the 1950s, a period between dictatorships and of effervescence in the Brazilian workers' movement.

Keywords: Labor movement; Women workers; Park Line massacre; Reproductive rights; Right to Memory; Politicization of Motherhood.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Filiação de Doralice L. de Oliveira ao PCB	62
Figura 2 - Ficha De Filiação De Iria De Moraes Ao PCB	63
Figura 3 - Panfleto De Divulgação Da Atividade De Primeiro De Maio De 1950 Ocorrida No Município De Rio Grande	64
Figura 4 - Crianças Brincando No Primeiro De Maio 1950 Em Rio Grande	71
Figura 5 - Vista da Atividade em Alusão ao Dia Internacional do Trabalhador de 1950.....	71
Figura 6 - Mapa Do Trajeto Do Ato Realizado No Dia Primeiro De Maio De 1950 Em Rio Grande	75
Figura 7 manifesto assinado por sulma pinto intitulado “ao povo de rio grande.....	111
Figura 8 - Matéria Intitulada “O Primeiro De Maio E Angelina Gonçalves.....	151
Figura 9 - Recorte Da Matéria Intitulada “O Primeiro De Maio E Angelina Gonçalves”.....	152
Figura 10 - Matéria “A mulher e o 1º de Maio”.....	153
Figura 11 - Matéria “Primeiro de Maio – festa e símbolo”.....	157
Figura 12 - Símbolo Recortado de Jornal.....	158
Figura 13 - Capa Jornal.	164
Figura 14 - Recorte Capa de Jornal	165
Figura 15 - Recorte Capa de Jornal	173
Figura 16 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 69.....	205
Figura 17 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 70.....	206
Figura 18 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 71	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias publicadas no Jornal Voz Operária sobre o Massacre da Linha do Parque .	161
Tabela 2 - Perfil das trabalhadoras que consentiram ao procedimento abortivo	194
Tabela 3 - matérias sobre a prática do aborto publicadas na década de 1950 publicadas nos jornais momento feminino, voz operária e imprensa popular	224

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CDH - Centro de Documentação Histórica

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNV - Comissão Nacional da Verdade

COMAP – Comissão Municipal de Abastecimento Público

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres

FMB – Federação de Mulheres do Brasil

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC – Instituto Feminino de Serviço Construtivo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUO - Sociedade União Operária

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UMRG - União das Mulheres Riograndinas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Desigualdades de Gênero nos Mundos do Trabalho: uma temática que segue atual	16
1.2 A Agência das Trabalhadoras no Movimento Operário do Município de Rio Grande (RS) na Década de 1950: trajetória e aproximação com o tema	25
1.3 O PCB e os Comitês Femininos	30
1.4 Aporte Teórico e Metodológico da Pesquisa	31
1.5 Divisão de Capítulos	45
2 MASSACRE DA LINHA DO PARQUE: mulheres politizando a maternidade	47
2.1 Rio Grande: espaços urbanos como habitats do proletariado	50
2.2 A Organização do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande	60
2.3 O Dia Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande: união e solidariedade entre os trabalhadores e o anticomunismo repressivo	70
2.4 Comoção Popular em Rio Grande após o Massacre da Linha do Parque	83
2.5 Trabalhadoras Politizando a Maternidade: a atuação política da União das Mulheres Riograndinas	85
2.6 União Das Mulheres Riograndinas: pautas das lutas feministas	91
2.7 Sulma Pinto: a luta de uma trabalhadora por verdade, memória e justiça	99
2.8 O Primeiro de Maio após o Massacre da Linha do Parque e o DOPS: entre romaria às vítimas da chacina e o monitoramento dos órgãos de repressão	119
30 GÊNERO DO NARRADOR E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS ACERCA DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE NA IMPRENSA	125
3.1 Imprensa Como Uma Ferramenta De Luta Das Mulheres	129
3.2 O Periódico Momento Feminino e as Disputas de Sentido do Massacre da Linha do Parque: um olhar atento ao gênero do autor e do público-alvo	137
3.3 O Jornal <i>Voz Operária</i> e as Disputas de Sentido sobre o Massacre da Linha Do Parque: um olhar atento ao gênero do autor e ao público-alvo	161
4 PRÁTICAS ABORTIVAS NO MUNDO DAS TRABALHADORAS: resistências cotidianas pela sobrevivência	179
4.1 Práticas Populares de Cura e o Papel das Parteiras na Saúde Brasileira	180
4.2 Parteira Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro: a relação entre o movimento operário e a União das Mulheres Riograndinas	187

4.3 O Caso da Parteira Guilhermina: práticas abortivas, solidariedades femininas e redes de silêncios.....	193
4.4 A Representação do Aborto nos Jornais Momento Feminino, Voz Operária E Imprensa Popular: a visão do PCB sobre a prática do aborto	223
4.5 Abortos no Mundo do Trabalho: o cerceamento dos direitos das trabalhadoras na tentativa de evitar licença maternidade	226
4.6 A Imprensa Comunista e a Temática do Aborto.....	235
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS	250
Acervos consultados:.....	250
Documentos governamentais:	252
BIBLIOGRAFIA:	252

1 INTRODUÇÃO

Efetivamente esta é a determinação das mulheres e do povo rio-grandino. Lutar contra a tirania guerreira, contra os matadores de Zélia e Angelina, luta em defesa dos lares, dos filhos, dos noivos, dos maridos, que os agentes americanos querem jogar na guerra do extermínio. Lutar contra a bomba atômica. Lutar pelas reivindicações das fábricas e empresas, contra a carestia, contra a opressão e pela independência nacional (Momento Feminino, 15 de junho de 1950, p. 11).

A epígrafe apresentada foi redigida por Iria Moraes, militante da União das Mulheres Riograndinas (UMRG) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em memória da operária Angelina Gonçalves. Angelina, também militante da UMRG e do PCB, foi assassinada por policiais que representavam o Estado brasileiro em 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Este homicídio ocorreu durante uma manifestação alusiva ao Dia Internacional do Trabalhador, na qual quatro trabalhadores foram alvejados pela polícia e um policial foi morto, evento posteriormente conhecido como "Massacre da Linha do Parque".

Em seu artigo intitulado "A chacina do Rio Grande do Sul", Iria Moraes discorre sobre o papel central das mulheres no movimento operário de Rio Grande daquela época e a luta feminina em defesa das vítimas, bem como sobre o julgamento e a punição dos responsáveis pelo massacre ocorrido em 1º de maio de 1950.

A violência extrema da chacina tornou-se um tema recorrente em periódicos de cunho comercial, feminino e operário, com ampla circulação nacional. Tal cobertura gerou uma divisão de opiniões entre a população em relação ao referido episódio. Além disso, o massacre proporcionou uma maior visibilidade à repressão anticomunista perpetrada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, possivelmente influenciando uma posterior alteração na linha de atuação política do PCB, conforme destacado por San Segundo (2012).

Segundo Ignacio Fornos Angues (2022), na década de 1980, os movimentos sindicais, partidários e sociais passaram a instituir cerimônias anuais em memória das vítimas do Massacre da Linha do Parque, ocorrido no Dia Internacional do Trabalhador. O falecimento da operária e dos três operários permanece marcado na memória dos habitantes de Rio Grande, os quais, até os dias atuais, conduzem romarias ao Cemitério Municipal da cidade em reverência às vítimas, no Primeiro de Maio.

A partir deste episódio-chave, empreendo uma análise da participação das mulheres no movimento operário de Rio Grande, situando-me no domínio de pesquisa da História Social do Trabalho. Este estudo se insere no contexto mais amplo do movimento de renovação dessa área e na interação com outras áreas do conhecimento, tais como a História das Mulheres e os

estudos de gênero. O objetivo é compreender a atuação das mulheres que integravam a UMRG, uma da frente ampla criada pelo PCB em 1946.

Conforme apontado por Paula Elise Ferreira Soares (2021), em 1946 o PCB criou uniões femininas em diferentes localidades do território brasileiro com o objetivo de mobilizar as trabalhadoras em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia. Nesse período, o PCB aplicava a linha política da “união nacional” contra o fascismo, fazendo alianças com setores de diferentes movimentos (SOARES, 2021). Essa linha política permitiu que mulheres de distintas correntes políticas e filosóficas participassem das uniões femininas. O caso da UMRG ilustra essa dinâmica, ao acolher militantes para além do espectro comunista. Além disso, a atuação das trabalhadoras organizadas na UMRG transcendeu a participação partidária no PCB, incorporando em suas trajetórias resistências cotidianas como estratégia de sobrevivência.

As militantes da UMRG desempenharam um papel fundamental na organização da atividade planejada para o dia Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande. Após o assassinato de Angelina Gonçalves, Euclides Pinto, Honório Alves e Osvaldino Correa, a entidade mobilizou-se na luta por memória e justiça em prol das vítimas do massacre. Para alcançar esse objetivo, empregaram diferentes ferramentas de luta, como a redação de artigos em jornais, a distribuição de boletins e panfletos, além do engajamento na esfera jurídica.

A transgressão das normas estabelecidas e dos princípios legais durante o massacre emergiu como um elemento crucial que ampliou a visibilidade das narrativas femininas nos registros dos processos criminais e nas fontes documentais da imprensa. Esta violação destacou-se como um fator determinante, evidenciando o impacto das resistências multifacetadas promovidas pelas mulheres envolvidas no movimento operário em Rio Grande durante a década de 1950.

Neste estudo, empreendo uma análise das diversas esferas de atuação das trabalhadoras em Rio Grande durante a década de 1950, destacando tanto suas resistências organizadas quanto as resistências cotidianas. A problemática central da pesquisa, derivada do episódio-chave do Massacre da Linha do Parque, concentra-se na investigação das experiências operárias e sua correlação com as relações de gênero, raça e classe no âmbito do movimento operário rio-grandense dos anos 1950. O objetivo principal é compreender os valores, a cultura e as redes sociais construídas entre as trabalhadoras e trabalhadores, analisando a construção das identidades dentro desse grupo investigado.

Esta pesquisa se insere no contexto do campo de estudos denominado História Social do trabalho, que tem sido objeto de constante renovação teórica e metodológica. Motivada pelas

preocupações contemporâneas que nos instigam a examinar o passado para aprofundar a compreensão do presente, especialmente no que tange às transformações e continuidades das desigualdades de gênero e raça no universo laboral. Nessa perspectiva, buscarei apresentar dados atuais sobre as disparidades de gênero.

1.1 Desigualdades de Gênero nos Mundos do Trabalho: uma temática que segue atual

Essa tese foi escrita em um período emblemático na História do Brasil, marcado pela pandemia do COVID-19. A crise econômica, social, sanitária e política no Brasil vem agravando as desigualdades de gênero, de raça e de classe, tornando ainda mais evidentes as violências sofridas pelas trabalhadoras brasileiras. De acordo com o PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio -, houve uma diminuição da força de trabalho feminina entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020: de 53,3% para 45,8%¹. Isso significa dizer que as trabalhadoras têm sido as mais afetadas pela crise atual, enfrentando em maior número o desemprego. Este cenário representa uma marca histórica na experiência da classe trabalhadora, ressaltando a maior vulnerabilidade de certos segmentos que a compõem.

Possivelmente, um dos fatores que contribuíram para a diminuição do número de mulheres no mercado de trabalho está relacionado ao aumento da responsabilidade feminina no trabalho de cuidado, exercido dentro dos lares e sem remuneração. Conforme uma pesquisa realizada entre abril e maio de 2020 pelas instituições Gênero e Número e a Sempre Viva Organização Feminista, 50% das brasileiras passaram a ser responsáveis pelo cuidado de terceiros durante a pandemia². Entre as mulheres que desempenham o trabalho de cuidado de crianças, 72% afirmaram que a necessidade de monitoramento e companhia aumentou durante a pandemia, devido ao fechamento de creches e escolas.

Esses dados são alarmantes, indicando um aumento na sobrecarga de trabalho das mulheres, que, em muitos casos, precisam abdicar de seus ofícios remunerados fora de casa para se dedicarem ao cuidado de familiares. Esse cenário ressalta a importância de debatermos a equidade de gênero e o reconhecimento do trabalho de cuidado e reprodutivo como elementos cruciais para a compreensão das desigualdades de gênero observadas no mundo do trabalho durante o contexto pandêmico. Essa discussão é crucial para promover políticas públicas e

1 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: estatísticas sociais. Rio de Janeiro, 2021.

2 BIANCONNI, Giuliana et. al. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Editorial: Gênero e número e Sempre Viva Organização Feministas, 2022

projetos de lei que visem mitigar tais desigualdades e promover a igualdade laboral entre homens e mulheres.

Ainda hoje, o trabalho doméstico e reprodutivo é socialmente percebido como uma responsabilidade predominantemente feminina, sendo naturalizado e resultando na sobrecarga das mulheres com triplas jornadas de trabalho. Uma pesquisa conduzida pelo PNAD, referente ao ano de 2019, destaca que as mulheres dedicam quase o dobro do tempo ao trabalho doméstico em comparação aos homens: 21,4 horas semanais contra 11 horas semanais, respectivamente. A divisão sexual do trabalho incide sobre homens e mulheres em conjunto com a sua posição de classe e com o racismo estrutural (BIROLI, 2018). Na mesma pesquisa do PNAD, também referente ao ano de 2019, observa-se que o número de mulheres negras desempregadas é superior ao de mulheres brancas: entre as desempregadas, 58,5% são negras, enquanto 39% são brancas. Esses dados evidenciam que a classe trabalhadora tem raça e gênero.

Além do trabalho reprodutivo não remunerado, destaca-se a feminilização e racialização do trabalho doméstico remunerado realizado nas residências de terceiros. Em sua tese de doutorado sobre as trabalhadoras domésticas da cidade do Rio de Janeiro, Flávia Fernandes de Souza comenta, com base em dados de 2009, que o emprego doméstico constitui uma das maiores categorias profissionais no Brasil.

Segundo Fernandes (2015), desde meados dos anos 2000, houve um aumento nas discussões sobre esse tema na mídia e nos debates políticos no Brasil. Esse aumento pode ser atribuído à criação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados para a discussão de leis e emendas constitucionais relativas ao trabalho doméstico no país. De acordo com a autora, foi observado que 90% dos trabalhadores desse setor eram mulheres, sendo 60% negras.

A nível internacional, Fernandes (2015) discute que o trabalho doméstico tem sido uma pauta frequente nas discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos últimos anos. De acordo com a autora, observa-se um desrespeito aos direitos fundamentais do trabalho e até mesmo aos direitos humanos em diversos países, especialmente naqueles considerados "emergentes".

A naturalização do trabalho de cuidado e reprodutivo doméstico como atribuição feminina corrobora para a menor participação da mulher no mercado de trabalho e na política. Conforme Flávia Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho é a base fundamental da reprodução das desigualdades de gênero na sociedade, criando restrições e desvantagens que se apresentam na vida das mulheres. Enquanto os homens são liberados dos afazeres domésticos, a feminilização deste ofício afeta as possibilidades da mulher atuar no mundo público, pois impacta os recursos para essa participação: tempo e renda (BIROLI, 2018

Nesse contexto, a desnaturalização do trabalho reprodutivo e de cuidado, tradicionalmente percebido como uma incumbência feminina, é crucial para assegurar plena cidadania às mulheres, permitindo-lhes uma participação mais efetiva na esfera pública. Isso implica desvincular a ideia de que essas responsabilidades são inerentes ao gênero feminino, reconhecendo-as como uma responsabilidade coletiva e promovendo práticas e políticas que valorizem e compartilhem equitativamente tais obrigações.

Nos últimos tempos, temos testemunhado nos noticiários uma série de reportagens que abordam o crescente problema da fome nos lares brasileiros. O desemprego e a inatividade, aliados ao aumento do custo de vida, têm contribuído para o crescimento da insegurança alimentar entre a população do Brasil. Conforme uma pesquisa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas, com base em dados fornecidos pelo Gallup World Poll, a insegurança alimentar tem experimentado um incremento nos últimos anos. Para o ano de 2021, o estudo revela que 47% das mulheres brasileiras vivem sem a certeza de poderem adquirir alimentos no dia seguinte, em comparação com 26% dos homens³. Esse cenário de insegurança alimentar tem afetado sobretudo as mulheres, o que pesquisadoras(es) têm chamado de feminilização da fome.

A intensificação das desigualdades de gênero no mundo do trabalho deve ser compreendida como um problema histórico. A superexploração das trabalhadoras não é um fenômeno originado durante a pandemia, mas sim uma realidade que se estende por diferentes períodos históricos, sofrendo modificações e deslocamentos ao longo do tempo e do espaço. A opressão de gênero antecede inclusive o próprio sistema econômico vigente, o qual a incorporou e remodelou ao longo de sua existência (MATOS, 2019).

Dessa forma, não é surpreendente que os primeiros estudos acadêmicos sobre as mulheres tenham dado destaque à temática do trabalho feminino. Conforme Cristina Bruschini (1994), esse fenômeno ocorreu porque o tema trabalho sempre foi predominante na teoria sociológica, sendo o campo de conhecimento responsável por grande parte das conceitualizações sobre as assimetrias entre homens e mulheres na sociedade.

Essas primeiras investigações contestavam a noção de um sujeito universal, argumentando que, a partir desse conceito, as vivências femininas foram marginalizadas na construção do conhecimento histórico. De acordo com Margareth Rago (1998), a representação do sujeito como sendo unitário, racional e masculino assumia a posição de representante de toda a humanidade.

3 NERI, Marcelo. Insegurança alimentar no Brasil: pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

Cécile Dauphin (2001) observa que a história das mulheres surgiu de maneira articulada com o crescimento do movimento feminista e o desenvolvimento da Antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social. Conforme destaca a autora: “as militantes do movimento feminista fazem a história das mulheres antes mesmo que as historiadoras a façam” (DAUPHIN, 2001, p. 8).

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2010), estudantes que ingressaram nos cursos de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Psicanálise e Crítica Literária desempenharam um papel fundamental ao abordar a questão feminina como um problema de pesquisa. A autora ressalta que o movimento feminista possui a singularidade de ter gerado sua própria teoria. Assim, o movimento feminista estabeleceu as bases para a legitimação dos estudos sobre as mulheres no âmbito acadêmico brasileiro.

Nos projetos de emancipação feminina elaborados pelo movimento feminista, a inserção da mulher no mercado de trabalho era frequentemente destacada como o principal meio de transformação social, abrangendo tanto perspectivas do feminismo liberal quanto do marxista. Acredita-se que o trabalho remunerado proporcionaria independência financeira às mulheres, sendo considerado um dos pilares fundamentais para sua emancipação.

No entanto, essa perspectiva foi posteriormente questionada por feministas negras, que argumentavam que as mulheres negras sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, o qual se configurava como mais um espaço de exploração dos corpos femininos negros (DAVIS, 2016; HOOKS, 2015). A crítica articulada pelas feministas negras ao movimento feminista hegemônico contribuiu para que os coletivos feministas repensassem suas teorias e concepções sobre a questão feminina. Dessa forma, passou-se a compreender que não é possível abordar a categoria "mulheres" de maneira homogênea, reconhecendo que questões de classe e raça influenciam as experiências das mulheres no mundo, afetando as formas de dominação e resistência dos corpos femininos.

Bruschini (1994) salienta que as primeiras investigações da sociologia sobre as mulheres focaram principalmente no estudo do mercado de trabalho formal. Essas pesquisas direcionaram seus esforços para examinar as desigualdades salariais e ocupacionais, assim como as formas de assédio moral e sexual presentes no ambiente laboral. Além disso, buscavam compreender a dinâmica de incorporação ou exclusão da mão de obra feminina no mercado de trabalho, levando em consideração os impactos do sistema capitalista.

No Brasil, o primeiro livro a abordar a condição das mulheres brasileiras foi "Mulher, na sociedade de classes: mito e realidades", publicado em 1976 pela socióloga Heleieth Saffioti.

O caráter inovador dessa obra reflete a preocupação da época com a superexploração das mulheres no mercado de trabalho. Ao concentrar sua pesquisa no setor industrial, o livro oferece contribuições significativas sobre a relação entre o sistema capitalista e as desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

Em termos de produção historiográfica, é importante destacar o pioneirismo da historiadora francesa Michelle Perrot, uma das primeiras pesquisadoras a abordar o silenciamento das experiências femininas na História. Seu trabalho inovador abriu caminhos para uma compreensão mais complexa das narrativas históricas, reconhecendo a importância de integrar as perspectivas e vivências das mulheres na construção do conhecimento histórico.

Michelle Perrot, que no início de sua carreira como pesquisadora estava ligada à História Social, foi pioneira não apenas em abordar o silenciamento das mulheres na historiografia, mas também em demonstrar que o gênero feminino fazia parte integrante da classe trabalhadora. Um de seus célebres livros é "Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros", em que abordou a questão dos silenciamentos na historiografia, publicado originalmente em 1979. Perrot destacou como essas categorias sociais, frequentemente marginalizadas, eram essenciais para uma compreensão mais completa e complexa da história. Seu trabalho contribuiu significativamente para o reconhecimento e a valorização das experiências femininas e das classes trabalhadoras na produção acadêmica na área da História.

Outro movimento significativo impulsionado pela história das mulheres e, posteriormente, na década de 1990, pelos estudos de gênero, foi a crítica à hegemonia do conceito de classe como única chave explicativa para a análise do conflito social. Alexandre Fortes (2016) observa que o auge do paradigma de classe como instrumento explicativo ocorreu no final do século XIX e no período pós-guerra, em meio a uma conjuntura de ascensão dos movimentos políticos formados por trabalhadores organizados e pela conquista de poder pela esquerda, seja por meios eleitorais ou insurrecionais.

Nos anos 1990, surge o conceito de gênero para demarcar que as relações entre homens e mulheres são produtos de construções culturais e sociais. Joan Scott (1995) destaca que a utilização da palavra "gênero" para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo foi pioneiramente adotada por feministas estadunidenses. Nesse contexto, o emprego de "gênero" representou uma rejeição ao determinismo biológico associado à palavra "sexo".

Margareth Rago (1998) destaca o desconforto gerado por essa categoria devido ao desconhecimento que a envolvia. Conforme a autora, historiadoras e sociólogas estavam habituadas:

(...) a lidar com conceitos acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas. (RAGO, 1998, p. 89).

Margareth Rago nos elucida sobre o momento em que o conceito de gênero começou a ser discutido pelas historiadoras brasileiras na década de 1990, sublinhando que as brasileiras perceberam a necessidade de uma articulação mais aprofundada deste conceito e de repensar como ele poderia ser aplicado para compreender a história em contextos da América Latina.

É no avanço das discussões sobre a problemática feminina que se desenvolve o que considero uma das maiores contribuições da História das Mulheres e dos estudos de gênero: a ampliação do conceito de trabalho. É durante os avanços das teorias feministas que outras modalidades de trabalho se tornaram visíveis na academia, como o trabalho reprodutivo e de cuidado.

Para Souza-Lobo (2021), a concepção homogênea de classe contribuiu para as dificuldades no entendimento da inserção das trabalhadoras nas duas esferas: privada e pública. A autora aponta que as dificuldades na compreensão acerca da heterogeneidade da classe remetem a um conceito de classe construído exclusivamente a partir do local de produção.

Compreendia-se que era impossível estudar as experiências do sexo feminino sem levar em consideração a esfera privada. O local que a mulher ocupa na sociedade também está relacionado com o seu papel desempenhado na família (BRUSCHINI, 1994). Pesquisadoras apontavam que havia uma relação estreita entre mercado de trabalho formal e o trabalho de reprodução e de cuidado, visto que as atividades desempenhadas pelas mulheres na esfera doméstica liberam a mão de obra masculina para o mundo público (BIROLI, 2018). A articulação entre esfera pública e esfera privada passou a ser o centro das preocupações teóricas das acadêmicas feministas.

Apontava-se que a esfera privada era primordial para a execução de uma série de modalidades de trabalho que seriam essenciais para a reprodução da força de trabalho (MATOS, 2019). Conforme discute o autor, o trabalho doméstico, desenvolvido no interior dos lares, “(...) tem um impacto sob o custo da força de trabalho em geral, já que transferir o conjunto dessas atividades para a esfera pública, regida pelas normas do mercado, poderia ter um custo excessivo para o capital” (MATOS, 2019, p. 60).

Nesse sentido, o reconhecimento da importância do trabalho reprodutivo trouxe consigo a necessidade de se compreender que a classe trabalhadora não é formada apenas por trabalhadores assalariados ou ocasionalmente desempregados, mas, também, pelas trabalhadoras que exercem seu trabalho na esfera doméstica.

Nesse contexto, emergem investigações voltadas para a análise das formas de trabalho que até então estavam ocultas. Esta teoria enfatiza a relação intrínseca entre os processos que produzem a força de trabalho e aqueles que geram valor no mercado. Argumenta-se que a classe trabalhadora não se restringe apenas aos indivíduos que estão diretamente inseridos no mercado de trabalho, mas abrange todos os que, por meio de seus esforços, possibilitam a contribuição produtiva dos trabalhadores. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo desempenha um papel fundamental ao sustentar as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a própria reprodução da sociedade.

O tema do trabalho, como já abordado, foi o primeiro a ser discutido pela história das mulheres. Todavia, no desenvolvimento desse campo de pesquisa, e com o surgimento do conceito de gênero na década de 1990, esses estudos vão se expandindo para outras temáticas, de modo que o trabalho deixou de ser o tema principal de análise. Temas como sexualidade, prostituição, família, entre outros, passam a ser centrais nos estudos sobre história das mulheres e relações de gênero.

Os estudos de gênero e a história das mulheres também propiciaram que outras áreas do conhecimento se renovassem, repensando seus principais conceitos. A interlocução entre a história social do trabalho renovou os métodos, temas e conceitos com os quais se olha para a história da classe trabalhadora. Sobre a história do trabalho, Greene (2021) comenta a necessidade de reavaliação de suas principais ferramentas conceituais para explorar a capacidade do capitalismo de remodelar gênero, raça e relações de classe em seu benefício. Modificou-se a forma como pensamos o que é classe trabalhadora, e surgiram outras modalidades de trabalho para além do estudo do operário de fábricas, seus sindicatos e organizações.

O entendimento de que a classe trabalhadora possui gênero e raça proporcionou um movimento de (re)pensar as formas de dominação, opressão e exploração exercidas no mundo do trabalho, levando em conta a dimensão de outras categorias para além da classe. A literatura aponta a impossibilidade de compreender as categorias de gênero, classe e raça de maneira isolada, sob o risco de análises parciais e, principalmente, de distorções na dinâmica da dominação e dos padrões de desigualdades (Biroli; Miguel, 2014, p. 29).

Mike Savage (2011) discute as críticas direcionadas ao conceito de classe com o avanço de teorias pós-estruturalistas e anti-fundacionais nas Ciências Sociais e humanidades. Essas teorias argumentavam que a classe era um conceito considerado reducionista e determinista, incapaz de servir como uma chave explicativa para abordar a complexidade dos modos como as pessoas agem e pensam.

Compreendendo a relevância de algumas críticas, mas sem deixar de entender que classe ainda é um conceito importante de explicação das dinâmicas da sociedade, pesquisadoras e pesquisadores buscaram reformular suas chaves conceituais, incorporando gênero e raça em suas análises. Pois, como afirma Greene (2021), uma história do capitalismo que não considera as relações de classe e de trabalho é uma história empobrecida.

Entende-se classe não como algo estático, derivado da posição que as pessoas ocupam no modo de produção. Ou seja, se elas vivem ou não da venda de sua força de trabalho. Em consonância com o E.P. Thompson e seus estudos revolucionários para o campo da história social, classe é algo histórico e temporal, que se forma nas relações humanas, em um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. E, como segue o autor, em sua célebre frase:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 2017, p. 10).

Para o autor, as experiências são determinadas, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram. Ele continua apontando que “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 2017, p. 10). De acordo com essa perspectiva, classe só existe quando as pessoas se comportam repetidamente de maneira classista, quando existe um sentido socialmente significativo para os sujeitos históricos. A classe não é uma estrutura, mas um fazer-se. O seu fazer ocorre nas experiências compartilhadas entre os indivíduos, que sentem e articulam os seus interesses em comum.

Conforme aponta Greene (2021), o salto qualitativo dos estudos de Thompson é entender que a classe é gerada pelos próprios homens, por meio de suas experiências. A classe se desenvolve dentro da história, por meio de processos temporais, sendo, em primazia, um processo de formação e não algo estático.

Joan Scott (1998), em seu período de rompimento com a história social, propõe uma crítica a Thompson e seu conceito de classe social. Conforme argumenta, Thompson não teria levado em conta as relações de gênero no processo de formação da classe operária, nas quais o sujeito feminino era apenas sub-representado, aparecendo em situações secundárias. O foco na experiência vivida pelos trabalhadores proposto por Thompson não olhava para os sujeitos de forma racializada e generificada.

Durante a década de 1990, historiadores do trabalho, influenciados por trabalhos teóricos emergentes em outras áreas do conhecimento – já discutidos aqui –, produziram importantes pesquisas sobre as trabalhadoras. A partir de fontes empíricas, estes estudos abordavam desde a operária de fábrica à trabalhadora doméstica, examinando a dinâmica complexa em que o capitalismo se apropria do sexismo e do racismo para intensificar a exploração de segmentos da classe trabalhadora.

No Brasil, na área da História Social do Trabalho, destaca-se o trabalho pioneiro de Isabel Bilhão, que investigou a identidade dos trabalhadores porto-alegrenses entre os anos de 1898 e 1920. A autora explorou os processos de formação da classe trabalhadora e como estes são influenciados pelas relações étnicas e de gênero. Bilhão (2008) também discute a participação das mulheres no movimento operário, destacando como trouxeram novos símbolos e reivindicações para a luta operária, enriquecendo assim a compreensão da dinâmica social e política da época.

Bilhão (2008), embasada nos estudos de Bourdieu sobre masculinidade, argumenta que as frequentes situações de violência no meio operário de Porto Alegre no período investigado oferecem uma perspectiva para compreendermos a construção da identidade masculina associada à identidade operária. Segundo a autora, a violência nas lutas organizadas e nas experiências cotidianas muitas vezes serviu para reafirmar o papel masculino na identidade operária, seja através do protagonismo ou da ameaça de ações violentas.

Outro importante trabalho na História Social do Trabalho sobre as trabalhadoras e as organizações sindicais é o da pesquisadora Glaucia Fraccaro. Em sua tese de doutorado que, posteriormente, deu origem a seu livro “Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)”, Fraccaro (2018) ressalta que a história do feminismo é também a luta das trabalhadoras por melhores condições de vida e de trabalho. A autora investiga a articulação entre o movimento feminista internacional, nacional, tornando visível as redes transnacionais formadas por esse movimento durante o período entre guerras.

Os trabalhos de Flávia Fernandes de Souza (2017) e de Maurício Reali Santos (2021) representam exemplos de estudos focados na investigação das trabalhadoras domésticas que atuam em residências de terceiros. A primeira pesquisadora analisa as trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1920, enquanto o segundo investiga as trabalhadoras do município de Porto Alegre entre os anos de 1941 e 1956. Ambos os estudos destacam as relações de gênero, raça e classe nas experiências das domésticas, evidenciando o descumprimento ou a exclusão das leis trabalhistas e a precariedade das relações laborais neste setor.

Souza (2015) comenta que pesquisas sobre o trabalho doméstico na historiografia brasileira foram raras até o início dos anos 2000. Essas pesquisas, conforme sugere a autora, são mais diretamente desenvolvidas por jovens historiadores formados – ou em formação - em espaços institucionais que possuem um histórico de pesquisas voltadas ao trabalho, e com leituras e discussões que apontam a necessidade de renovação nos domínios da história dos trabalhadores. Ou seja, a emergência do trabalho doméstico nos domínios da História se relaciona com as transformações ocorridas na história social do trabalho e no diálogo com outras esferas historiográficas, como a história das mulheres e a história da escravidão e do pós-abolição.

Essas investigações evidenciam a necessidade de ampliar os horizontes de pesquisa, promovendo o desenvolvimento de estudos que interconectem as áreas de conhecimento da História da Escravidão e do Pós-abolição, da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, bem como da História Social do Trabalho. Ademais, indicam a existência de um campo fértil para pesquisas empíricas sobre a temática, revelando as especificidades de cada conjuntura histórica e recorte espacial nas continuidades e transformações das experiências laborais das trabalhadoras domésticas.

Essas pesquisas apontam que a formação de classe ocorre dentro e fora do local de trabalho e que o espaço familiar é um elemento importante a ser analisado, pois é ali que muitas assimetrias ocorridas no interior da classe trabalhadora ocorrem. Afasta-se a ideia de que as assimetrias de gênero e raça ocorrem apenas de cima para baixo, mostrando como essa dinâmica ocorre no interior da classe trabalhadora. Os homens ao serem liberados para o mundo público – através da feminilização do trabalho de cuidado e reprodutivo – conseguem atuar em sindicatos, organizações classistas, o que faz deles espaços de poder masculino, de cumplicidade entre os homens.

1.2 A Agência das Trabalhadoras no Movimento Operário do Município de Rio Grande (RS) na Década de 1950: trajetória e aproximação com o tema

Diante dessas preocupações teóricas e políticas, iniciei pesquisas no campo da história social do trabalho, com foco nas trabalhadoras do município de Rio Grande (RS). Durante minha graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), nos anos 2010, comecei a participar de um grupo de estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira, coordenado pelas professoras Alessandra Gasparotto e Caroline Bauer. Naquele período, meu

interesse era pesquisar um tema que abordasse as relações de gênero durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil.

Em uma tarde na Biblioteca Pública de Pelotas, estava lendo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e me deparei com a história da operária Angelina Gonçalves. Operária, mãe solo e comunista, Angelina foi uma das vítimas do Massacre da Linha do Parque, ocorrido em Rio Grande, em 1º de maio de 1950. O texto disponibilizado pela CNV informava que ela era natural de Rio Grande (município próximo a Pelotas), era nascida no ano de 1913, oriunda de uma família pobre e que começara a trabalhar como operária da Fábrica Rheingantz aos treze anos de idade.

Os simbolismos que envolviam a existência e a morte de Angelina Gonçalves chamaram minha atenção. Talvez sejam esses mesmos simbolismos que fizeram Angelina ser a única vítima do Massacre da Linha do Parque a constar no relatório da CNV. Ela se tornou uma figura heroica após o episódio que encerrou sua vida. Conforme comenta Angues (2018), a operária transformou-se em uma mulher-monumento. Os elementos de sua vida, como ser mãe solo, comunista e operária, são contemporaneamente mobilizados para exaltar sua figura e destacar a importância de sua história para o movimento operário brasileiro, possivelmente porque há, no presente, uma forte discussão sobre a invisibilidade das mulheres na política. As demandas atuais da sociedade direcionam nosso olhar sobre o passado.

Tendo conhecimento dos simbolismos que envolveram a morte de Angelina Gonçalves, minha inquietação residia na compreensão do ingresso dessa operária têxtil nas fileiras do PCB e no movimento sindical, bem como na elucidação do papel que desempenhava em um contexto socialmente percebido como inerentemente masculino.

Durante a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, iniciei uma investigação sobre as experiências das trabalhadoras da Fábrica Rheingantz, temática que posteriormente aprofundi durante meu curso de Mestrado em História na UFPel. Nesse percurso, afastei-me da narrativa centrada na figura de Angelina e do contexto do movimento operário de Rio Grande para dedicar-me à análise das relações de trabalho e das resistências diárias das operárias que trabalhavam na mesma empresa que Angelina.

Após concluir minha dissertação, intitulada "As Marias que tecem os amanhãs: fiando a existência e tramando a resistência das operárias na Fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920-1968)", desloquei-me para a cidade de Porto Alegre a fim de realizar pesquisas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). O objetivo dessa nova etapa era explorar os processos criminais instaurados após o episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque, com a intenção inicial de elaborar um artigo centrado na figura de Angelina. No entanto, ao analisar

minuciosamente os documentos, deparei-me com valiosos depoimentos de trabalhadoras que faziam parte da UMRG. Embora, durante o mestrado, eu tivesse tido acesso a alguns ofícios emitidos pela entidade e direcionados à SUO, esses registros anteriores não possibilitaram uma análise aprofundada sobre a UMRG e suas integrantes.

A análise do processo-crime relacionado ao Massacre da Linha do Parque revelou a existência de novos processos nos quais as militantes da UMRG atuavam como réus ou requerentes. Essa descoberta suscitou um diálogo com a professora Clarice Gontarski Speranza, que me incentivou a elaborar o projeto para meu doutorado. Diante da riqueza das fontes descobertas, discutimos a possibilidade de empreender um projeto mais amplo, extrapolando a concepção inicial de um artigo acadêmico.

A delimitação do espaço geográfico desta pesquisa foi determinada pela significativa influência de Rio Grande no processo de industrialização do Brasil. Conforme destaca Beatriz Ana Loner (2001), o município de Rio Grande consolidou-se como um dos principais centros industriais do país ao longo da Primeira República. Segundo as observações de Edgar Avila Gandra (2016), a cidade assumiu um papel geopolítico de extrema relevância na América Latina devido à sua condição de possuir o único porto marítimo no estado do Rio Grande do Sul. Durante a Primeira República, o estado gaúcho apresentava dois polos industriais: Rio Grande-Pelotas e Porto Alegre.

A primeira empresa fundada no município de Rio Grande foi a Fábrica Rheingantz, no ano de 1873. Indústria têxtil de grande porte e com expressivo capital financeiro investido, a Fábrica Rheingantz empregou um número considerável de trabalhadoras ao longo de sua existência, entre 1873 e 1968. Em 1907, a empresa encontrava-se entre as 100 maiores indústrias do país (BRITTO, 2011). Após a sua fundação, outras empresas se instalaram no município, sobretudo dos ramos alimentício, têxtil, vestuário e indústria fumageira (MARTINS; PIMENTA, 2004).

Com a instalação das indústrias, Rio Grande passou a oferecer serviços de saneamento básico, sistema de transporte, serviços públicos e maior intensidade no fluxo portuário (FERREIRA, 2013). Como apontam Martins e Pimenta (2004), durante o primeiro período de industrialização do município, de 1874 a 1910, houve modificações na estrutura urbana e moradias e vilas começaram a ser formadas ao redor das fábricas. A cidade expandiu-se para além dos limites de suas fronteiras.

Conforme dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁴ referentes ao ano de 1920, o setor industrial de Rio Grande empregava um total de 4.325 trabalhadores e 2.223 trabalhadoras. Mesmo com a crescente industrialização do município, o setor “outros” era o que mais empregava a população rio-grandina, somando 34.736 trabalhadores e 23.748 trabalhadoras. Vale ressaltar que no setor “outros” estão inseridas profissões com vínculos empregatícios mais precários, como as trabalhadoras domésticas. Essa constatação reafirma o apontado por Matos (2003) sobre as limitações do trabalho industrial no Brasil.

As experiências vivenciadas pelos operários nas indústrias do município corroboraram para a criação de sindicatos, associações e clubes culturais que mobilizaram e organizaram a população para a articulação de seus interesses, durante o seu processo de fazer-se classe. Conforme Gandra:

a classe operária rio-grandina desempenhou, em sua trajetória, uma ativa movimentação na vida político-social do município, terminando por moldar uma imagem que é sintetizada na denominação de “rio grande, a cidade vermelha (2016, p. 16).

Loner (2001) aponta que no Rio Grande do Sul houve diferentes formas de associações, entre elas: socorro mútuo, recreativas e de representação de classe. Em Rio Grande, a primeira tentativa de organizar o operariado data de 1892, com a criação da Liga Operária (SCHMIDT, 1999). Em 1893, foi fundada a Sociedade União Operária (SUO), que congregou de forma associativa sindicatos de diferentes categorias profissionais. A SUO foi uma das principais entidades de classe do município de Rio Grande, possuindo caráter beneficente, recreativa e de representação de classe (LONER, 2001).

A entidade sofreu intervenções em diferentes momentos, interrompendo temporariamente suas atividades nos anos de 1947, 1949 e 1954, 1964 e, em definitivo, no ano de 1968. O fechamento da SUO por ordens do Ministério Público em 1949 é a principal pauta reivindicatória da manifestação organizada em 1º de maio de 1950, demonstrando a importância da entidade na história e na organização dos trabalhadores de Rio Grande.

De acordo com os censos econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, referentes a 1º de janeiro de 1950, havia no Rio Grande do Sul um total de 13.652 estabelecimentos industriais. Em 1950, ano em que se inicia a década que compreende a presente pesquisa, o ramo da indústria de transformação era o que mais empregava a população

4 FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

5 FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981

rio-grandina, somando um número de 7.112 trabalhadoras(es). O segundo setor que mais empregou os moradores do município de Rio Grande foi o de transporte, comunicações e armazém, somando 6.140 trabalhadoras(es), dado também referente ao ano de 1950. Esses dados indicam a importância do setor industrial na vida econômica e social do município de Rio Grande durante a década pesquisada.

Mario San Segundo (2012), ao pesquisar os anos de 1949, 1950 e 1952, comenta que as correntes ideológicas que atuaram no movimento operário de Rio Grande eram heterogêneas. Como segue o autor, “havia comunistas, que institucionalmente estavam sob a sigla do PSB, trabalhistas do PTB e talvez alguns trabalhistas organizados no PSD (...)” (SAN SEGUNDO, 2012, p. 141). Essas correntes políticas atuaram no movimento sindical de Rio Grande ao longo da década de 1950, buscando disputar o operariado rio-grandino para as suas fileiras partidárias.

O PCB foi um Partido atuante no movimento operário de Rio Grande. Em 1947, a vida política rio-grandina sofreu com a forte repressão dos aparatos policiais ao movimento de classe. Conforme José Antônio Segatto (2020), foi desencadeada no Brasil uma intensa política de perseguição aos comunistas inspirada pela Guerra Fria. Em maio de 1947, o PCB teve seu registro eleitoral cassado, as sedes do Partido foram fechadas e o Ministério do Trabalho decretou o encerramento de diversas entidades dos trabalhadores. No município de Rio Grande, a SUO foi impedida de funcionar em 1949 por ordens do Ministério Público. Um dos motivos para o fechamento da entidade, conforme apontado por San Segundo (2012), é o fato do presidente da direção ser um militante comunista, Felipe Tarta, antigo membro do PCB.

No ano de 1950, diferentes entidades se articularam para organizar atividades referentes ao 1º de Maio. Durante um churrasco organizado na chamada Linha do Parque (na verdade, a rua Vila Hidráulica, n.º 180) em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador, um grupo de homens e mulheres propuseram sair em ato em direção à sede da SUO. A ideia foi aceita entre os presentes.

No decorrer do trajeto até a SUO, a manifestação foi interceptada pelo delegado da polícia do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Ewaldo Miranda. Exigiu-se o fim da manifestação, o que não foi aceito pelos manifestantes, que se recusaram a dispersar o ato. Seguiu-se um conflito, no qual morreram quatro trabalhadores e uma trabalhadora: o pedreiro

Euclides Pinto, a operária Angelina Gonçalves, o portuário Honório Alves de Couto o ferroviário Oswaldino Correa, todos pelas mãos da polícia repressiva do Estado Brasileiro. Além das mortes dos manifestantes, o policial militar Francisco Areia também foi assassinado.

Angelina Gonçalves era integrante de uma frente ampla feminina do PCB, criada em 1946, no município de Rio Grande: a já citada UMRG, ano em que o PCB fundou as

organizações femininas mais longevas pelo território brasileiro (NUNES, 2021). Conforme a ata de fundação da UMRG, a entidade tinha como princípio

“(...) congregar, em seu seio, todas as riograndinas de bôa vontade, sem distinção de crenças políticas ou religiosas, vem trazer o comunicado dêsse a nominata de sua diretoria, que ficou assim constituída (UNIÃO DAS MULHERES RIOGRANDINAS, 1946, p. 1).

As mulheres rio-grandinas participaram do movimento operário da cidade, mobilizando a cidade em prol dos direitos das trabalhadoras. Sendo uma frente ampla do PCB, a UMRG congregou mulheres para além das militantes comunistas, na tentativa do partido de ampliar sua área de influência na cidade.

1.3 O PCB e os Comitês Femininos

O ano de 1932 marcou um importante avanço na história das mulheres no Brasil com a conquista do sufrágio feminino, estabelecendo o direito de as mulheres votarem e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo. Essa conquista foi resultado da atuação do movimento sufragista no país, liderado em grande parte pelas integrantes da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1923 e notabilizada pela presença proeminente da bióloga Bertha Lutz. É relevante observar que a FBPF era predominantemente composta por mulheres brancas de classe média alta (ALVES, 2018).

As discussões acerca do sufrágio e dos direitos civis das mulheres não foram negligenciadas pela esquerda. Para as mulheres comunistas, o sufrágio feminino era considerado uma pauta pouco combativa, pois não abordava as questões dos grandes privilégios nem a miséria dos mais humildes (FRACCARO, 2018). Em uma tentativa de conquistar a base feminina, especialmente diante do surgimento de organizações feministas durante o período entre guerras, o PCB estabeleceu comitês específicos destinados às trabalhadoras.

Conforme Gláucia Fraccaro (2018), em 1930 ocorreu uma mudança programática no PCB, que abordava a igualdade e os direitos relacionados às trabalhadoras. A autora destaca que essa mudança se relaciona com o debate internacional proposto pelo feminismo, citando um texto do partido que reorientava a questão das mulheres, argumentando que, para os comunistas, a burguesia havia realizado esforços significativos entre as trabalhadoras com o objetivo de excluí-las da luta de classes. Segundo o partido, o feminismo teria formulado reivindicações "neutras" e estabelecido organizações femininas específicas.

Nesse contexto, a concepção predominante era que o papel do partido consistia em desmascarar a inadequação dessas organizações, destacando que somente a luta pela revolução

proporcionaria a emancipação da mulher trabalhadora. Segundo Guilherme Machado Nunes (2021), as tentativas do PCB de conquistar votos femininos e a política de união nacional levaram o partido a direcionar sua atenção para as mulheres com uma intensidade até então inédita.

Segundo uma matéria publicada pelo jornal Momento Feminino, a UMRG contava com um quadro de 200 sócias no ano de 1950 (Momento Feminino, 11 de setembro de 1950). Esse número é considerável para uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, que na época tinha 77.915 mil habitantes⁶. As trabalhadoras associadas à entidade desempenhavam diversas profissões, como parteira, enfermeira, comerciária e trabalhadoras domésticas. Em novembro de 1948, a enfermeira Guaraciaba Cardoso Silva assumiu o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Rio Grande.

No ano de 1947, o PCB participou das eleições municipais sob a sigla do Partido Social Progressista (PSP), devido à sua condição de ilegalidade e clandestinidade. Nessa eleição, dois vereadores comunistas foram eleitos: Vespasiano Faustino Corrêa e Antônio Rechia. Em 16 de novembro de 1948, o vereador Vespasiano Faustino Corrêa se afastou de seu cargo, sendo substituído por Guaraciaba, que assumiu a vereança como sua suplente.

Esses dados ajudam a defender a importância da UMRG na vida pública de Rio Grande, na qual a entidade buscou atuar em diferentes frentes de luta. Todavia, conforme veremos na discussão dos capítulos seguintes, a atuação dessas trabalhadoras não se restringiu ao espaço partidário. Muitas vezes, as integrantes da UMRG tiveram linhas de atuação divergentes com as bandeiras públicas defendidas pelo partido.

É neste sentido que a presente pesquisa busca investigar o ativismo das mulheres em diferentes espaços: resistências cotidianas, relações familiares, em questões sexuais e reprodutivas, parlamentar e em busca por verdade, memória e justiça aos que tombaram no 1º de Maio de 1950 em Rio Grande. A presença feminina constitui o fio condutor que interliga diferentes momentos e questões abordadas neste estudo.

1.4 Aporte Teórico e Metodológico da Pesquisa

O município de Rio Grande, para além de um recorte espacial, será visto como uma estratégia de pesquisa. Conforme proposto por Savage (2011), um reconhecimento do papel de

⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

processos espaciais proporciona um conceito mais sensível da formação de classe. O autor propõe o alargamento do conceito de formação de classe de Thompson, incorporando a dimensão espacial. O espaço é visto como rede, base na qual identidades são construídas. Ou seja, as redes nas quais as pessoas estão inseridas explicam como as coletividades se formam, como elas se desenham e como os indivíduos estão aptos a estabelecer e mobilizar recursos.

O autor distingue as redes em dois tipos, que muitas vezes operam de maneira contraditória. De acordo com Savage (2011, p. 18), “se em um grupo de indivíduos todos conhecem uns aos outros, então a densidade é muito alta, e poder-se-ia admitir que é mais fácil para um sentido de identidade em comum se originar-se (...)”. Essa rede é intitulada pelo autor como rede densa e é a mais propícia para que uma coletividade social se forme. Possuindo uma dinâmica dual no processo de formação de classe, ela envolve, também, redes de longo alcance, que ligariam membros de classe de diferentes lugares: família, locais de trabalho, locais de lazer e assim por diante.

A distinção das redes densas e das redes de longo alcance demonstra os processos contraditórios pelos quais o espaço está estreitamente implicado no processo de formação de classe. As duas redes propostas pelo autor se reforçam mutuamente, ao mesmo tempo em que se confrontam. Para Savage, as redes densas são importantes na construção de coletividades sociais duradouras, mas o autor também evidencia que a formação de classe depende do rompimento da construção de vínculos localistas, desenvolvendo contato em uma escala mais ampla.

Savage (2011) pontua que os lugares não são cenários passivos na construção de identidades. De acordo com o autor, um estudo detalhado sobre uma cidade permite uma pesquisa aprofundada, proporcionando conexões complexas entre os arcabouços econômicos, culturais, institucionais e políticos locais. Assim, será realizado nesta pesquisa um estudo de uma área delimitada geograficamente, o município de Rio Grande, como um procedimento metodológico a fim de compreender, a partir das experiências das trabalhadoras, as identidades coletivas que as uniam enquanto grupo.

A escolha do Massacre da Linha do Parque como episódio-chave se deu pelo entendimento de que esse foi um momento de ruptura da ordem social. Esse foi um episódio que intensificou os antagonismos de classe, tendo repercussão nacional e gerando grande comoção na população rio-grandina. A partir do Massacre da Linha do Parque podemos analisar os valores, a cultura e as redes formadas entre as trabalhadoras e trabalhadores de Rio Grande, investigando a construção das identidades coletivas do grupo pesquisado.

Entende-se que gênero, raça e classe são categorias que estão presentes no processo de construção de identidades coletivas das(os) trabalhadoras(es). No movimento operário e partidário, os interesses entre a heterogeneidade que forma o operariado estão em um movimento de confluência e divergência. O movimento sindical e partidário é muitas vezes visto como um local de poder masculino, no qual as trabalhadoras buscaram ao longo da história tornar visíveis as suas experiências no mundo do trabalho.

A estrutura e a cultura dessas instituições muitas vezes se formam a partir de uma alternância de poder masculino, sendo permeados por códigos da masculinidade hegemônica. De acordo com Connel e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica é entendida como um padrão de práticas que possibilitou que a dominação masculina sobre as mulheres continuasse. Não sendo fixa e imutável, a masculinidade toma forma nas práticas que são realizadas na ação social, encarnando em um corpo ou nos traços de personalidade dos indivíduos.

Maria Izilda Santos de Matos (2000), em um trabalho sobre alcoolismo e masculinidade entre o período de 1890 a 1940, comenta sobre as representações idealizadas do feminino e do masculino nas classes populares. De acordo com a autora, o homem nessa idealização aparece como o provedor da família, trabalhador, um operário dedicado. Em contrapartida, a mulher era representada como uma esposa dedicada, carinhosa e boa mãe. Essa idealização do homem enquanto provedor da família contribuiu para maior aceitação da figura masculina no ambiente público, no mundo político, no mundo das tomadas de decisões.

Compreendo que o espaço partidário e o sindical se estabelecem a partir de relações de poder desiguais entre homens e mulheres, nas quais essas representações idealizadas de masculinidade e feminilidade estavam presentes. A própria noção de feminilidade, que buscava direcionar o papel social da mulher enquanto mãe e trabalhadora do lar, estava presente nas concepções do PCB sobre as militantes. Como comenta Nunes (2021), esse foi um recurso estratégico e conveniente do partido para se desvincular do estigma de que o comunismo era destruidor da moral e dos bons costumes.

Como aponta Fraccaro (2018, p. 66), “em verdade, o papel exclusivo das mulheres como mães ou esposa não era naturalizado sem conflitos, nem mesmo na URSS (...)”. O trabalho de cuidado e reprodutivo era um tema debatido entre as integrantes do núcleo de trabalhadoras do partido da URSS criado em 1919, construindo importantes contribuições para as trabalhadoras, sendo desmantelado por Stálin em 1929.

Em dissonância com a idealização social que representava o sujeito masculino enquanto pertencente ao mundo público e as mulheres ao mundo privado, as experiências das integrantes

da UMRG permitem observar a participação das mulheres no movimento operário e no PCB de Rio Grande. Busco defender a ideia de que as integrantes da UMRG ressignificaram os discursos de gênero na sociedade, tornando a maternidade um meio de luta.

Conforme Soares (2021), as comunistas nos pós Segunda Guerra Mundial fizeram da maternidade uma categoria política, buscando transformar as donas de casa em cidadãs participativas no mundo público. A condição feminina era entendida por elas como uma experiência que lhes conferia valor e legitimidade social, as capacitando para a atuação política na defesa dos direitos femininos. Na década de 1950, a maternidade, planejada ou não, era considerada a realização de vida da maioria das mulheres, o que lhes permitiu construir laços de identificação.

Na minha tese de doutorado, destaco a análise da convergência e divergência entre as categorias de gênero, raça e classe no movimento operário e no PCB de Rio Grande na década de 1950. Compreendo que os interesses das trabalhadoras por vezes se alinhavam e, por vezes, se chocavam com as estratégias e projetos políticos dessas instituições. É essa dinâmica que exploro nos três capítulos que compõem a minha pesquisa.

Minha análise se concentrará na trajetória das trabalhadoras associadas à União das Mulheres Riograndinas (UMRG), com o objetivo de explorar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe influenciaram a dinâmica do movimento operário e do PCB na década de 1950 em Rio Grande. Concordo com Danièle Kergoat (2012), que sugere que esses marcadores sociais se desenvolvem nas relações sociais, as experiências das trabalhadoras da UMRG contribuem para uma compreensão mais aprofundada da formação coextensiva de gênero, raça e classe.

Danièle Kergoat (2012) mobiliza o conceito de consubstancialidade desde os anos 1970 para compreender de maneira não mecânica as práticas sociais entre homens e mulheres na divisão social do trabalho. Para a autora, gênero, raça e classe se desenvolvem nas relações sociais, formando um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas sim na perspectiva da análise sociológica. As relações sociais de gênero, raça e sexo se coproduzem e reproduzem mutuamente, e não de forma isolada ou sobreposta. A autora afasta-se da ideia de que as relações de gênero, raça e classe podem ser vistas como adicionais, opressões que se somam, cerne da perspectiva interseccional já a partir da perspectiva de Kimberle Crenshaw do início dos anos 1990 (quando propõe a ideia de intersection, ou seja, cruzamento).

Ao contrário, na perspectiva consubstancial, gênero, raça e classe se formam mutuamente a partir da formação de um nó. Para Kergoat (2012), não se pode argumentar no âmbito de uma só relação social, pois elas estão imbricadas na própria gênese da divisão sexual

do trabalho produtivo e reprodutivo. Essa concepção critica a ideia de que as relações de classe estão inscritas na instância econômica, e as relações patriarcais estão inscritas unicamente na instância ideológica ou cultural. As relações de gênero, raça e classe se desenvolvem em instâncias articuladas entre si, de maneira intra e intersistêmica. Em uma perspectiva materialista, este tripé toma forma nas relações sociais, nelas entrecruzam-se exploração, dominação e opressão. A consubstancialidade entende que essas relações são dinâmicas, históricas e instáveis.

Este trabalho busca um diálogo com a teoria da consubstancialidade, por partilhar a compreensão de que as relações de gênero, raça e classe se reproduzem e se coproduzem mutuamente, não podendo ser isoladas ou vistas como adicionais. O foco nas relações sociais na produção destas categorias também é partilhado. Entendo que a classe trabalhadora possui gênero e raça, e as experiências vividas pelos indivíduos são moldadas por essas categorias.

Se, como proposto por Thompson (2017), a classe só existe quando os trabalhadores percebem que possuem interesses comuns e opostos ao outro grupo, temos que levar em conta que diversos fatores constituem de forma interrelacional a nossa identidade coletiva. Nossa identidade não é formada apenas no local de trabalho, mas é permeada por diferentes espaços, como os espaços de lazer e família. E a nossa própria experiência no trabalho está moldada pelas relações de gênero, classe e raça.

Chitra Joshi (2009) pontua a importância do espaço urbano como constituinte na construção de identidades. Conforme a autora indiana, o espaço urbano é marcado por conflitos, diálogos e negociações, onde relações sociais são moldadas e amizades eram construídas. Espaços se tornam habitats para os trabalhadores, moldam estilos de vida, constroem redes sociais.

Rio Grande foi uma importante cidade operária do Brasil e hoje sofre com a desindustrialização. O conjunto arquitetônico e as vilas operárias da cidade de Rio Grande atual representam o encontro entre o presente e o passado. As fábricas fechadas, as vilas que abrigam antigos operários e seus familiares, configuram-se como resquícios de um passado de esplendor, de emprego e esperança, que cede lugar para a ausência e o desalento. Podemos encontrar um paralelo com o que Joshi (2009) comenta, em relação às cidades indianas, que é necessário compreender o que as fábricas significavam para os trabalhadores e para o espaço urbano em que eles estavam inseridos e assim compreender o que a sua ausência significa para a cultura política da cidade.

Para atingir os meus objetivos, analiso documentos dos seguintes acervos históricos:

- a) Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS): processos criminais abertos durante a década de 1950;
- b) Centro de Documentação História (CDH) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG): acervo Sociedade União Operária e o acervo de História Oral;
- c) Hemeroteca Digital Brasileira e Biblioteca Digital Luso-Brasileira (HDB/BN BDLB): acervo de periódicos, jornais O Momento Feminino, Voz Operária e o Tribuna Popular.
- d) Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ): processos de inventários;
- e) Biblioteca Rio-grandense: acervo da Câmara Municipal do Rio Grande e o acervo de periódicos.
- f) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: acervo da Luta Contra a Ditadura.

Os processos-crime permitem compreender os aspectos cotidianos das trabalhadoras da UMRG, assim como os discursos mobilizados por elas para explicar os temas abordados durante os interrogatórios e depoimentos. Conforme Karl Monsma (2000), a população empobrecida deixa poucos rastros para o pesquisador que pretende compreendê-la. Há censos, livros de conta, estatísticas produzidas pelo Estado e pelos empregadores. Todavia, esses documentos pouco nos dizem sobre as interpretações e entendimentos dos populares. Nesse sentido, os processos criminais se apresentam enquanto uma fonte privilegiada para os estudos do cotidiano e das relações sociais. Como segue o autor:

Os inquéritos e processos criminais são uma das poucas fontes que preservam as palavras dos pobres, mesmo quando transcritas na terceira pessoa. Nos garranchos de processos antigos, encontramos analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros. Como a justiça criminal não é simplesmente o julgamento de atos, mas também se preocupa primordialmente com a motivação e a intencionalidade dos atores (Lempert & Sanders, 1986), as justificativas e desculpas dos envolvidos e as versões das testemunhas necessariamente entram nos processos, mesmo quando distorcidos pelas categorias, preconceitos e estratégias das autoridades e dos advogados (MONSMA, 2000, p.3).

De acordo com Fabiana Luci Oliveira e Virgínia Ferreira Silva (2005), pesquisadores que analisam processos criminais possuem em comum o fato de trabalharem com a interpretação da palavra escrita a fim de discorrer sobre a construção discursiva acerca de um evento ou acontecimento. As autoras apontam que os discursos não detêm a verdade objetiva, mas expressam um comportamento a ser explicado pelos depoentes, informando a ação e o posicionamento das pessoas. Nesse sentido, os processos criminais corroboram para o

entendimento de como as trabalhadoras estudadas aqui representavam a si próprias e ao grupo do qual faziam parte.

As trajetórias de luta das trabalhadoras pesquisadas se inserem em uma conjuntura marcada pela repressão e pela ilegalidade do PCB. A análise de processos-crime e fontes de imprensa permite vislumbrar a década de 1950 e o fenômeno da repressão a partir de diferentes discursos, produzidos por distintos setores da sociedade. Assim como possibilita pensar sobre o cotidiano das trabalhadoras e as representações sociais produzidas sobre e por elas.

Todavia, é importante ressaltar que a existência de um processo-crime indica uma situação de excepcionalidade. A abertura de um inquérito policial e um processo-crime significa a existência de uma transgressão social, uma quebra das normativas penais da sociedade. Mesmo que nos depoimentos das vítimas, dos réus, e das testemunhas se possa analisar o cotidiano de terminados grupos, é necessário entendermos a especificidade na qual as narrativas estão sendo produzidas.

Entre a ampla gama de fontes, destaco que analisarei também jornais operários, femininos e comerciais, em especial O Momento Feminino, a Voz Operária, A Tribuna e A Gazeta da Tarde. Lucca (2008) lembra que a imprensa se tornou objeto da pesquisa histórica na década de 1970. A história do movimento operário encontrou nos periódicos uma de suas fontes privilegiadas. Neles, encontramos dados acerca das formas de associação, composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas. Ao analisar jornais operários, comerciais e femininos podemos nos aprofundar acerca da visão de diferentes setores da sociedade sobre greves, mobilizações e conflitos existentes na conjuntura estudada. Os episódios que serão explorados nesta pesquisa configuram-se como crimes e foram abordados na imprensa brasileira, abrangendo desde a operária até a comercial.

Conforme Francisco Linhares Fonteles Neto (2015), a temática do crime percorreu as páginas dos jornais brasileiros desde o final do século XIX. Nesse período, não apenas houve uma mudança na forma de noticiar, mas também uma alteração no foco dos noticiários. Conforme ressalta o autor, as páginas dos jornais, que anteriormente abordavam principalmente questões políticas, passaram a dar destaque a aspectos do cotidiano.

A apreciação do universo criminal não se restringia ao ambiente acadêmico da criminologia, conquistando cada vez mais o interesse de pessoas comuns em fins do século XIX e início do século XX. Como aponta o autor, crônicas policiais percorriam as páginas dos jornais comerciais, chamando a atenção de leitores interessados em delitos urbanos e tragédias familiares. O crescimento de crônicas policiais surge concomitantemente à urbanização, período em que era necessário criar mecanismos disciplinadores que contivessem as multidões,

reprimindo a ociosidade. As classes populares eram entendidas como “classes perigosas”, cenário no qual autoridades sanitaristas alertavam sobre a degeneração moral e social do homem urbano pobre.

Os jornais operários, femininos e comerciais tinham objetivos distintos ao retratar os crimes. Os jornais operários e femininos buscavam retratar a situação da classe trabalhadora e das mulheres na sociedade, denunciando a exploração sofrida por esses grupos da sociedade, sendo consumidos e produzidos pelos próprios trabalhadores (AZEVEDO, 2002). Para a imprensa comercial, as matérias sobre delitos e os problemas urbanos tinham como uma de suas finalidades ampliar o público consumidor e, conseqüentemente, a venda de jornais, atraindo leitores que se interessavam pela temática do crime (NETO, 2015).

Deivy Ferreira Carneiro (2015) comenta que atualmente a fonte de imprensa é reconhecida como um material valioso para as análises sobre violência e criminalidade. Todavia, até a década de 1970 ainda eram escassos os trabalhos que tinham como fonte histórica os jornais para o conhecimento da história do Brasil. Conforme o autor, ainda hoje existe uma lacuna na historiografia brasileira:

Entretanto, um importante tema presente quase que diariamente na maior parte dos jornais no século XIX ainda não recebeu a devida atenção dos historiadores brasileiros: as notícias a respeito da criminalidade, da ação policial e do papel e das instituições judiciárias.

Desta maneira, os tipos de discursos utilizados pela imprensa escrita para noticiar tal temática; os modos pelos quais a população de apropria desses discursos; a forma como os jornais, com a discussão de assuntos envolvendo esse tema, atuaram na formação da opinião pública sobre determinados aspectos do cotidiano ainda hoje representam, com exceções de notáveis trabalhos, uma lacuna na historiografia nacional (Carneiro, 2015, p. 54).

Entende-se que toda publicação jornalística carrega uma intencionalidade, seja na imprensa operária ou comercial. Portanto, é essencial ter conhecimento sobre o grupo editorial, os autores e jornalistas responsáveis pelas matérias, além de analisar o público leitor e a circulação dos noticiários. Os jornais não apenas expressam uma opinião, mas também desempenham um papel na formação da opinião pública. Em relação às notícias sobre criminalidade, estas buscam oferecer aos leitores uma compreensão do que deveria ser uma justiça legítima, "fornecendo elementos para a compreensão pública do funcionamento do sistema legal" (CARNEIRO, 2015 p. 63).

As autoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) comentam que há algum tempo os historiadores se distanciaram da compreensão positivista qu

descartou a imprensa como uma fonte histórica ao questionar a sua imparcialidade e o seu engajamento. Nesse distanciamento, entende-se que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos, sendo todo documento histórico um “suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constituiu” (CRUZ; PEIXOTO, 2007 p. 258).

Tanto fontes de imprensa, quanto processos criminais, ou atas da Câmara de Vereadores e documentos das instituições sindicais, não foram produzidas para que posteriormente os historiadores realizassem pesquisas. O historiador transforma estes documentos em fontes históricas a partir de uma operação de seleção e escolha, que supõe um tratamento teórico e metodológico. Como apontam Rosário e Peixoto (2007), trata-se de entender a imprensa como uma linguagem constitutiva do social, que possui peculiaridades e historicidade, sendo necessário problematizar as relações entre a imprensa e a sociedade, assim como os movimentos de sua constituição.

Para Rosário e Peixoto (2007), a imprensa não é uma expressão ou espelho das sociedades passadas, mas é uma prática constituinte da realidade social, contribuindo para moldar formas de pensar e de agir. A atuação da imprensa não se limita a exprimir uma opinião, mas atua delimitando temas, espaços, mobilizando opiniões e constituindo adesões e consensos. É necessário inserir os fragmentos jornalísticos no projeto editorial e a conjuntura histórica em que eles foram produzidos (ROSÁRIO; PEIXOTO, 2007).

Carneiro (2015) comenta que nos anos de 1960 pesquisadores marxistas entendiam a mídia como produtora de hegemonia cultural, um meio no qual a classe dominante encontrava para transformar os seus valores como universais. Esses trabalhos utilizavam de forma simplista o conceito de hegemonia criado pelo marxista italiano Antonio Gramsci. A partir dessa visão, a mídia teria o papel crucial na legitimação dos interesses da classe dominante. Carneiro critica essa visão, entendendo que essa análise reduz os leitores a receptores passivos, não levando em conta as suas representações e as suas crenças. Todavia, o autor ressalta que os marxistas foram os primeiros a criticar o papel da mídia no processo de criminalização dos grupos marginalizados.

Um número considerável de periódicos que serão analisados na presente pesquisa possuía influência do PCB: O Momento Feminino, Voz Operária e Tribuna Popular. Suas publicações tinham como um de seus objetivos divulgar as atividades realizadas pelo partido e disputar as bases da sociedade, disseminando os seus projetos e os seus valores morais e culturais. Na década de 1950, em decorrência da Guerra Fria, havia em evidência dois projetos societários disputando entre si. Esses projetos eram representados pelas grandes potenciais:

Estados Unidos e União Soviética. O PCB, alinhado ao projeto soviético, buscou participar dessa disputa e um dos meios para isso foram os seus periódicos.

Além das fontes documentais, minha análise incorporará entrevistas conduzidas na década de 1990 com sindicalistas que participaram de movimentos grevistas e culturais da década de 1950 no município de Rio Grande. Estas entrevistas integram o acervo de História Oral do CDH e foram realizadas por professores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com o propósito de preservar a história do movimento operário na cidade portuária.

No CDH, estão preservadas entrevistas que abordam diversas temáticas, como o cotidiano do trabalho nas fábricas e no porto, as relações étnicas e de gênero no mundo do trabalho, e o movimento operário e cultural na cidade de Rio Grande. Para esta pesquisa, optei por analisar quatro dessas entrevistas, cujos entrevistados são: Pedro Votto, Athaídes Rodrigues e Antônio Rodrigues.

A escolha dessas entrevistas foi baseada na temática abordada por cada uma delas.

As entrevistas com Pedro, Antônio e Athaídes discorrem sobre o movimento operário na década de 1950.

A entrevista com Pedro Votto foi realizada no dia 11 de outubro de 1994. Nela Pedro disse que na década de 1950 seguia a tendência política trabalhista, mas não era um político atuante, “era um político de chegar, votar e pronto. E não se fala mais” (1994, p. 4). Pedro comenta sobre a influência do comunismo na cidade de Rio Grande e relembra o episódio conhecido como Massacre da Linha Parque.

Athaídes Rodrigues foi vereador e capitão reformado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Athaídes disse que por ser “insubordinado” quando soldado da Brigada Militar, foi transferido de cidade em onze ocasiões, vindo morar em Rio Grande no ano de 1941, pois, conforme segue o mesmo, “nenhum oficial queria vir para cá. Tanto que eu vim para cá punido, senão não vinha” (RODRIGUES, 13 de outubro de 1994, p. 7). O entrevistado comenta que era adepto ao socialismo, mas não “marxista, pois “não aceito ditadura nem de comunista, nem demarxista, nem de ninguém. Aliás, nem de militar, nem civil” (RODRIGUES, 13 de outubro de 1994, p. 3).

Athaídes diz ter sofrido na ditadura de Getúlio Vargas e, posteriormente, no golpe civil-militar de 1964, sendo preso durante as duas ditaduras. Ressaltando que era socialista por vir de uma família operária, Athaídes comenta sobre a vida sindical de Rio Grande, a fundação do Partido Republicano na cidade e a influência do trabalhismo e do comunismo na vida política

de Rio Grande.

A entrevista com Antônio Rodrigues foi realizada no dia 13 de outubro de 1994. Antônio foi um líder metalúrgico da cidade de Rio Grande, militante do PCB na década de 1950 e fez parte da comissão que organizou o Primeiro de Maio de 1950 na cidade. O entrevistado comenta sobre a organização da atividade em alusão ao Dia Internacional do Trabalho, a vida sindical da cidade e relembra o episódio Massacre da Linha do Parque.

Ao enfrentar desafios na busca por testemunhas vivas do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande, a análise das entrevistas existentes se tornou essencial para compreender a memória daqueles que participaram do evento conhecido como Massacre da Linha do Parque. Explorar os significados atribuídos por essas pessoas ao acontecimento proporciona uma valiosa perspectiva sobre o impacto e a interpretação desse episódio ao longo do tempo.

Eu já havia pesquisado no acervo de História Oral do CDH durante a graduação e o curso de Mestrado em História, nos quais analisei entrevistas realizadas com operárias e operários da Fábrica Rheingantz. Tendo conhecimento sobre a existência das entrevistas que tinham como temática o movimento operário de Rio Grande, voltei ao acervo para analisar essas fontes no ano de 2023. Em decorrência da pandemia da COVID/19 e dos cortes orçamentários do Governo Federal às instituições de ensino e pesquisa, o CDH permaneceu fechado até esse ano.

Mesmo com o término da pandemia, a falta de financiamento federal e, conseqüentemente, a não existência de um bolsista no CDH, dificultou a abertura do arquivo, o que só foi possível estudar essas fontes no penúltimo ano do meu curso de doutoramento. Este é um problema comum entre aqueles que viram sua trajetória como estudantes de pós-graduação impactada pela crise sanitária, política e econômica que afetou o Brasil. Arquivos fechados, falta de financiamento e de estímulo ao ensino e à pesquisa têm sido desafios recorrentes.

Sobre a metodologia da história oral, Alessandro Portelli (1997) destaca que o que a diferencia é que ela nos revela menos sobre os eventos em si do que sobre os seus significados. A história oral nos permite analisar a subjetividade do entrevistado. Como o autor expressa em sua célebre frase: "fontes orais nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez" (PORTELLI, 1997, p. 31). Enquanto as fontes orais podem nos fornecer pouca informação sobre os custos materiais de uma greve, elas nos revelam muito sobre seus custos psicológicos.

Portelli comenta que "a importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso não há "falsas" fontes orais" (1997, p. 32). Para o autor, as

afirmativas inverídicas sobre um evento presente nas narrativas orais possuem um valor psicológico e devem ser entendidos como igualmente importantes.

Maurice Halbwachs (1990) aponta que recorremos ao testemunho para fortalecer ou debilitar, mas também para completar um conhecimento prévio acerca de um evento. Para o autor a memória é coletiva, argumentando que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (1990. p. 26). Halbwachs discute que a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a mudanças constantes, flutuações e transformações.

Para Michael Pollak (1992) a memória é seletiva. Nós não lembramos com exatidão de todos os acontecimentos que vivemos, nem tudo fica registrado. Nossa memória sofre flutuações, sendo ela tanto individual quanto coletiva. Conforme o autor, as preocupações do presente constituem um elemento que estrutura a memória, consciente ou inconscientemente. A partir dessa concepção, a memória é construída socialmente a partir de um processo de seleção. “O que a memória individual grava, realça, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5).

Pollak (1992) destaca a importância de reconhecer os pontos invariantes e imutáveis na memória durante as entrevistas. Esses pontos são evidenciados quando o entrevistado retorna várias vezes aos mesmos acontecimentos ao longo da entrevista. O autor sugere que esses elementos irredutíveis presentes nos depoimentos indicam o processo de solidificação da memória, tornando-a menos suscetível a mudanças na narrativa.

Além disso, Pollak (1992) destaca que a memória desempenha um papel crucial na formação da identidade. A identidade social é concebida como a imagem que temos de nós mesmos, tanto internamente quanto na percepção dos outros. Essa identidade não é estática; ela é construída por meio de processos de mudança, negociação e transformação em relação aos outros:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992 p. 5).

Nossa identidade é moldada por meio de disputas, conflitos sociais e intergrupais. A memória e a identidade social são valores sujeitos a disputas. Em um nível organizado, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e populares podem participar ativamente dessas disputas memorialísticas

Conforme discutido anteriormente, tanto a memória coletiva quanto a memória individual são socialmente construídas por meio de processos de conflitos e disputas. No processo de construção memorialística, ocorre um trabalho de enquadramento da memória, que envolve a valorização e hierarquização de datas, personagens e eventos. No contexto da memória coletiva, esse enquadramento busca afirmar a identidade do grupo, demarcando suas fronteiras em contraste com outros grupos.

Em outro artigo, Pollak (1989) aborda as chamadas memórias subterrâneas, um tema que considero importante ser explorado aqui. Ao discorrer sobre os silêncios na história, o autor destaca as memórias proibidas que, longe de serem esquecidas, permanecem vivas por meio da oralidade transmitida em uma rede de familiares e amigos próximos. Se estabelecermos um diálogo com a teoria de Savage (2011) discutida anteriormente, podemos considerar essas redes como densas.

Pollak (1998) pontua que muitas vezes as memórias clandestinas estão relacionadas a dominação estatal, na cisão entre memória oficial e dominante e a memória clandestina. Todavia, o autor ressalta que nem sempre os silêncios sobre o passado estão ligados a esse fenômeno. Ao discutir os sobreviventes dos campos de concentração, Pollak sugere que o silêncio foi uma estratégia adotada pelos judeus como um *modus vivendi* com aqueles que testemunharam sua deportação. Nesse contexto, "não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia" (1998, p. 3). O esquecimento, consciente ou inconsciente, de uma memória traumática pode representar uma maneira de continuar vivendo.

A memória subterrânea é transmitida de forma informal, muitas vezes passando despercebida pela sociedade globalizada. Moldadas pela angústia de não encontrar uma escuta receptiva e pelo medo de retaliações, essas lembranças são frequentemente indizíveis, proibidas ou vergonhosas. Segundo Pollak (1998), o presente exerce influência sobre a interpretação do passado, havendo conjunturas favoráveis e desfavoráveis para a expressão dessas memórias. Em circunstâncias propícias, as memórias subterrâneas podem emergir e tornar-se públicas.

A questão das memórias subterrâneas é relevante, pois está presente nas fontes analisadas para esta pesquisa. Um exemplo disso é a entrevista com Atháides Rodrigues, um ex-presos político durante as ditaduras de Getúlio Vargas e do regime civil-militar iniciado em 1964. Durante a entrevista, em determinado momento, Atháides solicita que desliguem o gravador, expressando o desejo de manter algumas de suas lembranças não registradas. Mesmo que a entrevista tenha sido realizada após a redemocratização do Brasil, fica evidente que

Athaídes ainda sentia receio de tornar algumas de suas experiências e os relatos de pessoas próximas públicos.

É a partir desses arcabouços teóricos e metodológicos que irei desenvolver os capítulos desta tese.

1.5 Divisão de Capítulos

No primeiro capítulo, debato a luta das trabalhadoras e da UMRG pela memória, verdade e justiça pelos que tombaram no 1º de Maio de 1950. Neste capítulo, irei explorar processos criminais abertos após o Massacre da Linha do Parque e jornais femininos, comerciais e operários. Nele discuto como a experiência da maternidade contribuiu para a criação de uma identidade entre as mulheres pesquisadas, se tornando uma estratégia e um meio para a luta dos direitos políticos femininos e na reivindicação por verdade, memória e justiça. Nesta luta, a maternidade foi uma forma de diálogo e justiça dos sentidos de justiça da sociedade.

No segundo capítulo, empreendo uma análise do papel desempenhado pela imprensa e por obras artísticas no processo de heroificação das vítimas do Massacre da Linha do Parque. O objetivo central é compreender de que maneira o gênero do autor das matérias e das obras influenciou a narrativa desses textos, bem como a seleção de condutas e elementos específicos nas trajetórias das vítimas que foram transformadas em heróis-mártires. Essa análise busca explorar as nuances e perspectivas introduzidas pelos diferentes gêneros dos autores, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do processo de construção dessa narrativa heroica em torno do episódio.

No terceiro capítulo, intitulado Práticas abortivas no mundo das trabalhadoras: a luta cotidiana pela sobrevivência, discutirei a história da parteira Guilhermina Pereira Caixeiro da Silva e a solidariedade entre as mulheres que buscavam pôr fim a uma gravidez indesejada. Para isso, analisarei três processos criminais em que a parteira foi ré, assim como o jornal Momento Feminino. Procuo abordar como a prática abortiva estava presente nas experiências das trabalhadoras, compreendida aqui como uma forma de resistência cotidiana (SCOTT, 2011) pela sobrevivência.

A partir dessa divisão de capítulos, minha intenção é explorar as diferentes frentes em que as trabalhadoras rio-grandinas atuaram na década de 1950, envolvendo resistências organizadas e cotidianas. Observo que a frente ampla do PCB as unia como um coletivo social, mas suas trajetórias e influências políticas transcendiam os espaços partidários. Além disso,

destaco que, em muitas ocasiões, os interesses das trabalhadoras divergiam das discussões programáticas e bandeiras públicas levantadas pelo PCB.

2 MASSACRE DA LINHA DO PARQUE: mulheres politizando a maternidade

No Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande (RS) tombaram pelas mãos da força repressiva do estado brasileiro três operários e uma operária: a tecelã Angelina Gonçalves, o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e o ferroviário Osvaldino Corrêa. Os três primeiros eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e os quatro eram sócios da Sociedade União Operária (SUO). O episódio teve repercussão nacional, sendo noticiado em jornais operários, comerciais, comunistas e femininos, além de ser representado em obras artísticas, como: poesias e na literatura.

O Massacre da Linha do Parque está inserido em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, que intensificou a ideologia anticomunista no Brasil. O PCB desde 1947 se encontrava na ilegalidade e os seus militantes passaram a operar clandestinamente. Em Rio Grande, o partido era uma das forças políticas que atuava na cidade, possuindo forte representatividade no movimento operário. Conforme exposto por San Segundo (2012), a organização da manifestação em alusão ao dia Internacional do Trabalhador de 1950 no município portuário contou com a forte participação dos comunistas.

Conforme Gorender (2014), a efervescência democrática do pós-guerra não durou muito e em 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra impôs a Lei de Segurança Nacional. O PCB, que havia recentemente conquistado a legalidade em 1945, pelas mãos do ainda ditador Getúlio Vargas, é novamente posto na ilegalidade depois de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cancelou o registro do partido, em 1947. Além disso, a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso e as sedes do PCB são fechadas e os documentos do partido são apreendidos. Em outubro de 1947, o Ministério do Trabalho decretou o fechamento de diversas entidades que tinham influência dos comunistas e o Senado aprovou uma lei que permitia a exoneração de funcionários públicos suspeitos de serem comunistas. Em 1948, os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados e a polícia invadiu jornais pecebistas (SEGATTO, 2020).

Em Rio Grande, a manifestação ocorrida em 1950 tinha como reivindicação principal a reabertura da SUO, que havia sido fechada em 1949 por ordens do Ministério Público. O Primeiro de Maio representava não apenas o Dia Internacional do Trabalhador para os rio-grandinos, mas também marcava o 56º aniversário da SUO, uma das principais entidades de classe do município. A sociedade tinha caráter múltiplo, atuando como representação de classe, instituição educacional e beneficente (LONER, 2001). Historicamente, a sociedade foi um espaço significativo de resistência e sociabilidade operária, sendo possível que seu fechamento

em 1949 tenha ocorrido devido à presença de militantes comunistas em sua diretoria (SAN SEGUNDO, 2009).

Na cidade de Rio Grande, a UMRG é uma das entidades organizadora da atividade programada para o dia primeiro de maio de 1950. As militantes da UMRG participaram das reuniões de organização do evento, somaram-se nas comissões destinadas a divulgação do evento e estavam presentes no ato que tinha como destino a SUO. A pauta de reabertura da SUO tinha representatividade entre as integrantes da UMRG, visto que a entidade se reunia desde o ano de sua fundação, 1946, no salão da sociedade.

Na década anterior ao Massacre da Linha do Parque, o PCB havia retomado o seu trabalho de base destinado à organização do gênero feminino. As uniões femininas surgiram a partir de um debate internacional, que desde o ano de 1945, com a criação da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) na França, buscava fomentar e articular o movimento feminino comunista desenvolvido no mundo. No Brasil, a partir de 1946, o PCB começou a criar uniões femininas em diferentes partes do território brasileiro.

Seguindo a política de união nacional contra o fascismo, as uniões femininas organizaram as mulheres para além das comunistas. Entendia-se que era importante a realização de alianças políticas com diferentes setores políticos que almejassem mobilizar e lutar juntamente com as mulheres pobres. Para Soares (2021), a união entre mulheres comunistas e não comunistas foi sólida e se estendeu por vários anos. As uniões femininas tinham o objetivo de organizar as mulheres em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia de vida. No dia 28 de outubro de 1946 foi criado o Instituto Feminino de Serviço Construtivo no Distrito Federal (IFSC), que surge com a proposta de uma atuação conjunta entre as uniões femininas espalhadas pelo Brasil, com o intuito de lhes prestar assistência.

Após o episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque, as trabalhadoras que faziam parte da UMRG se envolveram na luta por verdade, memória e justiça às vítimas da chacina. Busco discutir nesse capítulo a importância da experiência da maternidade como um elemento que uniu as trabalhadoras enquanto grupo social, ao perceber que suas dores individuais eram na verdade uma dor coletiva do gênero feminino, criando assim uma identidade feminina. A dor que vem da violação do direito à vida se transforma em um meio e uma bandeira de luta das mulheres.

Além disso, busco demonstrar que as reivindicações acerca dos direitos das mulheres estavam presentes nas pautas levantadas pelo grupo que organizou o primeiro de maio de 1950 e defendendo que a atuação das integrantes da UMRG foi essencial para a visibilidade e discussões.

O Massacre da Linha do Parque gerou uma série de discussões públicas, em que diferentes setores da sociedade buscaram disputar os sentidos do evento. A batalha judicial se ampliou para a disputa dos sentidos morais e de justiça da sociedade. Analiso como as representações de gênero estiveram presentes nessa disputa.

Em contraposição a visão pró manifestantes, Ignácio Angues (2022) aponta que os jornais locais como O Tempo e Rio Grande foram importantes na construção de imagens a respeito do episódio a partir do ponto de vista dos policiais. Nestes periódicos, foram publicadas matérias em que os policiais envolvidos na chacina davam seus relatos por meio de entrevistas jornalísticas, defendendo os seus pontos de vista sobre o ocorrido.

As mulheres organizadas na UMRG tiveram um papel essencial na luta contra os crimes perpetrados pelo Estado no dia Primeiro de Maio de 1950 no município. Buscaram denunciar o Massacre da Linha do Parque em jornais que tinham influência, como: Momento Feminino e o Voz Operária, assim como distribuindo boletins. A luta pelos sentidos de justiça da sociedade permeou também as esferas jurídicas e política. Nestes discursos, percebemos que a maternidade aparece em destaque.

Ao longo da história do Brasil republicano percebemos uma série de violações dos direitos humanos. As chacinas são uma dessas formas, a do direito à vida. Em resistência a essas violações, as mulheres têm buscado se organizar politicamente na defesa de sua prole. Essa organização que tem como cerne o núcleo familiar constituído na esfera privada toma proporções públicas, deslocando o exercício da maternidade para o engajamento político. Os corpos maternos se tornam protagonistas da luta pela responsabilização do Estado às violências perpetradas por esses às comunidades populares (SANTIAGO, 2019).

Concordando com a autora Abril Zarco (2011), o movimento feminista ao longo dos séculos XIX e XX foram fundamentados sobretudo pelo papel social de mães que as mulheres ocupam na sociedade. Nestes movimentos, reivindicava-se a promoção e a efetivação de direitos sociais, econômicos e culturais para as famílias populares. A experiência da maternidade criou uma identidade de gênero e política, tornando os corpos maternos protagonistas na luta pela garantia de direitos e contra a violação deles.

Em seus discursos, essas mulheres retrataram a maternidade de uma forma naturalizada, o que fez com que por muito tempo a historiografia feminista entendesse esses grupos como coniventes com a cultura dominante. Como aponta Céli Pinto (2003), estes grupos, ao naturalizarem o papel de mãe das mulheres, não contribuíram para a transformação do gênero feminino na sociedade. Em contrapartida, algumas autoras e autores têm buscado entender esses movimentos através de um outro prisma: o da politização da maternidade.

Nesses trabalhos pontua-se que a maternidade não implica apenas transformações biológicas às mulheres, mas impacta as suas expectativas sociais e culturais. Sendo um elemento presente nas experiências femininas, a maternidade influencia a construção de identidades subjetivas (ZARCO, 2011). É importante ressaltar que os signos da maternidade estão em constante disputa na sociedade, a partir de discursos religiosos, médicos e, também, do movimento feminista.

Neste capítulo, apresento a luta das integrantes da UMRG por memória, verdade e justiça às vítimas do Massacre da Linha do Parque. Para um melhor entendimento sobre a resistência das trabalhadoras, julgamos importante discutirmos a história do movimento operário da cidade, em um período antecessor do episódio-chave estudado aqui. Parto da ideia de que os espaços urbanos são cenários ativos na construção de identidades coletivas, locais que ocorrem negociações, disputas e solidariedades.

2.1 Rio Grande: espaços urbanos como habitats do proletariado

Durante o período colonial, Rio Grande foi território de disputas bélicas entre Portugal e Espanha, que buscaram conquistar o estado do Rio Grande do Sul, visto às margens do Rio da Prata ser uma região estratégica para o escoamento de mercadorias e do controle marítimo. Para Loner (1999), a ocupação colonial do estado do Rio Grande do Sul foi tardia, no qual vigorou por muito tempo uma economia de caráter predatório, “com as incursões de tropeiros que vinham arrebanhar bovinos para o consumo de mulas para transporte, nas regiões das minas” (1999, p. 52).

Em 1737 Portugal ocupou definitivamente a localidade de Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. O primeiro povoamento português está relacionado com a chegada de uma frota comandada por José da Silva Paes. Conforme Torres (2004), Rio Grande foi um laboratório de experiências culturais, biológicas e de complexas relações entre soldados, europeus, açorianos, negros e grupos indígenas.

Arilson dos Santos Gomes (2014) destaca a presença da população negra desde o século XVIII no município. O autor analisou relatos de viajantes europeus que visitavam a região e observavam a presença de trabalhadores escravizados em diferentes ofícios, como: carpintaria, lavagem de roupas, comércio de verdura e frutas, assim como na construção civil. Outro elemento importante levantado pelo pesquisador foi o mercado de contrabando de pessoas escravizadas nos portos de Rio Grande e de São José do Norte. No movimento contrabandista, se relacionavam autoridades corruptas, compradores de escravizados e membros do Poder

Judiciário. Torres (2004) discorre sobre as redes de sociabilidades negras internacionais na cidade, mesmo diante das dificuldades impostas pelo período.

Loner (1999) aponta para as particularidades da região sul do Rio Grande do Sul, em comparação a região norte do estado. Conforme a autora, na região montanhosa ao norte do estado foram criadas colônias de imigrantes europeus, inicialmente com a chegada dos alemães em 1824. Esses colonos receberam do governo imperial lotes de terras com o compromisso de produzir e colonizar a região. O norte era caracterizado pela pequena propriedade, predomínio da economia da agricultura e pelo desenvolvimento do artesanato e do comércio. Distintamente, no sul ocorreu o desenvolvimento do latifúndio, da pecuária e da escravidão. A diferença na formação sócio-histórica do norte, em relação ao sul, contribuirá para posteriormente serem criados dois polos industriais que não mantinham relações comerciais entre si.

A partir da segunda metade do século XVIII, as charqueadas⁷ passaram a ser instaladas na região de Pelotas, com a criação de estâncias de gado (LONER, 1999). Enquanto Pelotas se sobressaía como unidade produtiva do charque, Rio Grande era o principal porto de exportação dessa mercadoria. Conforme as autoras Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill e Micaele Irene Scheer (2012), no início do desenvolvimento da charqueada, a atual cidade de Pelotas ainda fazia parte da Vila do Rio Grande⁸ e, considerando toda a província, foram encontrados 20.611 escravizados negros, 8.655 indígenas, 5.399 livres e 32.300 brancos, além dos 3.691 recém-nascidos, somando o total de 70.656 habitantes.

O trabalho escravizado foi a base da economia do charque, em condições de trabalho extremamente degradantes. Ainda de acordo com Loner, Gill e Scheer (2012), em 1884, às vésperas da campanha de Abolição da Escravatura, Pelotas era a cidade do estado do Rio Grande do Sul que possuía maior número de trabalhadores escravizados, somando 6.526, enquanto a capital Porto Alegre possuía 5.790, Rio Grande 2.345 e Canguçu 2.080.

Felipe Treviso Bresolin (2023) comenta que, ao longo do século XIX no município de Rio Grande, havia um convívio intenso entre os trabalhadores escravizados, libertos e livres nos locais de trabalho, moradia e lazer, o que tornaria impossível analisar o processo de formação da classe trabalhadora rio-grandina apenas após a abolição da escravatura em 1888.

7 Sobre as charqueadas de Pelotas, sugerimos o livro do historiador Jonas M. Vargas: VARGAS, Jonas M.. Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, séc. XIX). 1. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2016

8 A partir do Decreto Imperial de Dom Pedro I em 1830, a região onde está localizada a atual cidade de Pelotas, é elevada a condição de Vila de São Pedro Francisco de Paula emancipando-se da Vila do Rio Grande (TEJADA, 2019).

Em relação ao Brasil, Mattos (2009) aponta que até o ano de 1850 o trabalho escravizado era dominante não só nos grandes latifúndios e monoculturas brasileiras, mas também nas principais cidades do país. Os escravizados urbanos trabalhavam nos portos, trabalhos domésticos, transportes terrestres, comércio urbano, nas fábricas e em ofícios especializados. Como segue o autor, compartilhando espaços laborais, de moradia e de lazer, os trabalhadores escravizados e livres compartilharam valores, hábitos e de experiências, “inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças na condição jurídica criassem distâncias significativas” (MATTOS, 2009, p. 18).

Conforme Solimar Fraga Martins (2022), o avanço propiciado pela produção do charque na metade sul do Rio Grande do Sul estimulou a economia regional e urbana. O charque produzido em Pelotas era escoado pelos portos rio-grandinos para ser comercializado para o centro/norte do país e para a América Central. Este produto era destinado principalmente para a alimentação dos escravizados. Como aponta

“o desenvolvimento econômico propiciado pelo charque e pelo comércio de exportação e importação levou Rio Grande a um crescimento econômico considerável no século XIX, (...), que desembocaria no investimento do setor industrial” Martins (2022, p. 68),.

O desenvolvimento das charqueadas propiciou o enriquecimento da região, o que contribuiu para o início da industrialização de Pelotas e Rio Grande. Segundo as análises de Loner (1999), o processo de industrialização no estado do Rio Grande do Sul teve seu marco inicial por volta de 1970, delineando a construção de dois polos industriais autônomos: Pelotas-Rio Grande e Porto Alegre, os quais não compartilhavam relações econômicas diretas. A pesquisadora ressalta que esse fenômeno teve início com a fundação da Fábrica Rheingantz em Rio Grande no ano de 1873. Este marco histórico sinalizou o início de uma era de transformações econômicas significativas na região, lançando as bases para o desenvolvimento industrial subsequente.

Diferentemente de Porto Alegre, em Rio Grande se estabeleceram grandes estabelecimentos e poucos ramos industriais: tecelagem, couros, conservas, alimentícios e moinhos (LONER, 1999). Olivia Silva Nery e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2023) comentam que ainda no século XIX foram fundados na cidade outros estabelecimentos comerciais, como: Fábrica Leal, Santos & C (1889) de produção alimentícia, Fábrica de Charutos Pook (1891) e a Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira (1894).

Nery e Ferreira (2023) destacam que o porto e a estação rodoviária foram indispensáveis para o processo de industrialização do município. Rio Grande era um local estratégico para a

fundação de indústrias, na medida que o seu porto marítimo possibilitava a comercialização de suas mercadorias para além do mercado regional, proporcionava uma maior inserção no mercado a nível nacional e exterior.

De acordo com Loner, a constituição da mão de obra operária nos municípios de Pelotas e Rio Grande contou com a forte presença de trabalhadores negros. Ainda conforme a autora (1999, p 232), esse era o grupo que “tinha menor possibilidade de ascender na escala social e, portanto, o maior interessado na conquista e manutenção de posições operárias dentro da sociedade (...)”. Mesmo com a forte presença da população negra trabalhando nas fábricas rio-grandinas, os donos de indústrias beneficiavam os seus patrícios europeus, proporcionando maiores possibilidades de ascensão social a esses.

Bak (2003), ao estudar a greve de 1906 ocorrida em Porto Alegre, comenta que mesmo que os negros formassem a terceira parcela da população urbana, a maioria dos artesãos da cidade eram do sexo masculino e brancos, principalmente imigrantes europeus e seus descendentes. O preconceito racial e a associação dos negros ao crime urbano contribuíram para relegar a maioria dos não-brancos a trabalhos domésticos e mal pagos. Havia uma predileção entre os empresários porto-alegrenses em contratar os imigrantes europeus e seus descendentes.

Nery e Ferreira (2023) enfatizam que Rio Grande consolidou-se como uma cidade caracterizada pela diversidade de idiomas, sotaques e culturas. Em um estudo anterior, constatei que muitos operários de origem europeia chegavam a Rio Grande sem dominar o idioma português, sendo esse aprendizado frequentemente realizado no ambiente fabril (MATOSO, 2019). Outro aspecto relevante é a presença expressiva de operárias nas indústrias, especialmente no setor têxtil.

Esse é o caso da Fábrica Rheingantz, que empregou sobretudo operárias, no qual muitas começavam a trabalhar na empresa ainda meninas. Como uma forma de facilitar a reposição da mão de obra da Fábrica Rheingantz, a empresa criou uma série de políticas assistencialistas voltadas à reprodução do operariado, como: auxílio casamento, auxílio financeiro por nascimento de um filho, criação de creches e escolas (MATOSO, 2021). Essa política assistencialista permitiu que as (os) filhas (os) das operárias trabalhassem na indústria ainda meninas (os), no período inverso ao turno escolar.

Concordando com Joshi (2009), entendo que as fábricas são locais nos quais os trabalhadores e as trabalhadoras formam suas identidades, criam seu próprio regime de tempo e de disciplina, local onde muitos camponeses foram remodelados como operários fabris. Rio Grande foi polo de atração de mão de obra de brasileiros que residiam no interior do país, assim como de estrangeiros europeus. Esses, ao chegarem no município, transformaram aquele local

que lhes era estranho em seu habitat, se apropriando do espaço urbano e imprimindo nele uma nova cultura.

Silva (1996) comenta que a notícia mais remota sobre movimentos grevistas na cidade de Rio Grande data do ano de 1890, quando tecelões e tecelãs da Fábrica Rheingantz deflagraram uma greve que tinha como pauta a demissão de um inspetor pelo tratamento dispensado aos operários. A greve durou cerca de sete dias e envolveu a participação de mulheres, homens e crianças. Não conquistando a reivindicação, foram demitidos oito operários em decorrência da greve.

Em 1901 as trabalhadoras da Fábrica Ítalo-Brasileira participaram de uma greve, por motivos salariais. Silva (1996) comenta também sobre uma greve ocorrida em 1917 no município de Pelotas, em que a operária Amélia Gomes teria discursado chamando suas companheiras para se somarem no movimento afim de lutar em prol da felicidade e bem-estar dos lares. Entre as reivindicações da greve de 1917 encontrava-se a luta contra a carestia de vida, aumento salarial, controle dos preços do aluguel e a regulamentação da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

As entidades formadas pelos trabalhadores são locais em que podemos observar as novas identidades se formando em uma cidade industrial. Esses espaços revelam as redes densas e abrangentes estabelecidas entre aqueles que dependem de sua força de trabalho para subsistência. Essas entidades não apenas desempenham um papel na organização coletiva dos trabalhadores, mas também na construção de laços sociais e identidades compartilhadas no contexto urbano e industrial.

Loner (1999) comenta sobre as redes associativistas criadas pela população negra, entre os anos de 1888 e 1937, nos municípios de Pelotas e Rio Grande com a finalidade de resistir ao preconceito racial e a dominação branca na sociedade. A autora destaca que a luta contra a escravidão uniu trabalhadores brancos e negros, dando início à fundação de associações na década de 1880. Essas associações contribuíram para a valorização das raízes africanas da população pelotense e rio-grandense.

Loner (1999) aponta para o forte vínculo operário dessas associações negras, ressaltando a dupla militância de seus líderes, que muitas vezes atuavam em entidades étnicas e de classe. A dupla militância dos líderes das associações negras foi importante para manter um tom operário nas associações negras, assim como contribuíram nas tentativas de reorganização das entidades sindicais durante a Primeira República.

Em 1883 foi criada a associação carnavalesca Congo, em Rio Grande. Conforme Loner (1999), em comparação a cidade de Pelotas, Rio Grande conheceu menos associações negras,

porém elas tiveram maior tempo de existência. Em 1885 foi fundado o dramático Recreio Operário e que perdurou até a década de 1930, formada por trabalhadores negros. Essas associações foram primordiais para a construção de uma identidade coletiva, assim como da valorização da cultura afro-brasileira.

Benito Bisso Schmidt (1999) comenta que Rio Grande se destacou como um dos principais núcleos do movimento operário do Rio Grande do Sul. Como já abordamos anteriormente, o município é conhecido como “a cidade vermelha” por sua história de organização dos trabalhadores e trabalhadoras. As primeiras tentativas de organização do operariado rio-grandino datam de 1892, com a criação da Liga Operária. Com duração efêmera, a entidade dura apenas cinco meses.

Anos mais tarde, criou-se oficialmente no Primeiro de Maio de 1893 a Sociedade União Operária (SUO). A data de fundação da entidade era simbólica, visto este ser o Dia Internacional do Trabalhador. O Primeiro de Maio se tornou um dia importante na vida operária de Rio Grande, que buscou ao longo de sua história realizar atividades comemorativas e de caráter reivindicatório como um ritual promotor da construção da identidade de classe.

Apesar de sua orientação ser socialista, a SUO era heterogênea, possuindo militantes anarquistas e mutualistas (Schmidt, 1999). A entidade foi local de conflitos e negociação entre diferentes grupos políticos, espaço em que alianças entre tendências políticas foram realizadas. A SUO foi a principal entidade de representação de classe de Rio Grande, visto o tempo de sua durabilidade, de 1893 a 1968, e o seu caráter abrangente. Entre as finalidades da entidade, se insere a reivindicatória, mutualista e assistencialista.

Marcos César Borges da Silveira (1999), em seu estudo sobre o teatro operário no município de Rio Grande, narra que a SUO ao longo de sua história integrou uma rede ampla de solidariedade, mantendo contato com as seguintes entidades operárias: União Operária de Bage, União Operária de Pelotas, a Federação Operária do Paraná, Clube Caixeral do Maranhão, Clube Caixeral de Pelotas e o de Jaguarão, Associação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, assim como com personalidades ligadas ao movimento operário do Uruguai e da Argentina. Para o autor, essa rede de solidariedades era vital aos momentos de agitação política, como o apoio a greves.

O campo educacional também era objeto de debates e discussões entre os trabalhadores brasileiros, que viam na instrução um dos principais meios para alcançar a igualdade e promover a conscientização social. Bilhão (2006) investigou os conflitos entre anarquistas e católicos em relação à educação dos trabalhadores durante a Primeira República. Como ressalta a autora, a concepção federativa e liberal do Governo Federal proporcionou uma maior

autonomia para os municípios e estados brasileiros em questões educacionais, criando um amplo espaço para iniciativas educativas fora do controle estatal. Nessa disputa, a imprensa desempenhou um papel crucial como instrumento utilizado tanto pelos católicos quanto pelos anarquistas para difundir seus ideais e projetos pedagógicos. Os anarquistas adotavam concepções racionalistas de ensino, defendendo a primazia da razão e a aplicação da racionalidade pedagógica, além de reivindicarem que a escola deveria ser desvinculada tanto do poder público quanto dos empregadores. Como comenta bilhão (2016) em outro artigo, isso evitaria o domínio da burguesia e do Estado sobre o operariado.

A SUO foi a primeira entidade classista no Rio Grande do Sul a disponibilizar educação aos trabalhadores no Rio Grande do Sul (Corrêa, 1897). Em 1894 a sociedade criou uma escola destinada aos filhos dos operários e operárias. A SUO acreditava que a instrução era essencial para a emancipação do povo, realizando atividades voltadas a essa finalidade. É importante comentar que o índice de analfabetismo no estado era alto nesse período. Entre um total de 1.149.079 habitantes gaúchos existentes em 1890, 774.689 eram analfabetos (FEE, 1981). Entre os analfabetos, havia 367.549 homens e 407.140 mulheres. Logo, as escolas criadas por entidades de classe eram instituições que buscavam modificar essa realidade brasileira.

Vargas, Santos e Vargas (2016) analisaram o currículo da escola criada pela SUO e identificaram diferenças no ensino destinado às meninas e aos meninos. As turmas eram separadas por sexo e as estudantes tinham sua educação voltada para as tarefas domésticas, como, por exemplo, aulas de bordado. Aos alunos homens, as matérias eram direcionadas exclusivamente ao conteúdo científico. Conforme os autores, apesar das meninas também terem aulas relacionadas à ciência, esse era reduzido pela metade em relação às aulas dos meninos, já que a outra metade do conteúdo estava focado para que elas se transformassem em futuras “donas de casa”.

Os autores também apontam que neste período havia poucas escolas para as meninas, havendo um descaso com a instrução feminina. Logo, a SUO foi importante no processo de escolarização das mulheres. Ainda sobre o currículo das turmas femininas, Vargas, Santos e Vargas (2016) comentam que além das aulas de bordado, eram desenvolvidos conteúdos de leitura e aritmética e, em alternância, gramática e História do Brasil.

Silveira (1999) ressalta que tanto para os socialistas quanto para os anarquistas a educação era vista como um meio importante para a emancipação do operariado. Compreendendo a importância da instrução, as entidades classistas assumiram uma série de tarefas com essa finalidade e o teatro operário foi uma delas. De acordo com o autor, o teatro apresentava um aspecto vantajoso frente às demais atividades culturais promovidas pelos

trabalhadores organizados, pois conseguia abarcar um público maior, em grande parte composto por pessoas analfabetas.

Já em 1902, a SUO criou o Grêmio Lyrico Dramático. Conforme Schmidt (1999), as peças teatrais do grêmio eram encenadas em datas comemorativas, ao exemplo do Dia Internacional do Trabalho. As peças tinham conteúdo ideológico, vistas como um instrumento de instrução e de conscientização do operariado rio-grandino. O público das peças teatrais eram as famílias operárias que frequentavam o Grêmio como uma forma de lazer e de sociabilidade.

Em um estudo sobre o Grêmio Lyrico Dramático, Silveira (1999) ressalta os usos políticos-pedagógicos dos teatros operários, que eram entendidos como um instrumento cultural à serviço da construção de uma identidade operária, que buscava formar um sistema de crenças, valores e sentimentos na classe trabalhadora rio-grandina. De acordo com o autor, até o ano de 1930 o

Grêmio ofertou mais de 90 sarais dramáticos. E, durante os cinco primeiros anos, foram apresentados em torno de 40 sarais, constituindo em média 8 espetáculos por ano.

Outro grupo teatral importante criado no município de Rio Grande foi o corpo cênico Grêmio Dramático Filhos do Trabalho, formado por trabalhadores negros. Um de seus participantes foi o líder sindicalista, advogado e político brasileiro Carlos da Silva Santos. Como comenta Loner (1999), a atuação de Carlos no grupo cênico foi elogiada pelo periódico *A Evolução* na década de 1930.

Além do Primeiro de Maio, outra data importante para o movimento operário e popular rio-grandino era o Treze de Maio. Loner (1999) comenta que para a população negra a comemoração da data em alusão a abolição da escravatura era um ponto de honra. O movimento negro e o movimento operário buscaram não apagar da memória o Treze de Maio, promovendo festas e atividades neste dia de luta. A autora destaca o papel das mulheres negras na promoção da comemoração no ano de 1894, devido à ausência dos homens, que estavam participando da Revolução Federalista. Além das associações negras, os anarquistas e comunistas buscavam corroborar nas atividades do Treze de Maio.

Uma entidade que buscou promover atividades em alusão ao Treze de Maio foi a União das Mulheres Riograndinas (UMRG), que organizava atividades na sede da SUO em comemoração à data. Entre os anos de 1946 e 1949, foram encontrados ofícios nos quais a UMRG solicitava o uso da sede da SUO para comemorar o aniversário da Abolição da Escravatura (Matoso; Schneider, 2021).

Há poucas fontes históricas sobre a UMRG entre o ano de sua fundação a data do Massacre da Linha do Parque, 1946 a 1950. Sabe-se, através de um ofício enviado pela entidade

à SUO que sua primeira diretoria estava composta por um número considerável de mulheres. A diretoria estava constituída pelos seguintes nomes e cargos:

Altina Albuquerque (presidente), Guaraciaba Silva (Vice-presidente), Iria Moraes (1º secretária), Lucia Lopes (2º secretária), Valdivia Fernandes (1º tesoureira) Otilia Lins Ribeiro (2º secretária). Na diretoria constava os nomes: Lenira Borges, Martina Leal, Elodina Braga, Pulcheria Ferreira, Djanira Silva e Antonieta Gautério. E na comissão de contas: Alaides Silva, Julieta Jardim e Alaides Vieira (União das Mulheres Riograndinas, 16 de julho de 1946, p. 1).

A partir do cruzamento de fontes, identificamos ao menos três militantes do PCB na nominata da diretoria: a enfermeira Guaraciaba Silva, Iria Moraes e a Julieta Jardim. De acordo com a ficha de filiação⁹ de Iria Mores, ela tinha profissão doméstica, possuía 38 anos de idade no ano de 1945, era mãe de duas crianças, estado civil casada e se filiou ao PCB no dia 1º de agosto de 1945.

Não sabemos se Iria Moraes trabalhava como trabalhadora doméstica em sua residência em um trabalho não remunerado, ou se trabalhava na residência de terceiros através de remuneração. Algo semelhante ao caso da Sulma Pinto, também militante da UMRG e do PCB, que também é descrita como profissão doméstica em fontes da imprensa e em processos criminais. Todavia, mesmo diante da imprecisão, em consonância com o debate teórico que realizamos na introdução deste trabalho, chamaremos de trabalhadoras domésticas mulheres que trabalhavam na residência de terceiros ou em seus próprios lares.

Um elemento importante de se mencionar é que o processo-crime aberto após o Massacre da Linha do Parque categoriza a maioria das trabalhadoras que prestavam depoimentos à polícia como profissão doméstica, mesmo que em outras fontes nós identifiquemos que algumas depoentes possuíssem profissões diferentes. Esse é o caso da vereadora Guaraciaba Cardoso Silva, que é descrita pelo escrivão de polícia como “profissão doméstica”, mesmo que saibamos que Guaraciaba era enfermeira e, esporadicamente, trabalhava em um comércio no qual seu marido era o proprietário, uma banca de jornais, revistas e armarinho¹⁰.

A historiadora Marluce Dias Fagundes (2018) também encontrou essa dificuldade de precisão quanto a profissão das mulheres estudadas por ela a partir de fontes criminais. Em sua

9 Ficha de filiação anexada no processo-crime, p. 178. In: Idem.

10 Conforme consta no inventário de seu marido Antônio Teixeira e Silva, p. 3. In: RIO GRANDE DO SUL. Cartório de órfãos e ausentes. Inventário de Antônio Teixeira e Silva – 1960. Documento n.º: A17488893. Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ).

pesquisa sobre honra, moral e violência em Porto Alegre nos “anos dourados”, ela identificou que apesar de no termo de declaração e/ou no corpo de delito constar que as vítimas de crimes de violência sexual tinham “profissão doméstica”, nas falas das depoentes apareciam referência à outras profissões. Para a autora, esse fato decorre de como a mulher era vista pela Justiça brasileira, que não esperava que o sexo feminino ocupasse outras profissões que não fossem ligadas ao privado, ao trabalho de cuidado e reprodutivo.

É possível que o escrivão da polícia de Rio Grande encarregado do processo-crime relacionado ao Massacre da Linha do Parque preenchesse automaticamente as informações sobre a profissão das depoentes, sem questioná-las sobre seu ofício. Era uma expectativa social que as mulheres desempenhassem suas atividades principalmente em suas residências, dedicando-se aos cuidados de seus familiares e às tarefas domésticas.

Voltando à fundação da UMRG no município de Rio Grande, o jornal Tribuna Popular publicou uma matéria intitulada “Organizam-se as mulheres no Rio Grande”. Conforme a matéria:

Rio Grande. Foi recentemente fundada nesta cidade a União das Mulheres Riograndinas”, que congrega grande número de mulheres. A finalidade desta organização é a luta pelas reivindicações femininas mais urgentes. Conscientes da necessidade de lutar organizadamente por seus interesses, inúmeras senhoras deram o seu apoio à entidade recém-criada (Tribuna Popular, 6 de agosto de 1946, p.1).

A matéria não informava quais seriam as reivindicações “femininas mais urgentes”, mas apontava o apoio que a entidade recebeu ao ser criada. Sendo um periódico com influência do PCB, talvez a exaltação do apoio e a menção ao grande número de sócias fosse um recurso estratégico de propaganda-incentivo a organização feminina. A matéria também é um indicativo de que a UMRG fazia parte da orientação nacional do PCB de criação de entidades voltadas às trabalhadoras.

Sob orientação nacional, os núcleos do PCB deveriam criar uniões femininas com o objetivo de retomar o trabalho de base deste setor e organizar as lutas a partir das demandas cotidianas apresentadas pelas mulheres pobres brasileiras. Com uma política mais aberta ao cotidiano das trabalhadoras e as suas reivindicações, as uniões femininas buscavam dialogar com as trabalhadoras a partir de um discurso maternalista. As integrantes das uniões femininas procuraram criar um método de organização que fosse atrativo para as mulheres, trabalhadoras domésticas não remuneradas e com baixa escolaridade. Nesse método o discurso maternalista era evocado, recorrendo ao papel social da mulher enquanto mãe e esposa (SOARES, 2021).

No ano de 1950, a presidenta da UMRG era a parteira Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. Como veremos no terceiro capítulo, quando a parteira respondeu o seu terceiro

processo criminal envolvendo o crime de aborto, seu advogado de defesa foi o já citado Carlos da Silva Santos, que havia se formado em Direito recentemente, em 1950, aos 46 anos de idade. Observa-se a articulação entre diferentes setores da sociedade, assim como constata-se a solidariedade entre Carlos e Guilhermina.

No próximo subcapítulo analiso o episódio-chave da presente pesquisa, o Massacre da Linha do Parque. Para isso, utilizarei processos criminais, fontes da imprensa, boletins e panfletos e entrevistas realizadas com sindicalistas de Rio Grande. Busco analisar a organização do Primeiro de Maio rio-grandino, a atividade realizada na Linha do Parque e as disputas em torno dos sentidos do conflito que levou à morte de três operários, uma operária e um policial.

2.2 A Organização do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande

O Dia Internacional do Trabalhador é tradicionalmente uma data importante para o movimento operário, sendo um componente na construção da identidade operária. As atividades organizadas em alusão a essa data têm como um dos objetivos representar os símbolos de identificação internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras. É uma data que busca valorizar a figura do trabalhador e apresentar o emblema da distinção entre as classes que produzem e aquelas que exploram o trabalho alheio (BILHÃO, 2008).

Conforme Michelle Perrot (2021), que estudou o Primeiro de Maio na França em 1890, a data é um ato político, em que os socialistas buscaram dar uma unidade política e cultural através da pedagogia da festa. A autora comenta que a deliberação da invenção do Dia Internacional do Trabalhador está ligada ao nascimento da Segunda Internacional e surge da vontade de mostrar a força do proletariado pela simultaneidade da demonstração. Nesse sentido, “trata-se de dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo” (PERROT, 2021, p. 136).

O evento em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador de 1950 em Rio Grande foi amplamente divulgado via distribuição de panfletos, anúncios na rádio local, assim como em conversas nos locais de trabalho e de lazer. O sindicalista metalúrgico e militante do PCB na época Antônio Rodrigues, em uma entrevista realizada no ano de 1994, comentou sobre a atuação da comissão de organização do evento. Ao ser perguntado sobre como as pessoas ficaram sabendo das atividades organizadas, respondeu:

Olha... a comissão promotora da festa, que era uma comissão bastante ampla e popular. Não se limitava apenas ao movimento sindical, ao sindicato, aos

operários. Procurou divulgar por todos os meios, através da imprensa, do rádio e através de boletins, de panfletos feitos por determinação da comissão promotora da festa. De modo que toda a população tomou conhecimento de que naquele dia se realizaria uma festa popular comemorativa, a data máxima da classe operária, que é o Primeiro de Maio (RODRIGUES, 13 de outubro de 1994, p. 1).

Percebemos na narrativa de Antônio o significado que a data representava para ele, sendo descrita como “a data máxima da classe operária”. Analisamos em sua entrevista a valorização em ser operário e a presença de uma identidade que busca exaltar o viver da sua força de trabalho e que enxerga nas atividades promovidas no Primeiro de Maio uma espécie de ritual para enaltecer a figura do trabalhador.

Ao responder se haviam mais homens ou mulheres na organização do Primeiro de Maio de 1950 Rio-grandino, Antônio afirmou que “eu acredito que predominou o sexo masculino. A maioria das pessoas que participaram e que... até iniciaram a preparação da festa predominou o homem, o trabalhador, o operário” (RODRIGUES, 1994, p. 1). Em sua justificativa de ter predominado os homens na organização da atividade, a figura do trabalhador e do operário aparecem quase como sinônimos do gênero masculino.

Todavia, mais adiante, na mesma entrevista, Antônio comenta que as empresas têxteis da cidade empregavam em sua maioria mulheres: “(...) para ti ter uma ideia a Fábrica Rheingantz, que hoje está reduzida aí, a um número ínfimo de trabalhadores... na época era cerca de duas mil ou mais pessoas, predominantemente mulher” (RODRIGUES, 1994, p. 2). Por mais que no imaginário do operário a figura do trabalhador fosse sinônimo do gênero masculino, a existência de trabalhadoras não era invisível aos olhos do narrador.

Antônio comenta que na época a UMRG era o “movimento popular” que organizou o Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande. O trabalhador fala que “a festa se tornou muito ampla, então tinha elementos de toda... componentes de uma sociedade rio-grandina: pessoas que foram atraídas pela propaganda” (RODRIGUES, 1994, p. 1). A UMRG aparece na fala de Antônio como um movimento popular e deve ser compreendida a partir do contexto da época.

Alves (2017) discorre sobre as tensões e conflitos que o termo feminismo sofreu ao longo do tempo. A autora comenta que até a década de 1960 havia uma rejeição ao termo entre as mulheres próximas às esquerdas. Em relação às comunistas, essas buscavam se distanciar da denominação feminista, por entenderem que a luta desempenhada pelo setor que se autointitulava feministas no Brasil, organizadas na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), era inapropriada para a realidade do país e que havia problemas mais

urgentes a serem discutidos como: carestia de vida, falta de moradia e exploração das trabalhadoras e trabalhadores.

O movimento feminista era entendido pelas comunistas como uma luta pequeno-burguesa, que não contemplava as demandas da classe trabalhadora. Ao buscar se distanciar dessa nomenclatura, as comunistas intitulavam os núcleos específicos do gênero feminino criados pelo partido como “movimento de mulheres”, “movimento feminino”, ou “movimento popular”. Nesse sentido, a fala de Antônio não está deslocada do próprio entendimento que as comunistas tinham sobre as entidades que elas construía.

A costureira Doralice Laquimann de Oliveira, em um interrogatório prestado à polícia no dia 14 de junho de 1950, comentou que soube da atividade que iria ser realizada na Linha do Parque na véspera de sua realização, através de um convite feito pela rádio local¹¹. A costureira acrescentou que, como sua irmã e a sua mãe estavam visitando-a na cidade, resolveu as convidar para irem até o churrasco. Doralice era militante do PCB e amiga de Sulma Pinto, também militante do partido e da UMRG.

De acordo com a ficha de filiação de Doralice ao PCB constante do mesmo inquérito (ver figura 1), ela ingressou no partido no dia 15 de maio de 1946, quando tinha 40 anos de idade. Era de profissão doméstica, não possuía filhos e o seu estado civil era casada. No mesmo interrogatório, Doralice disse ser amiga de infância de Euclides Pinto, pedreiro que em 1950 era um dos dirigentes locais do PCB. Comentando sobre a sua adolescência e a sua relação com Euclides, Doralice afirmou que os dois costumavam a ir a bailes juntos.

Figura 1 - Filiação de Doralice L. de Oliveira ao PCB

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Comitê Municipal de Rio Grande
FICHA DE FILIAÇÃO Nº 420

1) Nome: Doralice Laquimann de Oliveira
2) Profissão: Doméstica
3) Estado Civil: Casada
4) Salário Mensal: —
5) Idade: 40 anos
6) Estado Civil: Casada
7) Data de ingresso no Partido: 15 de Maio 1946
8) Propositor: Euclides Pinto
9) Residência: Rua General Abreu 247

Doralice L. de Oliveira

Fonte: Secretaria De Justiça. Processo Crime Contra Antônio Rechia, Et Al. Silva. – 1952.

Documento N.º 420. Arquivo Público Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

11 Depoimento prestado por Doralice Laquimann de Oliveira a polícia no dia 14 de junho de 1950, p. 28. In: idem.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Comite Municipal de Rio Grande
FICHA DE INSCRIÇÃO N.º 402

1) Nome: Iria Barbosa Moraes
2) Profissão: Domestica
3) Local de Trabalho: ---
4) Salário Mensal: --- Eleitor? sim
5) Idade: 38 anos Sindicalizado? ---
6) Estado Civil: casada Quantos filhos? 2
7) Data da admissão no Partido: 1º de agosto de 1945
8) Proponente: Lourival Albuquerque
9) Residência: Rua 24 de maio 415

Iria Barbosa Moraes
PROPOSTO

SECRETARIO DO C. M.

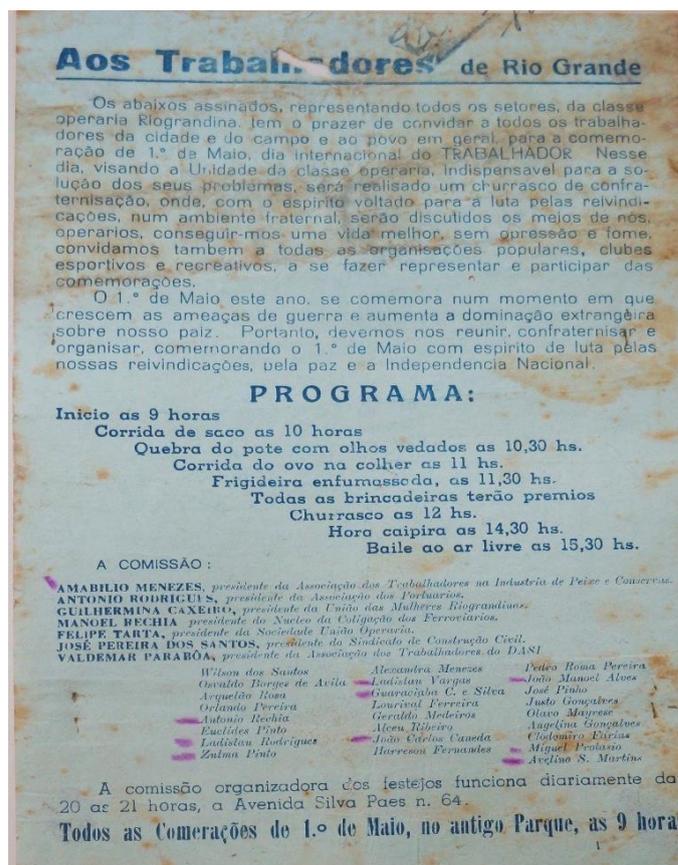
Fonte: Secretaria De Justiça. Processo Crime Contra Antonio Rechia, Et Al. Silva. – 1952.

Documento N.º 420. Arquivo Público Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

Doralice, Iria Moraes (ver figura 2) e Angelina Gonçalves entraram no partido após ele conquistar a legalidade em 1945. Diferente de Doralice e Iria, a ficha de filiação de Angelina nunca foi encontrada, mas em uma matéria publicada pelo jornal Voz Operária no dia 12 de julho de 1952, comenta-se que “Angelina, exemplo de mulher operária, ingressou no PCB no ano de 1945” (Voz Operária, 12 de junho de 1952, p. 2).

De acordo com o panfleto de divulgação (ver figura 3) do Primeiro de Maio de 1950, representantes de diferentes entidades classistas participaram da organização do evento, entre elas: Sindicato da Construção Civil, Associação dos Trabalhadores da DASI, Associação dos Portuários, Sociedade União Operária, Núcleo da Coligação dos Ferroviários, Associação dos Trabalhadores da Indústria de Peixe e Conservas.

Figura 3 - Panfleto De Divulgação Da Atividade De Primeiro De Maio De 1950 Ocorrida No Município De Rio Grande



Fonte: Secretaria De Justiça. Processo Crime Contra Antônio Rechia, Et Al. Silva. – 1952.

Documento N.º 420. Arquivo Público Do Estado Do Rio Grande Do Sul.

Nesse panfleto era ressaltada a importância da união entre os trabalhadores do campo e da cidade na comemoração do Dia Internacional do Trabalho, apontando que só assim se resolveria os problemas da classe trabalhadora. O panfleto era um convite aos trabalhadores se reunirem no Parque Rio-grandense, local onde passavam os bondes da cidade, para a realização de um churrasco e atividades lúdicas que iniciariam às 9 horas do dia Primeiro de Maio de 1950. Entre as reivindicações representadas no panfleto se encontram: a luta pela paz, pela independência nacional e contra a fome.

Ainda sobre o panfleto, era informado o endereço em que as reuniões para a organização do Primeiro de Maio de 1950 ocorriam. Buscava-se mobilizar os trabalhadores para a construção do Dia Internacional do Trabalhador daquele ano, demonstrando que a organização da atividade não se pretendia restrita a um partido ou a uma entidade. O endereço indicado no panfleto era a casa do militante da SUO e do PCB Amábilio dos Santos Menezes.

No dia 28 de abril de 1950, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras compareceram à Câmara Municipal de Rio Grande com o objetivo de convidar os presentes a se somarem nas atividades em alusão ao Dia Internacional do Trabalho. Em um documento entregue pelo grupo e que se encontra anexado na ata da referida sessão, podemos explorar a análise destes referentes à conjuntura política internacional e o Primeiro de Maio daquele ano:

Mas, esse Primeiro de Maio de 1950 assume importância especial. Os trabalhadores do mundo comemoram a data, como classe de poder, já são a classe dirigente. Na União Soviética, são uma classe completamente livre da exploração do capital, e em marcha vitoriosa para a sociedade comunista. Em numerosos países das democracias populares, os trabalhadores estão no poder, e controlam os restos do capitalismo ainda existente em seus países em marcha acelerada para o socialismo (Ata Câmara Municipal n.º. 391, 28 de abril de 1950, p 1).

Percebe-se na visão do grupo que redigiu o documento o otimismo referente ao crescimento da importância da classe operária na política internacional, sendo ressaltado que na União Soviética os trabalhadores já haviam conquistado o poder via eleitoral ou insurreição. O documento mescla reivindicações internacionais e locais e provavelmente foi escrito por membros do PCB. Sobre a situação brasileira, era comentada a importância da luta anti-imperialista, contra o fascismo e contra a guerra, na defesa da paz.

Conforme Ribeiro (2008), a campanha pela paz foi uma orientação internacional, sob liderança de Stálin, aos partidos comunistas de todo o mundo, com o objetivo de criar uma linha geral que consistisse em formar uma frente ampla antiamericana após o início da Guerra Fria em 1947. No Brasil, conforme o autor, foram formados comitês pela paz nas cidades, bairros e nas empresas brasileiras, construídos pelos comunistas e seus simpatizantes, o que parece corroborar que o documento entregue na Câmara Municipal do Rio Grande foi redigido por militantes do PCB e/ou simpatizantes.

Clodomiro Farias, em um interrogatório na polícia no dia 11 de maio de 1950¹², comentou que fez parte de uma comissão que tinha como tarefa participar de uma sessão da Câmara Municipal do Rio Grande e convidar os vereadores presentes a se unirem as atividades organizadas para o Dia Internacional do Trabalho daquele ano. O operário era filiado ao PCB e mesmo após o partido entrar na ilegalidade, disse que seguia fiel aos princípios comunistas. Clodomiro, no mesmo depoimento, comentou que “duas senhoras” (cujo nome disse não lembrar) fizeram parte da comissão.

12 Depoimento concedido por Clodomiro Farias à polícia no dia 11 de maio de 1950, p. 26. In: Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Sabe-se, através de um depoimento prestado por Napoleão Carlos de Azevedo à polícia no dia 5 de julho de 1950¹³, que as mencionadas “senhoras” eram Angelina Gonçalves e Sulma Pinto, integrantes da UMRG e do PCB. Ainda conforme Ribeiro (2008), as mulheres eram incentivadas a participar dos comitês pela paz e a se organizar em associações. Acreditava-se que a sensibilidade materna era essencial na luta pela paz. Como veremos adiante, em Rio Grande, a UMRG foi responsável por colher assinaturas contra a bomba atômica e a Guerra na Coreia.

Além da luta pela paz e contra a bomba atômica, estava entre as reivindicações do Primeiro de Maio de 1950 de Rio Grande a luta pelo aumento salarial, liberdade sindical, a luta contra o governo de Eurico Gaspar Dutra e o seu alinhamento com os interesses norte-americanos. De acordo com o documento entregue à Câmara Municipal, o Primeiro de Maio daquele ano ia ser comemorado em um período de intensificação da luta de classes, em que “as classes dominantes, abertamente aliadas aos colonizadores nazis ianques, em que se apoiam para desencadear a mais exploração e opressão contra a classe operária, liquidando seus direitos políticos” (Ata n.º. 391, 28 de abril de 1950, p. 2). Os direitos políticos a qual o documento se referia eram o fechamento de associações sindicais, aumento do custo de vida e o rebaixamento dos salários.

Ainda era debatida a questão da Guerra Fria, apontando que os trabalhadores “(...) não poderão apoiar os Estados Unidos numa guerra de agressão contra a União Soviética, a pátria dos trabalhadores de todo o mundo” (Ata n.º. 391, 28 de abril de 1950, p. 2). No documento, era mencionada uma suposta propaganda em defesa do imperialismo e dos Estados Unidos que havia sido iniciada no Brasil. Um dos meios de difusão dessa propaganda era o programa de rádio "Honra e Mérito", sediado na cidade do Rio de Janeiro. Em um de seus episódios, o programa abordou a luta em defesa dos direitos políticos das mulheres, afirmando que essa causa era liderada pela militante Berta Lutz, em colaboração com parlamentares brasileiros. Como segue o texto em sua crítica à visão do programa:

E isso porque a mulher brasileira vive para o lar, é toda doçura, e todo amor, e não tem vocação para a vida pública, para a luta, como se as mulheres brasileiras não vivessem nas fábricas, nos campos, nas repartições, trabalhando e lutando junto com os homens. Como se as mulheres trabalhadoras não enfrentassem a mesma opressão e miséria dos demais trabalhadores, e não estivessem todos os dias nos dando exemplos admiráveis de combatividade, de amor à pátria e de seus anseios de liberdade, como é o caso das mulheres grevistas de Cruzeiro, que cobriram, com seus corpos, o

13 Depoimento prestado por Napoleão Carlos de Azevedo à polícia no dia 5 de julho de 1950, p. 65-66. In: Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

leito da Estrada de Ferro, impedindo a passagem dos trens, obrigando, dessa forma, ao governo pagar os salários atrasados (Ata Câmara Municipal 391, 28 de abril de 1950, p. 4).

O texto ressalta que a representação de Berta Lutz como uma figura que sozinha, com o apoio dos parlamentos, conseguiu avançar na luta em defesa dos direitos políticos e sociais das mulheres fazia parte da campanha iniciada no país com o objetivo de afastar as mulheres da luta. Nessa tentativa, era evocado o modelo de feminilidade da época para criar uma imagem de que o espaço público e político não estava de acordo com as características do sexo feminino. Ao refutar essa ideia, o documento apontava que essa visão apagava a experiência das mulheres e a sua inserção no mercado de trabalho e nas lutas travadas pela classe trabalhadora. Era colocado que as mulheres viviam a mesma opressão e miséria dos demais trabalhadores, assim como estavam presentes na luta operária, sendo elas símbolo de combatividade.

Nesse documento, era ressaltado que o programa Honra e Mérito era uma ofensa às mulheres, ao dizer que Berta Lutz foi uma militante que sozinha lutou pela emancipação feminina. Isso contribuía para a construção de uma ideia errônea sobre a mulher em geral, “como se ela fosse uma massa disforme sem vontade e expressão”. Ao final do texto era dito que essa representação da mulher como sem vontade e expressão tinha um intuito, visto que o patrocinador do programa era a empresa norte-americana Standart Oil, “que com o dedo do imperialismo, lançando veneno, para amortecer o espírito de luta do nosso povo, de nossas mulheres” (Ata n°. 391, 28 de abril de 1950, p.2).

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética se acusaram mutuamente. A imprensa brasileira foi uma grande aliada na construção do imaginário negativo dos comunistas, que os representavam como “inimigo”, “o outro indesejável”, “maus” “ateus” e “agitadores extremistas” (RIBEIRO, 2007). Nesses discursos da imprensa brasileira alinhada aos interesses dos Estados Unidos, era anunciado que o grande inimigo que iniciaria o conflito que levaria a uma nova guerra mundial seria a URSS e a sua política de expansão. Em contrapartida, os militantes comunistas alinhados à URSS procuravam elucidar sobre as bombas atômicas jogadas em Hiroshima e Nagasaki, em matérias didáticas publicadas pelo jornal Voz Operária, informando sobre seus efeitos, e se apresentando como os defensores da paz.

Podemos perceber que a polarização expressa na Guerra Fria estava presente também nos projetos em disputa acerca da emancipação das mulheres. Para o grupo pecebista que entregou o documento na Câmara de Vereadores de Rio Grande, contar a história do feminismo a partir somente da atuação de Berta Lutz, apagando a resistência das trabalhadoras, fazia parte

de uma “propaganda imperialista” norte americana com o objetivo de distanciar a mulher do mundo da política, da luta de sua classe.

O estudo de Soares (2021) sobre a atuação das mulheres comunistas nos ajuda a compreender a crítica à FBPF presente no documento entregue pela comissão de organização do Primeiro de Maio de 1950 de Rio Grande à Câmara de Vereadores da cidade. Soares comenta que entre os anos de 1946 e 1948, as militantes do PCB participaram de eventos promovidos pela FBPF, através de representantes do Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC)¹⁴ e do jornal Momento Feminino. Todavia, a partir de 1948, as mulheres que compunham as uniões femininas analisaram que o acirramento do anticomunismo no Brasil tornava inviável o diálogo e o clima cordial com as feministas organizadas na FBPF.

O documento entregue à Câmara de Vereadores de Rio Grande reforça as observações de Fraccaro (2016) sobre as pressões e críticas enfrentadas pela FBPF durante seu período de atuação. Ele indica que os projetos relacionados à igualdade entre homens e mulheres na sociedade foram marcados por conflitos e disputas. Tanto as trabalhadoras, independentemente de serem ou não militantes comunistas, quanto o movimento operário e feminino, estiveram envolvidos nessas disputas. O texto também destaca que na década de 1950 a luta pela emancipação das mulheres era objeto de debate no cenário do movimento operário e feminista.

O documento submetido à Câmara Municipal, conforme transcrito anteriormente, evidencia a crítica do grupo político responsável pela organização do Primeiro de Maio de 1950 à tradicional domesticidade feminina. Essa abordagem contribuiu para reforçar a posição de que as mulheres não se limitavam ao âmbito doméstico, mas desempenhavam papéis ativos no cenário público como cidadãs, integrando a classe trabalhadora e participando ativamente do movimento por ela construído. Destaca-se, assim, a problematização do papel social atribuído às mulheres na sociedade, revelando os conflitos entre os modelos de feminilidade predominantes na época e as experiências das trabalhadoras.

Retornando ao dia 1º de maio de 1950, as atividades tiveram início às 9 horas no Parque Rio-grandense, um local simbólico devido à passagem frequente de bondes da cidade, que transportavam diariamente uma considerável quantidade de trabalhadores e trabalhadoras. Durante o evento, foram instaladas bancas de bebidas, churrasqueiras e um sistema de som com microfone e alto-falantes para possibilitar discursos por parte dos participantes.

14 De acordo com Soares (2021), o IFSC foi criado com o objetivo de viabilizar a construção da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) e prestar assistência às Uniões Femininas espalhadas pelo território brasileiro.

Antônio comenta em sua entrevista que a escolha do local para a realização do churrasco se deu pela facilidade de locomoção, pois era onde os bondes circulavam. Conforme sua entrevista:

Entre outras razões que já citei, do espaço ser amplo, se comportar assim milhares de pessoas reunidas, comemorando, festejando. Ocorria que ali também era o terminal de uma linha de bonde, já que o transporte da época era o bonde elétrico. E ali era terminal da linha do bonde, denominada de linha do parque, “bonde parque”. Destino que ia ao parque e voltava, era o parque municipal. Ainda hoje pertence à prefeitura. Então a razão era a facilidade de loco... de levar o pessoal do centro ao local da festa (RODRIGUES, 12 de outubro de 1994, p. 4).

Podemos constatar que os trabalhadores se apropriaram de um espaço por onde transitavam os corpos fatigados de extensas jornadas de trabalho, a caminho de suas casas para descanso, antes de retornarem no dia seguinte para mais um turno laboral. Esse local foi revestido de um significado - o de união operária e resistência. Transformou-se em um ponto de encontro onde os corpos operários se encontravam.

Após o Massacre da Linha do Parque, o Parque Rio-grandense foi rebatizado como Parque do Trabalhador. Segundo Angues (2022), essa mudança de nomenclatura resultou da atuação da Frente Popular na cidade, que, apesar de sua representação limitada no Poder Legislativo entre 1989 e 1992, buscou consolidar o local como uma referência memorial ao Primeiro de Maio de 1950. Angues destaca que a Frente Popular buscava não apenas consolidar o local como uma referência memorial ao Primeiro de Maio de 1950, mas também como um espaço de homenagem aos trabalhadores rio-grandinos.

Até o momento, exploramos as demandas apresentadas pelo grupo que coordenou as atividades do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande, ao mesmo tempo em que analisamos a perspectiva desse grupo sobre a conjuntura política nacional e internacional da época. Evidenciamos a presença de militantes da UMRG entre os organizadores do evento, sugerindo que o debate sobre as lutas femininas no documento entregue à Câmara Municipal pode estar relacionado à participação ativa da UMRG na comissão organizadora do Primeiro de Maio em Rio Grande. Destaco que a presença de mulheres nos espaços políticos não apenas simboliza representatividade, mas também abre espaço para novos debates na esfera pública e reivindicatória.

Concordando com Alves (2017), a historiografia sobre o PCB invisibilizou a atuação das mulheres. Por não terem como foco de pesquisa as relações de gênero, as tensões e os conflitos entre os homens e as mulheres pecebistas ainda carecem de análise. Para além de estudar as tentativas do PCB em organizar o setor feminino, é necessário compreender como a

atuação das comunistas influíram nas definições políticas do partido. Que como bem aponta Alves, essa é uma questão que ainda necessita ser respondida.

A análise do documento elaborado pela comissão organizadora do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande oferece uma oportunidade valiosa para compreender como as próprias mulheres que compunham as uniões femininas entendiam o que significava ser comunista e a concepção específica de comunismo que adotavam. Da mesma forma, proporciona contribuições sobre a percepção desse grupo em relação ao feminismo da época. Essa análise é crucial para desvendar as complexas interações entre as identidades políticas e de gênero no contexto específico do movimento operário brasileiro na década de 1950.

No próximo tópico iremos explorar o evento realizado em alusão ao Dia Internacional do Trabalho de 1950 de Rio Grande.

2.3 O Dia Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande: união e solidariedade entre os trabalhadores e o anticomunismo repressivo

Em 11 de janeiro de 1951, foi instaurado um processo-crime para investigar os acontecimentos ocorridos no Dia Internacional do Trabalhador de 1950 em Rio Grande. Os indiciados nesse processo foram os manifestantes Antônio Rechia, Amábilio dos Santos Menezes, Oswaldo Borges Avila, Avelino dos Santos Martins, Rufino Aires Machado; além dos policiais Gonçalo Curio de Carvalho, Rui Santana, Nilo Nunes, Ewaldo Vaughan Miranda, Carlos Calvete, Sadi Lahorgue Pinto e José Aramoler de Almeida.

A partir da análise desse processo-crime, de entrevistas orais e da bibliografia já existente sobre o tema, iremos discutir o dia em que os trabalhadores se reuniram no Parque Rio-grandense, o ato proposto entre os presentes, assim como o desfecho que levou a morte dos três operários e da operária. Em consonância com o debate metodológico discutido na introdução deste trabalho, iremos explorar nas narrativas dos depoentes os recursos mobilizados por eles para explicar uma ação ou um comportamento.

A trabalhadora Julieta Jardim Fernandes, em uma audiência pública ocorrida no dia 6 de setembro de 1951¹⁵, comentou sobre o clima fraternal das atividades que ocorreram no dia Primeiro de Maio de 1950 no Parque Rio-grandense. Julieta relatou que durante a atividade

15 Depoimento concedido por Julieta Jardim Fernandes no dia 6 de setembro de 1951 durante uma audiência pública, p 347. In: idem.

houve churrasco, danças e discursos. Esse é o clima que podemos observar nas fotos que estão anexadas no processo-crime analisado acerca do Massacre da Linha do Parque:

Figura 4 - Crianças Brincando No Primeiro De Maio 1950 Em Rio Grande



Fonte: Rio Grande Do Sul. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antônio Rechia *et al.* – p.186, 1952. Documento nº 420. APERGS.

Figura 5 - Vista da Atividade em Alusão ao Dia Internacional do Trabalhador *de 1950*



Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, *et al.* p.188, 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

As fotos acima são simbólicas, pois apresentam aspectos de um momento em que as famílias operárias ocupavam o espaço urbano em uma atividade que tinha como objetivo fortalecer os laços entre aqueles que vivem da força de seu trabalho. É um momento em que os trabalhadores se apropriam de um local de grande circulação de bondes e, conseqüentemente, de trabalhadores para imprimir nele os seus costumes, tornando-o o seu habitat. Analisamos na primeira foto o relatado pela trabalhadora Julieta, o clima fraternal, de brincadeiras e preparação de um churrasco, no qual o lazer se entrelaçou com o ambiente de resistência, em meio a discursos proferidos pelos operários presentes.

Analisa-se não só a presença de líderes sindicais, mas de famílias operárias que construíram o movimento operário da cidade. Esse movimento era amplo, em que atividades beneficentes, de lazer e de representação de classe se inter cruzavam. Nesse, o espaço urbano era apropriado como um habitat operário. Um local de conflitos, mas também de solidariedade.

Além disso, a existência dessas imagens produzidas pela polícia local indica que essa estava observando a atividade desde o turno da manhã, à paisana. Aponta que a reunião entre os trabalhadores causou preocupação à polícia, que estava ali à espreita caso qualquer movimentação passível de punição, em um período de Guerra Fria e de cerceamento das liberdades democráticas, acontecesse.

Iria Moraes, em um depoimento concedido à polícia no dia 13 de junho de 1950¹⁶, comentou que participou do churrasco realizado no parque da cidade pois se tratava de uma atividade dedicada à paz do povo. Iria afirmou que no parque foram proferidos discursos sobre a bomba atômica. Perguntada se era militante do PCB, a trabalhadora declarou que era filiada ao partido no período de legalidade e que após a sua cassação seguia fiel aos princípios do comunismo.

Esse também foi o discurso do sindicalista e presidente da SUO Felipe Antônio Tarta, que disse em um interrogatório prestado à polícia no dia 9 de maio de 1950¹⁷ que “seguia fiel aos princípios do comunismo”, mesmo após a ilegalidade do PCB. Osvaldo Borges de Alves¹⁸ e Antônio Rodrigues¹⁹, em seus depoimentos concedidos à polícia, afirmaram o mesmo que Felipe, Iria e Clodomiro sobre “seguir fiel aos princípios do comunismo”.

É perceptível uma convergência nos depoimentos prestados à polícia, nos quais os depoentes do inquérito policial, aberto para investigar os eventos ocorridos no Dia Internacional

16 Depoimento concedido por Iria Moraes no dia 13 de junho de 1950 à polícia, 51/53. In: Idem.

17 Depoimento prestado por Felipe Tarta no dia 9 de maio de 1950 à polícia, p. 36/37. In: Idem.

18 Depoimento prestado por Osvaldo Borges de Alves no dia 4 de maio de 1950 à polícia, p. 70/71. In: Idem.

19 Depoimento concedido por Antônio Rodrigues à polícia no dia 17 de maio de 1950. p. 19/20. In: Idem.

do Trabalhador, procuraram enfatizar, meses depois, sua lealdade ao partido, mesmo diante da ilegalidade do PCB. Essa semelhança entre os depoimentos possivelmente reflete uma linha discursiva debatida pelo partido. Mesmo diante da ilegalidade, manter-se "fiel aos seus princípios" não era considerado um crime, e os depoentes provavelmente tinham consciência disso.

Retomando os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1950, no período da tarde, entre os presentes foi sugerida a realização de uma manifestação com destino à sede da SUO, conforme os relatos. Essa proposta foi aceita pelas famílias ali presentes, indicando que a demanda pela reabertura da SUO tinha uma forte representação no meio operário (SAN SEGUNDO, 2012). Assim, os trabalhadores deixaram o Parque Rio-grandense e percorreram as ruas da cidade, entoando palavras de ordem e cantando o hino nacional.

Conforme um documento escrito pela trabalhadora Sulma Pinto, na linha de frente da manifestação se encontravam mulheres e crianças carregando a bandeira nacional. Iria Moraes, em seu depoimento concedido no dia 13 de junho de 1950 à polícia, também comentou sobre o número elevado de mulheres e crianças que vinham na frente da manifestação. Conforme o inquérito de Iria, “que, numa fila à frente da declarante [Iria] vinham meninas conduzindo a bandeira nacional e, entre elas, estava Angelina Gonçalves”²⁰.

A atuação das mulheres durante o ato também aparece no depoimento concedido pelo policial Sady Lahorgue Pinto no dia 6 de junho de 1950 à polícia:

que o decl. notava que uma das mulheres que mais se destacava, em gritos e protestos, era uma mulher que conduzia a bandeira nacional, seguida de várias outras que, seguida de crianças, todas elas entusiasmadas, protestavam, gritando, chamando a polícia de reacionárias e outros termos pejorativos²¹.

A mulher que se destacava e que conduzia a bandeira nacional seria a tecelã Angelina Gonçalves, posteriormente abatida. O policial militar Nilo Nunes, em depoimento no dia 8 de maio de 1950 à polícia, narrou o momento em que o delegado de polícia Ewaldo Miranda interceptou a manifestação, “notando o decl. a exaltação de que se acha possuída uma mulher que trazia a bandeira nacional, bem a testa dos manifestantes”²².

Percebe-se que as narrativas acerca da participação das mulheres na manifestação vão de encontro a ideia de feminilidade da época, que atribuía ao sexo feminino características como dóceis, passivas e com a predileção natural ao mundo privado. As trabalhadoras são apresentadas nas narrativas como ativas na luta, exprimindo no movimento o que acreditavam.

20 Depoimento concedido por Iria Moraes à polícia no dia 13 de junho de 1950, p. 51/52. In: Idem.

21 Depoimento concedido por Sady Lahorgue Pinto à polícia no dia 6 de junho de 1950, p. 86-87. In: Idem.

22 Depoimento concedido por Nilo Nunes no dia 8 de maio de 1950 à polícia, p. 67. In: Idem.

Outro elemento importante de analisarmos é a configuração da manifestação. As mulheres e crianças estarem na linha de frente do ato pode parecer algo espontâneo, mas carrega uma série de intencionalidades e representações.

No movimento comunista, a nível internacional, as mulheres após Segunda Guerra Mundial eram representadas na figura da mãe revolucionária. Soares (2021) comenta que essa representação era evocada pelas entidades influenciadas pelo comunismo, como a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e pela Federação de Mulheres Brasileiras (FMB). Nessa representação, “(...) a mulher não pensava apenas em seus próprios filhos; era um indivíduo que sonhava com o bem-estar de toda a humanidade” (Soares, 2021, p. 313). A “mãe revolucionária” dedicava-se a felicidade de toda a humanidade e era responsável pela educação e criação da futura geração que seria conduzida por novos valores.

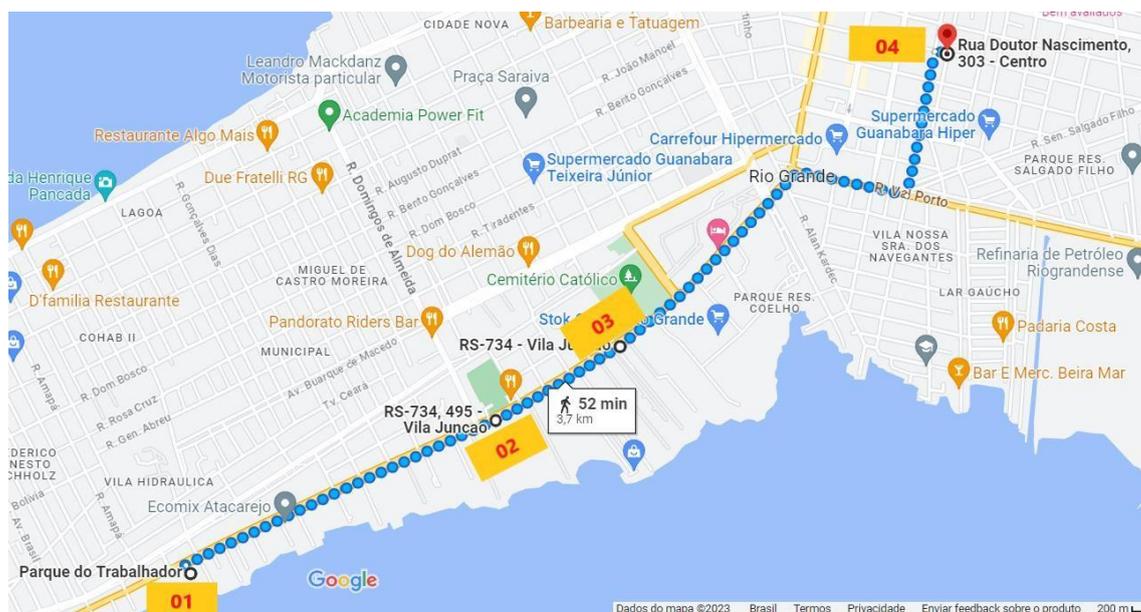
Após a Segunda Guerra Mundial, as entidades com influência das comunistas buscavam estimular a organização feminina a partir da exaltação de sua “virtude” feminina, referente ao trabalho de cuidado visto historicamente como pertencente a natureza feminina. Foi apresentada a importância do engajamento político feminino na luta pela paz a partir do papel social que as mulheres cumpriam no interior de suas famílias. Buscava-se assim politizar a maternidade, atribuindo um novo sentido a essa função social, rompendo as barreiras simbólicas que separam a esfera pública e a esfera privada. A maternidade deixava de ser vista como pertencente ao interior dos lares e era atribuído a ela um novo papel que justificava a importância das mulheres nos movimentos sociais, pelas virtudes femininas construídas a partir do exercício do ser mãe-esposa, ou seja, do trabalho de cuidado.

No ato em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador de 1950 em Rio Grande, o fato de as mulheres e crianças estarem na linha de frente da manifestação, segurando a bandeira nacional, fazia, portanto, parte de uma simbologia que representava a luta do movimento contra o imperialismo e em defesa do nacionalismo. As mulheres representariam o sujeito social que promoveria a construção de uma nova nação, ao cumprir o papel social de reproduzir e educar a nova geração de trabalhadores e trabalhadoras. Em composição, as crianças representavam o futuro, o que está por vir. Assim, as mulheres e as crianças na linha de frente da manifestação segurando a bandeira nacional encarnavam a luta comunista da época, o que contribuiria, segundo o PCB, para um futuro brasileiro que se pretendia próspero.

No mapa a seguir, podemos observar o trajeto que os manifestantes pretendiam seguir. Eles estavam concentrados no local hoje intitulado “Parque do Trabalhador” (ponto 01 do mapa) e pretendiam ir até a sede da SUO (ponto 04 do mapa). Todavia, ainda quando estavam na avenida Presidente Vargas (no número 02 do mapa), foram interceptados pela polícia, que

exigia a dispersão dos manifestantes. O número 03 no mapa representa o local onde os corpos feridos foram transportados pelos manifestantes para receberem os primeiros socorros e fugir das balas de fogo.

Figura 6 - Mapa Do Trajeto Do Ato Realizado No Dia Primeiro De Maio De 1950 Em Rio Grande



Fonte: Matoso, 2023.

Quando os manifestantes chegaram nas imediações do Grêmio Esportivo General Osório, a manifestação foi interceptada pelo delegado de polícia e então responsável pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da cidade, Ewaldo Miranda. Conforme a versão policial, a interceptação da polícia teria ocorrido pelo fato de que essa não teria autorização para a sua realização. Além disso, ainda segundo a versão policial, os manifestantes teriam como objetivo reabrir a SUO à força.

Em depoimento concedido à polícia no dia 6 de junho de 1950²³, o delegado Ewaldo disse que tinha conhecimento da atividade programada para o dia Primeiro de Maio no Parque Rio-grandense, mas resolveu não intervir pois entendeu que o churrasco operário não seria um perigo à ordem social. Todavia, conforme segue o delegado, quando estava assistindo uma partida de futebol no Grêmio Esportivo General Osório, teria tomado conhecimento de que “populares” reunidos no Parque Rio-grandense iriam sair em ato em direção a SUO. De acordo com Ewaldo, foi neste momento que ele resolveu intervir.

23 Depoimento concedido por Ewaldo Miranda à polícia no dia 6 de junho de 1950, p. 33/34. In: idem.

Ao interceptar a manifestação, juntamente com seus colegas da polícia, Ewaldo foi conversar com o vereador Antônio Rechia, exigindo o seu fim. Seria neste momento que os manifestantes teriam intensificado a cantoria e as palavras de ordens, demonstrando que não estavam dispostos a terminar com o ato e que pretendiam seguir ao seu destino: a sede da SUO. Essa versão está em consonância com os discursos dos manifestantes e dos demais policiais. Todavia, o momento em que se originou o tiroteio tem ao menos duas versões diferentes conforme os depoimentos colhidos nas investigações. A divergência seria sobre qual dos grupos teria disparado com arma de fogo primeiro: os manifestantes ou os policiais.

Esse conflito nas versões é importante, visto que a confirmação de que o primeiro disparo veio do grupo dos manifestantes corroborava com a defesa dos policiais de que eles só começaram a atirar para se defenderem, e de que não teriam alvos premeditados. Contudo, o processo-crime não conseguiu estabelecer a autoria do primeiro disparo.

É importante ressaltar que nunca foram encontradas/apreendidas as supostas armas de fogo que os manifestantes portavam. Nas fotos retiradas durante a confraternização no Parque Rio-grandense, o delegado do caso destacou as facas usadas no churrasco como provas de que os trabalhadores faziam porte de armas brancas, mesmo que a perícia tenha concluído que os mortos tenham sido vítimas de armas de fogo.

Antônio Rechia, em uma audiência pública ocorrida no dia 22 de fevereiro de 1951²⁴, comentou que estava ao lado de Angelina Gonçalves quando um policial tirou a bandeira nacional da mão de uma menina. Segundo essa versão, Angelina, ao observar tal ato, teria retomado a bandeira das mãos do policial e ao retornar ao seu lugar, ao lado das demais manifestantes, foi baleada junto a seu ouvido esquerdo.

O policial Gonçalino Cúrio Gonçalves foi apontado no relatório policial como o autor do tiro que matou Angelina Gonçalves. De acordo com a perícia, ela foi baleada quando estava de costas e em uma distância curta do atirador.

Doralice Laquimann de Oliveira também depôs sobre o momento em que Angelina foi baleada. Conforme a trabalhadora, a colega estava de fato segurando a bandeira nacional juntamente com outras mulheres quando,

Angelina disse a decl. que iria pedir para não atirar e também pedir paz; que Angelina pegou a bandeira e se encaminhou para a frente e chegou até perto do delegado Miranda; que Angelina já se encontrava perto da decl. quando surgiu o tiroteio e logo em seguida ela caiu

24 Depoimento concedido por Antonio Rechia durante uma audiência pública ocorrida no dia 22 de fevereiro de 1951, p. 218-219. In: Idem.

como morta, pois a decl. logo se aproximou de Angelina, que estava com a bandeira sobre o seu corpo, e Angelina não dava sinal de vida²⁵.

O operário Eduardo Coelho, em depoimento concedido à polícia dias após o crime, em 11 de maio de 1950, disse que “tentou acudir a mulher de nome Angelina Gonçalves que ainda se encontrava com vida, mas uns indivíduos que estavam ao redor dela, teriam dito: “Não toca aí, deixa assim”²⁶. Conforme o operário, nesse momento o corpo de Angelina já estaria coberto com a bandeira nacional. Iria Moraes também comentou sobre a morte de Angelina, narrando em seu depoimento prestado à polícia que encontrou a operária com vida e “que ao lado de Angelina estava a bandeira nacional que a decl. pegou e estendeu por cima de Angelina”²⁷.

Percebe-se nas narrativas transcritas acima, a simbologia que envolveu a operária Angelina ter sido assassinada enquanto, conforme os depoimentos, buscava defender a bandeira nacional das mãos da polícia. E assim, apresento como hipótese que o foco na bandeira nacional presente nos depoimentos prestados pelos manifestantes está relacionado com o sentido desta para os depoentes enquanto grupo social, pois, como citado anteriormente, o nacionalismo e a luta contra o imperialismo eram pautas de luta dos trabalhadores reunidos no Primeiro de Maio rio-grandino.

Essa simbologia pode ser compreendida à luz dos apontamentos teóricos de Pierre Bourdieu (1989). O sociólogo desenvolveu a teoria do poder simbólico, que descreve o poder de construção da realidade por meio da afirmação do sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações e conceitos que se apresentam aos sujeitos históricos como espontâneos, desinteressados e naturais. Essa forma de poder influencia profundamente a forma e a ação dos sujeitos históricos sobre o mundo.

Bourdieu argumenta que diferentes grupos sociais estão envolvidos em lutas simbólicas para impor suas definições do mundo social de acordo com seus interesses. Nessa luta, há uma competição contínua visando à aquisição e ao controle de poder ou capital simbólico. Todavia, essa luta é desigual entre os grupos que buscam disputar o poder simbólico. Os dominantes, detentora de maior capital financeiro, está mais bem preparada e armada para impor seus valores e princípios de hierarquização.

No contexto da morte de Angelina, a simbologia do assassinato e do seu corpo coberto pela bandeira nacional foi enfatizada em vários depoimentos, refletindo um imaginário local onde a figura da mulher-mãe-revolucionária-patriótica simbolizava a luta pela paz e contra o

25 Depoimento concedido por Doralice Laquimann de Oliveira no dia 14 de junho de 1950, p. 29. In: Idem.

26 Depoimento concedido por Eduardo Coelho no dia 11 de maio de 1950 à polícia, p 31. In: Idem.

27 Depoimento concedido por Iria Moraes no dia 13 de junho de 1960, p. 51. In: Idem.

imperialismo. Esse imaginário já estava presente nas representações do grupo estudado, mostrando como o poder simbólico molda as percepções e ações dos indivíduos, transformando eventos em símbolos de resistência e luta. A narrativa que enfatiza a bandeira nacional e a morte de Angelina faz parte dessa luta do grupo estudado em apresentar a sua visão de mundo, seus valores, classificações e conceitos, definidos de acordo com seus interesses. Nessa luta pelo poder simbólico, Angelina se torna uma personagem de destaque, uma mulher-mito, representando a luta das trabalhadoras daquele período, de acordo com os interesses do PCB.

Não podemos descartar a possibilidade de os manifestantes poderem ter se reunido anteriormente ao interrogatório policial para pensar conjuntamente uma narrativa única sobre os acontecimentos do Primeiro de Maio. Isso explicaria, também, a similaridade presente nos relatos de diferentes indivíduos sobre sua relação com o PCB no período de legalidade e após a ilegalidade (“fiéis aos seus princípios do comunismo”). Todavia, mesmo que o grupo tenha se reunido para alinhar suas narrativas, a morte de Angelina e a sua relação com a bandeira nacional permanece como um elemento importante para o grupo e que deveria ser mencionado no interrogatório.

Durante o tiroteio, parte dos manifestantes buscou se proteger atirando-se no chão e entrando nas residências próximas. Essa última tática foi o caso da vereadora Guaraciaba Cardoso Silva. Em depoimento prestado no dia 20 de junho de 1950 à polícia, Guaraciaba comentou que “começou a ouvir disparos de arma de fogo e muita gente atirou-se no chão, enquanto outros corriam na direção da decl., isto é, do lado do Gal. Osório para os portões das casas que ficam na frente do referido clube”²⁸. Guaraciaba diz ter sido agarrada pelo braço por um morador que a instigou a entrar em sua casa, dizendo que a vereadora estava correndo perigo.

No mesmo depoimento, Guaraciaba diz ter visto uma mulher com duas crianças chorando, e ao julgar que essa estava ferida, ela e mais três cidadãos a levaram para dentro de uma residência próxima para ser atendida. Ao voltar para manifestação para cuidar dos feridos, Guaraciaba encontrou as filhas de Euclides Pinto, que estavam nervosas e chorando, gritando que o seu pai havia sido morto, no que teria retornado a “mesma casa com as meninas, onde pediu um copo de água para as mesmas, deitando uma delas na cama de pessoas da família ali moradora”²⁹.

28 Depoimento concedido por Guaraciaba Cardoso Silva no dia 20 de junho de 1950 à polícia, p. 45/47. In: idem.

29 Idem.

A casa a qual Guaraciaba se referia era a residência de Izolina Sofia Corrêa Almeida, mãe de um dos policiais feridos durante o tiroteio, José Aralmoller de Almeida. Em seu depoimento prestado à polícia no dia 31 de maio de 1950, Izolina comentou que estava no portão de sua casa e ao presenciar o início do tiroteio, entrou para dentro de sua residência. Conforme a trabalhadora, “a casa da decl. foi invadida por muitas pessoas, homens e mulheres, os quais saíram após o término do mesmo”³⁰, se referindo ao tiroteio. Entre as pessoas que entraram na casa de Izolina como uma forma de proteção, ela citou Sulma Pinto e suas duas filhas. Izolina só soube posteriormente que seu filho estava presente no conflito, havia sido ferido e estava internado no hospital da Santa Casa.

O trabalhador Pedro Votto, em uma entrevista realizada no dia 11 de outubro de 1994, relembrou o dia do conflito. Conforme o trabalhador, ele estava assistindo um jogo de futebol no estádio da cidade quando começou a ouvir tiros. Como segue Pedro, houve uma correria no estádio e “gente pulando o muro, brigadas [policiais militares] pulando o muro para encurtar caminho para chegar lá. Curiosos, como eu, pulando o muro, mas não cheguei perto, porque tinha medo de que voltasse o tiro de novo” (Votto, 1994, p. 5). Pedro ressalta o que sentiu ao presenciar essa cena, narrando o “pavor, medo, pavor de ver aquela gente ali no chão e poder voltar de novo outro tiroteio”

O jogo de futebol a qual Pedro se refere era uma partida disputada entre o time local Sport Club Riograndense e o time do estado do Rio de Janeiro Clube Regatas Vasco, um jogo que ocorreu no Estádio das Oliveiras e que mobilizou a população rio-grandina. Os policiais envolvidos no massacre também estavam presentes nesse jogo e saíram antes do final do mesmo para interceptar a manifestação. A fala de Pedro exprime o sentimento dele ao presenciar a chacina. Provavelmente, um sentimento de pavor e medo que foi compartilhado por muitos dos presentes no momento.

Com o cessar dos tiros, um grupo de manifestantes carregou os corpos dos feridos para o corredor da Fábrica Ballester (representado pelo número 03 no mapa) com o intuito de fugir de um possível novo tiroteio e prestar os primeiros socorros. O operário Osvaldo Borges de Alves lembrou que Sulma e Doralice o conduziram ferido para “um corredor lateral de um prédio situado à esquerda que se dirige para fora da cidade”. Osvaldo afirmou ainda que Doralice o acompanhou até o hospital da cidade.

Ressalto aqui a solidariedade entre os operários e operárias e o papel ativo das mulheres em prestar os primeiros socorros. Em seu depoimento, Doralice contou ter buscado prestar

30 Depoimento concedido por Izolina Sofia Correa de Almeida no dia 31 de maio de 1950, p 53/54. In: Idem.

socorro a Angelina, quando percebeu que ela já estava sem vida. Como declarou Doralice em seu depoimento prestado à polícia no dia 14 de julho de 1950, “se encaminhou para mais adiante, onde estava Rechia já ferido, que procurava se amparar no cordão da calçada”³¹. Segundo o mesmo depoimento, Antônio Rechia teria dito para Doralice e Sulma “que se achava muito mal e que as forças da decl. e de Sulma não seriam o suficiente para tirá-lo dali”³², em referência a ser levado ao corredor da Fábrica Ballester.

Já Iria Moraes, em depoimento no dia 13 de junho de 1950, disse que estava presente quando Ewaldo Miranda atirou em Euclides Pinto e que dois homens levaram o operário ainda com vida para o corredor da Fábrica Ballester e o colocaram no chão. Conforme a trabalhadora, antes de morrer Euclides disse “Companheiros, morro pela liberdade”³³. Iria garantiu que Euclides fora baleado quando o tiroteio já havia cessado. A morte dos operários e da operária são descritas pelos seus companheiros e companheiras em tons heroicos, o que corrobora com a interpretação que os depoentes se reuniram antes de prestarem seus depoimentos.

Ao se reunirem antes de prestar seus depoimentos, os depoentes alinharam seus discursos dentro dos valores e visões de mundo do grupo ao qual pertenciam. Conscientemente ou inconscientemente, eles participaram ativamente da luta pelo poder simbólico do período, buscando estabelecer seus valores e símbolos como a verdade envolvendo o Massacre da Linha do Parque. Além disso, ao construir uma representação simbólica de classe, eles reforçaram a identidade e a coesão do grupo operário

Segundo Bourdieu (1989), essa prática é um exemplo de como diferentes grupos sociais competem para impor suas definições da realidade e seus sistemas de valores. O poder simbólico é exercido através da capacidade de um grupo de fazer suas percepções e classificações parecerem naturais e universais, ao invés de arbitrárias e socialmente construídas.

No caso do Massacre da Linha do Parque, os depoentes, ao apresentarem Euclides Pinto como um herói que morre pela liberdade, estão reforçando a narrativa de resistência e sacrifício do movimento operário. Essa narrativa não apenas homenageia os mortos, mas também fortalece a coesão e a identidade do grupo, apresentando sua luta como justa e nobre. Eles constroem uma representação simbólica de classe, onde os trabalhadores são vistos como defensores da liberdade e da justiça, em oposição à repressão estatal.

31 Depoimento concedido por Doralice Laquimann de Oliveira no dia 14 de junho de 1950 à polícia, p. 29. In: Idem.

32 Idem.

33 Depoimento concedido por Iria Moraes no dia 13 de junho de 1950 à polícia, p. 51. In: Idem.

Além disso, ao descreverem as mortes em tons heroicos, os depoentes não apenas honram a memória dos companheiros caídos, mas também desafiam a narrativa oficial que poderia criminalizar os manifestantes. Eles se envolvem na luta pelo poder simbólico ao buscar legitimar suas ações e deslegitimar a violência estatal. Essa disputa pela verdade histórica é uma forma de resistência simbólica, onde a memória e a interpretação dos eventos são arenas de conflito.

Portanto, a reunião dos depoentes antes de prestarem seus depoimentos pode ser vista como uma estratégia consciente de alinhamento narrativo, onde o grupo tenta impor sua visão de mundo e seus valores sobre o episódio trágico. Ao fazer isso, eles não apenas disputam o poder simbólico, mas também constroem uma representação simbólica de classe que fortalece a identidade coletiva e a legitimidade de sua luta.

Durante o tiroteio foram assassinados Euclides Pinto, Angelina Gonçalves, Honório Alves Couto e Osvaldino Côrrea. Assim como ficaram gravemente feridos: Antônio Rechia, Amábilio dos Santos Menezes. Antônio Rechia, após o episódio, ficou paraplégico. Do lado dos policiais foi assassinado o soldado Francisco Reis e ficou ferido o soldado José Aramoler de Almeida.

Nos depoimentos, alguns manifestantes buscavam se distanciar da organização do evento, comentando que não concordaram com a inclusão de seus nomes nos boletins de divulgação da atividade programada para acontecer na Linha do Parque da cidade. Conforme já exposto, no panfleto de divulgação da atividade era informado que a residência de Amábilio dos Santos Menezes era o local no qual as reuniões da comissão organizadora do evento ocorriam. Todavia, em seu depoimento prestado à polícia no dia 6 de maio de 1950, o trabalhador informou que negou o convite de Euclides Pinto para participar do Primeiro de Maio, justificando estar com problemas financeiros. Além disso, Amábilio afirmou que sua casa não fora local de reunião. E declarou que no dia da manifestação estava assistindo a uma partida de futebol no clube rio-grandense e teria ido ao churrasco no parque apenas a tempo de “tomar um refrigerante”. Ainda conforme o trabalhador, quando estava indo para a sua residência, ele teria se deparado com a manifestação e presenciado o tiroteio, ficando ferido com três tiros de arma de fogo.

Amábilio foi um dos indiciados por suspeita de ter atirado no policial Francisco Reis, que morreu, e também de ferir o também policial Gonçalino de Carvalho. Em um depoimento na Justiça em 22 de fevereiro de 1951, Amábilio defendeu que seu depoimento anterior prestado à polícia “era nulo, um depoimento falso, porque foi coagido a prestar. Achava-se o depoente

febril e muito enfraquecido”³⁴. À Justiça, o trabalhador afirmou que era membro da comissão da atividade programada para o Dia Internacional do Trabalhador e que discursou no comício realizado na Linha do Parque sobre a situação do operariado, sobre a carestia de vida e sobre a situação internacional.

Waldemar da Silva Paráboa, também interrogatório, no dia 9 de maio de 1950, comentou que não teria concordado com a inserção de seu nome no panfleto de divulgação da atividade. Conforme o documento, Paráboa afirmou que “não foi convidado por qualquer pessoa para fazer parte da mencionada comissão, nem soube das reuniões desta, senão através de um boletim que lhe veio às mãos no dia da festa”.

Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro declarou em interrogatório policial realizado no dia 25 de maio de 1950³⁵, que sua amiga Angelina a convidou para participar da comissão de festejos programada para o Dia Internacional do Trabalho e que ela havia concordado em ajudar, tendo na ocasião assinado um papel em branco que Angelina havia lhe entregue. Todavia, a parteira ressaltou que não compareceu a nenhuma reunião da comissão e nem autorizou que o seu nome fosse incluído nos convites e panfletos de propaganda do churrasco. Guilhermina, que constava no panfleto como presidente da UMRG, afirmou que aceitara participar da união feminina pois acreditava que essa tinha como objetivo reunir dinheiro para distribuir roupas e presentes para as crianças no dia de Natal, acrescentando que nunca fizera parte de nenhum partido político, muito menos era adepta do comunismo.

Para compreendermos os depoimentos prestados durante o processo-crime analisado aqui, precisamos discutir a conjuntura na qual estes foram produzidos. Como demonstra o estudo de San Segundo (2012), o clima anticomunista já estava se intensificando em Rio Grande desde 1949, quando trabalhadores foram presos e processados devido à participação em uma greve. De acordo com o autor, as principais acusações desse processo era que os indiciados eram todos comunistas e estavam à frente da manifestação que havia ocorrido no dia 8 de março de 1949.

É importante frisar que os depoimentos presentes em um processo-crime são produzidos em um ambiente de coerção. Os depoentes foram coagidos a depor sobre um acontecimento e buscaram em suas narrativas justificar uma conduta ou comportamento. A abertura de um inquérito policial e, posteriormente, de um processo-crime significa a existência de um crime

34 Depoimento concedido por Amábilio dos Santos Menezes durante uma audiência pública ocorrida no dia 22 de fevereiro de 1951, p. 253. In: Idem.

35 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro no dia 25 de maio de 1950 à polícia, p. 44/45. In: Idem.

que o aparato policial e/ou judicial busca desvendar a partir de sua estrutura burocrática. É uma fonte produzida pelo sobre um grupo que se procura vigiar e controlar, como bem nos lembra Arlete Farge (2009). E, como continua a historiadora, “fossem vítimas, querelantes, suspeitos ou delinquentes, nenhum deles se imaginava nessa situação de ter de explicar, reclamar, justificar-se diante de uma polícia pouco afável” (FARGE, 2009, p. 13).

Todavia, como apontam André Rosemberg e Luís Antônio Francisco de Souza (2009), os historiadores que se debruçam sobre fontes criminais concordam que, a partir do discurso produzido pelas instâncias judiciais, é possível desvendar, por meio da linguagem técnica dos escrivães e do discurso coercitivo próprio da Justiça, as tensões, atitudes, visões de mundo e experiências dos atores envolvidos no processo criminal.

Levando em consideração esses pressupostos metodológicos, é possível que os depoentes do processo analisado tenham tentado se distanciar da autoria e da organização do evento, já que uma das justificativas dos policiais para a intervenção era a falta de autorização para a sua realização. Em um período de Guerra Fria e intensificação do anticomunismo, é compreensível que, em um interrogatório policial, os depoentes tenham buscado se distanciar da organização de uma atividade de cunho reivindicatório.

2.4 Comoção Popular em Rio Grande após o Massacre da Linha do Parque

Mas antes do início da investigação policial, foi realizado o funeral das vítimas no dia 2 de maio. É possível perceber que uma significativa parcela da população se comoveu com o ocorrido, como demonstrado pela presença massiva de trabalhadores e trabalhadoras da cidade, conforme pesquisas. O enterro teria se transformado em um protesto contra os assassinatos (San Segundo, 2012). Angues (2022) considera que o funeral consistiu na primeira movimentação dos comunistas da cidade para a construção de uma narrativa heroica sobre as vítimas do Primeiro de Maio de 1950. Angelina e Euclides foram enterrados no mesmo jazigo, que passou a ser administrado pelos comunistas da cidade (Angues, 2022).

Mas antes do início da investigação policial, foi realizado o funeral das vítimas, no dia 2 de maio. Podemos perceber que uma significativa parcela da população se comoveu com o acontecido, no qual houve a presença massiva de trabalhadores e trabalhadoras da cidade, conforme pesquisas. O enterro teria se transformado em um protesto contra os assassinatos (SAN SEGUNDO, 2012). Angues (2022) considera que o funeral consistiu em uma primeira movimentação, por parte dos comunistas da cidade, para a construção de uma narrativa heroica

sobre as vítimas do Primeiro de Maio de 1950. Angelina e Euclides foram enterrados no mesmo jazigo, que passou a ser administrado pelos comunistas da cidade (ANGUES, 2022).

Na entrevista realizada com o trabalhador Pedro Votto, podemos analisar a percepção do mesmo sobre o clima na cidade nos dias posteriores ao massacre. Pedro comenta que a sociedade rio-grandina ficou com medo, pavor e angústia após o Primeiro de Maio de 1950. Conforme ele, “o pessoal ficou apavorado, na segunda-feira se falava... Aliás, dia 2 de maio não se falava outra coisa, era só isso. Ai meu deus do céu, foi enterro, foi um...” (VOTTO, 11 de outubro de 1994, p. 4). O operário acrescentou que não foi ao enterro, ressaltando “que não chegou nem perto”, indicando que sentiu medo de participar. Todavia, Pedro comentou na época que mesmo com o pavor, a cidade continuou sendo uma cidade “comunista”.

O desfecho do Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande é um momento de excepcionalidade, o que nos ajuda a compreender a fala de Pedro sobre os dias seguintes ao massacre. Mesmo que tenhamos traçado até aqui a presença de pecebistas na organização da manifestação, o evento não se restringiu a esse grupo político. Tampouco a repressão policial se restringiu aos pecebistas, mesmo que a polícia tenha tentado justificar o acontecimento pela presença de “elementos comunistas”.

Conforme aponta San Segundo (2012), na noite do Primeiro de Maio todos os efetivos do Exército e da Marinha foram convocados, deixando a cidade em estado de alerta. Os hospitais que abrigavam os manifestantes feridos ficaram sob vigilância do Exército para prevenir qualquer tentativa de resgate, e a entrada de visitantes foi proibida. Além disso, Angues (2022) observou que, após o massacre, além das medidas de segurança implementadas, houve uma cuidadosa construção de uma narrativa policial sobre o evento. Essa narrativa foi intensamente divulgada com o intuito de se tornar a visão predominante dos acontecimentos.

Até aqui, busquei averiguar as representações de gênero presentes nas narrativas dos depoimentos contidos no processo-crime e das entrevistas orais, entendendo as especificidades de suas produções e, conseqüentemente, da metodologia empregada para analisá-las. As mulheres organizadas na UMRG participaram da organização da atividade, do churrasco ocorrido na Linha do Parque e na manifestação. A presença feminina contribuiu para que novos símbolos estivessem presentes no movimento. As trabalhadoras foram representadas como símbolos do nacionalismo, no qual seu papel social como mães-revolucionárias contribuiria para a criação de novos sujeitos históricos que seriam movidos por novos valores e condutas. Esse discurso fica evidente nos depoimentos prestados mais tarde durante o processo-crime, que buscam enfatizar a morte de Angelina e sua defesa da bandeira nacional das mãos dos policiais.

2.5 Trabalhadoras Politizando a Maternidade: a atuação política da União das Mulheres Riograndinas

Na seção "atividades femininas" do jornal *Momento Feminino*, é possível observar o papel desempenhado pela União das Mulheres Riograndinas (UMRG) na preservação da memória da operária Angelina Gonçalves. Fica perceptível esse intuito na matéria publicada pelo periódico no dia 11 de setembro de 1950:

Nossa correspondente do Rio Grande do Sul nos informa que completou quatro anos da existência da Sociedade União das Mulheres Riograndinas, que já conta com cerca de 200 sócias. Ao festejar o seu 4º aniversário, as mulheres rio-grandinas fazem um apelo a todas as mulheres brasileiras no sentido de se unirem, honrando a memória dos que tombaram pela liberdade e pela paz, da heroica Angelina Gonçalves, sócia daquela entidade (*Momento Feminino*, 11 de setembro de 1950, p. 11).

Como mencionado na introdução desta tese, Angelina era militante da UMRG. Dado que só foram encontradas fontes históricas que mencionam a operária após sua morte, não conseguimos aprofundar a exploração do papel que Angelina desempenhava dentro da UMRG e no PCB. No entanto, podemos indicar que ela era uma figura engajada no movimento de mulheres. Isso é evidenciado por um depoimento prestado à polícia em 25 de maio de 1950³⁶ pela parteira Guilhermina, que mencionou ter ingressado na UMRG após um convite de Angelina. Este testemunho sugere que Angelina desempenhava um papel na mobilização e recrutamento de novos membros para a entidade.

A matéria publicada em 11 de setembro de 1950 revela o envolvimento ativo da UMRG no movimento destinado a preservar a memória de Angelina e dos operários vítimas do Massacre da Linha do Parque. Nota-se que, dentre as vítimas, apenas o nome de Angelina é mencionado, enquanto os demais são referidos sem a identificação de seus nomes. Isso sugere a importância atribuída à figura de Angelina no contexto do movimento feminino e operário de Rio Grande naquela época. Os símbolos construídos em torno de sua morte seguiam padrões semelhantes, retratando-a como uma defensora da paz e da liberdade. A evocação de sua figura na matéria busca apelar à união das mulheres em torno desses ideais.

36 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, no dia 25 de maio de 1950, p. 44/45. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antônio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Na mesma matéria, também era mencionado o trabalho político desempenhado pelas integrantes da UMRG. Mais adiante, no texto, era informado que a entidade convidava as mulheres a aprenderem a ler e a escrever. A instrução é indicada na matéria como “uma das melhores armas contra a exploração e a miséria e a ignorância. Esclarecidas poderão as mulheres melhor educar seus filhos e mostrar-lhes o caminho da liberdade, da paz e da felicidade” (*Momento Feminino*, 11 de setembro, p. 11).

Aqui, julgamos importante trazer alguns dados sobre a população do município de Rio Grande na década estudada. De acordo com dados do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul³⁷, referente ao ano de 1950, em Rio Grande, entre a população de cinco anos de idade ou mais, havia 67.996 habitantes. Entre estes, 9.138 homens não sabiam ler, enquanto as mulheres analfabetas somavam 11.337. Entre a população alfabetizada, 24.688 homens sabiam ler e escrever, enquanto o número de mulheres alfabetizadas somava 22.838.

Os dados apresentados acima sugerem que o índice de analfabetismo em Rio Grande era elevado, sendo as mulheres as mais impactadas. Essa situação indica que as integrantes da UMRG estavam conscientes dessa realidade e procuraram enfrentar esse problema por meio da promoção de cursos de alfabetização feminina. Esse tipo de iniciativa reflete não apenas a preocupação com a realidade feminina, mas também o reconhecimento da educação como uma ferramenta essencial para a transformação social, bem como uma porta de acesso à participação política, tanto como eleitoras quanto como candidatas.

Outro elemento que chamou nossa atenção foi a ênfase na importância da instrução feminina, vinculada e justificada pelo papel social que as mulheres desempenham no trabalho de cuidado. Como indicado na matéria, a instrução possibilitaria que as mulheres pudessem educar melhor seus filhos e guiá-los no caminho da liberdade, da paz e da felicidade. Observamos mais uma vez um discurso que busca politizar o exercício da maternidade, destacando a instrução como um meio de capacitar as mulheres não apenas individualmente, mas também como agentes de transformação social por meio da educação de suas famílias.

Esse não era um discurso proferido apenas pelas comunistas e suas simpatizantes. Conforme Rago (2014), que estudou a imprensa operária entre os anos de 1890 e 1930, as anarquistas também reivindicavam a educação feminina como uma ferramenta crucial para a emancipação feminina. Nas matérias analisadas pela autora, a instrução feminina também aparecia associada a ideia de que “rebelando-se, a mulher enquanto mãe e educadora servirá de

37 FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

exemplo aos filhos que, por sua vez, também se rebelarão” (RAGO, 2014, p. 131). Como segue pontuando Rago (2014), educação feminina era entendida pelas anarquistas como importante para o processo de conscientização feminina, como um instrumento na luta de classes, contra o poder da Igreja e contra o Estado. Nessa perspectiva, a mulher instruída e politicamente organizada estaria mais capacitada a transmitir os valores da luta de classes a seus filhos. Portanto, observamos que nas primeiras décadas da Primeira República, as anarquistas também defendiam a organização política e instrução das mulheres com base na sua influência na educação dos filhos.

Observa-se que anarquistas e comunistas não apenas contestaram os modelos convencionais de maternidade, mas também influenciaram e entraram em conflito com os conceitos predominantes de feminilidade da época. Ao se afastarem da tradicional concepção de feminilidade, que confinava a mulher ao papel de mera portadora de sentimentos e emoções, anarquistas e comunistas reconheceram nas mulheres a capacidade de pensar, agir no espaço público e exercer agência política. Elas desempenharam um papel protagonista e ativo na luta por transformação social, redefinindo não apenas o conceito de feminilidade de suas respectivas épocas, mas também construindo um novo paradigma de ser mulher. Essa nova representação da mulher não a retratava mais como uma figura frágil e sentimental, conforme tradicionalmente concebido, mas sim como uma entidade ativa e intelectualmente capaz de intervir no cenário das decisões públicas.

Voltando à matéria publicada em 11 de setembro de 1950 no jornal *Momento Feminino*, nela é revelado que as integrantes da UMRG estavam engajadas na campanha pela paz, coletando assinaturas contra o uso da bomba atômica. O texto destaca que as mulheres já haviam conseguido reunir até o momento 9.500 assinaturas. Isso evidencia o envolvimento da UMRG em questões globais, como a promoção da paz e o repúdio ao armamento nuclear.

Conforme abordado por Ribeiro (2010), o PCB adotou a orientação política do Partido Comunista da União Soviética, no qual os comunistas eram instruídos a coletar assinaturas contra o uso da bomba atômica. Segundo o autor, o objetivo dos comunistas brasileiros era angariar 4 milhões de assinaturas para apresentação durante o 2º Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, programado para ocorrer de 21 a 23 de outubro de 1950.

Nessa campanha, os periódicos brasileiros com influência comunista publicavam reportagens sobre a atuação dos diversos núcleos políticos e frentes amplas do partido que estavam empenhados em angariar assinaturas, fornecendo informações sobre a quantidade de assinaturas obtidas por cada um. Ribeiro (2010) observou que os números de assinaturas divulgados pela imprensa comunista eram frequentemente inflados. Segundo o autor, essa

ampliação dos números pode estar relacionada à tentativa do partido de motivar e incentivar seus núcleos e frentes amplas na coleta de assinaturas.

Os apontamentos de Ribeiro (2010) suscitam questionamentos sobre a afirmação de que a UMRG coletou 9.500 assinaturas contra a bomba atômica, como mencionado na matéria publicada no jornal *Momento Feminino*. Contudo, é válido ressaltar que essa indagação não invalida a constatação de que as integrantes da UMRG estavam mobilizando a população de Rio Grande contra o uso da bomba atômica.

O argumento utilizado pelas comunistas para incentivar a participação feminina na luta contra a bomba atômica fica mais bem explicitado na matéria intitulada "Ser mãe não é apenas conceber", de autoria de Antonieta Dias de Moraes Silva, uma poetisa de São Paulo. Neste texto, Antonieta defende que a energia atômica não deveria ser empregada para a destruição da humanidade, mas sim para o bem. A autora argumenta que as mulheres têm o dever de lutar pela paz, afirmando que "o dever de lutar sem tréguas por um futuro de paz para os nossos filhos, pois ser mãe não é apenas conceber, é também garantir a vida" (*Momento Feminino*, 15 de julho de 1950, p. 11).

Percebe-se que as comunistas e suas simpatizantes recorriam à maternidade e ao trabalho de cuidado como um discurso para sensibilizar as mulheres na luta pela paz. O papel social desempenhado pelas mulheres dentro dos lares brasileiros servia como uma justificativa para convencer sobre a importância da união e organização feminina. Dessa forma, o lar e o espaço público/político se entrelaçavam, revelando a dissolução das fronteiras que os separavam.

Na matéria escrita pela trabalhadora Anastacia Camev, intitulada "A paz é a base da felicidade no lar", a autora revela ser doméstica, casada e mãe de dois filhos. Ela justifica sua luta pela paz, afirmando que:

Por isso luto pela paz, porque a paz é a base fundamental da felicidade do lar e do progresso dos povos que amam a sociedade. Por isso condeno a bomba atômica, a arma do extermínio em massa e da destruição dos lares (*Momento Feminino*, 15 de junho de 1950, p. 11).

É importante considerar, mais uma vez, que o uso da maternidade como estratégia política pelas integrantes das uniões femininas não deve ser reduzido apenas a uma tática de disputa da base feminina. Na década de 1950, o exercício da maternidade era uma realidade comum para a maioria das mulheres brasileiras, e o trabalho de cuidado estava predominantemente a cargo delas em comparação aos homens. Essa experiência compartilhada pode ter contribuído para uma identificação coletiva entre as mulheres.

Nesse contexto, o discurso que justifica a participação das mulheres na política a partir de seu papel social como mães pode ter refletido não apenas uma estratégia política consciente, mas também uma crença genuína entre as comunistas e simpatizantes. A conexão entre a experiência da maternidade e a participação ativa na política pode ter sido uma maneira de articular valores comuns e reforçar a importância das mulheres na esfera pública, além de promover uma visão mais ampla sobre o papel social das mulheres na sociedade da época.

No mês seguinte, foi publicado no periódico *Momento Feminino* que a UMRG havia organizado uma festa em celebração ao Dia da Criança. A matéria informava que aproximadamente 160 pessoas participaram do evento, incluindo os filhos das associadas da entidade e os alunos da SUO, indicando, mais uma vez, a colaboração e articulação entre ambas as entidades. Segundo o artigo, a secretária da UMRG proferiu um discurso "sobre os problemas da carestia, cujas maiores vítimas são as crianças" (*Momento Feminino*, 20 de novembro de 1950, p. 2) e sugeriu que o Dia das Crianças deveria ser celebrado junto com o Dia das Mães. Na mesma matéria também foi mencionado que durante a festa foi inaugurado um quadro da heroína Angelina Gonçalves, assassinada pela polícia no 1º de maio (*Momento Feminino*, 20 de novembro de 1950, p. 2).

O discurso da secretária da UMRG aponta que a carestia de vida estava presente entre as preocupações das militantes da entidade. A sugestão de celebrar o Dia das Crianças junto com o Dia das Mães reforça a ideia de que a militância feminina está associada com a defesa dos direitos e bem-estar das crianças. Além disso, a inauguração de um quadro em homenagem à heroína Angelina Gonçalves durante a festa evidencia a manutenção e fortalecimento do seu legado como parte integrante das atividades da UMRG. O simbolismo dessa homenagem destaca a memória e a importância atribuída a Angelina como uma figura emblemática para a causa defendida pela entidade.

Nesta matéria, observam-se os esforços da UMRG na campanha pela paz e contra a bomba atômica. Anunciava-se a fundação, durante a festa de comemoração do Dia da Criança, de uma Associação Feminina Contra as Armas Atômicas, cuja diretoria foi composta por: Sra. Maria Rosa Martins (presidente), Maria Mendes (secretária) e Marieta Costa (tesoureira). Essa iniciativa indica o empenho do grupo em impulsionar o movimento pela paz na cidade, criando uma entidade específica com esse propósito.

Em 18 de janeiro de 1951 o tema crianças volta a ser pauta das matérias publicadas no jornal *Momento Feminino* sobre as atividades desenvolvidas pela UMRG. Nela é informado que a entidade organizou uma festa, distribuindo bolos, doces e refrescos a cerca de 100 pessoas, entre elas crianças e adultos. Era mencionado, na matéria, que haviam sido organizadas

atividades lúdicas para as crianças presentes. E, no final da matéria, era mencionado que “a Secretaria da União fez um apelo para que todos se unissem na luta pela conquista de futuras noites de Natal sem ameaça de guerra” (*Momento Feminino*, 18 de janeiro de 1951, p. 2).

Percebemos que as atividades lúdicas e festivas fizeram parte das iniciativas desenvolvidas pela UMRG, proporcionando espaços de sociabilidade entre as mulheres. Nessas ocasiões de lazer, não estava ausente o caráter reivindicatório da entidade, e suas integrantes buscavam realizar discursos políticos para mobilizar o grupo reunido nas atividades recreativas. Indicamos que os momentos de sociabilidade e lazer eram oportunidades em que as identidades dentro do grupo eram fortalecidas com base nos princípios de união e participação social e política.

Destacamos a importância dos espaços de sociabilidade e lazer na construção de redes densas entre as mulheres rio-grandinas. Esses ambientes ofereciam oportunidades para encontros presenciais, celebrações coletivas e o estabelecimento de laços de amizade e companheirismo. Nesse contexto, não apenas as reuniões e atividades com uma ênfase mais reivindicatória contribuíam para a formação de uma identidade política e social entre o grupo estudado, mas a sociabilidade desempenhou um papel crucial nesse processo.

A matéria do jornal *Momento Feminino*, publicada em fevereiro de 1951, destaca o aniversário de fundação da UMRG, indicando que, segundo o periódico, a entidade completava quatro anos, embora saibamos que naquele ano a organização comemorava cinco anos de existência. A matéria comenta sobre o episódio conhecido hoje como Massacre da Linha do Parque, enfatizando que Angelina e Sulma Pinto eram vítimas desse episódio e faziam parte da entidade. O texto evoca os mesmos elementos para destacar a imagem de Angelina e Sulma e apela para que as mulheres se organizem na UMRG. Sobre Angelina o texto comenta que:

Angelina, corajosa e devota trabalhadora que muito lutou em prol das reivindicações da mulher operária – heroína, que morreu defendendo o pavilhão nacional das mãos da polícia assassina (*Momento Feminino*, fevereiro de 1951, p. 9).

Na mencionada matéria, são apresentadas novas bandeiras de luta defendidas pela UMRG, proporcionando uma compreensão mais detalhada sobre o grupo. Novamente, faz-se um apelo para que as mulheres ingressem no quadro social da entidade, acrescentando agora que “todas as mulheres, indistintamente, devem se unir honrando a memória dos que tombaram pela liberdade e pela paz” (*Momento Feminino*, fevereiro de 1951, p. 9). Além de enfatizar a necessidade de instrução para as mulheres, as associadas convidavam as mulheres a:

(...) independente de credos e partidos, procurem a Sociedade União das Mulheres Riograndinas a fim de se inscreverem e aparecerem, principalmente

aquelas que não sabem ler. Nunca é tarde para aprender. Unamo-nos contra a carestia. Evitemos a exploração. Evitemos a exploração da mulher no trabalho. Evitemos a prostituição, a miséria e tantos outros males! Ergamos a nossa Sociedade que nasceu para lutar pela solução dos problemas da mulher rio-grandina. Esclareçamo-nos para que possamos educar nossos filhos e mostrar-lhes o caminho da liberdade, da paz e da felicidade (Momento Feminino, fevereiro de 1951, p. 9).

A matéria foi escrita pela militante da UMRG Thalitha Cardoso Aveline. A partir do texto, podemos compreender o que as integrantes da entidade entendiam como os problemas da mulher rio-grandina. Nessa matéria a autora destaca as pautas defendidas pela UMRG, como: a luta contra a carestia de vida, a prostituição, a exploração da mulher no trabalho e a miséria, para além da instrução feminina, que já havia sido indicada como bandeira de luta da entidade nas matérias analisadas anteriormente.

Para uma compreensão mais aprofundada do grupo estudado é necessário contextualizar as pautas de luta que aparecem na matéria com o cenário político e social da época. Para isso, analisaremos questões nacionais e locais que podem ter influenciado as preocupações e demandas específicas da UMRG durante a década de 1950. Como a matéria apresenta diferentes bandeiras defendidas pela entidade, julgamos ser necessário contextualizar todos os temas apresentados na matéria.

2.6 União Das Mulheres Riograndinas: pautas das lutas feministas

Vamos começar pelo tema da prostituição, uma questão debatida por diversos setores da sociedade brasileira desde a Primeira República, constituindo-se como uma preocupação não apenas do movimento feminista, mas também das esferas estatais. Conforme observado por Rago (2014), desde o final do século XIX, a prostituição sofreu intervenção das autoridades policiais, que buscavam reprimir e regular essa prática.

Rago (2014) aponta que no início do século XX no Brasil, programas eugenistas tinham o objetivo de gerir as relações sexuais que se estabeleciam nas diferentes classes sociais. Para os eugenistas, a prostituição era considerada um mal necessário, e os médicos ligados aos órgãos públicos preocupavam-se com a vigilância e o controle da prostituição. O projeto disciplinador visava estabelecer uma linha divisória entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, sendo que esta última deveria ser eliminada.

No âmbito do projeto eugenista, é proposto que as casas de tolerância e bordéis fossem devidamente registrados pelas autoridades policiais, sujeitos à vigilância tanto da administração

pública quanto das autoridades sanitárias (RAGO, 2014, p. 124). Paralelamente a essa regulamentação, inspirada em práticas observadas em nações europeias, estabelece-se a obrigação de que as profissionais do sexo possuam uma carteira sanitária e se submetam a exames periódicos compulsórios. Contudo, conforme destacado pela autora, a implementação desse projeto no Brasil, assemelhando-se à experiência francesa no século XIX, revelou-se malsucedida e suscitou críticas, sobretudo por parte de profissionais da medicina que se insurgiram contra o sistema, passando a advogar em favor do abolicionismo.

Na década de 1920, as críticas ao projeto regulamentarista se intensificaram, ao passo que o movimento abolicionista começou a ganhar força (RAGO, 2014). Para os defensores do abolicionismo, o controle estatal sobre a prostituição e o registro legal das prostitutas as relegavam a uma condição incompatível com a possibilidade de reabilitação; a prostituta registrada, sob tal perspectiva, tornava-se uma prisioneira perpétua das autoridades policiais. Conforme analisado por Rago (2014), o discurso liberal dos abolicionistas não preconizava a erradicação da prostituição, reconhecendo-a como uma realidade inevitável, mas posicionava-se de maneira contrária ao modelo regulamentarista por considerá-lo uma violação do direito à liberdade individual. Essa corrente abolicionista defendia, portanto, o fim da intervenção estatal nas relações sociais.

Para as anarquistas, a prostituição era percebida como um problema decorrente do sistema capitalista e da moral burguesa. De acordo com Alves (2018), Maria Lacerda de Moura, uma figura proeminente do anarquismo brasileiro, desafiou a moralidade dual vigente, a estrutura familiar tradicional e a prostituição, abordando temas tabus da época como sexualidade e corpo. A anarquista defendia uma nova moral social, promovendo a construção de novos sujeitos éticos. Esses indivíduos, orientados por valores éticos renovados, dariam origem a novas formas de convivência social fundamentadas na solidariedade, no respeito às diferenças e no amor ao próximo. Nesse contexto, com a destruição da moral burguesa e do capitalismo, a prostituição deixaria de existir.

Na década de 1930, as ideias de Maria Lacerda de Moura foram contestadas por Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, uma militante do PCB. Para Pagu, alinhada ao pensamento do partido ao qual pertencia, às questões relacionadas à sexualidade eram consideradas problemas secundários, uma vez que havia pautas mais urgentes no contexto da época. De acordo com Alves (2018), o pensamento de Pagu refletia uma visão difundida entre os membros do PCB, que acreditavam que todas as diferenças sociais se dissipariam com a substituição do capitalismo pelo socialismo. Nessa perspectiva, existiam questões mais prementes a serem

abordadas, como a divisão da sociedade em classes sociais. Conforme destaca Alves (2018), ao longo do tempo, essa discussão entre os membros do PCB se tornou mais ampla e complexa.

O estudo de Lucas Alexandre Andreto e Marcos Del Roio (2022) sobre a influência do PCB na organização dos trabalhadores em hotelaria na cidade de São Paulo (SP) entre 1922-1930 revela a abordagem do tema da prostituição na imprensa vinculada ao sindicato da categoria, denominado *O Internacional*. O jornal destaca as dificuldades enfrentadas pelas garçonetes da cidade, salientando os baixos salários que as levavam a recorrer a estratégias, como fazer gracejos intencionais aos clientes, na esperança de receberem gorjetas mais generosas para aumentar seus rendimentos mensais. Como solução para esse problema, o jornal *O Internacional* propunha a organização das garçonetes no sindicato e a equiparação de seus salários aos dos garçons, visando impedir a exploração material e moral dessas trabalhadoras. Dessa forma, a prostituição era apresentada como um problema relacionado à miséria a que as trabalhadoras estavam submetidas.

Ao analisar o jornal *Momento Feminino*, observamos que o tema da prostituição foi mencionado em 13 matérias do periódico, publicadas entre os anos de 1947 e 1952. Em nenhum desses artigos, a prostituição era o foco central do texto, mas sim um tópico pouco debatido. Nota-se que o tema permanecia nas discussões das comunistas e de suas simpatizantes como um problema decorrente da miséria. Em um telegrama escrito pela Associação das Donas de Casa de Mossoró, no Rio Grande do Norte, as associadas apresentam a prostituição nos bairros da cidade como um "fruto da miséria reinante, que se desenvolve de maneira alarmante" (*Momento Feminino*, 10 de dezembro de 1948, p. 8).

Em uma matéria sobre as resoluções da Conferência Nacional Feminina, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1949, é apresentado que a prostituição foi uma pauta discutida pelo grupo presente. No tema intitulado "Direitos da Mulher", abordou-se que "Considerando que a privação dos direitos econômicos da mulher condiciona quedas morais que ferem a dignidade humana e concorrem para a intensificação da prostituição" (*Momento Feminino*, 30 de junho de 1949, p. 4). Nessa conferência, participaram diversas associações, como:

Associação Feminina do Distrito Federal, a Federação das Mulheres de São Paulo, a União Feminina de Minas Gerais, o Comitê de Mulheres de Pernambuco, entre outros. Apesar das dificuldades materiais, a conferência reuniu delegações de dez Estados – Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo (ALVES, 2018, p. 6/7).

Não temos informações sobre a participação de alguma representante da UMRG na conferência, porém, é plausível sugerir que a entidade teve acesso às resoluções do evento. A realização da conferência tinha como objetivo a construção de um movimento feminino nacional e unificado, o que indica a possibilidade de que as decisões e discussões desse encontro tenham chegado ao conhecimento da UMRG, influenciando suas atividades e direcionamentos.

Observa-se que, nas décadas de 1940 e 1950, as pecebistas encaravam a prostituição como uma questão moral decorrente da condição de miséria. Diferenciando-se das perspectivas regulamentaristas e abolicionistas, as comunistas advogavam pela eliminação da prostituição, acreditando que isso seria alcançado mediante o fim da miséria e a garantia dos direitos econômicos das mulheres. Essa abordagem revela a visão das pecebistas sobre a interconexão entre problemas sociais e morais, destacando a importância de abordagens econômicas na busca por soluções.

Agora, procederemos à análise da carestia de vida no Brasil durante a década de 1950, uma temática que também foi abordada na matéria redigida pela militante da UMRG, Thalitha Cardoso Aveline, publicada no jornal *Momento Feminino* em fevereiro de 1949.

A contribuição de Tamires Xavier Soares (2020) é importante para compreender como a Segunda Guerra Mundial teve impacto no poder de consumo da população brasileira, evidenciando que a questão da carestia não teve seu início na década de 1950. Segundo a autora, a maioria dos trabalhadores gaúchos baseava sua alimentação em itens como pão francês, carne verde (também conhecida como carne de gado ou de rês), banha, leite, feijão e arroz. Durante a guerra, esses produtos sofreram aumento de preços e tornaram-se escassos.

De acordo com Soares (2020), diversos fatores contribuíram para a escassez e a valorização dos produtos de primeira necessidade no Rio Grande do Sul. Entre esses fatores destacam-se períodos de estiagem que afetaram as safras de gado de corte magro e a produção do gado leiteiro, entre os anos de 1943 e 1944, aumento da demanda por esses produtos, transporte precário que dificultava o escoamento da produção, além da atuação de açambarcadores e comerciantes que estocavam mercadorias visando lucro, manipulavam balanças e desrespeitavam tabelamentos.

A carestia de vida seguiu permeando as preocupações dos brasileiros durante a década de 1950 no Brasil e fez parte da agenda política do movimento feminista. Se observarmos as páginas do jornal *Momento Feminino*, essa foi pauta constante não apenas da UMRG, como das demais uniões femininas espalhadas pelo Brasil. Conforme destacado por Soares (2022), a partir da luta contra a carestia de vida, as uniões femininas buscavam dialogar com as mulheres comuns, trabalhadoras e mães, visto esse ser um tema sentido pela maioria dos lares brasileiros.

Conforme apontado pela autora, a retomada da atuação política feminina pelo PCB nos anos 1940 não ignorou a necessidade de lutar pelo acesso à moradia, lazer, transporte público, trabalho, educação e pela possibilidade de adquirir alimentos básicos. Soares ressalta que a experiência imediata da maioria das mulheres no pós-guerra era a miséria e o abandono pelo Estado. Nesse contexto, a carestia de vida e a luta pelo barateamento dos alimentos foram temas centrais nos debates promovidos pelas uniões femininas.

A carestia de vida foi uma questão central nas lutas do movimento operário em Rio Grande durante a década de 1950, sendo amplamente discutida pelos movimentos sociais locais. No acervo de Luta contra a Ditadura, salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHERS), observamos que as mobilizações populares em Rio Grande contra a carestia de vida foram objeto de atenção do DOPS local. Este acervo nos oferece a possibilidade de explorar não apenas a repressão exercida pelos órgãos de repressão, mas também contém panfletos operários, recortes de jornais, uma representação legal e relatórios escritos pelos agentes do DOPS sobre as movimentações populares. Isso oportuniza um estudo mais amplo do movimento operário da época, considerando, no entanto, que essa documentação passou pelo filtro e foram produzidos pelos órgãos da repressão.

Em Rio Grande, conforme apontado por Martins (2022), durante as décadas de 1940 e 1960, o município foi testemunha do encerramento de várias empresas proeminentes, o que resultou em uma redução significativa do número de postos de trabalho na industrial local. Um exemplo paradigmático desse fenômeno foi o fechamento do Frigorífico Swift em 1954, que representava a principal fonte de emprego na cidade. Posteriormente, outras empresas seguiram o mesmo caminho, como a Cia. Ítalo-Brasileira em 1961, a Cia. Charutos Poock em 1966 e a Fábrica Rheingantz, cuja produção diminuiu drasticamente, encerrando suas atividades em 1968.

Segundo o autor, essa crise decorrente do fechamento das fábricas não alcançou proporções mais graves devido à expansão do parque industrial pesqueiro do município, que absorveu uma parte significativa da mão de obra previamente empregada nas indústrias encerradas. Além disso, ressalta que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por mudanças significativas no panorama econômico de Rio Grande. Nesse período, enquanto ocorria o declínio da atividade fabril, observava-se também um processo de expansão urbana, caracterizado pela criação de novos loteamentos, bem como o estabelecimento de instituições de ensino superior na região, delineando um contexto multifacetado de transformações socioeconômicas.

Em 10 de agosto de 1952, em Rio Grande, comissões populares, compostas por comunistas e operários não comunistas, declararam uma greve geral para os dias 11 e 12 de agosto como protesto contra os altos preços dos gêneros de primeira necessidade. Durante a greve, os trabalhadores organizaram passeatas e bloquearam fábricas e comércios. A polícia respondeu com o uso de repressão física na tentativa de dispersar os manifestantes. Em 12 de agosto, a polícia deteve alguns líderes da greve, a maioria deles comunistas.

Após a prisão dos grevistas, os manifestantes dirigem-se à delegacia na tentativa de libertar os presos políticos. Ao cercarem o local, os manifestantes foram confrontados pelos policiais com disparos, resultando na morte de três operários e um estudante. De acordo com San Segundo (2012), após esse episódio, contingentes da polícia de Porto Alegre e tropas do Exército assumem o controle da cidade. Mais uma vez, Rio Grande tornou-se palco de uma repressão policial que culminou na morte de populares.

Após esse episódio, familiares das vítimas apresentaram uma representação legal³⁸, buscando a responsabilização tanto dos executores quanto dos mandantes dos homicídios e das lesões corporais infligidas aos manifestantes. Os autores da representação incluíam Araci Carvalho dos Santos, trabalhadora que representava a si própria e seu filho menor de idade, Edegar Carvalho dos Santos; Maria Emília de Oliveira Funchal, representando seu filho Antonio Funchal, que foi assassinado durante a manifestação; Galdina Osório, que representava seu companheiro Edilio Rodrigues; e Ernesto Daiman Estomba, que, no momento da representação, encontrava-se hospitalizado devido às lesões corporais sofridas durante a manifestação.

Essas informações preliminares destacam duas questões que consideramos significativas. Em comparação com o Massacre da Linha do Parque, mais uma vez, as mulheres assumiam um papel de destaque na resistência contra a repressão policial e contra a chacina. Além disso, observa-se que crianças também foram vítimas desse episódio, sendo representadas em tal contexto por suas mães na ação legal movida contra os responsáveis.

A representação legal proporciona uma compreensão mais profunda da perspectiva do grupo em relação à carestia de vida e à atuação dos movimentos populares na cidade. Conforme indicado no documento, "todo o povo do Rio Grande do Sul vem em vigorosas demonstrações, protestando contra a carestia de vida e exigindo o imediato rebaixamento dos preços dos

38 Rio Grande do Sul. Representação dos familiares das vítimas da Greve Geral de 8 de março de 1952. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: SOPS/RG – 1. 1-1.1 a 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

gêneros de primeira necessidade, especialmente da carne, que é o nosso alimento base"³⁹. O documento contextualiza as mobilizações populares que levaram à deflagração da greve geral em 10 de agosto de 1952. Segundo ele, no mês anterior à greve, ocorreram protestos e uma greve geral contra o preço da carne, previamente aprovado pela Comissão Municipal de Abastecimento Público (COMAP). Em resposta à pressão popular, o preço da carne foi reduzido ao nível anterior.

A COMAP havia sido recém-fundada em agosto de 1952, sendo composta por representantes do poder público, empresários e sindicatos (SAN SEGUNDO, 2012). Paralelamente à COMAP, existiam comissões formadas por trabalhadoras e trabalhadores com o propósito de debater e se organizar contra o aumento do custo de vida.

Como segue a representação legal, mesmo com o rebaixamento do preço da carne, o alimento desapareceu dos açougues locais, o que tornaria nula a vitória dos manifestantes e grevistas. Nesse contexto, comissões formadas por trabalhadoras e trabalhadores, seguiram exigindo o reestabelecimento do mercado da carne e o rebaixamento dos itens de primeira necessidade. E no dia 10 de agosto de 1952, “a indignação popular chegava ao auge. Perto de 50 comissões, reunidas em assembleia geral, resolveram decretar a greve geral e convocar a população para reunir-se (...)”⁴⁰.

Nos dias 11 de agosto, enquanto os manifestantes se reuniam na praça Tamandaré, a COMAP se reunia para discutir e elaborar uma tabela de preços para os itens de primeira necessidade. De acordo com a representação legal, a COMAP elaborou duas tabelas de preços, ambas rejeitadas pelos manifestantes grevistas. A rejeição teria levado um representante do governo do estado do Rio Grande do Sul afirmar que a segunda tabela elaborada pela COMAP era definitiva e “que devia ser aceita e que mandaria varrer à bala qualquer manifestação que o povo pretendesse realizar no dia seguinte”⁴¹.

Os representantes legais alegavam que em 12 de agosto o representante do governo concretizou suas ameaças, e as forças policiais de Rio Grande e municípios vizinhos, juntamente com a Brigada Militar e o corpo de bombeiros, iniciaram ações de repressão, incluindo "espancamentos, lançamento de bombas de gás lacrimogêneo e jato d'água, além de efetuarem prisões". Em um ato de solidariedade, "mais de três mil populares, incluindo mulheres e crianças, em um movimento espontâneo, posicionaram-se diante da Delegacia de Polícia, exigindo a libertação dos detidos".

39 Idem, p. 1.

40 Idem.

41 Idem.

Durante a manifestação em frente à delegacia de polícia local, foram assassinados o portuário Jadir dos Santos, o trabalhador do setor de transporte Antonio Funchal, o trabalhador (profissão não mencionada) Edílio Rodrigues e o estudante Roberto Dau. Além disso, Ernesto Daiman Estomba ficou gravemente ferido durante os acontecimentos. No documento analisado o episódio é descrito como uma “chacina”. Também é exposto, que no enterro dos trabalhadores e do estudante, realizou-se uma manifestação. Conforme o documento “mais de 15.000 populares, virando para cima a gola dos casacos, mas, em sinal de luto, exigiram, mais uma vez, a libertação dos presos e a punição dos criminosos”⁴². Nesse contexto, a representação legal exigia:

“objetivo pedir, exigir, como já pediu e exigiu ao povo rio-grandino, a punição rigorosa e exemplar de todos os responsáveis, sejam quem forem, mandantes e executores, já que todos, pela figura de coautoria definida no art. 25 do Código Penal, podem e devem ser processados e punidos de acordo com os arts. 121 e 129, do mesmo código, por homicídio e lesões corporais”⁴³.

Assim como no caso do Massacre da Linha do Parque, as vítimas buscaram que o Ministério Público investigasse os eventos, ressaltando a possível parcialidade da polícia local, uma vez que, de acordo com o documento, ela era diretamente responsável pela chacina. Entre os pedidos dos representantes estava a realização do corpo de delito e de necropsia, além da apreensão das armas daqueles apontados no documento como responsáveis pelo crime. Adicionalmente, foram listados os nomes de 41 pessoas como testemunhas do caso. A vereadora comunista e integrante da UMRG, Guaraciaba Silva, assinou a representação em apoio às vítimas.

Não identificamos entre os nomes das representantes legais e a lista de possíveis testemunhas o nome de integrantes da UMRG, exceto o da vereadora Guaraciaba Silva. O documento demonstra que a carestia de vida e a repressão policial afetaram fortemente a sociedade de Rio Grande no início da década de 1950. Além disso, evidencia que as trabalhadoras, para além daquelas que integravam a UMRG, se organizaram para lutar em prol de seus direitos e contra a carestia de vida.

No próximo tópico, examino uma trajetória particular: discutirei a luta da trabalhadora Sulma Pinto por verdade, memória e justiça às vítimas do Massacre da Linha do Parque. Viúva de Euclides Pinto, Sulma foi autora de boletins que denunciaram os crimes ocorridos no Primeiro de Maio rio-grandino e desempenhou um papel importante na esfera judicial para que os assassinos de seu marido e dos demais manifestantes fossem punidos criminalmente.

42 Idem, p. 3.

43 Idem, p. 3.

2.7 Sulma Pinto: a luta de uma trabalhadora por verdade, memória e justiça

Sulma Pinto nasceu no dia 18 de junho de 1912 na cidade de Pinheiro Machado (RS). De acordo com a certidão de seu casamento⁴⁴, Sulma casou-se com o pedreiro Euclides Pinto, também natural de Pinheiro Machado, no dia 8 de março de 1931. O casal teve nove filhos. Descrita como “profissão doméstica”⁴⁵ em um processo-crime, Sulma era uma mulher branca e militante da UMRG e do PCB.

De acordo com a ficha de filiação de Euclides⁴⁶, o pedreiro ingressou no PCB em 1º de junho de 1945, quando tinha 36 anos de idade e era pai de oito filhos. Com a ilegalidade do partido em 1946, a residência de Sulma e Euclides tornou-se sede clandestina do PCB. Isso evidencia que Sulma e Euclides eram membros proeminentes do partido, destacadas lideranças locais do PCB.

Após a morte de Euclides, Sulma se tornou protagonista na luta por memória, verdade e justiça às vítimas do episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque. E é o papel que a trabalhadora teve nessa luta que iremos analisar neste subcapítulo. Para isso, analisaremos a narrativa de Sulma sobre o ocorrido e a sua atuação na esfera judicial e na imprensa para que os responsáveis pelas mortes fossem punidos.

Uma matéria publicada pelo jornal *Voz Operária*, publicada em 13 de maio de 1950, informa que após o massacre, Rio Grande foi colocada em estado de sítio e tropas federais foram mobilizadas e postas de prontidão. A reportagem inicia abordando o aumento da vigilância policial, e conclui que “o terror não impediu o povo de Rio Grande expressar-se veemente indignação contra a ditadura assassina e rendesse suas homenagens aos heróis tombados” (*Voz Operária*, 13 de maio de 1950, p. 10). Era ressaltado no texto a solidariedade dos trabalhadores rio-grandinos às vítimas, discorrendo sobre o sepultamento deles, como mencionado na pesquisa de Angues (2022).

O que chama a atenção no texto é que a participação de Sulma no funeral já era apresentada pelo periódico como uma figura que seguiria a luta do marido. A matéria buscava dar um sentido aos assassinatos, ressaltando o discurso que Sulma teria realizado durante o

44 Certidão de casamento de Sulma Soares Pinto e Euclides Pinto, p. 264. In: Idem.

45 Termo de audiência, 21 de dezembro de 1950, p. 21. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo-crime contra Sulma Pinto. – 1950. Documento n.º 2892. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

46 Ficha de filiação de Euclides ao PCB, p. 178. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

funeral. Para a *Voz Operária*, Sulma “e os oito órfãs que seu marido deixara não descansariam um minuto na luta pelo ideal porque ele morreu lutando”. A morte dos operários aparece na narrativa como algo glorioso (“morrer lutando”) e permanecer na luta daqueles que tombaram no Primeiro de Maio era apresentado como uma forma de honrar a memória das vítimas.

Nesse sentido, a matéria publicada pelo jornal *Voz Operária* atribuía um sentido pedagógico ao ocorrido. Era uma construção discursiva que mobilizava um episódio de violência extremada para engajar seus leitores na luta da classe trabalhadora. Ao invés de discorrer sobre o medo e a angústia causada pela repressão e o anticomunismo, construía-se uma narrativa de que o engajamento político era necessário e para esse fim era apresentado como exemplo a história de Sulma.

A agência e o engajamento de Sulma também foi apresentado nos depoimentos concedidos pelos manifestantes e policiais durante o processo-crime que investigou o massacre. Conforme o delegado de polícia Ewaldo Miranda em um depoimento concedido à polícia no dia 6 de junho de 1950, ele teria encontrado no corredor da Fábrica Balester o corpo de Euclides já sem vida, momento que Sulma “estava numa agitação tremenda, ofendendo a todos e dizendo que lhe restavam nove filhos para continuarem a obra do pai”⁴⁷. Ewaldo continuava seu depoimento sustentando que teria tentado recolher o corpo de Euclides para levar ao hospital para a realização de uma necropsia, porém foi impedido “visto a gritaria e os desaforos de Sulma Pinto; que o decl. a certa altura disse à Sulma que parasse com aqueles desaforos, pois o decl. não estava ali para ser ofendido”⁴⁸.

O irmão de Euclides, Vidal Domingues Pinto, disse à polícia em 15 de junho de 1950, que estava presente no momento da discussão entre Sulma e Ewaldo. O seu depoimento corrobora o atrito entre o delegado e a trabalhadora, mas dá outro sentido a ele. Conforme Vidal, “Sulma, tomada de uma exaltação nervosa, disse, se dirigindo ao delegado Miranda: Bandidos, mataram meu marido”⁴⁹. De acordo com o trabalhador, Ewaldo teria dado voz de prisão a trabalhadora durante a discussão “e Sulma tornou a falar, dizendo que poderiam prende-la”⁵⁰. Todavia, visto o protesto dos presentes, Ewaldo teria desistido de efetuar a prisão.

Vidal, no mesmo interrogatório, disse que quando o corpo de seu irmão ainda se encontrava no corredor da Fábrica Ballester, aguardando a remoção para o necrotério,

47 Depoimento concedido por Ewaldo Miranda à polícia no dia 6 de junho de 1960, p. 33-34. In RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

48 Idem.

49 Depoimento concedido por Vidal Domingues Pinto no dia 15 de junho de 1950, p. 92-93. In: Idem.

50 Idem.

apareceram alguns cidadãos que teriam xingado o cadáver com expressões como “comunista sem vergonha, bem-feito” e “bem-feito, comunista”. Vidal ainda definiu o irmão como um idealista que defendia com vigor a causa comunista⁵¹. O trabalhador diz que teria alertado Euclides, pedindo para que não se expusesse tanto, pois tinha nove filhos para criar, mas o irmão teria respondido que “estava lutando pelo bem-estar de seus próprios filhos e da classe operária”⁵². Euclides já havia sido um dos presos na greve de 1949 (SAN SEGUNDO, 2012).

No dia 12 de maio de 1950, Sulma enviou um ofício a um juiz de Direito de Rio Grande, relatando os acontecimentos do Dia Internacional do Trabalhador. Nele, ela acusava o delegado Ewaldo de ser o autor do disparo que tirou a vida de Euclides. No documento, anexado ao processo-crime instaurado, Sulma expressou temor pela impunidade dos assassinos, alertando para a possibilidade de “a impunidade dos criminosos, que não foram sequer suspensos, nem foi aberto qualquer inquérito”⁵³ (Sulma Pinto, 12 de maio de 1950, p 2).

Embora Sulma tenha afirmado no documento que não havia sido aberto um inquérito policial para investigar os crimes cometidos no evento, observa-se que a polícia local iniciou os interrogatórios no dia 6 de maio de 1950, seis dias antes da data em que o ofício foi enviado por Sulma.

Na carta, Sulma afirmava que seu marido havia sido baleado quando o tiroteio já havia cessado, quando ele prestava os primeiros socorros às vítimas. Conforme Sulma, o assassinato de seu marido era um “frio e premeditado crime”⁵⁴, sendo ele um trabalhador honesto, “chefe de família exemplar, dedicado, amigo, que deixa nove filhos, dos quais oito menores”⁵⁵. No documento, ela busca enfatizar a participação feminina na manifestação, descrevendo que essa foi “(...) encabeçada por moças e senhoras, que conduziam a bandeira nacional, e por um grupo de músicos, que estavam na festa, tocando para o povo dançar”⁵⁶. Em outro trecho, Sulma ressalta que:

reiniciada a marcha do povo no meio do qual se viam centenas de mulheres, sendo que todos cantavam o hino nacional, davam vivas à independência nacional, à paz, ao Brasil, aos trabalhadores, à União Operária e ao Primeiro de Maio e conservavam entusiasmo⁵⁷.

As mulheres no documento aparecem mais uma vez como símbolo da luta patriótica, defensoras da paz. Narrando sobre o momento em que o tiroteio cessou, Sulma comentava que

51 Idem.

52 Idem.

53 Documento de autoria de Sulma Pinto entregue ao juiz do caso no dia 12 de maio de 1950, p. 82. In: Idem.

54 Idem.

55 Idem.

56 Idem.

57 Idem.

“organizou-se logo um grupo de mulheres que procurou prestar socorro aos feridos, providenciando para a sua remoção e enfrentando ainda, nesse mister, as armas policiais, que procurou intimidá-las”⁵⁸.

O ofício traz uma ênfase heroica sobre a participação das mulheres na manifestação e elas aparecem como uma figura protagonista do movimento operário. Como discutimos no subtítulo acima, essa ênfase também foi encontrada nos depoimentos prestados à polícia pelas militantes da UMRG durante o processo-crime analisado. Constatação presente, também, nas matérias publicadas pelo jornal *Momento Feminino*, como veremos mais adiante.

A carta aponta ainda uma contradição no discurso dos policiais que, segundo Sulma, argumentavam que agiam em nome da civilização cristã:

Isso, Sr. Juiz, naturalmente em nome da civilização cristã, por puro amor a Cristo. É evidente que será um outro Cristo, o dos poderosos, o dos exploradores, o que está a serviço dos usurpadores dos direitos do povo, e não do Cristo dos humildes, aquele que se diz que morreu na cruz para a salvação da humanidade, e que tinha como base de sua doutrina social o direito dos fracos e a condenação dos poderosos (Sulma Pinto, 12 de maio de 1950, p, 82).

Assim, o documento busca mobilizar os sentidos do cristianismo em sua disputa de narrativa sobre o ocorrido. Provavelmente essa linha argumentativa é uma resposta ao anticomunismo da época que associava o comunismo à destruição dos valores cristãos e da família patriarcal nuclear.

Conforme Carla Rodeghero (2002), o fenômeno do anticomunismo deve ser entendido como uma oposição sistemática ao comunismo que se adapta às diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. Para a autora, diversos grupos foram responsáveis pela produção da propaganda anticomunista no Brasil. Estes grupos se construíram e se guiaram a partir de um conjunto de representações que são chamadas de imaginário anticomunista.

A Igreja Católica foi um dos grupos que construiu e agiu no imaginário anticomunista no Brasil. Rodeghero comenta que no discurso católico anticomunista eram enfatizados temas como a destruição da família, expropriação, anticlericalismo, esse último mesclado com ateísmo. De acordo com a autora, tratado de forma abstrata, o discurso católico não tinha uma preocupação significativa com o número de militantes e organizações comunistas existentes, mas falava do comunismo em termos amplos como agente subversivo da ordem social. A

58 Idem.

preocupação dos católicos anticomunistas estava relacionada com a preservação da moral cristã e da estrutura familiar.

Conforme Alves (2017), os discursos anticomunistas buscavam alertar as famílias brasileiras de que os comunistas pretendiam “libertar a mulher” de sua tradicional função doméstica, estimulando-a a se igualar aos homens. Nesse sentido, “ao contrário de mantê-las como esteio do lar, guardiã dos valores da família, a deveria desvincular-se das atividades domésticas e abraçar o trabalho profissional” (ALVES, 2017, p. 71).

O discurso de que a União Soviética buscava libertar a mulher de sua tradicional função social doméstica não estava totalmente desvinculado dos debates travados entre as comunistas. A União Soviética foi pioneira na promoção de uma série de direitos às mulheres. As militantes reunidas no núcleo feminino do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), criado no ano de 1919, desempenharam um papel fundamental na formulação de um projeto político voltado para as trabalhadoras. Questões relacionadas à emancipação feminina foram amplamente discutidas por elas entre os anos de 1920 e 1930, refletindo os ideais de igualdade de gênero e a busca pela libertação das mulheres de suas tradicionais funções domésticas.

De acordo com Alves (2017), a militante da PCUS Alexandra Kollontai defendeu a legalização do divórcio e do aborto, bem como a igualdade salarial entre homens e mulheres, e propôs a construção de creches, restaurantes populares e lavanderias. Ela entendia a sobrecarga do trabalho de cuidado e doméstico e defendia que o Estado deveria assegurar e coletivizar uma série de tarefas que eram tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres em seus lares. Assim, durante a década de 1920, juristas, membros do Partido Bolchevique, planejadores sociais e ativistas em prol das mulheres propagaram amplamente na União Soviética a tese do definhamento da família (Alves, 2017, p. 72). Esses debates não eram homogêneos, mas permeavam conflitos e visões distintas sobre as relações sexuais, a criação dos filhos e a necessidade da família na transição para o socialismo.

Alguns teóricos bolcheviques defendiam que a transição para o capitalismo havia alterado a natureza da família ao enfraquecer suas funções sociais e econômicas (GOLDMAN, 2014). Eles argumentavam que sob o socialismo, a família entraria em declínio e no comunismo deixaria de existir completamente.

Em 1918, foi ratificado na URSS o Código do Casamento, da família e da Tutela. Por meio deste código o casamento religioso perdeu validade jurídica, embora pudesse ainda ser realizado, caso as pessoas desejassem. O poder marital é suprimido, sendo reconhecido o direito da mulher à autodeterminação econômica, social e sexual. As pessoas podem escolher, no registro de casamento, um nome comum de família, podendo ser o do marido ou o da esposa,

ou conservar cada qual o seu nome. O registro do casamento também não traz mudanças na nacionalidade de nenhum dos cônjuges. Ambos também têm liberdade para a escolha de suas atividades profissionais, devendo manter o mútuo consentimento sobre a economia doméstica. A mudança de residência por parte de um dos cônjuges não obriga o outro a segui-lo. O casamento não mais estabelece a comunidade entre as propriedades dos contraentes (SEVERI, 2017, p. 2299).

Além disso, no mesmo ano da revolução, a URSS descriminalizou a homossexualidade e em novembro de 1919 legalizou o aborto. Sobre o direito ao divórcio, Severi comenta que ele foi facilitado, podendo ser realizado em tribunais, serviços de registros civil, mesmo que a decisão tenha sido de modo unilateral e sem a necessidade de fundamentar o motivo.

Wendy Goldman (2014) destaca que a conquista do direito ao divórcio e a defesa da liberdade sexual foram vivenciadas de maneira distinta entre as mulheres russas. O desemprego feminino, a pobreza e a falta de serviços públicos adequados para a coletivização do trabalho doméstico e de cuidado na Rússia fizeram com que muitas mulheres não encontrassem condições para sustentar a si próprias e suas famílias. Diante dessa realidade, o casamento representava, para boa parte das mulheres, uma forma de segurança e sobrevivência. Assim, a dependência das mulheres em relação aos homens assalariados não era apenas legal, mas também econômica e social.

Como já exposto, o núcleo de trabalhadoras do PCUS criado em 1919 foi desmantelado por Stálin em 1929. Em 1936, no período estalinista, as ideias libertárias discutidas no início da Revolução Russa começam a ser destruídas e ressurgiu a família nuclear tradicional. O aborto voltou a ser proibido legalmente em junho do mesmo ano. Os ideais societários-políticos defendidos na URSS stalinista influenciaram o PCB. Alves (2017) ressalta que a PCUS exerceu forte influência entre os pecebistas brasileiros, argumentando que as noções acerca do papel social da família no período estalinista podem ter influenciado a prática e o pensamento dos militantes.

Essa explanação foi necessária para que possamos interpretar a narrativa de Sulma acerca do Massacre da Linha do Parque. Compreendendo o contexto internacional e nacional da época, podemos apontar que ao comentar sobre os significados do cristianismo, Sulma procurava disputar a contradição no discurso anticomunista da época que se dizia defensor da família e da moral cristã.

Provavelmente quando a trabalhadora comentava que Euclides era um “homem honesto e chefe de família exemplar”, buscava desvincular do imaginário a figura do comunista como destruidor da instituição família e da moral cristã. Em um jogo retórico, Sulma visava

demonstrar a falha no discurso anticomunista que se dizia defensor da família, enquanto a polícia assassinava um chefe de família. Uma disputa de narrativa que procura evidenciar as falhas do anticomunismo e busca inverter o imaginário anticomunista em voga no Brasil.

Nessa disputa de narrativa, a família e o patriotismo eram evocados na tentativa de reverter o estigma que os comunistas ocupavam no imaginário brasileiro. A polícia era apresentada no documento escrito por Sulma como agentes que assassinaram cidadãos “(...) patriotas, aqueles que lutam pelo Brasil e pela independência nacional, pela paz, e pela emancipação do povo brasileiro”⁵⁹. Nessa linha discursiva, as vítimas da chacina são descritas em tons heroicos, no qual se busca expor que antes de morrer Euclides teria dito: “Morro pela liberdade”⁶⁰.

No contexto histórico permeado pelo anticomunismo, Sulma, por meio de sua luta, procurou evidenciar as contradições dessa ideologia. Com o objetivo de contestar o imaginário anticomunista, a defesa da família e do chefe de família assumiu um papel proeminente. A ênfase deliberada na participação feminina na manifestação criou uma retórica que sugeria que os policiais intervieram, inclusive com disparos de arma de fogo, em um ato composto e liderado por mulheres. Essa manifestação era apresentada como um ato patriótico em defesa da paz entre os povos.

Nessa narrativa, a mulher era retratada em uma dualidade de imagens. Inicialmente, como uma força ativa no movimento operário, uma figura heroica que, mesmo diante do temor de um novo tiroteio, prestou os primeiros socorros aos feridos. Essa imagem buscava posicionar a mulher na vanguarda do Primeiro de Maio rio-grandino, como uma heroína e patriota. No entanto, essa representação da mulher heroica e patriótica era fundamentada nos papéis sociais tradicionalmente atribuídos a elas pela sociedade: aquelas que desempenham o trabalho de cuidado, que priorizam o próximo em detrimento de si mesmas.

Nessa representação, a mulher também ocupava a linha de frente, segurando a bandeira nacional. Além disso, ela sacrificava a própria vida em defesa desse símbolo. Conforme descreve Sulma em seu documento, "caíram logo as primeiras vítimas. Entre elas uma mulher – Angelina Gonçalves – que havia retomado, junto a outras, a bandeira nacional das mãos dos policiais e criminosos". A bandeira assume um significado especial na busca por verdade e justiça, tornando-se um símbolo da luta patriótica e do nacionalismo, com as mulheres assumindo o papel de porta-bandeiras desse movimento.

59 Documento de autoria de Sulma Pinto entregue ao juiz do caso no dia 12 de maio de 1950, p. 82. In: idem.

60 Idem.

Nessa imagem, a mulher também estava na linha de frente, segurando a bandeira nacional. E mais além, ela morria defendendo essa mesma bandeira. Como descreve Sulma em seu documento, “caíram logo as primeiras vítimas. Entre elas uma mulher – Angelina Gonçalves – que havia retomado, junto a outras, a bandeira nacional das mãos dos policiais e criminosos”⁶¹. A bandeira ganha um símbolo especial na luta por verdade e justiça. Ela representa a luta patriótica, pelo nacionalismo e as mulheres se tornam as porta-bandeiras dessa luta.

Importante ressaltar que, em 1946, um procurador do Tribunal de Segurança Nacional havia encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido de cassação do registro eleitoral do PCB, tendo em vista uma suposta declaração de Luís Carlos Prestes, em uma entrevista, de que, em caso de guerra entre o Brasil e a URSS, o PCB ficaria ao lado da URSS. Todavia, essa argumentação era uma distorção das palavras ditas por Prestes, visto que ele apenas havia dito que isso só seria possível se o governo brasileiro estivesse subordinado ao imperialismo americano. Nesse caso, os comunistas lutariam contra a guerra e pela derrubada do governo brasileiro porque consideravam uma guerra como contrária aos interesses reais do país.

Em outro momento, o deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Edmundo Barreto Pinto, também acusou o PCB de ser um braço do movimento internacional, utilizando como argumento a mesma entrevista concedida por Luís Carlos Prestes, e pedindo a sua cassação junto ao TSE.

Essa ênfase na simbologia da bandeira nacional e na figura de Angelina Gonçalves como defensora dessa bandeira pode ser vista como uma estratégia política do PCB para se desvincular do estigma de ser um partido antinacional, associado primariamente aos interesses da União Soviética em detrimento dos interesses nacionais brasileiros.

Ao destacar Angelina Gonçalves como uma heroína que deu sua vida em defesa da bandeira nacional, o PCB busca construir uma narrativa na qual se apresenta como um defensor dos valores e interesses patrióticos do Brasil. Essa estratégia é particularmente relevante em um contexto político em que o anticomunismo e a associação do comunismo com a traição nacional eram difundidos como parte da retórica anticomunista.

Ao utilizar essa narrativa, o partido busca reforçar sua legitimidade e sua posição dentro do espectro político brasileiro, apresentando-se como um defensor dos valores nacionais e populares. Podemos apontar que a ênfase na simbologia entre a bandeira nacional e a operária

61 Idem.

Angelina Gonçalves, que morreu defendendo-a, era uma forma encontrada pelo partido de se afastar do estigma de partido antinacional, que defendia os interesses da URSS antes do Brasil.

Em outro documento entregue ao juiz da 1ª Vara do município de Rio Grande, Sulma afirmou que o inquérito policial instaurado pela delegacia local para investigar o ocorrido no Primeiro de Maio rio-grandino estava sendo conduzido de forma tendenciosa e parcial. Para sustentar essa acusação, a trabalhadora apontou que a escolha das testemunhas a serem ouvidas pela polícia era realizada de forma cuidadosa., “tanto que as que prestaram socorro aos feridos, as que foram vistas pelas autoridades no local dos acontecimentos, (...) essas não são chamadas para depor”⁶².

O documento apontava novos nomes de testemunhas a serem ouvidas e apelava para a imparcialidade do juiz e da Justiça para que fosse aberto um novo inquérito policial, esse acompanhado por um promotor da Justiça. Pois, como a trabalhadora seguia apontando:

(...) não é admissível que haja isenção na polícia quando o responsável pelo crime é precisamente um delegado, colega do que preside o inquérito. Dessa maneira, é inteiramente viciada a prova colhida no inquérito policial, tanto mais que o responsável se encontra ainda no exercício de suas funções (Sulma Pinto, 30 de maio de 1950, p. 83).

Sulma recorria a própria retórica do Direito acerca da igualdade, universalidade e, conseqüentemente, da imparcialidade da lei para solicitar a abertura de um novo inquérito policial. Na luta para que o delegado de polícia fosse punido, os “domínios da lei” configuraram-se em uma “arena”. E foi recorrendo aos princípios da Justiça que Sulma encontrou um meio para lutar por memória, verdade e justiça.

Thompson (1997) em seu estudo sobre a Lei Negra na Inglaterra no século XVIII, observou que o *domínio da lei* era um espaço de conflitos sociais e disputas. Para o autor, a lei deve ser vista como mediadora das relações de classe existentes na sociedade, tendo suas próprias características, história e lógicas de desenvolvimento independente. Como segue Thompson, “é inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade” (1997, p. 353).

Conforme Thompson, se a lei se manifestar parcial e injusta, ela não consegue mascarar nada, nem legitimar a hegemonia de uma classe. Como condição prévia para a eficácia da lei e a sua função ideológica, é necessário que ela se demonstre independente e pareça ser justa. É necessário que se conserve seus princípios de igualdade e universalidade em sua retórica. A

62 Documento escrito por Sulma Pinto e entregue ao juiz do caso no dia 30 de maio de 1950, p 83. In: Idem.

partir dessa visão, a classe dominante busca se legitimar através dos domínios da Lei, mas “jogando os jogos do poder segundo regras que se adequavam a eles, mas não poderiam romper essas regras, ou o jogo viria abaixo”. (THOMPSON, 1997, p. 355).

Thompson comenta ainda que o Direito pode ser retórico, mas não pode ser uma retórica vazia. Para o autor a população tem um forte senso de justiça e no contexto analisado, faz uso da retórica do Direito em seus benefícios. Mesmo que a lei mediasse as relações de classe em proveito dos dominantes, ela também estabelecia limites para a própria dominação.

Os apontamentos teóricos de Thompson são relevantes para compreendermos como as pessoas comuns, os de baixo, utilizam a retórica do Direito para encontrar brechas na própria lógica da lei e se beneficiarem. Ao defender a ideia de que o inquérito policial e a Justiça devem ser isentos, Sulma promove uma concepção de Justiça que se baseia nessa suposta imparcialidade. Assim, ela utiliza essa retórica da Justiça para criticar o suposto assassino de seu marido e o delegado encarregado da condução do inquérito policial.

Ao defender que o inquérito policial e a Justiça devem ser isentos, Sulma defende a ideia de Justiça baseada nessa suposta imparcialidade. Ao argumentar que a justiça só pode ser verdadeiramente justa se for isenta, Sulma usa essa retórica para atacar o suposto assassino de seu marido e o delegado encarregado da condução do inquérito policial.

No dia 21 de junho de 1950, Sulma passou a ser representada no processo-crime que envolvia a morte do marido por três advogados, Júlio Teixeira, Antônio Ferreira Martins e Carlos Lima Aveline. Conforme o documento:

para o fim especial de acompanhar o processo crime que foi instaurado contra os policiais responsáveis pela morte de populares no dia primeiro de maio. (...) mover processo, representar, usar de todos os recursos judiciais para garantir a punição de Ewaldo Miranda e outros responsáveis pela morte de meu marido Euclides Pinto (Sulma Pinto, 21 de junho de 1950, p. 264)⁶³.

Aveline era filiado ao PCB. Na greve realizada em Rio Grande em março de 1949, ele havia sido preso, juntamente com Euclides Pinto (SAN SEGUNDO, 2012). Em um documento enviado pela delegacia de Porto Alegre e anexado no processo crime, é exposto que Aveline seria um dos dirigentes do Comitê Estadual do PCB, “em cujo movimento no Estado é um dos mais destacados líderes e executor de importantes tarefas subversivas”⁶⁴. Conforme o

63 Procuração de autoria de Sulma Pinto datada do 21 de junho de 1950, p. 264. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

64 Documento escrito por Delmar de Araujo Ribeiro, Diretor Estadual de Segurança Social e Economia Popular, e enviado ao Delegado Regional de Rio Grande, 13 de março de 1950, p. 180. In: Idem.

documento, Aveline teria se formado em Direito no ano de 1935 e respondia um processo pela Justiça do município de Rosário do Sul por crimes de estelionato e contra a segurança do Estado. O ofício, escrito pelos agentes da repressão, comentava ainda sobre a prisão de 1949, descrevendo que “no momento do interrogatório, [o militante] engoliu um documento importante que havia sido apreendido em seu poder”⁶⁵. Acrescentava-se que “pode-se afirmar ser um dos elementos de maior projeção no movimento comunista no estado”⁶⁶.

Em outro documento proveniente da delegacia do município de Rosário do Sul, era informado que, durante o tempo em que Aveline residira na cidade, “foi um elemento que constantemente perturbava a ordem; tratava-se de um comunista exaltado; costuma insubordinar-se perante as ordens policiais”⁶⁷. Conforme a Câmara Municipal de Rosário do Sul, Aveline também havia sido vereador do município, legislando sob a sigla do PSP⁶⁸, e que no dia 7 de abril de 1949 o seu mandato foi cassado por desrespeito ao Art. 23: “Importa em renúncia do mandato, a falta durante o ano, sem licença ou exclusão legítima, aceita pela Câmara, a mais de dez sessões ordinárias consecutivas ou à vinte intercaladas”⁶⁹.

Esses ofícios foram solicitados pelo delegado de polícia de Rio Grande e se estão anexados no processo crime analisado. Essas observações demonstram dois aspectos importantes. O primeiro deles é que havia uma articulação entre os órgãos da repressão que compartilhavam informações sobre os militantes, entendidos aqui como agentes da subversão. Outro aspecto importante é que o advogado de Sulma era militante do PCB, o que demonstra os laços e solidariedade entre os membros do partido. A luta de Sulma por verdade, memória e justiça contou com o apoio do partido.

Em uma sessão realizada na Câmara Municipal de Rio Grande no dia 11 de maio de 1950, a vereadora comunista Guaraciaba Cardoso e Silva tentou ler uma carta enviada pela sua companheira Sulma no plenário, mas foi impedida por seus colegas parlamentares (SAN SEGUNDO, 2012). Como a carta não está anexada na referida sessão, não tivemos acesso ao conteúdo dela. Todavia, percebemos a articulação conjunta entre as militantes da UMRG e do PCB. Essa articulação e solidariedade que já foi observada no subtítulo acima no qual

65 Idem.

66 Idem.

67 Documento enviado pela 4ª Região Policial de Rosário do Sul à 2ª Região Policial de Rio Grande, 23 de maio de 1950, p. 182. In: Idem.

68 O Partido Social Progressista, fundado em 1946 e dissolvido em 1965, originou-se da fusão entre os partidos Partido Popular Sindicalista (PPS), Partido Republicano Progressista (PRP) e Agrário Nacional (PAN).

69 Documento de autoria da Câmara Municipal de Rosário do Sul, 19 de maio de 1950, p. 184. In: Idem.

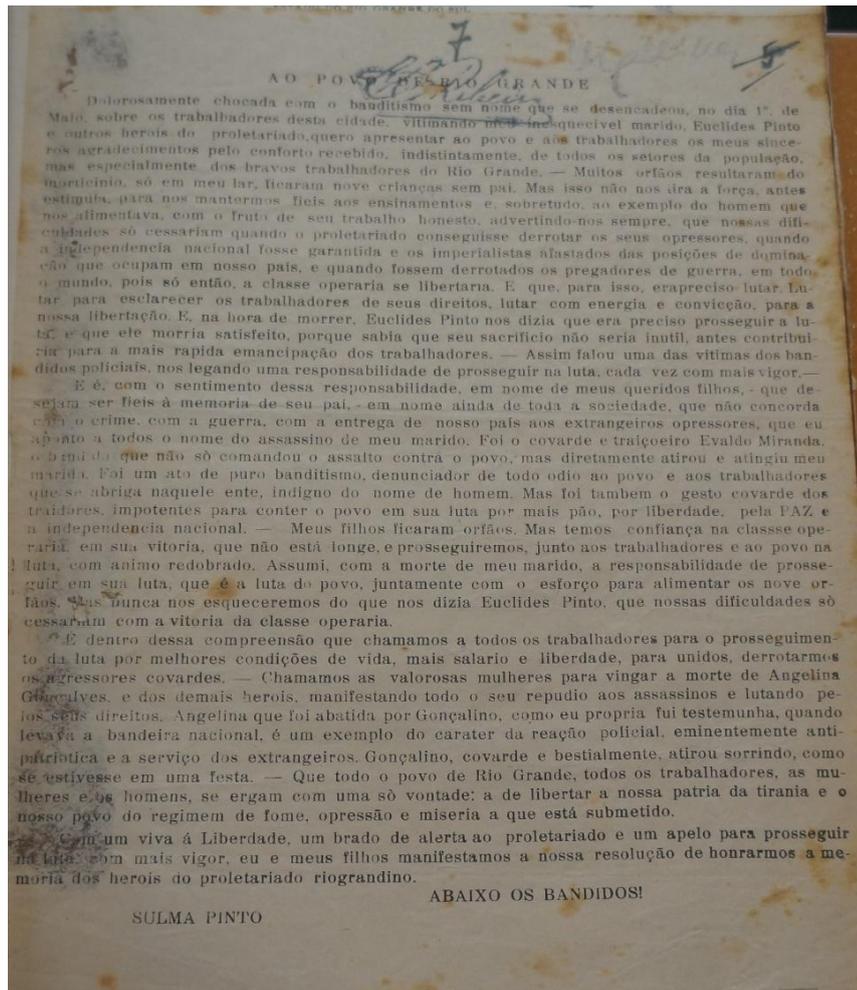
abordamos que Guaraciaba cuidou dos filhos de Sulma durante o tiroteio ocorrido na manifestação em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador.

No dia 15 de setembro de 1950, um processo-crime foi instaurado contra Sulma, simultaneamente ao inquérito policial já em curso para investigar os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1950. O autor dessa ação foi o delegado Ewaldo, que alegou que Sulma estava cometendo o crime de imprensa. Isso se deu pelo fato de Sulma estar distribuindo um boletim de sua autoria, no qual acusava o delegado de ser o responsável pelo assassinato de seu marido, apesar de o inquérito policial ainda estar em andamento e de não haver nenhum condenado até aquele momento. Conforme a acusação:

Em dias do mês de junho do corrente ano, nesta cidade, foi apreendida regular quantidade de boletins (vide exemplar em anexo) de autoria da denunciada, cujo texto contém conceitos caluniosos e injuriosos dirigidos contra o Dr. Ewaldo Miranda, delegado adjunto da Delegacia Regional da 2ª Região Policial, no exercício de suas funções, que, além de apontado como autor da morte de Euclides Pinto, por ocasião dos acontecimentos de 1º de maio, nesta cidade, ainda foi qualificado de bandido, covarde, traiçoeiro e ente indigno do nome de homem⁷⁰.

O boletim ao qual a ação se referia era um manifesto distribuído em Rio Grande e assinado por Sulma. Sob o título "Ao povo de Rio Grande", o manifesto foi escrito em primeira pessoa, em tons heroicos e pedagógicos. O documento tem um tom pedagógico, pois a autora do manifesto busca conferir um sentido de luta às mortes do Primeiro de Maio. Esse sentido seria alcançado através do engajamento político da sociedade rio-grandina na luta por melhores condições de vida e pela punição dos policiais envolvidos na chacina.

⁷⁰ Documento de autoria do Promotor Público e enviado ao juiz do caso, 15 de setembro de 1950, p. 2. In: Idem.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo-crime contra Sulma Pinto. – 1950. Documento n.º 2892. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao ser escrito dessa forma, o manifesto supostamente expressava o sentimento das famílias dos trabalhadores que tombaram no conflito. Conforme o manifesto:

Muitas órfãs resultaram desse morticínio, só em meu lar ficaram nove crianças sem pai. Mas isso não nos tira a força, antes nos estimula para nos mantermos fiéis aos ensinamentos e, sobretudo, ao exemplo do homem que nos alimentava, com o fruto de seu trabalho honesto, advertindo-nos sempre que nossas dificuldades só cessariam quando o proletariado conseguisse derrotar os seus opressores, quando a independência nacional fosse garantida e o

imperialistas afastados das posições de dominação que ocupam em nossos países⁷¹.

No manifesto, o papel social de mãe e de pai é evocada para sensibilizar o leitor à dor e à angústia das vítimas do episódio. Além disso, a escrita tem um caráter de superação, ao descrever que a morte de Euclides não teria tirado a força da autora e de seus filhos, mas sim os estimulados a se manterem fiéis aos ensinamentos do pai. Há na escrita do manifesto um deslocamento do papel social da maternidade e da paternidade, que deixa de ser entendida como uma relação privada, individual e de cuidado, se tornando uma relação coletiva, de mentoria dos jovens lutadores.

Ao denunciar o ocorrido no Dia Internacional do Trabalhador, o manifesto discorria sobre as bandeiras de luta que ela e seus filhos seguiriam empunhando para honrar a memória de Euclides, argumentando que seus “filhos ficaram órfãos, mas temos confiança na classe operária em sua vitória, que não está longe e prosseguiremos juntos aos trabalhadores e ao povo na luta, com ânimo redobrado”⁷². Essas lutas seriam em defesa da pátria, contra a carestia de vida, por melhores condições de vida, melhores salários, “por mais pão, por liberdade, pela paz e a independência nacional”⁷³.

A escrita do manifesto está em consonância com a linha política do PCB da época, o que nos aponta que possivelmente o documento foi escrito coletivamente pelos membros do partido. Mesmo que seja escrito em primeira pessoa e pontue com ênfase a experiência de Sulma como mãe, analisa-se que o manifesto contém as palavras de ordem dos comunistas da época, embora com algumas modificações de seu famoso slogan “paz, pão e terra”. E a própria representação das mulheres está de acordo com a construção imagética dos comunistas sobre as mulheres: a **mãe revolucionária**. O que ajuda a corroborar com o apontamento de que o manifesto foi escrito coletivamente.

Mesmo com a mudança na linha política do PCB após o Manifesto de Janeiro de 1950, em que o partido passou a defender a renúncia do presidente Eurico Gaspar Dutra e a luta armada, as Uniões Femininas seguiram a linha política da União Nacional, não alterando os rumos do trabalho político feminino (SOARES, ANO.). As mulheres seguiram fazendo alianças com diversas lideranças políticas e seus discursos mantiveram-se moderados na condução de seu trabalho de base. O discurso da mãe revolucionária seguiu presente, sendo uma ferramenta amplamente divulgada e habilidosamente empregada.

71 Manifesto de autoria de Sulma Pinto, sem menção a data, p. 8. In: Idem.

72 Idem.

73 Idem.

Além disso, o discurso da mãe revolucionária não estava deslocado da experiência das mulheres brasileiras. A maternidade era uma realidade da maioria das mulheres e fazia parte da cultura feminina. Aponto que esse discurso não havia sido pensando de cima para baixo pela estrutura partidária pecebista, mas era um elemento presente na identidade das mulheres que compunham as Uniões Femininas. Possivelmente, foi ele que possibilitou que mulheres para além das comunistas integrassem nas frentes amplas feminina do PCB.

Assim, ao falar da sua experiência como mãe e esposa, Sulma não estava divergindo da visão comunista da época. Mas para além disso, essa experiência de mulher-mãe-esposa era compartilhada entre grande parte das mulheres. E o trauma gerado pela morte brutal de seu marido significava uma transgressão moral a uma instituição enraizada na cultura brasileira da década de 1950: a família nuclear tradicional. Sulma trazia para a esfera pública a sua experiência pessoal, ao narrar a dor de um trauma, tornando o luto em um meio e uma ação de luta. Buscava comover a população para lutar por verdade e justiça àqueles que tombaram no Primeiro de Maio rio-grandino, conclamando “as mulheres para vingar a morte de Angelina Gonçalves e dos demais heróis, manifestando todo o seu repúdio aos assassinos e lutando pelos seus direitos”⁷⁴.

O mesmo manifesto foi republicado no jornal *Voz Operária*, agora sob o título de “*A viúva do herói Euclides Pinto dirige-se aos trabalhadores de Rio Grande e de todo o Brasil*” (*Voz Operária*, 17 de junho de 1950 p. 8). O manifesto também foi repostado no jornal *Gazeta Sindical*, sob o título de “*A viúva de Euclides Pinto acusa os assassinos*” (*Gazeta Sindical*, 1º quinzena de junho de 1950, p.3). Esses são mais indícios de que o manifesto foi escrito coletivamente com os membros do PCB e o partido buscou impulsionar a sua divulgação através da republicação em seu periódico. A republicação foi realizada anteriormente à abertura do processo-crime instaurado contra Sulma por crime de imprensa.

O jornal *Momento Feminino* também comentou sobre o manifesto em uma matéria publicada no dia 15 de junho de 1950. Intitulada *Heróis de Rio Grande*, o texto fala sobre a morte de Angelina “a intrépida heroína do Rio Grande que deu sua vida pela causa do progresso, permanecerá eternamente na memória de todas as mulheres e de todos os patriotas brasileiros” (*Momento Feminino*, 15 de junho de 1950, p 11). Mais adiante, a matéria comenta sobre a Sulma:

A sra. Sulma Pinto, viúva do operário Euclides Pinto, covardemente assassinado pela polícia do Rio Grande, no dia 1º de maio, lançou um vibrante e corajoso manifesto que foi publicado pelos jornais do Rio Grande do Sul.

74 Idem.

Em seu nome e de seus nove filhos, Sulma fala de sua grande dor por ter perdido o seu companheiro de 20 anos de existência. Compreende muito bem que mataram o seu marido e afirma corajosamente prosseguir na luta contra a guerra, pelos direitos dos trabalhadores e pela liberdade, tal qual o companheiro querido. Denuncia o covarde assassino Evaldo Miranda que mandou ao assalto o povo desarmado.

Tendo como público-alvo leitor as mulheres, a matéria fala sobre a luta de Angelina e Sulma. Os tons heroicos continuam a aparecer nas falas de membros do partido. Procura-se transformar as vítimas do Massacre da Linha do Parque em mártires, dando um sentido pedagógico a suas vivências e ao ato de suas mortes. As vítimas da chacina aparecem como exemplos a serem seguidos pela classe trabalhadora.

Em uma outra matéria publicada pelo Jornal *Voz Operária*, de cuja autoria consta o nome de Sulma Pinto, mais uma vez Euclides é apresentado como um chefe de família e é dado um sentido pedagógico à sua morte. Conforme a matéria, “Euclides Pinto foi um defensor da classe operária e um homem cumpridor de seus deveres, um chefe de família exemplar e, sobretudo, um verdadeiro comunista”. O texto atribui um significado a morte de Euclides, narrando que:

Não pensem os assassinos que nós da classe operária temos seus arreganhos. Nós lutaremos até a vitória final. Seguindo fielmente os ensinamentos de nosso chefe querido, Luiz Carlos Prestes, de quem meu esposo foi um corajoso soldado (*Voz Operária*, 6 de junho de 1952. p 10).

Bilhão (2008) em um artigo comparativo entre a construção do herói nacional e do herói operário, nos aponta as semelhanças e divergências no processo de heroicização de um personagem. Conforme a autora, o processo de transformar uma pessoa em herói é realizado a partir de uma seleção de memórias, em que alguns pontos da trajetória de vida do personagem são mais iluminados que outros. É um processo que conta com lembranças e esquecimentos.

Há a necessidade de desumanização do personagem, visto como alguém que não comete erros, apagando de sua trajetória de vida elementos contraditórios. Esse herói encarna demandas genéricas dos vários grupos envolvidos em sua construção mítica (BILHÃO, 2008). Diferentemente do herói nacional que é financiado pelo Estado ou por grupos próximos do poder, a institucionalização do herói operário conta com os sindicatos, partidos políticos ou grupos intelectuais que assumam essa tarefa.

Para que o herói atenda as demandas variadas dos grupos sociais a qual ele presente representar, a sua construção deve ser vista como acima de interesses partidários (BILHÃO 2008). Adhemar Lourenço da Silva Jr. (1998) comenta que há uma mitificação acerca da conduta do herói que normalmente é dissociado do tempo cronológico em que viveu, devendo

sempre ter força no presente. Essa mitificação da conduta do personagem tem relação com a característica pedagógica que possui o herói operário.

A narrativa dos membros do PCB e da UMRG sobre Euclides Pinto analisadas até aqui buscam o transformar em um mártir. Na tentativa de convencimento e de aceitação deste personagem enquanto herói-mártir, Euclides é apresentado como um trabalhador humilde, pai de nove filhos, um esposo dedicado, que deu sua vida à causa que acreditava. Dentro dessa narrativa vem a referência as últimas palavras de Euclides e o seu sentido pedagógico, o de morrer em nome da liberdade. O valor de Euclides e de sua militância política são acrescentadas na missão heroica de morrer em nome de uma causa, de um ideal.

No processo-crime que Sulma respondeu pelo crime de imprensa, Carlos Aveline foi novamente o seu representante legal. Em uma petição, Sulma confirma a autoria do manifesto e alega que ele só foi mandado imprimir e distribuir após a trabalhadora entrar com uma representação legal contra Ewaldo Miranda, o acusando como o assassino de Euclides. De acordo com a petição:

Isso evidencia que esteve a peticionária desenvolvendo esforços, com constâncias, para judicialmente comprovar sua acusação, o que não foi atingido, devido ao injustificável retardamento das providências judiciais adequadas. Possuímos ainda outros meios de prova der que efetivamente foi Ewaldo Miranda o matador de Euclides Pinto, estando este desarmado e quando procurava atender feridos, estando já a massa dispersada (Sulma Pinto, 2 de agosto de 1950, p, 9).

Nesse sentido, há um indício de que a distribuição do manifesto foi uma estratégia utilizada pela trabalhadora como uma forma de pressionar a Justiça no andamento do processo-crime que investigava as mortes dos operários e operária. Nesse documento, é defendido, mais uma vez, que Euclides foi morto quando estava prestando os primeiros socorros às vítimas, e ainda acrescentado que ele estava desarmado. Em outro documento escrito pela defesa de Sulma, essa estratégia é mais bem exposta:

É simplesmente monstruoso o que está acontecendo com a requerente. Matam-lhe o marido, em condições de tremenda perversidade. Deixam-na com o encargo de sozinha prover a subsistência de oito órfãos, vários dos quais de tenra idade. E quando ela denuncia o matador, o assassino do pai de seus filhos, a fim de obter apoio da opinião pública, no sentido de levar a justiça a se pronunciar sobre o crime nefando, ainda vem a Promotoria Pública, voltar-se contra a vítima, denunciá-la pela prática de um direito irrenunciável – o de lutar por todas as formas pela punição do assassino de seu marido. Essa, sem dúvida, a melhor forma da promotoria pública esconder e defender o único criminoso: não se manifesta sobre o crime em si, nem sobre os responsáveis diretos, fazendo-o, porém, contra aqueles que lutam pelo esclarecimento do crime, porque foram diretamente atingidos por ele, e são suas vítimas (Carlos Lima Aveline, 26 de dezembro de 1950, p. 22-23).

O documento escrito pelo advogado de defesa de Sulma, Carlos Lima Aveline, informa que o número de filhos de sua representada é oito, embora saibamos pelas fontes já mencionadas que Euclides e Sulma tiveram nove filhos. No documento, tanto Sulma quanto seu representante legal criticam o sistema de justiça brasileiro. Sulma estava consciente das normas legais e buscou recorrer à justiça para que o assassino de seu marido fosse punido. Consciente de que a Justiça precisa aparentar ser imparcial e igualitária, a distribuição de boletins e a republicação de seu texto nos periódicos *Voz Operária* e *Momento Feminino* foram recursos estratégicos para pressionar o andamento do processo-crime instaurado após o Massacre da Linha do Parque.

Nessa estratégia de pressionar a Justiça, o corpo materno ganha um novo significado, um significado de luta. Uma luta que se apoia e se legitima através da condição de mãe e esposa, em contraposição a um Estado que viola um direito moralmente enraizado na cultura popular. É por meio da maternidade que Sulma se fez presente na luta por memória, verdade e justiça. A maternidade é politizada por Sulma, ao atribuir a essa função social um sentido político e público, tornando-a um meio de disputar os sentidos de justiça da sociedade.

Em respostas à acusação de Sulma, Ewaldo Miranda, em uma audiência pública ocorrida no dia 1 de fevereiro de 1951, disse que apenas atirou para defender a sua vida, após ter recebido um soco de um dos manifestantes. O delegado acrescentou que quando atirou não mirou em nenhuma pessoa específica, não sendo ele o autor do disparo que deu fim a vida de Euclides. Ao ser perguntado se houve tiros isolados após o tiroteio cessar, Ewaldo respondeu que “que depois houve muitos e muitos tiros isolados, podendo afirmar que foram tiros detonados pelos comunistas, pois os policiais levaram apenas a carga que comportava o revólver”⁷⁵. Essa pergunta foi realizada pelo advogado de defesa de Sulma que buscava sustentar que Euclides foi baleado quando prestava os primeiros socorros às vítimas e o tiroteio já havia cessado, como mencionado anteriormente,

Iria Moraes, na audiência pública ocorrida no dia 8 de fevereiro de 1951, comentou que conhecia Sulma havia pouco tempo e que elas frequentavam as mesmas festas, sabendo que a trabalhadora era boa esposa e boa mãe. Novamente o status de mãe e esposa é movido como recurso de defesa. Sobre a morte de Euclides, Iria declarou que, “em dado momento percebeu a depoente que do lado também se aproximava o delegado Miranda, de revólver em punho e apontando para Euclides Pinto, não podendo precisar a distância se achava um do outro, mas

75 Depoimento prestado por Ewaldo Miranda durante uma audiência pública realizada no dia 1 de fevereiro de 1951, p. 31. In: Idem.

era perto”⁷⁶. A trabalhadora pontuou que como estava prestando os primeiros socorros a uma senhora no momento, não viu o momento em que Euclides fora baleado, mas “que por essas circunstâncias calcula ter sido Miranda quem matou Euclides Pinto”⁷⁷.

Outra testemunha, Julieta Fernandes, comentou que, quando começou o tiroteio, ficou nervosa e, ao contrário dos demais manifestantes que se jogaram no chão para fugir das balas, "se conservou em pé atendendo a seu filho que estava gritando e tremendo. Quando tudo serenou, a depoente viu Sulma Pinto correr para o lado de Angelina Gonçalves, que estava caída no chão, e segurou a cabeça dela (...)"⁷⁸. Julieta narrou que Euclides, ao julgar que sua esposa havia sido ferida, confundindo o sangue de Angelina que estava na blusa de Sulma, gritou: "Aí, feriram minha esposa!"⁷⁹, e se aproximou de Sulma. Em certo momento, ouviu um tiro que atingiu Euclides Pinto. Assim como Iria, Julieta afirmou não ter visto quem foi o autor do disparo, mas acreditava ser Ewaldo Miranda, pois foi o que Sulma lhe disse logo depois do acontecimento.

O advogado de defesa buscou durante as audiências públicas descrever o delegado Ewaldo como uma pessoa agressiva, que teria agredido militantes comunistas em outras ocasiões. No depoimento do portuário José Costa, o advogado de defesa de Sulma perguntou se o depoente teria sido agredido por Ewaldo no período em que esteve preso. José respondeu:

que isso se deu há seis meses no campo do Osório e depois na delegacia, isto depois de Miranda lhe ter oferecido um revólver para brigarem, depois uma faca, e afinal tirou o casaco e levou o depoente para o pátio da delegacia, onde lhe deu soco no rosto⁸⁰

Menções a torturas na delegacia de Rio Grande também aparecem em uma matéria publicada pelo jornal *Voz Operária*. Intitulada "Euclides Pinto", a matéria oferece uma breve biografia do pedreiro, comentando que, após o partido conquistar a legalidade em 1945, ele ficou responsável por organizar o Comitê Municipal do PCB e ocupou o cargo de secretário político. A matéria também relata que Euclides foi preso durante uma greve realizada em Rio Grande no ano de 1949, momento em que foi vítima de "bestiais torturas por parte da polícia local" (*Voz Operária*, maio de 1953, p. 3). De acordo com a matéria, após ser solto, a perseguição política continuou, o que levou o partido a transferi-lo para São Paulo, onde ele se

76 Depoimento prestado por Iria Moraes durante uma audiência pública realizada no dia 8 de fevereiro de 1951, p. 41/41. In: Idem.

77 Idem.

78 Depoimento prestado por Julieta Fernandes durante uma audiência pública realizada no dia 1 de fevereiro de 1951, p. 32/33. In: Idem.

79 Idem.

80 Depoimento prestado por José Costa durante uma audiência pública no dia 1 de fevereiro de 1951, p. 34/35. In: Idem.

ligou ao núcleo do partido no bairro de Tucuruvi, em 1949. Em dezembro de 1949, Euclides decidiu voltar para a cidade de Rio Grande.

A greve mencionada na matéria ocorreu no dia 8 de março de 1949, quando os trabalhadores de Rio Grande se mobilizaram principalmente contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos. Como apontado por San Segundo (2012), essa greve paralisou parte da produção da cidade e incluiu passeatas que culminaram em um comício em frente à Prefeitura Municipal.

Durante essa mobilização, foram detidas algumas lideranças do movimento operário, como Euclides, o advogado de defesa de Sulma, Carlos Lima Aveline, entre outros, soltos posteriormente no dia 20 de março de 1949. Além disso, foi aberto um processo-crime em que foram indiciados Euclides Pinto, Aldovar Mattos, Antônio Rechia, João Aquino, Alexandre Doral Reis, Manoel Rechia e Palmor Martins (SAN SEGUNDO, 2012).

A prisão de manifestantes no ano de 1949 aponta que o clima do anticomunismo e da repressão policial se intensificava no município de Rio Grande. Observa-se, também, que Euclides era uma liderança partidária e, de acordo com o jornal *Voz Operária*, sofreu com a perseguição de policiais na cidade. A matéria publicada no periódico está inserida em uma disputa de narrativa e corrobora para a sustentação da defesa de Sulma Pinto de que a morte de Euclides foi premeditada, não sendo um assassinato aleatório vindo de uma bala que não tinha alvo.

De acordo com um documento escrito por Antônio Rechia e enviado ao juiz de Direito do caso⁸¹, podemos observar a atuação da família de Sulma e Euclides na organização do protesto de 1949. Neste documento é mencionado que Euclides sofreu tortura na prisão, assim como sua filha Elea Pinto, que “(...) foi agarrada e brutalizada por um elemento da polícia de choque” (Antônio Rechia, 26 de fevereiro de 1951, p. 234) enquanto distribuía panfletos pela cidade de Rio Grande. Percebemos a atuação da família operária Pinto no movimento operário, já que todos os seus integrantes desempenhavam tarefas no movimento e sofreram em diferentes níveis com a repressão policial e o anticomunismo.

O processo criminal contra Sulma por crime de imprensa foi suspenso no dia 7 de março de 1955. Essa decisão foi tomada porque havia outro processo criminal correndo paralelamente, que buscava averiguar os assassinatos cometidos no 1º de maio. E o resultado desse último processo era primordial para o andamento do processo contra Sulma.

81 Documento de autoria de Antônio Rechia enviado ao juiz de Direito do caso no dia 26 de fevereiro de 1951, p. 234. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antônio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O processo criminal para investigar os crimes ocorridos no Primeiro de Maio de 1950, em Rio Grande, não conseguiu identificar os responsáveis pelos disparos que resultaram na morte de manifestantes e de um policial. O magistrado encarregado do caso, Oswaldo Miller Barlem, enfatizou a posição legal da polícia em contraste com a ilegalidade atribuída aos manifestantes. A justiça sustentava que a intervenção policial para conter a manifestação era legal, uma vez que esta não tinha a devida autorização para ocorrer.

No que tange ao momento do tiroteio, a conclusão foi de que o primeiro tiro partiu dos manifestantes, e, conforme afirmado pelo juiz, "compreende-se que a polícia estava obrigada, até por força da lei, a reagir como efetivamente reagiu". Segundo a perspectiva do magistrado, os disparos efetuados pela polícia eram justificados em prol da segurança pública e da preservação da ordem social.

Compreendo que Sulma não foi uma mulher excepcional⁸², mas sua história representa a luta do gênero feminino contra o anticomunismo e a repressão estatal.

2.8 O Primeiro de Maio após o Massacre da Linha do Parque e o DOPS: entre romaria às vítimas da chacina e o monitoramento dos órgãos de repressão

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 4.405-A de 1928. Sendo a mais antiga polícia política do Brasil, sua criação está relacionada à preocupação dos governantes e das elites brasileiras com o crescimento do sindicalismo e do anarquismo no país. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), de 2014, o setor empresarial foi o principal beneficiário da criação do DOPS, pois antes disso era responsável por manter arquivos com o nome de ativistas sociais para dificultar sua contratação.

Sobre a década de 1950, a CNV aponta que estava entre as funções do DOPS a de dirigir os serviços policiais ligados à investigação, à prevenção e à repressão dos delitos de caráter político, social e econômico. Em Rio Grande, como já comentado, o responsável pelo DOPS era o delegado de polícia Ewaldo Miranda, acusado de assassinar Euclides Pinto.

Após o Massacre da Linha do Parque, no início da década de 1950, o movimento operário da cidade procurou promover uma romaria ao Cemitério Municipal da cidade, onde estavam enterradas as vítimas da chacina. A romaria era um ritual no qual os trabalhadores buscavam honrar a memória das vítimas, lhes prestando homenagens. O cemitério no qual

82 Concordando com Céli Regina Jardim Pinto (2017), avalio que quando a mulher é incluída como excepcionalidade, reforça a sua ausência naturalizada em certos espaços da sociedade.

Angelina e Euclides foram enterrados se transformou em um lugar de memória, reverenciado na data comemorativa ao Dia Internacional do Trabalhador.

Conforme Angues (2022), Angelina e Euclides foram enterrados no Cemitério Católico de Rio Grande, no mesmo jazigo. Sobre o túmulo de Angelina e Euclides, o autor destaca que o jazigo segue em estado de preservação atualmente.

A preservação do jazigo de Angelina e Euclides e as anuais romarias no Dia Internacional do Trabalhador ao cemitério onde foram enterradas as vítimas podem ser compreendidas à luz dos apontamentos do historiador Pierre Nora. De acordo com Nora (1993), vivemos em um período de rápida oscilação do passado, o que causa uma ruptura de equilíbrio na sociedade. Nesse contexto, onde a tradição, o mutismo e os costumes enfraquecem, os lugares de memória assumem um caráter compensatório. Com a ausência dos meios e suportes convencionais da memória, os lugares surgem para ocupar esse vazio. A memória torna-se crucial, pois é ela que mantém os laços sociais de um grupo, de uma coletividade.

Levando em conta os apontamentos de Nora (1993), podemos afirmar que as romarias ao Cemitério Católico de Rio Grande no Dia Internacional do Trabalhador desempenham o papel de preservar a memória do Massacre da Linha do Parque entre a população local. Em um contexto atual de desindustrialização da cidade, os movimentos sociais e sindicais buscam manter viva a memória da luta do município, que um dia foi conhecido como a "cidade vermelha". Nessa busca pela preservação da memória de luta da cidade, o episódio do Massacre da Linha do Parque ganha importância, pois representou um momento de extrema tensão em que o aparato policial do estado assassinou sindicalistas da região.

Observamos que as romarias ao Cemitério Católico de Rio Grande nos dias alusivos ao Dia Internacional do Trabalhador iniciaram já nos anos seguintes ao episódio. Em documentos do DOPS, salvaguardados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHERS), no acervo de Luta Contra a Ditadura, foram encontrados relatórios escritos pelos policiais nos quais descreviam as atividades organizadas pelo movimento operário no dia Primeiro de Maio, entre os anos de 1953 e 1957.

Voltando à década de 1950, em 1953 foi apreendido pelo DOPS um “Manifesto de 1º de maio do PCB” que havia sido distribuído pela cidade. O texto se iniciava com uma abordagem sobre o significado do Dia Internacional do Trabalhador, apontando que era uma jornada gloriosa de solidariedade entre os trabalhadores, uma festa tradicional, de fraternidade operária. Comentava-se, ainda, sobre a luta pela paz, contra a fome e “a política de guerra contra os trabalhadores”. Era discutido ainda o crescimento do socialismo internacionalmente,

mencionando o movimento comunista na Europa, China e Coréia. Nesse documento, nada é mencionado sobre o massacre ocorrido no Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande.

O relatório referente Primeiro de Maio de 1954 iniciava da seguinte forma: “Fornecemos abaixo um relato dos acontecimentos nas vinte e quatro horas do dia 1º de maio corrente”. Era informado que haviam sido encontrados pela cidade pichamentos com palavras de ordem contra a carestia de vida. O aumento do custo de vida na vivência era uma das principais problemáticas sentidas pelos trabalhadores na década de 1950 e a sua reversão foi a principal reivindicação do movimento operário na cidade.

O que chama a atenção no referido relatório é a informação de que os trabalhadores fizeram romaria no Cemitério Católico do Município às vítimas do Massacre da Linha do Parque. De acordo com o texto:

Folhas de jornal “A Tribuna” colados nos locais acima citados, com dizeres escrito a tinta, variados como sejam: CONVIDAMOS O POVO EM GERAL PARA A ROMARIA AO CEMITÉRIO AOS MORTOS VÍTIMAS DA CHACINA POLICIAL EM 1º DE MAIO DE 1950 – COMÍCIO AO 1º DE MAIO NA PRAÇA TAMANDARÉ CONTRA A CARESTIA DA VIDA etc. etc. (DOPS, 1º de maio de 1954, p. 1).

Percebe-se que os trabalhadores buscaram manter viva a memória daqueles que tombaram no Primeiro de Maio rio-grandino e a promoção de romarias em homenagem às vítimas foi uma das formas encontradas. Analisa-se, também, que a manutenção dessa memória causava preocupação aos órgãos da repressão, que vigiavam as atividades realizadas no Dia Internacional do Trabalhador de perto. Essa repressão não ocorria apenas na vigia, mas em revistas e prisões.

No mesmo documento é detalhado o nome das pessoas que compareceram na romaria, estando entre eles o advogado de Sulma Pinto, Carlos de Lima Aveline, e o irmão de Euclides, Vidal Domingos Pinto. No total são enumerados nove nomes e são descritos os buquês de flores que eles levaram ao cemitério.

A polícia esperou que os presentes se dispersassem para revistá-los, quando eles se afastavam dos grupos, conforme descreve o relatório. Nesse dia, Harrison Fernandes foi levado à delegacia “para receber uns conselhos”, por estar portando durante a revista seis exemplares do jornal *Voz Operária*. Ainda é informado que à noite os policiais se distribuíram em diversos pontos da cidade, principalmente na Praça da Tamandaré, todavia não houve nenhuma atividade dos trabalhadores.

No relatório referente ao Primeiro de Maio de 1955, é descrito que os “vermelhos” se reuniram na sede da SUO. Discursaram Carlos de Lima Aveline e Arlindo Lima. Ainda é

informado que não houve pichamentos e nem a romaria ao cemitério municipal. A romaria às vítimas do Massacre da Linha do Parque ainda seguiu como uma preocupação dos agentes do DOPS.

No relatório referente ao Primeiro de Maio de 1956, é descrito que “um número pequeno de comunistas, chefiados por Carlos de Lima Aveline, compareceram ao cemitério municipal, para ali prestarem homenagens aos mortos no conflito de 1º de maio de 1950”. Percebe-se que a SUO seguiu sendo um local importante para o movimento operário da cidade, que se reuniu em sua sede para a realização de um churrasco e um comício. De acordo com o relatório, entre as seis horas da manhã e às 12 horas, em frente a SUO, foram detonados foguetes em homenagem à data do Trabalhador.

As festividades em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador continuaram, e em 1957 as famílias operárias se reuniram novamente na sede da SUO. No turno da manhã foi transmitido um filme para os filhos dos operários. No relatório do DOPS é descrito com detalhes as atividades programadas para aquele dia, descrevendo quem prestou discurso no comício e quais eram os temas abordados por eles. O que nos leva a pensar que havia policiais à paisana no evento e/ou informantes. Além das atividades da SUO, também estava descrito no documento as festividades ocorridas em algumas fábricas da cidade, organizados pelos donos das empresas. Finalizava-se o relatório informando que “agitação comunista não houve, como distribuição de panfletos e a costumeira romaria ao cemitério municipal” (DOPS, 1º de maio de 1957, p. 1).

Nos chama a atenção que no documento a romaria aparece como uma prática “costumeira”. Isso indica que o ritual se tornou um lugar de memória dos trabalhadores do município de Rio Grande. Concordando com Nora (1993), a memória é uma vivência do passado que é presentificada como continuidade. Deslocada de forma afetiva, em um processo seletivo que envolve lembranças e esquecimentos, a memória mantém os vínculos de um grupo social. Para o grupo que procurou realizar romarias, foi uma forma de preservar a memória sobre um episódio que demonstrava não apenas a repressão sofrida pelos trabalhadores rio-grandinos, mas também a sua capacidade e história de luta e organização.

Transformar a visita ao Cemitério Católico do município e a romaria em práticas programadas para o Dia Internacional do Trabalhador foi um esforço significativo do movimento operário. Essas iniciativas visavam garantir que o ocorrido em 1950 não fosse esquecido, tornando-o um elemento importante na história daqueles e daquelas que vivem da força de seu trabalho.

Além disso, a existência desses documentos produzidos pelo DOPS demonstra que essa memória era indesejável para o Estado brasileiro da época. Era uma afronta ao anticomunismo que entendia os comunistas como agentes subversivos, como pessoas indesejáveis. Havia uma disputa de memória, de um grupo que pretendia o esquecimento do Massacre da Linha do Parque e, em contrapartida, a outro grupo que buscava o transformar em um marco na história do movimento operário e comunista da cidade. Afinal, o esquecimento também é uma forma de construir a memória, pois como bem nos lembra Pollak (1992): a memória é sempre seletiva.

A memória promove a identidade social de um grupo, proporcionando um sentimento de coerência e continuidade de uma pessoa ou de uma comunidade, na reconstrução de si mesmo. E, como aponta Pollak (1992), as preocupações do presente operam na estruturação da memória, sendo este último um fenômeno construído.

A construção da memória sobre o Massacre da Linha do Parque foi objeto de disputa por diferentes grupos políticos e sociais. Para o órgão da repressão, o seu esquecimento se fazia necessário para que o anticomunismo seguisse operando no país. Para o grupo dos trabalhadores que promoviam a romaria, a sua memória era estratégica para que as mortes não fossem em vão. Assim, podemos dizer que o Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande se configurava naquela década como uma **memória subterrânea**.

Conforme Pollak (1989), a memória subterrânea se opõe a memória nacional. Em conjunturas desfavoráveis, as memórias subterrâneas permanecem vivas através da oralidade, lembranças dissidentes que são transmitidas em redes densas, de familiares e de amizades próximas, em associações e em redes de sociabilidade política. No caso da memória sobre o Massacre da Linha do Parque, possivelmente havia um medo de ser punido por aquilo que se diz, daquilo que se quer dizer, pois o DOPS estava ali vigiando minuciosamente a movimentação dos operários.

Até aqui, destaquei a importância do Primeiro de Maio para a população de Rio Grande e para o movimento operário local, particularmente ligado ao PCB. Apesar dos assassinatos de 1950, a cidade continuou a celebrar o Dia Internacional do Trabalho, com uma visita ritual ao Cemitério Católico de Rio Grande. Este local, conhecido como a "cidade vermelha", transformou o túmulo das vítimas em um memorial, conforme observado por Angues (2022). Os estudos de Angues indicam que a romaria ao Cemitério foi reestabelecida na década de 1980, possivelmente após um período de interrupção durante a ditadura civil-militar que se iniciou em 1964.

Também observei que essa memória causava preocupação aos agentes do DOPS, na medida em que ela se contrapunha à memória oficial, que sustentava que o anticomunismo era necessário para a defesa dos valores cristãos, da instituição familiar e da ordem social e apolítica. Em contraposição a esse discurso, Sulma, em sua luta por memória, verdade e justiça, buscou demonstrar as contradições dessa narrativa. Na sua perspectiva, ela procurava evidenciar que foi exatamente esse projeto anticomunista que assassinou seu marido, pai de nove crianças.

No próximo capítulo, analisarei como a imprensa e as obras artísticas financiadas pelo PCB foram utilizadas pelo partido na disputa de narrativas sobre o Massacre da Linha do Parque. Explorarei como essas narrativas contribuíram para o processo de heroificação das vítimas do massacre, tema que já começamos a abordar neste capítulo, mas que será aprofundado no próximo. Buscarei identificar como o gênero dos autores das matérias e obras influenciou as disputas memorialísticas sobre o evento e a construção dos personagens enquanto heróis.

3 O GÊNERO DO NARRADOR E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS ACERCA DO MASSACRE DA LINHA DO PARQUE NA IMPRENSA

Após o Massacre da Linha do Parque, o PCB empenhou-se em transformar o evento em um dos seus marcos históricos. Nesse processo, a imprensa e obras artísticas financiadas pelo partido desempenharam um papel fundamental, contribuindo para a elevação das vítimas da chacina à condição de heróis-mártires. O objetivo deste capítulo é compreender o processo de heroificação da operária e dos operários que foram assassinados no Primeiro de Maio, na cidade de Rio Grande. Além disso, procuro compreender como os jornais corroboraram para a construção e divulgação da União das Mulheres Riograndinas e a sua relação com o movimento feminista a nível nacional. Para alcançar esse propósito, serão analisados os jornais *Momento Feminino* e *Voz Operária*, bem como o poema de Lila Ripoll intitulado *Primeiro de Maio* e o romance escrito por Dalcídio Jurandir, *Linha do Parque*, ambos publicados durante a década de 1950.

Nosso objetivo é compreender as imagens evocadas para transformar os personagens em heróis-mártires e explorar como as relações de gênero estavam inseridas nessa construção imagética social. Buscamos analisar como o gênero do autor dos textos analisados influenciou na seleção dos elementos que seriam destacados em relação à trajetória e à conduta dos militantes transformados em heróis-mártires. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais aprofundada de como as representações de gênero foram moldadas e transmitidas através das narrativas, contribuindo para a construção da memória coletiva em torno desses eventos.

Considerando que o gênero do autor exerce influência na construção discursiva de uma obra textual, este capítulo dedica-se à investigação de como as disputas narrativas sobre o episódio são abordadas nos dois periódicos e nas obras artísticas mencionadas. O foco de análise concentra-se na exploração das possíveis diferenças estético-literárias entre textos redigidos por homens e mulheres vinculados ao PCB. Compreende-se que as experiências de homens e mulheres na sociedade são permeadas por hierarquias de gênero, as quais moldam a construção de suas consciências em relação ao mundo ao seu redor. Nossa compreensão do mundo está intrinsecamente ligada às experiências herdadas ou vivenciadas, sendo crucial examinar como tais experiências se manifestam nas narrativas produzidas por autores de diferentes gêneros.

Conforme apontado por Maria Irene Ramalho de Sousa Santos e Ana Luíza Amaral (1997), as diferenças de etnia, raça, classe e gênero do autor manifestam-se na construção simbólica da escrita. Concordando com essas autoras, entendemos que a arte não é neutra, e a

identificação do gênero do autor permite desmistificar a concepção da arte como algo universal e indiferente ao gênero de seu criador. Além de compreender os estereótipos associados ao que socialmente é considerado feminino ou masculino em uma obra, busco refletir sobre "o fundamento e os processos imaginativos e ideológicos que presidem à construção desse feminino ou masculino no tecido poético" (SANTOS; AMARAL, 1997, p. 3). Dessa forma, exploro como a estrutura patriarcal está intrínseca nas formas simbólicas do fenômeno textual-literário.

Conforme observado por Losandro Antonio Tedeschi (2016), o controle e a distribuição da palavra escrita eram predominantemente campos dominados pelos homens, que detinham o poder de narrar, relatar e conferir significado às suas experiências e concepções de mundo. Para o autor, a escrita e o conhecimento estão intrinsecamente ligados a um poder falocêntrico e patriarcal, excluindo vozes que ao longo da história buscaram ecoar e romper com as tentativas de silenciamento. Esse entendimento ressalta a importância de questionar as estruturas de poder que historicamente marginalizaram determinadas perspectivas, especialmente aquelas associadas às experiências e vozes das mulheres.

Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (2009) destaca que pesquisas voltadas para a recuperação de produções textuais de autoria feminina constituem-se como uma das linhas mais produtivas no âmbito dos estudos de gênero. Conforme ressalta a autora, tais investigações têm lançado questionamentos pertinentes "sobre o sistema de representações operado pelo constructo da história literária" (TEIXEIRA, 2009, p. 82). Teixeira argumenta que as análises sobre a escrita feminina revelam aspectos da intimidade, caracterizada pelo recato, pelo segredo, pela submissão, mas também pela resistência.

Mônica Sant'anna (2006) contribui para a compreensão do conceito de escrita feminina. Segundo a autora, a escrita representou uma ferramenta que permitiu às mulheres travarem uma luta pela igualdade de gênero na sociedade. O conceito de escrita feminina está relacionado à problematização da especificidade do registro e das marcas do feminino no discurso e na escrita das mulheres. Sant'anna argumenta que a escrita feminina representa uma alternativa à cultura literária homologada e patriarcal, configurando-se como uma "escrita do avesso". Essa abordagem destaca a "obliquidade em que se estrutura a relação que as mulheres mantêm com a linguagem, com a cultura e com o poder dominante" (2006, p. 2).

Uma das pioneiras a abordar a marginalização das mulheres na escrita foi a britânica Virginia Woolf, em sua obra literária "Um Quarto só seu", publicada em 24 de outubro de 1929. Woolf destacava que, para uma mulher se tornar escritora, eram necessários independência financeira e um espaço exclusivo para escrever ficção. Ao abordar a figura de Shakespeare, a

autora ressalta que, caso ele tivesse tido uma irmã tão talentosa quanto ele, essa irmã certamente teria levado uma vida miserável e provavelmente teria cometido suicídio ainda jovem. Isso porque, como continua Woolf, no século XVI, às mulheres era permitido apenas o papel social de trabalhadoras domésticas, escravizadas ou mesmo tratadas como animais de estimação. O pensamento precursor de Virginia Woolf é fundamental para compreender a especificidade da escrita feminina ao longo do tempo e a gradual inserção da mulher em um espaço que por muito tempo foi percebido como predominantemente masculino.

Virginia Woolf não apenas destaca o fato de que, por muito tempo, o mundo da escrita foi um domínio de poder masculino, mas também nos instiga a questionar por que esse espaço se formou dentro da lógica patriarcal. A autora analisa a condição das mulheres no século XX e explora como a falta de autonomia financeira e mobilidade contribuiu para a manutenção do poder masculino. Ao longo de sua obra, Woolf salienta que seu livro explora os sentimentos de uma mulher na sala de estar, permitindo que os leitores compreendam as transgressões da escrita feminina. Essas transgressões que rompem as barreiras entre esferas privadas e públicas, entre sentimentos e razão, imprimindo nas páginas a visão de mundo de um corpo feminino.

Sant'anna (2006) destaca a influência significativa de Virginia Woolf na consolidação de uma tradição literária feminina e na exposição das bases essenciais de uma escrita feminina. Virginia Woolf aponta a importância do corpo que escreve. Conforme salientado por Sant'anna (2006), o corpo e sua representação, assim como a autorrepresentação, estão intrinsecamente ligados à identidade, um conceito-chave no pensamento feminista contemporâneo. Esse corpo é atravessado pelas experiências de dominação e resistência, ilustrando a complexidade das narrativas femininas.

Ao investigar as produções textuais e artísticas de figuras vinculadas ao PCB sobre o Massacre da Linha do Parque, tanto de autoria masculina quanto feminina, busca-se compreender as representações e simbologias que atribuíam aos papéis sociais designados para homens e mulheres no interior do partido e no movimento operário. Além disso, a análise procura explorar se a participação das mulheres no PCB desempenhou um papel na reconfiguração da visão desses indivíduos em relação às dinâmicas de gênero na sociedade.

Conforme observado por Alves (2017), as mulheres ocupam um "não lugar" na memória do partido, sendo sujeitas a um silenciamento em relação às suas experiências. A autora destaca que a maioria dos relatos memorialísticos sobre o PCB é de autoria masculina. Além disso, segundo Alves (2017), esse silenciamento tem impactado a historiografia, que muitas vezes relega a atuação das mulheres nas fileiras partidárias comunistas a uma análise secundária ou, em alguns casos, não as menciona de maneira significativa.

Alves (2017) ressalta que, embora trabalhos como o de Ribeiro (2008) tenham abordado a participação ativa das mulheres nas campanhas pela paz e contra a bomba atômica, ainda falta uma análise aprofundada que se concentre nas relações de gênero relacionadas a essa participação. Como mencionado no capítulo anterior, Ribeiro (2008) observa que as mulheres eram encorajadas pelo partido a se envolverem nessas campanhas devido à suposta sensibilidade materna atribuída ao gênero feminino. Concordando com Alves (2017), entendo que persistem lacunas quanto aos níveis dessa participação e também em que medida a militância feminina desempenhou um papel significativo no fortalecimento do partido e em sua inserção social.

Daniella Ataíde Lôbo (2017) também identificou que os quadros políticos do PCB silenciaram personagens femininas em suas obras memorialísticas sobre o partido. Tanto Alves (2017) quanto Lôbo (2007) argumentam que o silenciamento da agência feminina não implica esquecimento. Essa perspectiva destaca que, embora as experiências e contribuições das mulheres possam ser negligenciadas nos relatos históricos, elas não são apagadas da memória coletiva, e a necessidade de trazer à tona essas vozes permanece relevante para uma compreensão mais completa e complexa do passado. Como comenta Alves:

No caso específico das memórias produzidas pelos homens do partido, os silêncios e/ou esquecimentos sobre as mulheres podem ter relação com a ideia de que suas práticas não foram politicamente relevantes para o partido, ou representam uma tentativa de apagar da memória oficial do partido episódios que contrariam o ideal revolucionário que incluía o debate sobre a libertação feminina (ALVES, 2017, p. 2).

Alves (2017) argumenta que esse silenciamento está associado à percepção de que a atuação das mulheres é muitas vezes considerada pelos autores dos textos memorialísticos como uma luta específica. A autora destaca que, ao privilegiar o que é chamado de "política geral", não houve uma problematização do impacto que a política feminista gerou para as discussões, resoluções e programas gerais do PCB. Isso sugere que a contribuição específica das mulheres e a influência da política feminista nas questões mais amplas do partido foram subestimadas ou sub-representadas nas narrativas históricas produzidas pelos membros do PCB.

É plausível sugerir que uma parte significativa das produções memorialísticas sobre o PCB, sendo predominantemente escrita por homens, talvez não tenha considerado relevante abordar as relações de gênero dentro do partido. Pode-se inferir que esses autores possivelmente não perceberam a pertinência de explorar a militância feminina ou as dinâmicas de gênero como aspectos cruciais a serem registrados em suas narrativas. Esse viés pode resultar em lacunas na

compreensão abrangente da história do partido, especialmente no que diz respeito ao papel das mulheres e às questões de gênero.

Conforme abordado anteriormente, é fundamental reconhecer a importância da escrita feminina na articulação dos significados e visões de mundo das mulheres. No próximo subcapítulo, exploraremos de que maneira a imprensa se tornou uma ferramenta na luta das mulheres pela ampliação e garantia de seus direitos civis, políticos e sociais. Apresentaremos obras bibliográficas que analisaram a presença da escrita feminina na imprensa brasileira, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno.

3.1 Imprensa Como Uma Ferramenta De Luta Das Mulheres

Ao longo do século XX, as mulheres mobilizaram-se politicamente com o intuito de transformar as relações entre homens e mulheres na sociedade. Assim como em todo movimento social, não existia um consenso programático unificado sobre a maneira como essa modificação deveria ocorrer. A história do movimento feminista brasileiro revela-se heterogênea, marcada por consensos, tensões e disputas. As mulheres comunistas desempenharam um papel ativo nesses debates, contribuindo para a formação de comitês específicos femininos dentro do PCB. Essa participação evidencia a complexidade e a diversidade de perspectivas dentro do movimento feminista, enriquecendo as discussões sobre a busca por igualdade de gênero e transformação social.

Apesar de as mulheres vinculadas às correntes políticas de esquerda terem evitado a adoção do termo "feminista" até a década de 1970, sua participação ativa na luta pelos direitos das mulheres é reconhecível. Conforme ressaltam as autoras Fraccaro (2016) e Alves (2017), a atuação política dessas mulheres deve ser contextualizada e compreendida no âmbito da história do feminismo brasileiro. Essa consideração destaca a importância de reconhecer a contribuição e o papel das mulheres ligadas à esquerda na trajetória do movimento feminista no Brasil, mesmo que a nomenclatura feminista tenha sido adotada mais tardiamente por esse grupo específico.

A imprensa se configurou como uma ferramenta empregada pelas mulheres para disseminar suas reivindicações e promover a conscientização entre outras mulheres. E é sobre a relação entre a imprensa e o movimento feminista que nós iremos nos debruçar nesse subcapítulo. Acreditamos que as páginas da imprensa nos possibilitam pensarmos as representações de gênero presentes no grupo estudado: mulheres comunistas e/ou

simpatizantes. Esta fonte histórica nos permite investigar as perspectivas e autorrepresentações das próprias mulheres, revelando suas visões e identidades.

No livro "Uma história do feminismo no Brasil", Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca que ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a palavra escrita predominava como a principal forma de comunicação de massa. A autora sublinha que a defesa pela liberdade de informação era uma temática recorrente entre vários grupos envolvidos, de alguma maneira, na luta para reformular o sistema político brasileiro. Nesse contexto, houve uma proliferação de jornais, pasquins e panfletos.

Conforme a análise de Mônica Yumi Jinzenji (2008), a participação das mulheres na esfera da imprensa evidencia a resistência desse grupo, que gradualmente incorporou-se a um espaço tradicionalmente visto como masculino. A autora destaca que, na primeira metade do século XIX, as publicações direcionadas ao público feminino abordavam temas como literatura, culinária, beleza e normas sociais, sendo notável o fato de que esses conteúdos eram predominantemente escritos por autores do gênero masculino. Até meados da década de 1850, as mulheres desempenhavam papéis colaborativos nos periódicos, muitas vezes optando por publicar sob pseudônimos masculinos (JINZENJI, 2008).

Em outro estudo, Jinzenji (2012) destaca que, nas primeiras décadas do século XIX, já se observava a presença de jornais voltados para o público feminino. No entanto, a participação ativa das mulheres na produção escrita da imprensa ainda era incipiente durante esse período. Essa conjuntura histórica evidencia uma dinâmica de inserção gradual das mulheres na esfera jornalística, caracterizada inicialmente por estratégias de participação menos evidentes.

Conforme Natalia Pietra Méndez (2007) destaca, nas últimas décadas do século XIX, o debate sobre o papel social da mulher tornou-se explicitamente presente na imprensa brasileira. Este contexto se desenvolveu concomitantemente à possibilidade de o país adotar um regime político republicano, levando uma considerável parcela das mulheres a se organizar em prol do reconhecimento de seus direitos básicos de cidadania. Conforme ressaltado por Méndez (2007), em jornais surgidos nas últimas décadas do século XIX, torna-se evidente a presença de uma imprensa voltada para as questões feministas, focada na promoção da educação para as mulheres, no pleito pelo direito ao voto e na defesa do divórcio.

Pinto (2003) comenta que a jornalista Francisca Senhorinha Motta Diniz foi provavelmente a primeira mulher a fundar um jornal para debater e divulgar a “causa das mulheres”, em 1873. O jornal se chamava *O Sexo Feminino* e durante os seus dois primeiros anos de existência tinha como sede Minas Gerais. Posteriormente, o periódico é transferido para

a cidade do Rio de Janeiro, que perdurou até 1890, passando a se chamar *15 de Novembro do Sexo Feminino* após a Programação da República.

Conforme mencionado por Pinto (2003), o jornal *O Sexo Feminino* possuía uma periodicidade quinzenal e abordava temas como o direito ao voto feminino e os direitos sociais das mulheres. A autora destaca que já em 1873, por meio de seus artigos, Francisca Senhorinha Motta Diniz discutia a falta de conhecimento das mulheres acerca de seus direitos no contexto matrimonial. Ela alertava para o perigo ao qual estavam expostas diante de maridos que transformavam o casamento em uma forma de enriquecimento. Francisca defendia a importância da educação das mulheres para a emancipação feminina.

Com a instauração do regime republicano no Brasil em 1889, as mulheres permaneceram excluídas do pleno status de cidadãs. Nesse contexto, as mulheres persistiram em seus esforços de organização política, buscando a ampliação da cidadania para grupos marginalizados no cenário social e político. Conforme discutido por Méndez (2007), nas primeiras décadas do século XX, observamos os esforços do feminismo liberal em assegurar os direitos civis das mulheres. E, igualmente importante, neste período emergiram grupos de mulheres anarquistas, associadas a sindicatos e associações, que lutavam pelos direitos das trabalhadoras.

Nicole Angélica Schneider (2022) estudou como as trabalhadoras eram representadas em jornais anarquistas durante a Primeira República (1889-1930). A autora salienta que os jornais anarquistas analisados eram predominantemente compostos por grupos editoriais e autores do gênero masculino. Schneider (2022) observa que nesses periódicos, podemos identificar as concepções dos homens pertencentes ao movimento anarquista sobre como deveria ser a participação adequada das mulheres naquele contexto. Essas percepções eram moldadas por suas próprias moralidades e ideias sobre o que consideravam correto.

Todavia, mesmo diante da escassez de matérias de autoria feminina publicadas nos jornais anarquistas, a autora conseguiu investigar como as anarquistas representavam a si próprias nas páginas dos jornais explorados (SCHNEIDER, 2022). Em matérias publicadas no periódico *O Sindicalista*, Schneider analisou textos de autoria de mulheres anarquistas no qual elas denunciavam as desigualdades sociais que as mulheres viviam e defendiam os princípios do anarquismo como uma forma de romper com aquela realidade. Nos referidos textos, a luta das operárias é retratada como intrinsecamente relacionada à dos operários.

Schneider (2022) examinou textos escritos pela militante anarquista Maria Antonia Soares, atuante em São Paulo (SP), e publicados no jornal operário *A Luta*. Esse periódico era distribuído na cidade de Pelotas, e em uma edição datada de 23 de novembro de 1907, Maria

convoca suas companheiras à luta, argumentando que as proletárias enfrentam as consequências do mal-estar social com maior intensidade do que os homens. Em outro texto, publicado no jornal *A Luta*, Maria aborda a realidade das mulheres que deixavam seus lares para ingressar no trabalho nas fábricas, visando auxiliar no sustento da família devido aos baixos salários de seus maridos.

Pinto (2003) enfatiza que as anarquistas introduziram novas perspectivas no cenário da luta das mulheres. Segundo a autora, a contribuição mais significativa foi a identificação da existência de uma relação de dominação masculina sobre as mulheres, ao argumentar que o poder dos homens estava fundamentado na exploração das mulheres. Ao comparar os discursos das anarquistas com os das integrantes da FBPF, a autora observa que este último grupo buscava a inclusão, mas não reconhecia na sua própria exclusão uma explicação para a disparidade de poder entre homens e mulheres.

O trabalho foi um elemento central nas discussões das anarquistas, conforme destacado por Pinto (2003). Essas mulheres colocavam o trabalho como um aspecto central de suas vidas e associavam as condições particularmente difíceis que enfrentavam ao fato de serem mulheres. A questão da dupla jornada de trabalho, à qual estavam submetidas, era frequentemente discutida como parte integrante de suas lutas e reivindicações.

Melina Kleinert Perussatto (2019) examinou os escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra do Rio Grande do Sul durante os anos de 1904 e 1905. Sophia contribuía com textos de sua autoria para o jornal *O Exemplo* de Porto Alegre. Conforme apontado pela autora em relação a esses escritos, "a presença de mulheres negras na imprensa, atuando como autoras em um contexto de profundo analfabetismo, patriarcal e racista, intensifica a dimensão política das contribuições de Sophia" (PERUSSATTO, 2019, p. 435). Perussatto argumenta que a escolha do estilo literário nos textos de Sophia, que utilizava o pseudônimo Pepita, sugere que essa era a principal forma de participação feminina na imprensa, destacando principalmente a inter-relação entre literatura e política.

Perussatto (2019) ressalta a importância da instrução feminina como um elemento central na busca pelos direitos das mulheres, apresentando outras mulheres que utilizaram a escrita como meio de luta pela emancipação do gênero feminino. Ao mencionar Nísia Floresta (1810-1885) como uma das influências de Sophia, a autora faz referência ao livro "Os direitos das mulheres e injustiça dos homens". Este trabalho, considerado um marco no pensamento feminista no Brasil, foi publicado em Porto Alegre na década de 1930 e teve Nísia Floresta como autora.

Os escritos de Sophia, publicados no jornal *O Exemplo*, tinham como tema recorrente a liberdade, sendo apontada a instrução de homens e mulheres como um meio necessário para assegurá-la. Ao analisar esses textos, Perussatto (2019) oferece contribuições valiosas que nos conduzem à reflexão sobre as interseções entre gênero, raça e classe na literatura. Ela explora como o gênero e a raça da autora proporcionam uma nova epistemologia em um contexto frequentemente influenciado pelo olhar branco ocidental sobre o outro, que se propõe como universal.

Débora Luciene Porto Boenavides (2018) estudou a escrita das trabalhadoras na imprensa operária durante a Primeira República. Em sua análise, a autora enfatizou a prevalência de dois gêneros literários nos textos femininos presentes nos periódicos investigados: a carta aberta e o artigo de opinião. Boenavides destaca que um dos motivos para a predominância do gênero carta aberta nos escritos de autoria feminina reside no fato de que, anterior ao advento da internet e do e-mail, este era o gênero mais comumente abordado no ensino primário.

Nas análises das composições do gênero literário carta aberta, Boenavides (2018) observou que estas desempenhavam a função de relatar uma situação ou reivindicar algo, não sendo direcionadas a um destinatário específico. Quando havia um destinatário identificado, este geralmente se constituía como uma instituição, classe ou um grupo específico de pessoas. Dessa maneira, o remetente da carta aberta não se dirigia a um sujeito particular, mas sim a um coletivo que se presumia compartilhar interesses similares.

Outra análise realizada por Boenavides (2018) destaca as diferenças na escrita entre textos de autoria masculina e feminina na imprensa operária. Segundo a autora, é possível discernir a presença de um estilo mais argumentativo nas matérias redigidas por mulheres, enquanto os textos produzidos por homens tendem a adotar um estilo mais expositivo. Conforme salientado pela autora, "Percebemos, assim, que mesmo em textos do mesmo gênero discursivo, com a mesma função de reivindicar, são empregados estilos distintos para alcançar o objetivo almejado" (BOENAVIDES, 2018, p. 145). Além disso, a autora observa que, enquanto a maioria dos textos assinados por mulheres era redigida na primeira pessoa do plural, os textos de autoria masculina eram predominantemente elaborados na terceira pessoa do plural.

Com base nas matérias analisadas por Boenavides (2018), observamos que os textos de autoria feminina veiculados na imprensa operária tinham como intuito encorajar as trabalhadoras a se engajarem nas lutas da classe trabalhadora. A utilização frequente do pronome da primeira pessoa do plural pode ser explicada pela tentativa da autora de estabelecer uma conexão mais próxima com as leitoras, buscando identificação e argumentando que ambas

faziam parte do mesmo grupo social. Essa estratégia linguística pode ter sido identificada pelas autoras como uma ferramenta para fortalecer o senso de pertencimento e solidariedade entre as mulheres trabalhadoras.

Marcélia Picanço Valente (2013) investigou a produção textual feminina em matérias veiculadas no jornal *O Operário* no período compreendido entre 1909 e 1913. A pesquisadora identificou nove mulheres que colaboraram como autoras para o referido periódico. De acordo com Valente (2013), os temas preponderantes nas matérias analisadas eram os direitos trabalhistas, a educação e a emancipação feminina.

Uma das matérias que despertou nosso interesse, conforme analisada por Valente (2013), possui o título "As mães operárias", publicado pelo jornal *O Operário* em 1911. Essa matéria foi escrita por uma autora anônima que se identificou como "uma operária". Optamos por reproduzir o texto, considerando sua importância para contextualizar as distintas experiências entre as trabalhadoras e as mulheres pertencentes à classe média alta:

A voz, pobres mães operárias, que seis obrigada a abandonar os vossos míseros e humildes casebres, os vossos ternos e queridos filhinhos, deixando-os muitas vezes em poder dos estranhos, ou de algumas filhas ainda de menor idade, a fim de poderdes ajudar os vossos esposos na dura luta quotidiana (...). Enquanto as mães ricas viram-se descuidosamente no seu leito macio, pensando muitas vezes, no que melhor empregar o seu ouro, nós, os operários lutamos desde cedo até a noite com o trabalho; enquanto os seus filhos freqüentam collegios, boas escollas, os nossos pobres vêem-se obrigados passar o dia todo no fundo dessas fábricas sem tempo quase para aprenderem alguma couza a noite. Choramos e temos razão para isso porque não obstante somos pobres operarias que vivemos chorando amargamente não encontramos uma alma caridosa que venha suavizar as nossas dores de mães amantíssimas. As lagrimas são guardadas como que guarda thesouros. Se vóz, caras collegas fazeis economias para comprar alguns meios de grosso tecido para com elle agazalhar o mizero corpinho de vossos filhos semi-nus, elles, os ricos gastam com abundancia em sedas e finas cambrais pende-se em seguida a se exhibirem envolvendo-nos com seu olhar desprezador e altivo!... Porque toda essa indifference, esse orgulho todo se tudo neste mundo é nada, tudo é pó?... Porventura não tereis vóz o mesmo direito de desfructar com ellas pobres operarias? Não! Vóz responderei – porque ellas são ricas, e por isso não comprehendem os nossos martírios. Aquelle, dinheiro que ellas atiram as mãos cheias ao rigor da moda, não é mais do que ganho com o nosso suor... Ensinae, pois, mães os nossos filhinhos, mande-os para escola, afastaeos desses terriveis sangue-sugas que se chamam industriaes, para que mais tarde possais ver em nossos filhos um cidadão activo, instruído. Vamos minhas boas amigas, deixeis de muita crença, que tudo que nos contam não é mais do que illusão. Unamo-nos operarias, instruímos nossos filhos, para que elles mais tarde sejam homens, cidadãos livres, fortes, defensores de nossa classe. (*O Operário*, 31 dez. 1911, p. 1).

O texto apresenta uma característica opinativa e descritiva, notando-se uma combinação do segundo pronome do plural com o primeiro pronome do plural. Como mencionado

anteriormente, destaca-se a análise interseccional entre gênero e classe presente na matéria, ao abordar criticamente a vivência da maternidade e infância entre as trabalhadoras, contrastando-as com as experiências das classes privilegiadas. Observa-se uma clara consciência de classe e gênero por parte da autora, evidenciada em sua perspectiva de mundo.

Um aspecto notável é o sentimento de culpa associado à necessidade de abandonar a responsabilidade total pelo trabalho de cuidado e reprodutivo ao ingressar no ambiente fabril. A autora expressa com pesar a situação das mulheres que deixavam seus lares e o trabalho de cuidado de seus filhos para ingressar no mercado de trabalho formal. Percebemos que a autora incorporou a compreensão social de que a responsabilidade da maternidade recaía sobre as mulheres, e deixar de desempenhar integralmente esse papel era percebido mais como uma necessidade do que uma escolha.

O sentimento de culpa mencionado no texto parece estar relacionado aos papéis sociais atribuídos às mulheres durante o período em que a autora escreveu a matéria. Segundo Biroli (2014), a sociedade moderna construiu discursos que designaram ao gênero feminino os papéis sociais centrados na dedicação prioritária à vida doméstica e ao cuidado dos familiares. Isso contribuiu para que a atuação feminina no âmbito doméstico fosse considerada um traço natural e distintivo, além de um valor. Quando as mulheres não se conformaram com essa concepção, eram frequentemente percebidas como desviantes.

Voltando à matéria publicada no jornal *O Operário*, a autora do artigo destaca a relevância da educação para as crianças pertencentes à classe trabalhadora, denunciando a realidade de muitas delas que eram obrigadas a trabalhar desde a infância. A instrução é apresentada como uma ferramenta crucial para a emancipação humana. Além disso, o texto, ao abordar as experiências das operárias, ultrapassa a fronteira entre a esfera pública e privada, evidenciando como as desigualdades de gênero e classe se manifestavam na vida dessas trabalhadoras.

A opinião da autora, que se autodenominava “uma operária”, reflete sobre o cotidiano das mulheres e crianças nas fábricas brasileiras. A prática do núcleo familiar trabalhar na mesma fábrica, incluindo crianças e jovens, inserindo-os precocemente no mundo do trabalho para colaborar com o sustento da família, perdurou no Brasil para além do período histórico observado pela autora da matéria intitulada “As mães operárias”.

A historiadora Cristina Ferreira analisou o cotidiano de jovens e mulheres nas fábricas têxteis de Blumenau (SC) durante os anos 1958 e 1968, destacando a presença do trabalho infantil nessas indústrias. Segundo a autora, aproximadamente 20% dos 6 mil trabalhadores têxteis na cidade eram jovens com idades entre 14 e 18 anos. Ferreira observa que era uma

prática comum os pais levarem seus filhos que haviam completado 14 anos para iniciar suas atividades como operários nas fábricas, atribuindo esse fenômeno principalmente à necessidade de sustento familiar, conforme ela argumenta: "era costume que os pais levassem à fábrica seus filhos que haviam completado 14 anos de idade, para iniciar suas atividades como operários" (FERREIRA, 2016, p. 730).

De acordo com Ferreira (2016), ao atingirem a idade de 14 anos, as mulheres deixavam os estudos para ingressar no mundo de trabalho, contribuindo financeiramente para o sustento familiar. A autora também ressalta que as jovens que iniciavam suas atividades nas fábricas têxteis de Blumenau costumavam entregar seus salários aos pais, considerados os "chefes da família". Em relação aos empresários, Ferreira destaca que era mais vantajoso empregar jovens solteiras, que recebiam salários de aprendizes, evitando despesas relacionadas a trabalhadoras que pudessem engravidar, já que a faixa etária entre 25 e 30 anos era considerada propícia para o nascimento de filhos.

A análise de Pinto (2003) destaca a presença inicialmente mais comum de mulheres de famílias com poder aquisitivo nos jornais exclusivamente femininos do início do século XX. No entanto, observa-se que os jornais sindicais, anarquistas e negros desempenharam um papel crucial ao proporcionar espaço para outras vozes femininas, principalmente as das trabalhadoras. Esses periódicos tornaram-se plataformas onde as mulheres poderiam compartilhar suas perspectivas de mundo e denunciar as experiências de exploração enfrentadas no contexto laboral. A presença de autoras femininas nessas publicações possibilitou uma abordagem mais próxima da realidade das trabalhadoras na imprensa.

Analisamos até aqui que a imprensa se configurou como uma ferramenta de luta das mulheres. Identificamos que a promoção da educação feminina emergiu como uma bandeira de várias vertentes femininas na sociedade, as quais buscaram advogar por essa causa através de publicações na imprensa. Percebemos que as mulheres foram agentes ativos na batalha pela ampliação e asseguramento de seu status de cidadãs.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível constatar que as trabalhadoras também deixaram suas marcas e perspectivas nos jornais operários e na imprensa negra. Percebemos que as autoras que contribuíram para esses periódicos retrataram o cotidiano enfrentado pelas mulheres em uma sociedade marcada por desigualdades, conflitos e resistências. Apesar de a maioria dos editores e autores desses jornais serem homens, as mulheres conseguiram superar obstáculos e se fazer presentes em um espaço historicamente dominado pelo poder masculino. Dessa forma, ao longo do tempo, as mulheres gradualmente se tornaram autoras e protagonistas desses veículos de comunicação.

3.2 O Periódico Momento Feminino e as Disputas de Sentido do Massacre da Linha do Parque: um olhar atento ao gênero do autor e do público-alvo

Conforme dados fornecidos pelo IBGE⁸³, o Brasil registrava, no ano de 1950, uma população estimada em 51.994.397 habitantes, composta por 25.885.001 homens e 26.059.396 mulheres. Segundo a mesma fonte, referente ao mesmo período, o contingente de brasileiros com 15 anos ou mais que possuíam habilidade na leitura totalizava 14.916.779, ao passo que 15.272.632 integravam o grupo de indivíduos que não detinham conhecimento na leitura e escrita. Esses dados revelam a relevância de considerar o alcance da imprensa entre as mulheres brasileiras. É crucial destacar que, na década de 1950, a maioria da população no Brasil era caracterizada pelo analfabetismo, o que, presumivelmente, representou um obstáculo significativo para o acesso das brasileiras a jornais e outras obras escritas.

Todavia, apesar dos consideráveis índices de analfabetismo no país, é essencial ressaltar que os brasileiros desenvolveram abordagens alternativas para contornar a limitação na leitura e escrita. Conforme apontado por Jinzenji (2012), uma dessas alternativas foi a prática da leitura em voz alta, na qual um leitor facilitava o acesso de um público mais amplo a jornais e obras literárias. A autora destaca que essa prática ocorria em locais de convívio social e no âmbito doméstico, configurando-se como uma estratégia significativa para incluir aqueles que não tinham habilidades de leitura.

Em concordância com a análise de Jinzenji (2012), ao examinarmos a prática da leitura em voz alta, torna-se perceptível que apenas a condição de alfabetização não é adequada para compreendermos plenamente a amplitude do alcance dos jornais entre as diversas camadas da população. Mesmo diante do desafio representado pelo analfabetismo como obstáculo ao acesso à escrita, é crucial considerar as estratégias desenvolvidas pela população para superar essa limitação.

A análise dos jornais *Momento Feminino* e *Voz Operária* será conduzida com base nesses preceitos, visando identificar de que maneira essas publicações serviram como veículos pelos quais o PCB e seus apoiadores procuraram denunciar os crimes perpetrados pelo Estado brasileiro no dia 1º de Maio em Rio Grande. Em concordância com Carneiro (2015), compreende-se que a imprensa e seus periódicos são valiosas fontes de análise das formas e representações sobre a violência e a criminalidade.

83 FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

A criação do periódico *Momento Feminino* em 1947 estava inserido no contexto de luta por melhores condições de vida para as mulheres e ao estímulo à sua participação na vida política e cultural do Brasil. O jornal, exclusivamente editado por mulheres residentes na cidade do Rio de Janeiro (RJ), assim como as uniões femininas, não limitava a participação às comunistas. Conforme destacado por Soares (2021), a fundação do jornal ocorreu em uma conjuntura em que o PCB buscava engajar as mulheres em pautas democráticas, utilizando a imprensa como uma ferramenta no trabalho político feminino.

Soares (2021) destaca que o PCB incentivou e assegurou a continuidade do periódico. Nos primeiros meses de sua circulação, o jornal *Momento Feminino* era impresso nas instalações tipográficas do periódico *Tribuna Popular*. Após o encerramento das atividades do *Tribuna Popular* em dezembro de 1947, *Momento Feminino* passou a ser impresso na tipografia de outro jornal comunista, o *Imprensa Popular*. Até o ano de 1949, o periódico manteve-se como um semanário, posteriormente fazendo a transição para uma publicação mensal (ALVES, 2017).

Conforme observado por Soares (2021), antes da criação do jornal *Momento Feminino*, o periódico *Tribuna Popular* estabeleceu uma seção especial denominada "A mulher e o seu lar" em novembro de 1946. Evidencia-se que desde a constituição das uniões femininas, o partido demonstrava interesse em empregar a imprensa como uma ferramenta estratégica de luta e mobilização das mulheres. Nessa seção específica, eram veiculadas receitas culinárias, orientações de leitura para a criação dos filhos, sugestões de decoração doméstica e dicas de moda. Embora os temas abordados remetessem a temas considerados como naturalmente femininos na época, é crucial ressaltar que, conforme assinala Soares, diferentemente das publicações da 'imprensa feminina' tradicional, os textos estavam alinhados com a realidade das trabalhadoras, o que gerava, indiretamente, uma reflexão sobre as desigualdades de classe (SOARES, 2012, p. 324).

Nas páginas do jornal *Momento Feminino*, é possível identificar o surgimento de uma tentativa de articulação em nível internacional para denunciar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro no dia Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande. Na edição datada de 18 de maio de 1950, o periódico veiculou cinco reportagens sobre o tema. Em uma delas, é reproduzido um telegrama enviado pela União Feminina Gaúcha à Federação de Mulheres do Brasil, no qual são expostos os seguintes termos:

A União Feminina Gaúcha leva ao conhecimento dessa entidade a brutal chacina de 1º de maio contra a classe operária e o povo de Rio Grande, neste Estado, na qual tombaram três valorosos operários e a heroica lutadora antifascista Angelina Gonçalves. O sangue dessa heroica lavou a nossa

bandeira. Lançamos nosso veemente protesto contra a perseguição a todo o povo e pedimos pronunciamento dessa entidade. Saudações democráticas (Momento Feminino, 18 de maio de 1950, p. 23).

Na mencionada matéria, também é relatado o envio de outro telegrama à Federação Internacional de Mulheres, comunicando o mesmo incidente. Evidencia-se que no mesmo mês do ocorrido massacre, as militantes empreenderam esforços para articular-se internacionalmente, valendo-se de telegramas dirigidos a organizações com as quais as comunistas mantinham influência. Nesse sentido, notamos que o jornal *Momento Feminino* desempenhou um papel crucial como instrumento de denúncia nesse contexto. Torna-se perceptível a consolidação de redes de longo alcance que as ativistas de Rio Grande estavam estabelecendo com outras organizações em âmbito estadual, nacional e internacional.

Dentro dessa estratégia de articulação, uma das táticas adotadas foi o envio de um telegrama ao então governador do estado do Rio Grande do Sul, Walter Só Jobim, que exerceu seu mandato entre os anos de 1947 e 1951 sob a sigla do Partido Social Democrático (PSD). O referido telegrama foi despachado pela Federação de Mulheres do Brasil e posteriormente reproduzido nas páginas do periódico *Momento Feminino*:

Federação de Mulheres do Brasil dirige-se vossência nome do movimento feminino nacional representando todo o território a fim de protestas e pedir providências ao bárbaro assassino da senhora gaúcha da cidade de Rio Grande no dia 1º de maio. Aproveita ensejo protestas também contra desacato liberdades constitucionais de manifestantes em praça pública (Momento Feminino, 18 de maio de 1950, p. 2).

O referido telegrama levava a assinatura de Alice Tibiriça, então presidente da Federação de Mulheres do Brasil. Observa-se que, no conteúdo dirigido ao governador Walter Só Jobim, apenas o nome de Angelina Gonçalves foi mencionado, sem fazer referência aos demais operários que perderam a vida no mesmo evento. A ênfase na morte de Angelina pode ser atribuída ao fato de a federação ser constituída e dedicada às demandas específicas das mulheres.

É possível inferir que o telegrama tenha sido uma ferramenta estratégica utilizada pelas mulheres para se apresentarem como uma força política influente no cenário brasileiro. Ao transmitir essa mensagem ao governo do Rio Grande do Sul, as mulheres buscavam demonstrar organização e articulação, reivindicando representatividade em todo o território nacional, conforme indicado no texto. O envio do telegrama serviu como um comunicado explícito de que as organizações femininas estavam preparadas para lutar por justiça e verdade, indicando ao remetente a sua força e coesão organizacional.

Ao reproduzirem os telegramas nas páginas do jornal *Momento Feminino*, as redatoras do periódico buscavam estabelecer um diálogo com as leitoras, visando mobilizar as bases femininas na denúncia dos crimes perpetrados pelo Estado brasileiro no município de Rio Grande. Além disso, procuravam evidenciar ao seu público-alvo a importância do movimento de mulheres organizadas que, de maneira articulada, empreendiam esforços na luta por justiça. Essa estratégia editorial servia não apenas como meio de informação, mas também como instrumento de engajamento e conscientização.

Chama-nos, igualmente, a atenção a adoção do termo *chacina* para descrever os eventos ocorridos no Dia Internacional do Trabalhador de 1950 em Rio Grande. Segundo Uvanderon Vitor da Silva, Jaqueline Lima Santos e Paulo César Ramos (2019), o vocábulo "*chacina*" não figura como um conceito jurídico, mas sim como uma expressão empregada pela sociedade para referir-se ao assassinato planejado de múltiplas pessoas. Os mencionados autores ressaltam que a execução em série de indivíduos, como método de intimidação e retaliação, é tão recorrente na sociedade brasileira que desenvolvemos uma designação específica para caracterizar essa forma de violência (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019).

De acordo com as definições do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, percebemos que "*chacina*" inicialmente se referia à ação de abater e esquartejar animais como bovinos ou suínos. Identificamos que há uma lacuna na historiografia que carece de estudos que elucidem a transição semântica da palavra, indicando o momento temporal em que passou a ser empregado para descrever assassinatos em série de seres humanos ocorridos simultaneamente em um determinado intervalo de tempo e local. Este fenômeno linguístico nos suscitou interesse, sobretudo pelo fato de sua aplicação para descrever tal categoria de crime ter sido percebida no início da década de 1950, conforme observado em noticiários que reportaram o episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque.

A evolução semântica de uma palavra inicialmente associada ao abate e esquartejamento de animais adquire um novo significado, transformando-se em uma expressão corriqueira para descrever a execução coordenada de múltiplas pessoas no mesmo local e instante. Do ponto de vista jurídico, nos registros de inquéritos policiais ou nos procedimentos judiciais, a terminologia empregada para caracterizar tal categoria de crime é "*homicídios múltiplos*" (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019). Nesse contexto, é pertinente ponderar que o emprego da palavra "*chacina*" transcende sua denotação técnica, carregando consigo um peso político e social mais acentuado do que a expressão mais neutra: "*homicídio múltiplo*". Tal escolha terminológica não apenas contribui para a politização do delito em questão, mas também amplifica a sua denúncia perante a sociedade.

Conforme assinalado por Matheus de Araújo, o ato de designar não se dá de maneira aleatória e desprovida de significados, mas, antes, implica uma forma de construção da memória e dos próprios processos cognitivos voltados à atribuição de sentido ao que ocorreu (2021, p. 417). No contexto do evento analisado nesta pesquisa, a terminologia "chacina" emerge como participante ativa nos embates de sentido e nas narrativas acerca das mortes perpetradas pelo Estado brasileiro durante o Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande.

De maneira característica, a Promotoria Pública, autora do processo-crime que analisou o incidente, denominou o acontecimento como um conflito entre adeptos do comunismo e as forças policiais, culminando em fatalidades e ferimentos em ambas as partes. As designações "conflito" e "confronto" sugerem uma igualdade de forças entre os dois lados, deixando de atribuir responsabilidades específicas a uma das partes pelos eventos ocorridos. É relevante salientar que o Ministério Público formalizou denúncia contra membros tanto do grupo de manifestantes quanto do grupo policial.

Lenin Pereira Landgraf (2021) examinou a repercussão do Massacre da Linha do Parque nas páginas dos jornais comerciais *O Tempo* e o *Rio Grande*. Sua análise apontou que ambos os periódicos adotaram uma narrativa de condenação dos comunistas em relação aos eventos ocorridos no Primeiro de Maio. Desta forma, os jornais endossaram a perspectiva dos policiais ao atribuir aos manifestantes a responsabilidade pelo início do tiroteio. Novamente, as palavras "conflito" e "embate" foram utilizadas para descrever o episódio. San Segundo (2012) observa que o jornal *O Tempo*, apesar de não ser oficialmente vinculado ao PTB, mantinha uma afinidade política com o partido. Segundo o autor, o periódico era guiado pela ideologia trabalhista e publicava matérias destinadas a orientar a ação dos militantes do PTB e dos governos trabalhistas. A tendência de responsabilizar os comunistas pelos acontecimentos no Dia Internacional do Trabalhador de 1950 era frequente entre os membros do PTB de Rio Grande, gerando debates sobre o episódio na Câmara de Vereadores local (SAN SEGUNDO, 2012).

Os pesquisadores Silva, Santos e Ramos (2019) fornecem valiosas contribuições para a compreensão dessa disputa narrativa. Segundo esses autores, a chacina é interpretada como um ritual de execução direcionado a indivíduos considerados indesejáveis ou inimigos, geralmente perpetrado por agressores anônimos. Esses eventos se configuram como mensagens públicas, visando instilar medo e terror em uma audiência mais ampla. A demonstração de poder e autoridade por meio da violência letal é apontada como o propósito central das chacinas, estabelecendo um impacto significativo no psicológico coletivo.

Conforme destacado por Silva, Santos e Ramos (2019), a maioria das chacinas ocorre sem que haja uma investigação policial qualificada posteriormente, o que resulta na redução do número de condenações dos responsáveis por tais atrocidades. A ausência de processos de condenação contribui para a propagação de rumores em torno do evento. Os boatos que surgem após episódios de chacinas desempenham um papel considerável ao instilar medo e terror na população, e a falta de resposta estatal pode intensificar a ambiguidade relacionada aos eventos reais. Essa falta de clareza culmina em uma narrativa pouco formalizada, permitindo que diversas versões ingressem na arena das disputas memorialísticas sobre o acontecimento.

No caso do Massacre da Linha do Parque, o relatório final do processo criminal que investigou o caso nos ajuda a compreender como a atuação da Justiça brasileira contribuiu para as diferentes narrativas criadas sobre o evento estudado. As investigações sobre o caso começaram em maio de 1950, quando foi instaurado um inquérito policial para averiguar os delitos. O processo-crime se estendeu de 1950 a 1955, quando foi concluído sem penalizar nenhum dos policiais envolvidos no massacre.

Durante o desenvolvimento do processo-crime que investigou o Massacre da Linha do Parque, as matérias veiculadas pelos meios de comunicação desempenharam um papel estratégico ao influenciar a percepção do evento, participando ativamente na disputa pelos entendimentos de justiça na sociedade. Nesse contexto, termos como "conflitos", "chacina" e "embate" não são utilizados de forma neutra, mas carregam uma carga de intencionalidade política. Eles refletem a tentativa de diferentes grupos, muitas vezes com interesses conflitantes, de conquistar adeptos para suas visões particulares sobre o evento. Assim, a escolha cuidadosa de terminologia revela a natureza disputada da narrativa midiática, onde cada palavra é selecionada estrategicamente para moldar a percepção do público e influenciar a compreensão coletiva do Massacre da Linha do Parque.

Dentre os artigos veiculados no jornal *Momento Feminino* em 18 de maio, destaca-se um texto intitulado "Novos Mártires", de autoria da militante Ana Montenegro, abordando a morte de Angelina Gonçalves. A matéria inicia sua narrativa ao comentar aspectos da vida da operária, como será exposto a seguir:

De você, Angelina Gonçalves, eu sei apenas três coisas: que era gaúcha, tecelã e foi assassinada quando participava de uma manifestação de trabalhadores em 1º de maio último. São bastantes. O pano que você tecia, ainda molhado de suor de seu rosto, era vendido no mercado da exploração. Era seu próprio suor trocado e moedas e notas, que o patrão amealhava. Apareciam, sempre, novas gotas de suor em seu rosto e mais dinheiro no bolso do patrão. Estou certa de que havia pouco pão em seu lar, como nos lares de todas as tecelãs do Brasil. daquelas tecelãs que fazem uma única refeição, quando chegam

cansadas, depois de horas estafantes de trabalho em velhos teares da Inglaterra (Momento Feminino, 18 de maio de 1950, p. 3).

A matéria em questão representa uma homenagem da autora Ana Lima Carmo, conhecida como Ana Montenegro, à figura de Angelina Gonçalves. A escolha do gênero literário poema denota uma abordagem artística e subjetiva, permitindo que a autora expresse sua interpretação da vida de Angelina, apesar da autora mencionar que sabia pouco sobre a história de vida da operária. Essa seleção estilística proporciona uma conexão emocional e solidária entre a autora e Angelina.

A utilização de metáforas no texto demonstra a habilidade da autora em criar imagens simbólicas para transmitir o que ela entendia ser a realidade vivida por Angelina e as demais operárias brasileiras. O texto, assim, transcende a mera exposição factual, tornando visível a partir de uma escrita emocional as representações que Ana Montenegro queria transpor às leitoras do periódico. O poema, portanto, se torna um testemunho artístico.

Mais adiante na matéria, Ana Montenegro estabelece uma comparação entre o episódio ocorrido em Rio Grande e um acontecimento histórico em Chicago em 1886, no qual trabalhadores foram mortos durante uma manifestação na qual uma das principais reivindicações era a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Ao comparar esses episódios, a autora indica que Angelina assumirá o papel de mártir, semelhante aos mártires de Chicago. Conforme segue a matéria:

(...) Ouvirão a sua história e conta-la-ão a seus filhos. Amaldiçoarão os exploradores e os assassinos enquanto nas entranhas da terra regadas pelas lágrimas de milhares de mulheres, crescerão as raízes de seu corpo que os Jobins e seus prepostos não conseguirão arrancar. As mesmas raízes que Zélia plantou numa praça do Rio. As raízes da liberdade e da paz. Será árvore. Seus companheiros serão outras árvores. E os trabalhadores virão contar histórias à sombra dessas árvores. Acabou-se a exploração. Não temos fome. As espigas estão maduras. Hoje é o dia dos operários. Os assassinos foram julgados. Uma moça carrega uma bandeira. Há um murmurar comovido nessa tarde de maio, na cidade de Rio Grande: o nome de Angelina feito música nos lábios das mulheres felizes. Você sorrirá pela boca das flores e dirá a seus companheiros: vejam a multidão, nossos corpos foram boas raízes na fecunda terra da luta (Momento Feminino, 18 de maio, p. 3).

Além da figura de Angelina, a matéria também menciona a militante comunista Zélia. As duas figuras têm um desfecho de vida semelhante. Zélia Magalhães foi assassinada pelo Estado brasileiro durante um comício na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 15 de novembro de 1949. Assim, ambas as mortes ocorreram no contexto de ilegalidade do PCB e de repressão aos movimentos contestatórios.

O poema assume um tom pedagógico ao buscar atribuir significado à morte de Angelina. Esse significado está intrinsecamente ligado à forma como a história da operária se transformará em um exemplo para que outros trabalhadores continuem sua luta. A projeção do futuro na narrativa, onde a história de Angelina será transmitida e compartilhada com as gerações futuras, indica uma continuidade na preservação da memória e no impacto de sua trajetória.

Através do uso de metáforas, a autora ilustra sua visão sobre o futuro e o impacto da morte de Angelina. A maldição dirigida aos exploradores e assassinos expressa a condenação moral dessas práticas, enquanto as raízes simbolizam a força e a resistência que persistirão, mesmo diante da repressão. A imagem da árvore que crescerá alimentada pelas lágrimas de milhares de mulheres evoca uma perspectiva de renovação e crescimento para o papel das mulheres no movimento.

A transformação simbólica de Angelina em árvore, juntamente com seus companheiros, representa a visão de uma sociedade livre da exploração, onde não haverá mais fome. A celebração do Dia dos Operários e o julgamento dos assassinos ressaltam a vitória na busca por responsabilidade e reparação. Essas imagens poéticas reforçam a narrativa da luta persistente por justiça e transformação social.

Em outro poema, publicado no periódico *Momento Feminino* em 18 de maio de 1950, Angelina surge novamente como uma heroína-mártir. Sob a autoria da jornalista gaúcha Edith Hervé de Souza, o poema era intitulado “Juramento”. Nele Edith escrevia que:

Por Angelina Gonçalves, assassinada no dia 1º de maio, no município de Rio Grande, pela polícia gaúcha, quando levava a bandeira nacional à frente da passeata reivindicatória de melhores dias para o trabalhador brasileiro. Morreu envolta na bandeira nacional vivendo o 1º de maio.

I

Teu grito não caia
Nem de noite nem de dia
Teu grito não caia.
E só calará na madrugada de nosso Dia

II

Nem tu, nem Zélia
Nos querem
Chorando aflitas
No epílogo branco do cemitério

III

Na nossa luta não há mistério:

Terra, pão e liberdade
 Por esse céu de fraternidade.
 Bala assassina
 Matou mais uma mulher.

IV

Mas tu sabias,
 Companheira Angelina
 Zélia sabia...
 Que ficam muitas
 São
 Velha, moça, menina
 Pra não chorar
 Pra não temer
 Pra não parar

V

Não temos mortos
 Para velar.
 Elas são claridade.
 São impulsos
 Para enxergarmos
 Para alcançarmos
 Terra, pão e liberdade

(Momento Feminino, 18 de maio de 1950, p. 4)

Edith Hervé, autora do referido poema, era uma militante do PCB desde a década de 1940. Conforme relatado por Marisângela Terezinha Antunes Martins (2012), Edith era filha do líder espírita e engenheiro Egydio Hervé, sendo sua família relacionada a Getúlio Vargas e detentora de influência na política brasileira. A autora continua destacando que Edith iniciou seus estudos na Faculdade de Direito, mas optou por não prosseguir no Ensino Superior, dedicando-se, ao invés disso, ao jornalismo e à literatura. Antes de sua adesão ao PCB, Edith já havia se envolvido no universo literário, publicando poemas e contos na *Revista do Globo* a partir de meados dos anos 1930.

Partimos para a análise do poema escrito por Edith. Mais uma vez, a imagem de Angelina envolta na bandeira nacional é evocada, um elemento que também se destaca nos depoimentos prestados à polícia durante a investigação do caso, conforme discutido no capítulo anterior. No poema, observa-se a incorporação de um tom pedagógico à sua morte, semelhante ao que foi identificado no poema de Ana Montenegro, também analisado aqui. Apontamos que essa convergência entre os poemas revela uma similaridade em seus objetivos, ambos buscando utilizar a morte de Angelina como um marco para conscientizar as mulheres sobre a luta operária.

Ao mencionar Angelina e Zélia, a autora rejeita a ideia de que essas mulheres querem ser choradas no “epílogo branco do cemitério”. Isso sugere uma resistência à aceitação passiva da morte e um apelo por uma lembrança ativa. Neste apelo à lembrança ativa, é reivindicado que as mulheres sigam lutando pelos mesmos ideais que Angelina e Zélia morreram lutando. A menção “Terra, pão e liberdade” faz parte de uma das palavras de ordem do PCB na época, uma adaptação brasileira do lema da Revolução Russa, “Paz, terra e pão”. O contraste entre esses ideais e a “bala assassina” que tirou a vida de Angelina destaca a repressão enfrentada pelos trabalhadores que os reivindicam.

A quarta seção aborda a percepção prévia de Angelina e Zélia sobre o destino delas. A referência ao fato de que “sabias, Companheira Angelina/Zélia sabia” sugere uma consciência do risco que enfrentavam. No entanto, a ênfase em que “ficam muitas” destaca a continuidade da luta, independentemente das perdas. A última seção afirma que “não temos mortos/Para velar”, rejeitando o luto tradicional. Em vez disso, as mulheres que foram assassinadas são descritas como “clareza” e “impulsos”, sugerindo que suas vidas e sacrifícios servem como inspiração e motivação para alcançar os objetivos da luta: “Terra, pão e liberdade”.

Percebemos que as matérias abordam poucos aspectos da conduta e da trajetória de vida de Angelina, indicando que as autoras desses textos não a conheciam pessoalmente e não buscaram explorar sua história por meio de relatos de terceiros. O próprio poema de Ana Montenegro, anteriormente transcrito, destaca que a autora conhece apenas três aspectos da vida de Angelina. A figura da operária é tratada de maneira genérica nas matérias, sem uma análise mais aprofundada, e o foco recai principalmente no momento de sua morte.

Os apontamentos de Adhemar Lourenço da Silva Jr. (1998) sobre o herói operário podem proporcionar uma compreensão mais profunda desse fenômeno. Conforme discutido pelo historiador, “a celebração operária não tem somente uma função pedagógica, pois também, e principalmente, é um convite à ação” (SILVA JR., 1998, p. 125). Dessa forma, exaltar uma figura do movimento operário não é o objetivo central desses discursos, mas sim um meio para persuadir a audiência, transformando o indivíduo enaltecido em um exemplo de conduta a ser seguido. Como segue Silva Jr., esse exemplo aparece sempre associado a adesão à causa e pela filiação institucional.

Como o propósito central do processo de heroificação não é a exaltação da figura operária, a história de vida dessa pessoa muitas vezes não é explorada detalhadamente nos discursos voltados para a construção desse personagem como herói. Nesse sentido, o herói operário tem a tendência de perder sua singularidade como indivíduo em um contexto histórico específico (SILVA JR., 1998).

Essas observações feitas por Silva Jr. tornam-se perceptíveis nos relatos sobre a figura de Angelina Gonçalves presentes nas matérias do periódico *Momento Feminino*. A descrição da personagem é minimamente detalhada, já que o propósito primordial dessas reportagens é sempre incentivar a participação política entre as mulheres. As circunstâncias que envolvem o assassinato de Angelina são evocadas nos discursos com uma sugestão de que sua morte terá um propósito através de uma espécie de ajuste de contas, associado à ação do sujeito coletivo.

Voltamos a análise do jornal. A coluna social do jornal *Momento Feminino*, datada de 22 de maio de 1950, informou o nascimento da filha de dois militantes do PCB residentes no Distrito Federal. O casal, Osvaldo Peralva e Nadia de Abreu Peralva, escolheu o nome Angelina para a filha recém-nascida em homenagem a Angelina Gonçalves, destacando que ela "lutava por paz e liberdade para o nosso povo" (*Momento Feminino*, 22 de maio de 1950, p. 9). A presença dessa matéria indica que o acontecido em Rio Grande, e o assassinato de Angelina, reverberaram nacionalmente, sensibilizando a família que prestou homenagem.

Na edição de 15 de novembro de 1950 do jornal *Momento Feminino*, foram publicadas mais duas matérias sobre Angelina Gonçalves. Em uma delas, intitulada "Heróis de Rio Grande", são apresentados mais detalhes sobre a vida de Angelina. O texto destaca que a operária era considerada uma heroína de Rio Grande, que sacrificou sua vida em prol da causa do progresso. Mais adiante é apresentado que Angelina:

Tinha 37 anos de idade e deixou uma filha com 18. Era órfã desde os 7 anos e trabalhava como operária há longos anos. Dirigiu a recente e vitoriosa conferência Sindical dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (*Momento Feminino*, 15 de novembro de 1950, p. 11)

A matéria apresenta uma informação incorreta em relação à idade da filha de Angelina. Conforme depoimento da comadre de Angelina, Guilhermina da Silva Caixeiro, é esclarecido que a filha da operária era menor de idade quando sua mãe faleceu, assumindo Guilhermina a tutela da criança após o episódio. A informação de Angelina ser órfã não foi citada em nenhuma outra fonte. O relatório da Comissão Nacional da Verdade também indica que Angelina tinha 37 anos quando foi assassinada, acrescentando a informação de que ela começou a trabalhar aos 13 anos de idade na Fábrica Rheingantz.

Na matéria analisada, também é exposto a história de Sulma Pinto, discorrendo sobre sua luta para a punição dos assassinos do Primeiro de Maio de 1950. O texto segue o mesmo estilo das demais matérias analisadas, que buscam dar ênfase para as figuras femininas que participaram da manifestação em comemoração do dia Primeiro de Maio de 1950 de Rio Grande.

A segunda matéria publicada no dia 15 de junho de 1950 foi escrita pela militante da União das Mulheres Riograndinas, Iris Moraes. Pelo texto ter sido escrito por uma companheira de Angelina, que militava na mesma cidade que ela, podemos pensar que o texto traz mais informações sobre Angelina, descrevendo a sua trajetória em um tom menos genérico. Todavia, o texto não complementa as informações que já haviam sido mencionadas nas matérias anteriormente analisadas. Iris descreve com mais detalhes o momento da manifestação e da interceptação policial, entretanto, quando menciona Angelina, afirma que:

Caiu Angelina fulminada, mas mesmo ao cair não soltou o pavilhão nacional que não queria entregar às mãos dos criminosos, vendedores da pátria, pois ele pertence ao povo. As dobras da bandeira encharcaram-se no seu sangue generoso, sangue de patriota, de lutadora da paz, e a cobriram na sua gloriosa sublime gesto que exprime todo o vigor patriótico. Morreu abraçada à bandeira, nesta agonia da classe trabalhadora, da mulher brasileira, das herdeiras da tradição de Anita Garibaldi (Momento Feminino, 15 de junho de 1950, p. 11).

Mais uma vez, a ênfase recai sobre o momento da morte de Angelina, e a sua representação aparece associada a uma figura patriótica e defensora da paz. O texto não fornece informações adicionais sobre a vida ou personalidade de Angelina, mas enfatiza a importância do seu sacrifício como um símbolo de luta e resistência.

As matérias nos indicam que o processo de heroificação de Angelina começou a partir das circunstâncias de sua morte, visto que textos que destacam o êxito de sua trajetória militante no momento do sacrifício. O valor atribuído a Angelina parece estar centrado no ato de sua morte, o que pode ter contribuído para a ausência de detalhes mais aprofundados sobre quem foi Angelina em sua totalidade. O momento de sua morte torna-se o ponto central de sua sacralização no processo de heroificação.

Como discutido anteriormente, Angelina se filiou ao partido logo após sua legalização em 1945. No período de cinco anos entre sua entrada no partido e sua morte, é possível sugerir que a operária estava gradualmente ganhando visibilidade no movimento operário, participando de conferências sindicais e sendo considerada "uma líder estimada de toda a classe", conforme indicado em uma matéria anteriormente analisada. No entanto, Angelina ainda não ocupava um cargo de destaque no partido, o que pode explicar a escassez de informações detalhadas sobre ela nas fontes históricas analisadas. Uma hipótese plausível é que Angelina desempenhava um papel de militante de base no partido, e sua proeminência e visibilidade em nível nacional surgiram após sua trágica morte.

Outra hipótese possível, que não necessariamente exclui a anterior, é que a escassez de informações mais detalhadas sobre a trajetória de vida de Angelina pode ser atribuída ao fato

de que, para o propósito da publicação desses textos e o processo de heroificação de Angelina, não era necessário fornecer detalhes mais profundos sobre sua história. O motivo de sua morte e a relação de Angelina com as causas defendidas pelo partido na época já contemplavam o objetivo de transformá-la em uma mulher-mártir, buscando inspirar as mulheres a agir e se engajar politicamente. O foco nas circunstâncias de sua morte e seu comprometimento com as causas políticas serviam à narrativa que visava mobilizar a participação feminina.

Concordando com Silva Jr. (1998), o herói é compreendido como um meio e não um fim para o movimento operário. Ele atua como um instrumento para agregar mais pessoas à causa da instituição que o reivindica como herói. O herói operário desempenha a função de demarcar a diferença de classe ou posição política. Ele é utilizado como uma ferramenta por sindicatos, partidos e associações classistas para promover o engajamento político, tornando-se o representante que diferencia a classe e um grupo político específico.

O fato de Angelina ter perdido a vida durante uma manifestação no Dia Internacional do Trabalho, juntamente com os discursos que ressaltam sua morte enquanto envolta na bandeira nacional e defendendo-a, desempenhava um papel na construção de uma identidade social e política para as mulheres comunistas. Apontamos que a descrição genérica de Angelina como heroína, defensora da paz e patriótica contribuiu significativamente para fortalecer a identidade política das mulheres comunistas, fundamentando essa identidade nos pilares de ser mãe, patriota e defensora da paz. Uma identidade política que as comunistas procuraram construir a partir das matérias publicadas no periódico *Momento Feminino*.

Conforme demonstrado por Juliana de la Torres (2010) em seu estudo sobre a imagem das mulheres na imprensa comunista brasileira entre os anos de 1945 e 1957, as representações femininas eram frequentemente delineadas em contextos de crítica social, destacando o cotidiano das mulheres trabalhadoras. O jornal *Momento Feminino* retratava a mulher trabalhadora desempenhando diversos ofícios, como lavadeira, dona de casa e costureira. Temas como a carestia de vida e o trabalho de cuidado eram recorrentes nas ilustrações, proporcionando uma visão abrangente da realidade enfrentada por essas mulheres.

Torres (2010) ressalta que as ilustrações desempenhavam principalmente o papel de expor os símbolos da organização e união feminina. Desse modo, era frequente ver imagens de mulheres debatendo e lendo o jornal *Momento Feminino*, simbolizando a relevância da participação ativa das mulheres. Segundo a autora, "a imprensa partidária mostrava o partido como aquele que 'indica', 'orienta' e 'dirige' a luta feminina na 'busca pela felicidade'" (TORRES, 2010, p. 91). A intenção era instigar o público a se organizar nas lutas do PCB e das uniões femininas por meio dessas representações visuais.

Nessas representações visuais, um tema recorrente foi a luta pela paz. Nas ilustrações abordando esse tema, as mulheres eram retratadas como heroínas, símbolos da paz e fontes de inspiração para todas as mulheres engajadas na busca pela paz (TORRES, 2010). As imagens procuravam sensibilizar as mulheres, a partir do suposto instinto materno, para que aderissem à campanha. O papel social das mães e esposas era enfatizado na imprensa comunista, sugerindo que as mulheres eram o setor da população mais dedicado à luta pela paz e contrário ao envio de seus maridos e filhos para a guerra na Coreia.

Se levarmos em consideração os apontamentos de Torres (2010) sobre as ilustrações contidas nas páginas da imprensa comunistas, os elementos genéricos que são ressaltados na figura de Angelina são os mesmos. O momento de sua morte torna-se o ponto culminante que a transforma em heroína, marcando o início dos relatos sobre a vida da operária na imprensa operária. Angelina militava no partido há cinco anos, mas sua morte a faz entrar para a história do partido e a percorrer as páginas da imprensa. Sua visibilidade é derivada de sua morte, e o partido instrumentaliza esse evento para conquistar as massas femininas. Nesse ínterim, a construção imagética de Angelina, uma operária que morreu defendendo a bandeira, torna-se central nos discursos da imprensa feminina, destacando-a como exemplo de mulher patriótica e engajada nas lutas sociais.

Loiva Otero Félix (1998) enriquece nossa compreensão do papel social dos heróis em uma sociedade. Segundo a autora, o herói desempenha a função crucial de contribuir para a construção e definição das identidades sociais. O mito e as narrativas sobre os tempos heroicos estabelecem fronteiras, criando identidades internas para aqueles imbuídos de uma crença coerente e lógica associada ao relato que se desenvolve. Simultaneamente, essas narrativas automaticamente delineiam os oponentes, aqueles que não compartilham uma memória comum. A identidade, dessa forma, se constrói como um elo entre o passado e o presente, desempenhando o papel de iluminar o futuro.

A autora enfatiza que a identidade não é uma característica inata, mas sim uma construção. A identidade está em constante evolução, sendo um processo dinâmico. Conforme Félix (1998), essa dinâmica justifica a necessidade de o mito político ser repetido continuamente por meio da expressão verbal. Essa reiteração constante se revela como um meio de perpetuar e reforçar a identidade construída, consolidando os elementos simbólicos que a compõem.

Os apontamentos de Félix (1998) contribuem para a análise, corroborando a constatação de que o nome de Angelina Gonçalves percorreu as páginas do jornal *Momento Feminino* desde o mês de seu falecimento até o ano do encerramento das atividades do periódico, em 1956.

Dessa forma, podemos inferir que a recorrência de matérias sobre Angelina advém da necessidade de justificar continuamente o mito político por meio da expressão verbal, na tentativa de perpetuar e reforçar a identidade que a figura da operária buscava consolidar.

Na edição de abril de 1951, o periódico *Momento Feminino* dedica um artigo em memória ao primeiro aniversário do falecimento de Angelina Gonçalves. Em uma ilustração, Angelina é representada na figura de uma mulher em perfil, posicionada logo abaixo do título "O Primeiro de Maio e Angelina Gonçalves". Conforme podemos observar na imagem a seguir:

Figura 8 - Matéria Intitulada "O Primeiro De Maio E Angelina Gonçalves



Fonte: Momento Feminino, Abril De 1951, P. 3.



Fonte: Momento Feminino, Abril De 1951, P. 3.

Ao analisar a matéria, observamos inúmeras similaridades com os textos anteriormente analisados. Há escassez de informações sobre a vida de Angelina, destaque para o momento de sua morte, ênfase na narrativa histórica, e a comparação do episódio ocorrido em Rio Grande com o 1º de maio em Chicago. O texto delineia claramente o grupo que deseja representar: trabalhadoras e mães. De maneira semelhante, o último parágrafo do texto é dedicado a conferir significado à morte da operária por meio do envolvimento das trabalhadoras nas lutas de sua classe.

O texto sugere que o Primeiro de Maio deve representar um marco na luta das trabalhadoras pelos seus direitos. Observa-se que, para as integrantes do jornal e a autora não identificado da matéria, a luta das mulheres deveria ser articulada em conjunto com a dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o horizonte almejado é descrito como um "mundo de igualdade para todos os homens e mulheres".

A perspectiva apresentada está alinhada com os debates do PCB sobre a luta das mulheres e com o objetivo do partido de mobilizar as massas femininas. Como bem apontou Fraccaro (2018), a preocupação do partido residia em não desvincular a luta das mulheres da luta da classe trabalhadora. Essa abordagem reflete a visão do PCB de integrar as demandas específicas das mulheres à luta mais ampla pelo socialismo.

Nesse sentido, a figura de Angelina mais uma vez é mobilizada para que as integrantes do periódico analisado defendam o seu entendimento do que deveria ser a luta das mulheres, tendo como um dos objetivos de sua publicação a disputa de consciência do setor a qual o jornal tinha como público-alvo.

Em 1954, o jornal *Momento Feminino* mais uma vez dedica uma matéria em memória a Angelina Gonçalves. O texto faz uso novamente da ilustração do perfil de uma mulher que já havia sido utilizada na matéria de abril de 1951. Essa reutilização de elementos visuais destaca a continuidade do reconhecimento e homenagem à figura de Angelina ao longo do tempo, proporcionando uma conexão simbólica entre as duas publicações separadas por três anos.

A matéria de 1954, intitulada "A Mulher e o Primeiro de Maio", ocupa praticamente toda a terceira página daquela edição do jornal *Momento Feminino*. O texto realiza uma análise histórica da problemática da mulher na sociedade, oferecendo uma oportunidade para explorar com mais profundidade a perspectiva do grupo estudado sobre esse tema específico.

Figura 10 - Matéria "A mulher e o 1º de Maio"



Fonte: Jornal Momento Feminino, Edição N°. 106, Abril De 1954, P. 17

A ilustração da mulher com feição séria, olhando para o lado, de perfil, pode nos indicar que ela está voltando o olhar para o horizonte, para o futuro. Se levarmos em conta essa ideia, a expressão séria da mulher sugere uma contemplação e um olhar determinado em direção ao que está por vir. A escolha dessa representação visual pode estar simbolizando a ideia de que a luta e o sacrifício das mulheres, como Angelina, estão direcionados para a construção de um futuro melhor. O perfil da mulher na ilustração pode ser interpretado como um símbolo de esperança, resistência e comprometimento com a causa.

Percebemos que as ilustrações da página como um todo (ver imagem 8) compõem o objetivo de retratar a luta da mulher no Dia Internacional do Trabalhador. Ao lado da ilustração de Angelina, no lado oposto da página, está acompanhada por uma imagem de mulheres em clima de celebração. Conforme indicado na legenda da imagem, na fotografia, veem-se mulheres participando de uma manifestação em 1º de maio em Nápoles, na Itália (não sendo identificado o ano da fotografia).

No primeiro parágrafo da referida matéria “A mulher e o 1º de maio”, é perceptível a influência da obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" de Friedrich Engels, originalmente publicada em 1884. Essa constatação se evidencia quando o texto menciona que a mulher é secularmente oprimida, ressaltando o início dessa opressão:

Desde milênios, quando a comunidade tribal desapareceu e a constituição de uma sociedade dividida em classes fez surgir a propriedade privada, a mulher passou a fazer parte dessa propriedade privada como escrava do homem, escravizada à família que então se constituía (*Momento Feminino*, 1954, p. 17)

No livro de Engels (2012), o autor sugere que o início da opressão feminina estaria associado à criação da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica-nuclear. Ele fundamenta essa ideia nas observações etnográficas do cientista social e historiador Lewis Henry Morgan sobre as comunidades indígenas que residiam nos Estados Unidos. Esse enfoque busca entender como as mudanças nas relações de propriedade e poder influenciaram a posição das mulheres na sociedade ao longo do tempo.

Engels (2012) argumenta que a criação da propriedade privada gerou a necessidade de estabelecer laços parentais claros para a transmissão de herança. Segundo o autor, a instituição da família monogâmica surgiu com o objetivo específico de procriar filhos cuja paternidade fosse inquestionável. Essa certeza na paternidade era crucial porque os filhos estavam destinados a herdar diretamente os bens paternos. Como continua o autor, a monogamia “(...) surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, em toda pré-história” (ENGELS, 2012, p. 67).

Os estudos de Engels (2012) destacam-se pela relevância ao apresentar uma hipótese sobre o surgimento das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Mesmo diante da existência de diversas teorias e interpretações contemporâneas sobre essa questão, nosso enfoque se direciona para a observação de que a matéria veiculada no jornal *Momento Feminino* reflete a influência da obra de Engels. Tal constatação sugere que o grupo responsável pelo periódico não apenas teve acesso a essa perspectiva, mas também a adotou, compartilhando, assim, a visão de Engels acerca da origem da opressão feminina. Nesse contexto, é possível notar que as mulheres comunistas e suas simpatizantes promoviam debates e leituras dos clássicos do marxismo para fundamentar teoricamente a compreensão da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade.

Voltando à análise da matéria, o texto aborda a condição da mulher em distintos períodos históricos, desde a sociedade tribal até o caso do assassinato de Angelina em 1950. Há menção à participação das mulheres durante a Revolução Francesa, com destaque para a atuação de Olímpia de Gouges e a publicação da Declaração dos Direitos da Mulher, além do desfecho na vida de Olímpia e suas companheiras.

A matéria evidencia o embasamento teórico e histórico da autora (não identificada) em relação à problemática das mulheres na sociedade. Em uma passagem subsequente do texto, a autora recorre ao discurso da sindicalista e escritora socialista francesa Flora Tristan (1803-1844) para estabelecer uma conexão entre a emancipação da mulher e a luta dos trabalhadores. Parafraseando um suposto discurso de Tristan, a autora menciona: "Ao reclamardes a justiça, provai que sois justos e equitativos. Proclamai, homens fortes, homens de braços nus, que reconheceis a mulher por vossa igual" (*O Momento Feminino*, 1954, p. 17).

Posteriormente, a matéria menciona que "no Brasil, a participação da mulher surge nas comemorações gerais dos trabalhadores" (*Momento Feminino*, 1954, p. 17) e, em seguida, referindo-se a Angelina Gonçalves, destaca que:

como em todos os povos cuja luta pelas conquistas mais belas da humanidade cobriram-se com as rubras nódoas de sangue de seus heróis, no Brasil, o sangue de uma mulher simboliza o anseio feminino pela liberdade e o progresso da pátria. Foi em 1950, na cidade de Rio Grande. Desfilavam trabalhadores. À frente ia a jovem tecelã Angelina Gonçalves. De súbito, bandos armados lançam-se sobre os pacíficos manifestantes. Angelina carrega a bandeira. Desfralda-a junto aos atacantes, que descarregam sobre ela o chumbo de suas armas, ferindo de morte a jovem tecelã. O vermelho de seu sangue mancha o pano da bandeira brasileira e o solo de sua cidade natal. A seu lado caem 4 companheiros. Angelina é o símbolo da libertação feminina em sua luta milenar contra a inferioridade e a incultura, é o símbolo de nossa pátria em marcha para um futuro grandioso (*Momento Feminino*, 1954, p. 17)

Identificamos que no final da matéria, o estilo textual da autora passa por uma modificação significativa. Enquanto anteriormente o texto apresentava um caráter mais informativo e descritivo, ao abordar Angelina, o estilo textual adquire nuances mais poéticas. Nesse momento, a autora utiliza uma linguagem que, além de descritiva, busca retratar poeticamente a luta e a morte da operária. Nesse tom poético e descritivo, a figura de Angelina emerge como um exemplo que representa a participação das mulheres nas lutas gerais dos trabalhadores brasileiros. Essa constatação nos indica que a história de Angelina é utilizada como um recurso de linguagem para enfatizar que a luta das trabalhadoras deve estar integrada à luta de sua classe como um todo. Ao destacar o papel de Angelina, a autora da matéria busca ressaltar a importância da participação feminina nas questões mais amplas do movimento operário.

Outro elemento importante a ser mencionado é que a morte de Angelina é retratada no texto como um sacrifício necessário para as conquistas da humanidade. A matéria apresenta um tom otimista, no qual a autora destaca que o progresso da humanidade é assegurado pelo sangue dos heróis-mártires. A narrativa sugere que o sacrifício de Angelina, e de outros que compartilham sua posição, é visto como um contributo necessário para o avanço das lutas das mulheres, que, na visão da autora, é a luta dos trabalhadores. Essa visão otimista sobre o papel dos mártires reforça a ideia de que, mesmo diante das adversidades, o sacrifício desses indivíduos é uma força motriz para o progresso e as transformações desejadas pela sociedade. Identificamos uma ideia evolutiva e profética da história, em que o progresso no futuro é entendido como algo certo.

Essa possivelmente é a principal diferenciação entre o herói nacional e o herói operário. Enquanto a construção do herói nacional busca explicar uma ordem já estabelecida, criando uma representação da sociedade que se pretende retratar, o herói operário tem como função instigar a mudança histórica e fomentar a participação social dos sujeitos históricos.

Conforme indicado pela autora Félix (1998), a construção da memória histórica em torno do mito político manipula as dimensões do tempo, entrelaçando passado e presente com uma perspectiva orientada para o futuro. A partir dessa memória, busca-se sensibilizar corações e mentes para a formação de uma unidade e identidade construída e legitimada, culminando em ações voltadas para a preservação da ordem social-institucional simbolicamente associada ao herói, mentor e protetor.

Félix (1998) está se referindo à memória republicana gaúcha de figuras associadas ao Partido Republicano Riograndense (PRR), que podemos categorizar como mitos regionais. No entanto, ao considerar os apontamentos da autora, notamos que, diferentemente dos mitos

estudados por ela, cujo propósito era preservar a ordem social-institucional, Angelina surge nas matérias analisadas anteriormente como uma mulher-mártir que representa a mudança, uma figura mobilizada para envolver as mulheres na luta por transformação social.

Em 1956 o jornal *Momento Feminino* dedica mais uma página para retratar a participação da mulher nas atividades alusivas do Dia Internacional do Trabalhador. A matéria intitulava-se “Primeiro de Maio – festa e símbolo: de 1886 em Chicago a 1950 no Rio Grande do Sul” e foi escrita pela militante comunista Ana Montenegro. Conforme vemos na imagem a seguir:

Figura 11 - Matéria “Primeiro de Maio – festa e símbolo”



Fonte: Jornal Momento Feminino, Edição N.º 118, 1954, P. 29



Fonte: Momento Feminino, Edição N.º 118, 1954, P. 29

Ao examinar as imagens acima, nota-se que a matéria é acompanhada por uma ilustração de uma mulher em perfil, contemplando o horizonte e segurando a bandeira nacional. Ao analisar essas características da imagem (ver figura 12), é possível identificar que a ilustração simboliza a participação de Angelina Gonçalves na manifestação do Primeiro de Maio de 1950. Mais uma vez, a imagem da operária é consolidada na representação da bandeira, reforçando a narrativa de que Angelina morreu defendendo esse símbolo.

A imagem complementa a mensagem que a matéria busca transmitir. Agora, direcionaremos nossa análise para o texto escrito por Ana Montenegro. Nota-se que o texto adota a primeira pessoa do plural, adquirindo um caráter informativo permeado por um tom poético, buscando transmitir os sentimentos e opiniões da autora sobre o tema abordado.

O aspecto informativo torna-se mais evidente quando Ana Montenegro discorre sobre o Primeiro de Maio de 1886 em Chicago, apresentando as vítimas do desfecho daquela greve como heróis-mártires. Em seguida, no subtítulo "Os Caminhos do Mundo São os Caminhos das Lutas", a autora destaca a participação ativa das mulheres nas fábricas de fumo e tecido, enfatizando o engajamento das trabalhadoras em movimentos grevistas ocorridos em diversas

idades do Brasil. Essa abordagem combina elementos informativos e poéticos, conferindo ao texto uma dimensão multifacetada. No final deste subtítulo, a autora comenta: “Há, porém, uma história especial, história de 1º de maio feita de carne e vida, bravura e emoção, escrita com o sangue de uma operária chamada Angelina” (*Momento Feminino*, 1954, p. 29), abrindo uma conexão para a escrita do próximo subtítulo, “a tecelã e a bandeira.

No subtítulo “a tecelã e a bandeira”, Ana Montenegro descreve o Primeiro de Maio de 1950 na cidade de Rio Grande, em uma narrativa próxima à versão apresentada pelo vereador comunista rio-grandino Antônio Rechia, analisada no primeiro capítulo. Nessa versão, uma menina estava segurando a bandeira nacional, e quando Angelina presenciou um policial arrancar a bandeira das mãos dessa menina, a operária foi até o policial retomar a bandeira. Conforme essa narrativa, “foi quando Angelina Gonçalves, com as mãos firmes acostumadas ao manejo do tear, defendeu a bandeira”. O tom poético do texto contribui para a narrativa de heroificação da operária.

Uma informação relevante a ser mencionada é que, diferentemente da matéria publicada pelo jornal em 15 de novembro de 1950, intitulada “Heróis de Rio Grande”, que menciona que a filha de Angelina tinha 18 anos, na matéria de 1956, Ana Montenegro comenta que a operária deu sua vida, “a saudade da filha pequeninha” (*Momento Feminino*, 1954, p. 30), para a festa universal de 1º de maio. Novamente, há uma imprecisão e uma discrepância nas informações sobre aspectos relativos à vida de Angelina.

Percebemos que o Primeiro de Maio se configurou como uma data importante para as comunistas brasileiras e suas simpatizantes, que buscaram, por meio de matérias, convidar as mulheres a se somarem nessa celebração. O Dia Internacional do Trabalhador era uma ocasião que fortalecia a aliança entre as pautas femininas e as trabalhistas, facilitando o argumento de que a luta das mulheres era, na verdade, a luta pela emancipação da classe trabalhadora. Isso rejeitava a ideia de que essa fosse uma luta “específica” do gênero feminino. Na reivindicação da participação das mulheres no 1º de maio, a história de Angelina ganha destaque, e as circunstâncias de sua morte se transformam em um mito que busca sensibilizar as trabalhadoras a aderirem ao movimento operário.

Além do Primeiro de Maio, o 8 de março também foi uma data reivindicada pelas comunistas. Conforme Fraccaro (2018), em seu estudo que abrange o período entreguerras (1917 a 1937), o PCB se esforçou por atribuir o 8 de março como uma jornada de luta das mulheres. Seguindo a recomendação da Internacional Comunista, essa jornada deveria ser construída por toda a militância do partido, e não apenas pelas mulheres. Essa tarefa tinha como finalidade atrair as mulheres para a causa, especialmente as operárias. Nesse sentido, podemos

identificar que, para as comunistas e suas simpatizantes, não apenas o 8 de março era uma celebração importante para fortalecer os laços de camaradagem e demonstrar a força do movimento feminino, mas o Dia Internacional do Trabalhador também era uma data reivindicada como pertencente às mulheres.

A partir da análise realizada até aqui, identificamos que o jornal *Momento Feminino* foi uma plataforma de denúncia contra os crimes perpetrados pelo Estado brasileiro no dia 1º de maio de 1950 em Rio Grande. Explorando as páginas do periódico identificamos uma articulação de nível internacional entre o movimento feminista na denúncia desse massacre, através do envio de telegramas a entidades em que as comunistas possuíam influência. Percebemos que a publicação desses telegramas pelo jornal fez parte de uma estratégia adotada pelas mulheres para demonstrar a força de seu movimento e influir nos sentidos do seu público leitor sobre o evento. Nessa disputa de sentidos a palavra chacina ganha destaque, ao contribuir para politizar as mortes e ampliar a denúncia dos múltiplos assassinatos.

Nosso objetivo de analisar o processo de heroificação das vítimas pelas páginas do jornal revelou-se frutífera. Observamos que o periódico deu ênfase às personagens femininas que foram vítimas da chacina: Sulma Pinto e, especialmente, a operária Angelina Gonçalves. Identificamos que havia poucas informações sobre a trajetória de vida da operária, no qual as matérias centraram a sua atenção ao momento de sua morte. O fato de ter sido assassinada em uma manifestação em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador foi o principal argumento na construção de Angelina Gonçalves enquanto uma heroína-mártir.

A falta de informações detalhadas e, por vezes, os dados imprecisos sobre a vida de Angelina nas matérias analisadas podem ser atribuída ao fato de que, para os propósitos pedagógicos de sua transformação em heroína-mártir, o motivo de sua morte já era considerado suficiente. Nessa narrativa, a representação de Angelina Gonçalves, que morreu ao defender a bandeira nacional, contribuía para a construção de uma identidade social entre as mulheres comunistas: mulher-mãe-patriótica. Assim, indicamos, por meio de um levantamento bibliográfico sobre o tema e da análise das fontes primárias, que o processo de heroificação de Angelina foi um meio encontrado pelo grupo que compunha o periódico para criar uma identidade social dentro do coletivo que o jornal buscava mobilizar: as mulheres.

O próximo subcapítulo se dedicará à análise do jornal *Voz Operária*, veículo construído pelos comunistas, fundado em fevereiro de 1949 e sediado na cidade do Rio de Janeiro. Dado que o público-alvo desse periódico era composto por trabalhadoras e trabalhadores, a investigação se concentrará na busca por nuances na abordagem das notícias e na construção das vítimas do Massacre da Linha do Parque, considerando textos redigidos por autores de

ambos os gêneros. A intenção é examinar se existem diferenças na representação das vítimas do massacre conforme o gênero do autor.

3.3 O Jornal *Voz Operária* e as Disputas de Sentido sobre o Massacre da Linha Do Parque: um olhar atento ao gênero do autor e ao público-alvo

O jornal *Voz Operária* desempenhou um papel crucial como meio de comunicação que se opôs à narrativa apresentada pelas autoridades policiais em relação ao Massacre da Linha do Parque. Entre os anos de 1950 e 1958 foram publicadas pelo periódico 32 matérias sobre o episódio ou que o mencionam. Todas elas apresentam títulos sugestivos que ficava nítido a intensão de transformar as vítimas da chacina em heróis-mártires. No quadro a seguir podemos visualizar melhor o título, a autoria e o ano de publicação dessas matérias:

Tabela 1 - Matérias publicadas no Jornal *Voz Operária* sobre o Massacre da Linha do Parque

Título	Autoria	Data de publicação
Ergamos as bandeiras dos Mártires de Rio Grande	João Batista de Lima e Silva	6 de maio de 1950
Honremos os Heróis de Rio Grande	Pedro Pomar	13 de maio de 1950
Heróis do Povo assassinado por Dutra	Não consta	13 de maio de 1950
1° de Maio de 1950	Não consta	13 de maio de 1950
O povo de Rio Grande homenageia seus heróis	Não consta	13 de maio de 1950
Eles morrem para que viva o nosso povo	Não consta	20 de maio de 1950
O massacre foi covardemente premeditado	Gonçalves Thomaz	20 de maio de 1950
O exemplo de Angelina Gonçalves	Arcelina Mochel	27 de maio de 1950
Massacre de Trabalhadores	Astrojildo Pereira	27 de maio de 1950
A viúva de Euclides Pinto dirige-se aos trabalhadores de Rio Grande e de todo o Brasil	Sulma Pinto	17 de junho de 1950
Nosso jornal no Sul	Dalcídio Jurandir	10 de janeiro de 1951
Governo de crimes contra a classe operária e o povo	Não consta	27 de janeiro de 1951
Dois campos, dois 1° de maio	Não consta	28 de abril de 1951
1° de maio em Rio Grande	Dalcídio Jurandir	28 de abril de 1951

Seus nomes anunciam o Brasil livre de amanhã	Luiz Carlos Prestes	29 de março de 1952
Euclides Pinto, um comunista	Sulma Pinto	7 de junho de 1952
Nomes que jamais se apagarão da memória de nosso povo	Não consta	12 de julho de 1952.
Primeiro de Maio de 1950 na cidade de Rio Grande	Antônio Rechia	12 de julho de 1952
Os crimes da Oligarquia	Não consta	12 de julho de 1952
Antônio Rechia, um homem de verdade	Não consta	21 de janeiro de 1953
Defendem o que tem de mais sagrado	Não consta	28 de fevereiro de 1953
Novas perspectivas para as mulheres	Não consta	6 de janeiro 1954
O programa do partido de Prestes	Não consta	13 de março de 1954
A chacina de Rio Grande	Não consta	1 de maio de 1954
Calendário com datas marcos para o PCB	Não consta	1 de maio de 1954
Heróis e Mártires do PCB	Afonso Marma	1 de maio de 1954
Discurso de abertura do IV congresso do PCB	Astrojildo Pereira	4 de dezembro de 1954
O trabalho feminino – dever de todo o partido	Iracema Ribeiro	18 de dezembro de 1954
Corrigir nossas falhas e debilidades no trabalho do partido entre as mulheres	Não consta	9 de junho de 1956
Jornada gloriosa do proletariado rio-grandino	Não consta	16 de março de 1957
1º de maio de 1950	Não consta	4 de maio de 1957
Calendário maio	Não consta	26 de abril de 1958

Fonte: elaboração feita por Matoso, 2024.

Como podemos observar no quadro acima (ver tabela 1), a autoria dos textos não é identificada, o que dificulta a análise do gênero do autor. Dos 32 textos encontrados, apenas quatro apresentam a identificação de autoria feminina, enquanto dez têm autoria masculina. Uma parte significativa dessas matérias foi publicada no ano de 1950, totalizando dez do número total.

Nas matérias intituladas "Nosso jornal no Sul", "Novas Perspectivas para as Mulheres", "O Programa de Prestes", "O Trabalho Feminino – Dever de Todo o Partido" e "Corrigir Falhas e Debilidades no Trabalho do Partido entre as Mulheres", o Massacre da Linha do Parque não é o tema central das publicações, mas é abordado de maneira tangencial. Enquanto nas matérias intituladas "Heróis do povo assassinados por Dutra", "Eles morreram para que viva nosso

povo", "Governo de crimes contra a classe operária e o povo", "Os crimes da oligarquia", "Calendário Maio", "Discurso de abertura do IV Congresso do PCB", "Nomes anunciam o Brasil de amanhã" e "Calendário Maio", apenas os nomes das vítimas aparecem nas matérias, juntamente com outros membros do PCB que foram assassinados pelo Estado brasileiro, em tom de saudação às suas memórias. Em contrapartida, nas demais matérias, o enfoque é centralizado no evento do Primeiro de Maio em Rio Grande de 1950.

Em 6 de maio de 1950, o periódico publicou uma matéria extensa sobre o ocorrido no Primeiro de Maio daquele ano no município de Rio Grande. O texto se inicia abordando de forma ampla a mobilização dos trabalhadores brasileiros no Dia Internacional do Trabalhador de 1950, colocando em oposição as ambições desse grupo aos dos governantes da época, expondo que “A ditadura de Dutra, extravasando seu ódio e pânico às massas trabalhadoras, fê-lo um dia de terror e sangue” (VOZ OPERÁRIA, 6 de maio de 1950, p. 3). Percebemos, logo nas primeiras linhas, o caráter opinativo da matéria.

É no quinto parágrafo da matéria que o texto direciona sua atenção para os acontecimentos de Rio Grande, enfatizando que esse evento em particular ficaria marcado na história do proletariado. A matéria ressalta que, mesmo diante da repressão enfrentada, os trabalhadores da cidade perseveraram na organização do Primeiro de Maio. Conforme pode ser observado a seguir:

Por isso, mesmo enfrentando as prisões, os espancamentos e as chacinhas policiais a classe operária sentiu a necessidade vital de comemorar o 1º de maio, defendendo com o próprio sangue o direito de manifestação contra as tropelias nazi-ianques da ditadura. Resolutos, promoveram uma grande festa, churrasco e comício, no “Parque Rio-grandense (Voz Operária, 6 de maio de 1950, p. 2).

Ao iniciar o texto abordando as mobilizações e repressões em nível nacional durante o Primeiro de Maio daquele ano, o autor procura contextualizar o episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque dentro da conjuntura nacional da época. Na análise de conjuntura do autor João Batista de Lima e Silva, o Brasil encontrava-se sob o domínio de uma "ditadura de Dutra", dada a aliança do governo brasileiro com os Estados Unidos, em meio ao contexto da Guerra Fria. É relevante destacar ainda que, mais uma vez, um veículo de comunicação vinculado ao PCB utiliza a terminologia “chacina”. A palavra chacina é utilizada não apenas para se referir ao evento específico ocorrido em Rio Grande, mas também para denunciar uma suposta linha política que teria se iniciado com o governo de Eurico Gaspar Dutra.

As vítimas são apresentadas como heróis-mártires, conforme sugere o próprio título da mencionada matéria: "Ergamos as bandeiras dos mártires de Rio Grande". Essa é a primeira

publicação jornalística encontrada que busca transformar a operária e os operários assassinados em heróis-mártires. Evidencia-se o tom pedagógico do texto, como fica explícito no seguinte parágrafo da matéria:

Mas, sigamos, principalmente, o exemplo dos heróis e mártires de Rio Grande. Diante dos combatentes caídos não inclinamos nossas bandeiras: tomamo-las de suas mãos, erguemo-las ainda mais alto e marchamos para frente (Voz Operária, 6 de maio de 1950, p. 8).

Na disputa de narrativa sobre o evento, o objetivo vai além de influenciar a compreensão dos fatos; busca-se perspectivar o episódio e transformar as vítimas em modelos de conduta e luta. Essa narrativa não busca transmitir o medo que o massacre poderia gerar, mas sim transformá-lo em um exemplo, incentivando os trabalhadores a continuarem lutando contra o estado repressivo. Algo que já havíamos observado e discutido anteriormente quando analisamos o jornal *Momento Feminino*.

Figura 13 - Capa Jornal.



Fonte: Jornal Voz Operária, 13 De Maio De 1950, P. 1



Fonte: Jornal Voz Operária, 13 De Maio De 1950, P. 1

No dia 13 de maio de 1950, o periódico veiculou quatro matérias abordando o Massacre da Linha do Parque. A capa do jornal (ver imagem 13) dessa edição era composta por textos sobre o evento, tendo como título "A Palavra de Ordem dos Heróis de Rio Grande: 'Avante, em defesa da paz e da liberdade'", acompanhada por uma ilustração (ver imagem 14) que remetia à figura de Angelina Gonçalves.

Angues (2022) realizou uma análise da ilustração (ver figura 14) e identificou uma referência à obra "La Liberté guidant le peuple" de Eugène Delacroix. Esta pintura do artista francês busca representar a Revolução, tendo sido concebida durante os eventos da Revolução Francesa de 1830. Conforme apontado por Angues (2022), a obra de Delacroix foi frequentemente empregada em diversos movimentos revolucionários ao longo da história. Similarmente à pintura de Delacroix, onde uma figura feminina ocupa posição central, pairando sobre a multidão enquanto segura a bandeira francesa, na ilustração presente no jornal *Voz Operária*, Angelina é representada em uma posição elevada em relação aos demais manifestantes (Angues, 2022). De acordo com o pesquisador:

A referência à obra de Delacroix na construção de uma imagem mística de Angelina reforçaria uma concepção de Angelina como uma figura universal, na sua transcendência além de Rio Grande, e o seu ingresso em uma

consciência memorial da classe trabalhadora em um panorama amplificado (ANGUES, 2022, p. 80).

Angelina, a mulher patriótica que sacrificou sua vida defendendo a bandeira nacional, emerge como um ícone representativo da luta em prol dos interesses nacionais. Conforme apontado por Angues (2022), esse símbolo transcende as fronteiras de sua cidade, tornando-se um emblema nacional. Neste contexto, observamos que a construção da figura de heroína-mártir de Angelina não se limitou ao jornal *Momento Feminino*, mas também é promovida pelo periódico *Voz Operária*, evidenciando que o mito em torno da figura de Angelina visa abranger além do setor feminino.

A matéria descrevia o comício/churrasco organizado no Parque Rio-grandense em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador, ressaltando que “os trabalhadores rio-grandinos passaram da propaganda – o comício – às ações concretas da massa (...)” (*Voz Operária*, 13 de maio de 1950, p. 1), se referindo a manifestação iniciada após as festividades ocorridas no Parque Rio-grandense que tinha como destino à SUO.

O texto, que não apresenta a autoria, destaca a atuação de "um grupo de senhoras e senhoritas, à frente, desfraldava a bandeira nacional". A simbologia na organização da disposição da manifestação, com as mulheres à frente do ato segurando a bandeira nacional, era enfatizada na matéria jornalística que compunha a capa do jornal daquela edição. Essa linha discursiva se alinha com os depoimentos prestados à polícia, os quais já foram discutidos no primeiro capítulo. Isso reforça, mais uma vez, a importância para o partido na representação das mulheres na linha de frente do ato, segurando a bandeira nacional.

No subtítulo "A Morte da Angelina", o texto descreve, em tons heroicos, o momento em que a operária morreu ao tentar retomar a bandeira nacional das mãos do tenente da Brigada Militar. Além de Angelina, cuja figura ganha destaque na matéria, semelhante ao que observamos nas análises do jornal *Momento Feminino*, no *Voz Operária*, notamos que outra figura emerge em destaque, a do pedreiro Euclides Pinto. Sobre o operário, o texto informa:

O líder dos operários da construção civil, Euclides Pinto, foi dos primeiros a ser atingidos pelas balas assassinas da polícia. Foi mortalmente ferido quando vivas ao Brasil e à classe operária e estimulava seus companheiros à luta e à resistência. No chão, agonizante, Euclides ainda se dirige aos camaradas: “morro em defesa da liberdade e da paz. Avante, companheiros”. Duas filhas menores do líder operário avançam contra o delegado Ewaldo Miranda, autor do disparo assassino e cravam-lhes as unhas na cara, gritando: “assassino, mataste meu pai”. E o assassino escapou com vida à revolta da massa (...) (*Voz Operária*, 13 de maio de 1950, p. 11).

Essa narrativa proporcionava a construção de uma memória heroica sobre o episódio, na qual as vítimas são apresentadas desde os primeiros dias posteriores ao evento como heróis-mártires. A matéria apresenta inúmeros pontos semelhantes aos depoimentos dos manifestantes durante o processo-crime que investigou o caso, o que ratifica o indício de que os membros do partido se reuniram antes de prestarem seus depoimentos para afinar seus discursos sobre o evento. Além disso, mais uma vez, percebemos um apagamento da memória de Honório Porto e Osvaldino Correia, também vítimas do massacre, cuja matéria se limita a mencionar seus nomes.

Possivelmente, a menção mais detalhada do momento da morte de Angelina Gonçalves e de Euclides Pinto decorre do fato do último ser uma liderança do partido e de como ocorreu a morte da operária ajudou a reforçar a narrativa do PCB de que as mulheres eram as principais agentes da luta contra o imperialismo e em defesa dos interesses da nação. Esse destaque evidencia a intenção do partido em construir uma narrativa específica, enfatizando elementos que se alinhassem aos seus objetivos políticos e ideológicos.

Também é observável que a centralidade da figura de Angelina Gonçalves não se restringiu exclusivamente aos textos produzidos por autoras do sexo feminino. No texto de Pedro Pomar, mais uma vez, identificamos uma construção simbólica fundamentada na simbiose entre a imagem de Angelina e a da bandeira nacional. Essa associação simbólica tem como propósito transformar a operária em uma figura representativa da luta em prol da pátria e dos interesses nacionais

Ao analisar as matérias publicadas pelo jornal *Voz Operária*, identificamos que estas possuem a mesma estrutura discursiva. Os textos iniciam denunciando o ocorrido, posteriormente exaltam o espírito de luta e combatividade dos rio-grandinos, e a conclusão aponta para a necessidade de continuação das lutas reivindicatórias que as vítimas morreram defendendo.

Percebemos que as matérias buscavam reforçar o espírito de combatividade dos manifestantes, que, antes de vítimas, aparecem como mártires que deram o seu sangue à luta do proletariado. Essa linha discursiva é um indício que a finalidade da publicização dos textos é utilizar o evento como um instrumento de disputa pela consciência do público leitor do jornal. Busca-se nas matérias expor as fragilidades da democracia do período entre ditaduras, destacando aspectos que reforcem a narrativa política do PCB.

Em um texto publicado no dia 13 de maio de 1950, pelo militante comunista Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, intitulado "Homenagem aos Heróis de Rio Grande", torna-se

ainda mais evidente o propósito de instrumentalização do ocorrido em Rio Grande como uma ferramenta de disputa pela consciência dos trabalhadores.

O autor da matéria, conhecido como Pedro Pomar, havia sido eleito deputado federal em 1947 pela coligação PCB-PSP. Durante seu mandato parlamentar, destacou-se por denunciar a repressão política contra os comunistas naquela época, encerrando seu mandato em 1950. Posteriormente, mudou-se para o Rio Grande do Sul, assumindo a posição de secretário nacional do partido. Em 1958, foi um dos fundadores do PCdoB.

No texto, Pedro Pomar caracteriza os crimes ocorridos em Rio Grande como “covardes e premeditado”, contrapondo-se à narrativa policial que alegava serem as vítimas resultado de acidentes, sem alvo premeditado. O autor atribuía a responsabilidade do crime aos governantes Enrico Gaspar Dutra e Walter Só Jobim, presidente e governador do estado do Rio Grande do Sul, respectivamente. Assim como a matéria escrita por João Batista de Lima e Silva, o texto de Pedro Pomar também se destaca pelo tom opinativo.

Pedro Pomar estabelece uma comparação entre a história do movimento russo e os eventos ocorridos no Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande, sugerindo que, de maneira semelhante à trajetória russa, "acontecimentos como o de Rio Grande podem ser sinal para grandes explosões de ódio popular" (*Voz Operária*, 13 de maio de 1950, p. 1). Não é o propósito aqui debater se o autor acreditava ou não nessa narrativa, mas sim compreender a mensagem que Pedro Pomar busca transmitir em seu texto. Ao comparar eventos de países distantes geograficamente, o autor pretende comunicar a ideia de que a revolução brasileira era uma necessidade imperativa, assim como foi na Rússia. Dentro dessa narrativa, as mortes ocorridas em Rio Grande são apresentadas, em tom de questionamento e sugestivo, como parte de um sacrifício individual que levanta a indagação: "atenta a combatividade de nosso povo, os anseios de progredir, a justiça de suas aspirações?" (*Voz Operária*, 13 de maio de 1950, p. 1). Mais adiante no texto, ao reivindicar a memória das vítimas do massacre, o autor aponta:

Dignificando a memória e a causa pela qual os heróis do Rio Grande não regatearam seu sangue generoso, devemos tirar lições desses crimes da ditadura e erguer o movimento de protesto e de solidariedade à altura das exigências e necessidade da revolução brasileira (*Voz Operária*, 13 de abril de 1950, p. 1).

A dignificação da memória das vítimas do massacre emerge mais uma vez como intrinsecamente vinculada à ideia de ação política de resistência. O texto não se limita a influenciar a opinião pública sobre o ocorrido, mas apresenta o episódio como um evento

84 Informação retiradas do site do projeto Memorial da Resistência de São Paulo: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/pedro-ventura-felipe-de-araujo-pomar/>. Acesso em: 19/02/2024.

catalisador para futuras manifestações populares. A solidariedade às vítimas é apresentada como um compromisso ligado ao uso da experiência de Rio Grande como um impulso para continuar a luta. O texto reivindica uma memória ativa, aquela que só se concretizará a partir do engajamento político, estabelecendo uma conexão entre a experiência traumática das vítimas rio-grandinas e uma expectativa de futuro desejado.

O estudo de Lucas Barroso Rego (2023) sobre as Madres da Praça de Maio na Argentina pode nos ajudar a compreender a reivindicação de uma memória ativa, que conecta experiência à ação política. Na América Latina do século XX, foram frequentes os episódios de golpes e governos ditatoriais, cujas violências repercutiram em movimentos históricos e contemporâneos voltados para políticas de memória contra os crimes cometidos durante esses períodos autoritários. Rego (2023) salienta que, diante desse cenário, os movimentos sociais contrários à ditadura têm utilizado a memória como uma ferramenta política. Esses grupos, segundo o autor, de maneira não intencional, têm reintegrado a experiência ao horizonte da expectativa.

Ao analisar o movimento das mães e avós da Praça de Maio na resistência ao regime ditatorial na Argentina, Rego (2023) destaca que esse coletivo reivindicou a rememoração das experiências traumáticas e a construção de locais de memória, visando a construção de um futuro desejado. Nesse contexto, o espaço da experiência é conectado ao horizonte da expectativa, possibilitando pensar em um resgate da concepção de que a história é mestra da vida (REGO, 2023).

Podemos observar algumas similaridades entre os apontamentos feitos por Rego (2023) em relação ao movimento das mães e avós da Praça de Maio e as matérias publicadas pelo jornal *Voz Operária* durante a década de 1950 no Brasil. Assim como o movimento social analisado por Rego (2023), o periódico comunista busca reivindicar a memória de um episódio traumático para influenciar o processo de consciência de seus leitores, com o objetivo de engajá-los na luta de resistência contra a repressão estatal. Ao final das matérias, é recorrentemente apresentado um futuro próspero, que só foi alcançado a partir do engajamento político de seus leitores.

A militante Arcelina Mochel, uma das fundadoras do jornal *Momento Feminino* e vereadora da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1947 e 1948, quando o PCB foi posto na ilegalidade e seus mandatos foram cassados, dedica uma matéria a operária Angelina Gonçalves, texto publicado no jornal *Voz Operária* no dia 27 de maio de 1950. Em seu texto intitulado "O Exemplo de Angelina", Arcelina Mochel comenta que na data histórica do Primeiro de Maio, "Angelina Gonçalves se tornou um símbolo de coragem e decisão proletária

na luta pela liberdade e pela paz" (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3). A autora ressalta que "a tecelã gaúcha liderava um movimento reivindicatório de sua classe de maneira honrada e altiva" (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3).

Sobre os momentos que antecederam a morte da operária Arcelina Mochel comenta, "Angelina não se afastou de seu posto de honra e defendeu sua classe, a vida de seus companheiros até cair mortalmente ferida, envolta da bandeira nacional" (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3). Angelina aparece como defensora da pátria, enquanto os policiais são apresentados como traidores dessa mesma pátria. O ato da operária de ir retomar a bandeira nacional das mãos da polícia é descrito pela autora como heroico, consciente e revolucionário. A autora busca reforçar a ideia de que Angelina previa a ação repressiva da polícia, mas "não cedeu à covardia ou à traição. Impulsionava-a o mais puro sentimento de fraternidade proletária" (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3). O texto busca enfatizar a comoção que a morte da operária gerou entre as brasileiras, ressaltando que:

Nós acompanhamos essa cena de sangue e terror, através de imediatos protestos da população gaúcha e o clamor que se levantou entre as mães de Rio Grande, entre as mulheres de Porto Alegre e entre todos os democratas do país. Compreendemos melhor que a vontade de viver num mundo de paz, exige até mesmo o sacrifício da vida de nosso povo e principalmente da classe operária – vanguarda das lutas pela democracia e a independência em nossa pátria (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3).

O exemplo de Angelina a qual o título da matéria se referia era direcionado pela autora ao público leitor feminino, no qual era ressaltada a importância de honrar a memória da operária a partir da união entre todas as mulheres, principalmente as operárias e as trabalhadoras do campo, "onde a desigualdade absoluta dos salários e o desconforto nos locais de trabalho sustentam as ambições dos patrões" (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3). Arcelina Mochel apontava para a necessidade da construção feminina de uma frente única contra a guerra e contra o uso da bomba atômica. Era exposto que:

Que em cada coração de mulher, o sentimento de amor à vida, à liberdade e a paz se intensifique com o exemplo de Angelina Gonçalves – líder inesquecível do proletariado brasileiro, que deu sua vida para deixar o mundo o traço de união entre as mulheres das fábricas e as camponesas entre as operárias, e as donas de casa, porque todas sofrem igual miséria e todas merecem uma vida feliz num mundo de dignidade, justiça, progresso e paz (*Voz Operária*, 27 de maio de 1950, p. 3).

Percebemos que assim como as demais escritoras, a principal intenção de Arcelina Mochel em escrever sobre a história de Angelina Gonçalves é a utilizar esse relato como um meio de conscientização e de mobilização das mulheres em torno das lutas que o PCB defendia na época: luta pela paz, contra o uso da bomba atômica, contra a exploração do trabalho

feminino, contra o imperialismo e em defesa dos interesses nacionais. É relevante destacar que, até o momento da nossa análise, os textos escritos pelas mulheres têm um interesse em comum, que é mobilizar social e politicamente o seu gênero. Isso demonstra a importância e a preocupação das autoras em conscientizar as mulheres para a participação nas questões políticas e sociais da época.

Se considerarmos que às mulheres era negado o direito de votar e serem votadas até o ano de 1932, a preocupação em envolver esse setor em um ambiente que por muito tempo lhes foi negado se torna ainda mais relevante. Podemos indicar que as autoras, através de seus escritos na imprensa, contribuíram no processo de ampliação da cidadania às brasileiras. O processo de heroificação de Angelina Gonçalves serviu para esse propósito, transformando a operária em uma heroína-mártir. As militantes e escritoras criavam uma representação política e social para as mulheres, indicando que havia exemplos de luta feminina a serem seguidos. Em um contexto marcado pela predominância do poder masculino, a construção de representações políticas e classistas femininas se tornava significativa.

É relevante destacar, como mencionado anteriormente, que os autores masculinos também contribuíram para o processo de heroificação de Angelina. No entanto, estamos enfatizando aqui que, nos textos de autoria feminina, observamos uma preocupação central em mobilizar a figura da operária para conscientizar e engajar as mulheres politicamente. Essa preocupação provavelmente teve origem na própria experiência das escritoras, que influenciou sua compreensão do mundo e suas aspirações políticas.

Na matéria escrita por Astrojildo Pereira⁸⁵, intitulada “Paz social – Massacre de Trabalhadores”, há maiores informações sobre as vítimas do Massacre da Linha do Parque. Assim como no texto escrito por Pedro Pomar, o autor inicia o texto falando da conjuntura nacional da época, comentando sua opinião sobre o governo de Eurico Gaspar Dutra. É no quarto parágrafo de sua matéria que Astrojildo Pereira começa a escrever sobre o Primeiro de Maio de 1950 de Rio Grande.

A respeito de Euclides, a matéria descrevia que ele trabalhava na construção civil desde os 13 anos, era pai de nove filhos, participou de campanhas populares, como a da construção da Constituinte de 1946, da defesa do "petróleo é nosso", da luta pela paz e por melhores condições para os trabalhadores. Quanto a Honório Alves Couto, informava-se que ele era

85 Pereira, Astrojildo. (1890-1965). Jornalista, político e intelectual brasileiro, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Engajou-se no movimento tenentista e na difusão das ideias comunistas no Brasil por meio de sua atuação na imprensa. Suas atividades políticas resultaram em prisões ao longo de sua vida. Para mais informações sobre a história de Astrojildo Pereira, consultar: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Astrojildo.pdf>.

operário, de origem camponesa, e militante de vanguarda dos trabalhadores do porto de Rio Grande. Já sobre Osvaldino Correia, o texto limitava-se a dizer que era um elemento de massa, desconhecido, que se envolveu no conflito e foi sacrificado. No que diz respeito à operária Angelina Gonçalves, nenhum novo elemento foi exposto, destacando-se apenas que ela era tecelã desde criança, filha de operários e era líder dos operários do Rio Grande do Sul, falecendo envolta na bandeira nacional.

É importante observar que esta é a primeira matéria analisada que busca abordar as vítimas Honório Alves Couto e Osvaldino Correia para além da simples menção de seus nomes, embora não tenha aprofundado em suas histórias de vida. A pouca atenção dada aos dois operários nas matérias analisadas sugere que eles eram militantes de base do PCB e/ou movimento operário de Rio Grande ou que tinham ingressado recentemente no partido. Isso destaca a importância das instituições políticas e sindicais na construção do herói operário.

Ao passo que esses operários não faziam parte das lideranças políticas do PCB, eles ficaram de fora do processo de heroificação. Essa seleção destaca a ênfase dada pela imprensa do partido à narrativa que melhor servia aos seus interesses políticos e ideológicos, privilegiando algumas figuras a outras. Essa seleção de personagens na construção do herói operário destaca como a memória coletiva pode ser moldada e direcionada pelas instituições e movimentos políticos. A ênfase dada a algumas figuras em detrimento de outras é uma estratégia para fortalecer a identidade do partido e consolidar a imagem dos mártires que mais se alinhavam com a ideologia defendida.

Na matéria intitulada "Os Heróis e Mártires de Rio Grande", foram acrescentadas informações que ampliam nosso conhecimento sobre as vítimas do Massacre da Linha do Parque. Sobre Honório Couto, é informado que ele era natural do município de Uruguaiana e filiou-se ao PCB quando este conquistou a legalidade em 1945. Ao ingressar no partido, conforme a matéria, tornou-se um membro ativo e "exemplar militante comunista" (*Voz Operária*, 12 de julho de 1952, p. 2). Sobre Osvaldino Correia é comentando que:

Ferroviário, ativo partidário da paz, participou de diversas lutas reivindicatórias da classe operária. Merecia a confiança de seus companheiros de classe, era estimado e respeitado. Acompanhava a passeata de 1º de maio, quando foi atingido pelas balas assassinas da reação (*Voz Operária*, 12 de julho de 1952, p. 2).

Na matéria analisada, percebemos que as quatro vítimas são apresentadas como figuras participativas do movimento operário da cidade e consideradas estimadas pelos trabalhadores rio-grandinos. O Primeiro de Maio de 1950 é destacado como um dos movimentos nos quais as vítimas do massacre estavam inseridas, sendo sacrificadas em nome de algo maior: a causa que

defendiam. Todavia, na matéria há a presença de fotos de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, em formato 3x4, que apontam a continuidade da predominância dessas figuras no processo de heroificação das vítimas do Massacre da Linha do Parque.

Figura 15 - Recorte Capa de Jornal



Fonte: Jornal Voz Operária, 12 De Julho De 1952, P. 2

A presença de fotos de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto na matéria sugere uma tentativa de personalizar e humanizar as vítimas, aproximando-as dos leitores e destacando suas identidades individuais. A utilização dessas imagens pode fortalecer a narrativa de heroificação ao proporcionar uma representação visual das figuras centrais do acontecimento. Essa estratégia visual pode desempenhar um papel significativo na construção da memória coletiva, permitindo que as vítimas sejam lembradas não apenas como símbolos abstratos, mas como pessoas reais com rostos e histórias individuais.

A prevalência das figuras de Euclides Pinto e Angelina Gonçalves nas matérias do jornal *Voz Operária* pode ser associada à posição de liderança ocupada por Euclides no âmbito partidário, bem como à representatividade de Angelina entre as trabalhadoras, um grupo cuja mobilização política era de interesse destacado do partido, especialmente após a conquista do direito ao voto feminino. Angelina, como mulher militante e símbolo do engajamento feminino nas lutas políticas, representava um elemento importante na tentativa de consolidar o apoio das mulheres ao PCB. Essa seleção estratégica na abordagem das vítimas pode refletir os objetivos políticos específicos do PCB durante esse período histórico. Assim, a combinação da liderança política representada por Euclides Pinto e a ênfase nas mulheres, simbolizadas por Angelina, reflete a estratégia do partido em moldar a narrativa para fortalecer sua identidade política e ampliar sua base de apoio.

Em uma matéria intitulada “defendem o que tem de mais sagrado” novamente a personagem de Angelina é mobilizada para convidar as mulheres a aderirem a luta classista. O

texto comenta sobre a organização das mulheres gaúchas contra a carestia de vida, ressaltando que “elas defendem o que possuem de mais sagrado: a vida de seus filhos” (*Voz Operária*, 28 de janeiro de 1953, p. 11). A figura de Angelina emerge no texto quando é mencionada a resistência das mulheres dos municípios de Uruguaia, Erechim, Rio Grande, Bagé que participaram da luta pela paz colendo assinaturas e organizando comissões de luta “inspiradas no nobre exemplo de Angelina Gonçalves, a heroína tombada na manifestação de 1950 em Rio Grande, as mulheres defendem com obstinação e bravura a vida de seus filhos” (*Voz Operária*, 28 de janeiro de 1953, p. 11).

O emprego desse tipo de narrativa visa não apenas homenagear Angelina, mas também criar um símbolo que conecta as lutas das mulheres à história de resistência e engajamento político representada pela operária. Essa estratégia de vincular o presente (em que foi produzido as matérias) ao passado, por meio da figura de Angelina, sugere uma abordagem encontrada pelo partido para transmitir valores, inspirar engajamento político e fortalecer a identidade das mulheres como agentes ativos na luta pelos seus direitos e pela paz.

Em outra matéria, é apresentada a história de Antônio Rechia, vereador comunista vítima do Massacre da Linha do Parque, que, ao ser baleado, ficou paraplégico. Intitulada "Antônio Rechia, um Homem de Verdade", o texto começa denunciando o massacre ocorrido em Rio Grande, responsabilizando o governo do Estado do Rio Grande do Sul, o presidente da República da época, Eurico Gaspar Dutra, e o responsável pelo DOPS do município, Ewaldo Miranda, descrito na matéria como "um alcoólatra degenerado que ordenou o massacre" (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15). A matéria, em contraposição à narrativa policial, destaca que os manifestantes estavam desarmados. Sobre o vereador, é ressaltado que, durante a intervenção policial à manifestação: "Antônio Rechia, vereador comunista, líder portuário, recebeu um tiro na espinha. Os bandidos não conseguiram completar seu plano tenebroso – Antônio Rechia não morreu" (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15).

É interessante observar os exemplos de condutas que o texto exalta sobre a figura de Antônio Rechia. O vereador é apresentado como um bravo proletário, combativo e “brilhante no meio da massa nos comícios e na Câmara, exemplo de honestidade e de pureza, fazia tremer aos figurões diplomados da oligarquia” (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15). No texto, destacava-se a habilidade do vereador em oratória, que o permitia falar para as multidões. É abordado no texto que Antônio Rechia sofria com a repressão anteriormente ao massacre, indicando que sua envergadura e sua coragem política “lhe valeram o ódio da reação que não pouca vez tentou arrancá-lo preso da Câmara sem o conseguir porque ali se reunia a massa popular que vinha ouvir dele a voz do partido de Prestes” (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15).

Percebemos que a exaltação de Antônio Rechia está relacionada à sua habilidade oratória para transmitir a voz do partido ao qual pertencia. Não era destacada sua capacidade

intelectual de formular políticas, mas sim sua habilidade de ser um elo oratório do partido. Antônio Rechia é apresentado como um líder carismático capaz de comunicar-se com as massas, divulgando as ideias e propostas do partido. Discorrendo sobre a atuação de Antônio Rechia após o Massacre da Linha do Parque, a matéria aponta:

Hoje Rechia está paralisado da cintura para baixo. Mas sua fibra de autêntico revolucionário, sua consciência de classe, jamais permitiram que a paralisia o isolasse das massas. O seu nome, que representa a maldição para as classes dominantes e seu governo é pronunciado com carinho pelo povo gaúcho. Quando nas lutas de agosto de 52, a reação colhia os primeiros frutos da seara de sangue daquele 1º de maio. A população se levantou contra a política de fome e de guerra do governo dos Vargas, Rechia estava em seu posto. Foi à Praça Tamandaré em sua cadeira de rodas e tomou lugar no palanque, erguido pelos ombros dos seus irmãos, por emoção eletrizou a grande multidão (Voz Operária, 21 de janeiro de 1953, p. 15).

No fragmento da matéria transcrito anteriormente, é possível observar uma exaltação da figura de Antônio Rechia, que é destacado por sua perseverança na continuidade da luta mesmo após enfrentar a paralisia. O evento mencionado, ocorrido em 1952, refere-se à greve geral na cidade, cuja principal demanda era a oposição à carestia de vida. A relevância histórica desse movimento é evidenciada não apenas pelo alto nível de organização dos trabalhadores urbanos, mas também pelas detenções e assassinatos perpetrados pelas forças policiais locais durante o período de greve (SAN SEGUNDO, 2012).

O historiador Silva Jr. (1998) delinea quatro modelos distintos de heróis operários. No primeiro modelo, identificamos o líder operário cuja trajetória é marcada por êxitos, mas que eventualmente se afasta da esfera pública. Este líder, ao retornar ao movimento, busca restaurar os desequilíbrios ocorridos durante sua ausência, sendo exemplificado pelo autor através da figura de Luís Carlos Prestes. Por outro lado, o segundo modelo é representado pelo operário que, por meio de sua eloquência, conquista as massas, assumindo o papel de profeta cuja arma primordial é a palavra. Estes profetas, muitas vezes, tornam-se heróis-mártires ao sofrer danos físicos ou morais devido ao seu ímpeto.

Segundo a análise de Silva Jr. (1998), o terceiro modelo de herói operário é caracterizado como o legislador. Nesse paradigma, o militante é heroificado de maneira sutil, uma vez que sua legitimidade repousa em práticas como a rotinização. O legislador, ao desempenhar funções burocráticas essenciais para o funcionamento das entidades sindicais, se destaca mais pela sua contribuição regular do que por traços carismáticos. A fragilidade no processo de heroificação desse modelo reside no fato de que, ao invés de se apresentar como uma figura carismática, o herói legislador assume uma posição mais rotineira e funcional.

Concluindo, o quarto modelo de herói operário delineado por Silva Jr. (1998) é aquele que se caracteriza como um indivíduo astuto, frequentemente alcançando vitórias ao explorar as fraquezas e vícios de seus oponentes. O autor ressalta que, aparentemente, esse modelo de herói não encontraria espaço em um movimento social que busca construir-se por meio da austeridade de conduta tanto de seus integrantes quanto de seus heróis. Destaca-se ainda que os

exemplos desse modelo de heróis, conforme observado por Silva Jr. (1998), estão notavelmente distantes das instituições operárias.

Se atentarmos para as categorias delineadas por Silva Jr. (1998), é possível classificar a figura de Antônio Rechia no segundo modelo de herói proposto pelo autor. Nesse contexto, Rechia se alinha ao perfil de líder carismático, cujo poder de persuasão se manifesta através de seus discursos, capazes de conquistar as multidões e mobilizar apoio em prol de suas causas. Este enquadramento sugere que, de acordo com a análise de Silva Jr. (1998), Antônio Rechia se destaca como um herói operário que exerce influência por meio de sua eloquência e habilidade retórica.

Ao ser vitimado pela paralisia após ser baleado durante a manifestação do Primeiro de Maio de 1950, Antônio Rechia assume a dimensão de um herói-mártir, cujo sacrifício físico transcende sua individualidade em prol de uma causa coletiva maior, especificamente, a luta da classe operária. Sua incapacidade resultante do engajamento na manifestação não apenas o coloca como uma figura central no movimento, mas também simboliza a renúncia pessoal em nome de ideais compartilhados por aqueles que buscavam melhores condições para a coletividade operária. Nesse contexto, Antônio Rechia personifica a abnegação e a devoção à causa, características intrínsecas aos heróis-mártires.

Antônio Rechia é retratado na matéria como um portador de um novo senso moral: “a moral proletária, comunista, que subordina tudo à construção de um mundo melhor, livre das cadeias da exploração capitalista” (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15). A narrativa prossegue descrevendo o vereador como alguém que, “Sem medir sacrifícios, esquecido de si mesmo, valorizando as pequeninas tarefas do dia a dia, Rechia conseguiu tornar-se o campeão da difusão da voz operária” (*Voz Operária*, 21 de janeiro de 1953, p. 15).

A observação feita sobre a figura de Antônio Rechia revela uma construção cuidadosa da narrativa, na qual suas condutas e valores são apresentados de maneira a servir aos interesses da instituição responsável por forjar sua imagem como um herói. No contexto delineado, o vereador é retratado como uma espécie de soldado, incumbido da tarefa de difundir a mensagem partidária. Essa caracterização indica que as condutas e valores enaltecidos na matéria são estrategicamente escolhidos para alinhar-se com as preferências e diretrizes do partido vinculado ao periódico. A construção de Antônio Rechia como um herói, assim, reflete não apenas suas ações individuais, mas também a conformidade dessas ações com a visão ideológica e os objetivos do PCB.

Até este ponto, percebemos que a construção dos operários e operárias rio-grandinos como heróis aborda poucos aspectos de suas trajetórias de vida. As condutas e valores destacados nas matérias sobre esses heróis-mártires se alinham com as bandeiras defendidas pelo partido, refletindo o entendimento deste sobre o que constituiria um bom militante comunista. Essa abordagem está em sintonia com a observação do historiador Silva Jr. (1998),

que destaca que o herói operário é mais um meio do que um fim para a instituição que o está construindo como herói. O herói operário é uma ferramenta utilizada por instituições sindicais e políticas para transmitir valores considerados bons e influenciar a construção de uma identidade de classe. Portanto, eventos como o Massacre da Linha do Parque oferecem às instituições a oportunidade de criar seus heróis, visando o processo de conscientização de classe, uma vez que esse episódio evidenciou de forma mais nítida os distintos interesses de classe.

Euclides Pinto é o personagem que recebe uma atenção mais detalhada sobre sua trajetória de vida no jornal *Voz Operária*. Na matéria "Heróis e Mártires do PCB", publicada em maio de 1953, o pedreiro é destacado com especial atenção. Segundo a matéria, Euclides nasceu em 1º de dezembro de 1903, no município de Pinheiro Machado, sendo filho de operários e possuindo formação no ensino primário. O relato menciona que, após se casar com Sulma Pinto, Euclides mudou-se para a cidade de Rio Grande, onde iniciou sua militância na Sociedade União Operária. O texto continua:

Euclides apresentou sempre uma atenção destacada ao lado de seus companheiros em todas as lutas dirigidas pela União Operária, distinguindo-se nas campanhas democráticas como a da Anistia. Com a passagem do PCB para a legalidade, Euclides Pinto organiza o Comitê Municipal do Partido de que foi o primeiro Secretário Político. Coube-lhe a direção da greve de bondes e ônibus que obteve repercussão em todo o país, o que lhe valeu uma prisão e bestiais torturas por parte da polícia local. (*Voz Operária*, 1953, p. 3)

Conforme discutido no capítulo anterior, Euclides era uma liderança proeminente do PCB, e sua casa tornou-se a sede clandestina do partido após sua ilegalidade em 1947. Com seu assassinato em 1950, Sulma Pinto, sua esposa, recebeu apoio judicial e visibilidade na denúncia da morte de seu marido por parte do partido ao qual ambos pertenciam. É relevante destacar que essa maior visibilidade concedida à figura de Euclides e o apoio jurídico à sua esposa podem ser justificados pela posição de prestígio que ele ocupava dentro de seu partido.

No entanto, embora as matérias destaquem mais aspectos da vida de Euclides Pinto em comparação com as demais vítimas do Massacre da Linha do Parque, a seleção das partes de sua trajetória que são destacadas no texto continua a refletir os interesses do partido. Essas seleções buscam reforçar a narrativa de que Euclides era um exemplo de militante. Em todas as matérias analisadas, o horizonte da expectativa é claramente delineado, com o propósito de influenciar o público leitor a continuar na luta que os heróis do massacre morreram defendendo, ou seja, as causas do PCB.

Até o momento, discutimos como a imprensa foi uma ferramenta essencial usada pelo partido na construção e na elevação das vítimas do Primeiro de Maio Rio-grandino de 1950 ao status de heróis e heroína. Identificamos que as autoras das matérias buscaram destacar a figura de Angelina Gonçalves como um modelo de luta a ser seguido pelas trabalhadoras, mobilizando sua imagem para convocar as mulheres à resistência e à luta pelos seus direitos.

Na narrativa que eleva as vítimas ao status de heróis e heroína, suas características

personais são substituídas por descrições genéricas, onde as causas e ideais defendidos pelo partido assumem o papel principal. As pautas e bandeiras do partido se tornam as características atribuídas a essas vítimas. Nesse contexto, Angelina se transforma em uma figura emblemática que representa as operárias pobres, que labutam nos teares e lutam por uma vida melhor.

Dentro da perspectiva do partido, a figura de Angelina simboliza a esperança de dias melhores, que surgirão a partir do engajamento das trabalhadoras na luta contra o imperialismo e pela paz. Essa simbiose entre Angelina e a bandeira nacional que ela defendeu até a morte começa a ser construída logo após o massacre, nos depoimentos dos manifestantes à polícia, e se intensifica e se expande nas páginas da imprensa, agregando novos elementos à narrativa ao longo do tempo.

Nas narrativas dos autores, outras vítimas do massacre recebem alguma visibilidade, embora as matérias sobre Euclides e Angelina sejam as mais proeminentes. Nas narrativas masculinas, essas vítimas são retratadas como modelos de luta a serem seguidos, passando por um processo de heroificação de suas imagens. Nesse processo, suas características individuais são substituídas pela política coletiva do partido.

No próximo capítulo, abordaremos a história de Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, presidente da UMRG. A partir da trajetória dessa parteira, examinaremos as redes densas de solidariedade construídas pelas trabalhadoras de Rio Grande, que buscavam pôr fim a gravidezes indesejadas. Neste capítulo, o tema do aborto será explorado nas experiências das trabalhadoras comuns como uma forma de resistência cotidiana pela sobrevivência feminina.

4 PRÁTICAS ABORTIVAS NO MUNDO DAS TRABALHADORAS: resistências cotidianas pela sobrevivência

Neste capítulo, discutirei a prática do aborto nas experiências das trabalhadoras e das sindicalistas rio-grandinas nos anos 1950. Para isso, analisarei processos criminais abertos entre 1950 e 1952 contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, presidente da UMRG, acusada de aborto qualificado. Nos processos, a promotoria pública alegava que Guilhermina havia realizado o procedimento abortivo em quatro trabalhadoras, das quais três faleceram após a intervenção.

O caso da parteira Guilhermina teve repercussão local, sendo noticiado no jornal da cidade, a *Gazeta da Tarde*. Presidente da União Feminina, Guilhermina era uma figura pública comunitária cuja atuação política não se restringia ao PCB. É essa atuação fora do partido que irei investigar. A importância de Guilhermina na comunidade ficou ainda mais evidente durante os três processos-criminais analisados. A parteira foi presa preventivamente em duas ocasiões, o que levou um grupo de mulheres da cidade a organizar um abaixo-assinado pedindo sua soltura.

Além dos processos criminais, analisarei jornais que possuíam influência do PCB e que em suas matérias debateram a prática do aborto: *Momento Feminino*, *Voz Operária* e *Imprensa Popular*. A partir da exploração da fonte de imprensa, buscarei compreender o caso da Guilhermina à luz da conjuntura nacional e internacional que pode ter influenciado a perseguição política que a parteira enfrentou durante o início da década de 1950.

Neste capítulo, meu objetivo é analisar as redes sociais formadas pelas trabalhadoras e as estratégias de luta que elas desenvolveram em busca da sobrevivência feminina. Examinarei de que maneira as resistências cotidianas se inter-relacionam, ou não, com o movimento operário e o PCB em Rio Grande, investigando as convergências e divergências nas experiências das trabalhadoras dentro desses contextos. Para tal, mobilizo o conceito de resistência cotidiana proposto por Scott (2011), que compreendo como as formas sutis e frequentemente invisíveis de contestação que indivíduos ou grupos marginalizados exercem em suas vidas diárias contra estruturas de dominação. Scott argumenta que, embora essas ações sejam pequenas e dispersas, elas se acumulam ao longo do tempo e podem desafiar a legitimidade das relações de dominação, permitindo que indivíduos e grupos afirmem sua agência e sobrevivência em contextos adversos.

A partir da atuação de Guilhermina, busco compreender as redes de solidariedade construídas pelas mulheres que a procuravam para pôr fim a uma gravidez indesejada. Defendo

a ideia de que essas redes eram uma tática de sobrevivência forjada pelo grupo de trabalhadoras estudadas, especialmente em um período, a década de 1950, em que os métodos contraceptivos eram escassos e a pauta do aborto não era defendida pelos movimentos sociais e políticos, tornando-se agenda pública apenas a partir de 1970 no Brasil.

O tema principal deste capítulo é a prática abortiva. Como demonstrarei a seguir, o aborto esteve presente nas experiências das trabalhadoras durante a década de 1950, fazendo parte de seus cotidianos. Guilhermina era uma importante figura pública de Rio Grande, uma comunista que, na clandestinidade, realizava procedimentos abortivos em mulheres que buscavam interromper uma gravidez indesejada. Ao destacar o papel de Guilhermina e o contexto em que essas práticas ocorreram, espero oferecer uma compreensão mais profunda e contextualizada da história do aborto e das lutas das trabalhadoras no Brasil.

Devido à natureza delicada do tema do aborto, considerado crime pelo Código Penal de 1940, optei por não divulgar os sobrenomes das trabalhadoras envolvidas nos processos-criminais. Essa escolha visa proteger a privacidade e evitar qualquer possível estigmatização dessas trabalhadoras e de seus familiares. No entanto, ao longo do capítulo, referir-me-ei ao nome completo apenas da parteira Guilhermina. Essa decisão é justificada pelo fato de Guilhermina ser uma figura pública e líder comunitária, de os processos utilizados como fonte serem públicos e de já terem transcorrido há mais de 50 anos. Além disso, sua história e suas prisões foram discutidas abertamente nos periódicos da época e nas conversas entre os populares da cidade, como será evidenciado mais adiante no texto. Dessa forma, ao mencionar o nome completo de Guilhermina, estou contextualizando sua importância e influência na comunidade, enquanto mantenho o respeito pela privacidade das demais trabalhadoras envolvidas nos eventos em questão.

No próximo subcapítulo, discutirei os conflitos entre os saberes populares de cura e a Ciência e a Medicina. Compreendendo que os processos nos quais Guilhermina foi ré estão inseridos em uma conjuntura maior de perseguição às práticas populares de cura e da intervenção estatal e religiosa nos corpos femininos, e irei discorrer sobre pesquisas que versam sobre esses temas.

4.1 Práticas Populares de Cura e o Papel das Parteiras na Saúde Brasileira

Conforme Beatriz Teixeira Weber (1999), antes que os conselhos técnicos alcançassem uma hegemonia na área da saúde, propiciando o triunfo da Ciência e da Medicina, houve uma luta feroz entre os saberes populares e o saber científico. No Brasil, desde o período colonial,

existiram inúmeras práticas de cura, aplicadas por indivíduos que recebiam formações distintas. Essa diversidade deve ser compreendida analisando a intensa desigualdade social que marca a sociedade brasileira, assim como a diferença étnica e de raça que forma o país.

Negando uma visão progressista e linear da história da Medicina, Weber (1999) destaca as intensas lutas travadas entre as práticas populares de cura até a profissionalização científica da área da Saúde. Pajés, curandeiros, parteiras, benzedeadas resistiram para que seus saberes continuassem a influir na área da saúde. Como destaca a autora, o poder da Medicina foi construído em um longo processo permeado por disputas e conflitos, percorrendo o século XIX e só se consolidando no Rio Grande do Sul por volta da década de 1940.

Rejane Barreto Jardim (1998) discute as particularidades do estado do Rio Grande do Sul em comparação com o resto do Brasil no que diz respeito à prática dos saberes populares na saúde durante a Primeira República. Segundo a autora, a política do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e seu princípio de liberdade profissional permitiram que os conhecimentos populares de cura continuassem a ser praticados no estado, coexistindo com o conhecimento científico da área da saúde.

A partir do Decreto-Lei n. 44, de 2 de abril de 1895, qualquer pessoa, fosse detentora de conhecimento empírico ou científico, poderia atuar na área da saúde, desde que pagasse uma determinada taxa à Diretoria de Higiene. Enquanto alguns autores consideram essa lei permissiva e antiquada, Jardim (1998) argumenta que a liberdade profissional pode ter servido aos interesses da Medicina que se consolidava como um corpo de conhecimento formal e organizado.

Conforme comenta Jardim (1998), o governo positivista do Rio Grande do Sul durante a Primeira República buscou registrar todos os indivíduos que atuavam na área da saúde. Esse cadastramento permitiu à Diretoria de Higiene avaliar os conhecimentos e práticas de cura de cada profissional registrado. Além disso, qualquer abuso ou prática inadequada por parte desses profissionais era passível de punição. Mesmo aqueles que exercessem a profissão na área da saúde sem o devido registro estavam sujeitos a sanções. Para a autora:

O corpo médico do Estado saberia onde encontrar esses práticos. Eles estavam perfeitamente identificados e, embora nos primeiros tempos esse cadastramento não significasse necessariamente um instrumento de luta dos médicos contra o charlatanismo, ele poder ter servido nas lutas que as gerações seguintes travaram contra os saberes empíricos (JARDIM, 1998, p 189).

A saúde da mulher foi a área em que as práticas de cura alternativas se manifestaram com maior intensidade. Compreendia-se que questões relacionadas à saúde da mulher, como pré-natal, puerpério, doenças femininas e orientações sobre fertilidade, pertenciam ao ambiente

privado e íntimo, dominado por mulheres e praticado por mulheres para outras mulheres, conforme Luciana Aparecida Palharini (2018). Anayansi Brenes (1991) comenta que as mulheres recorriam frequentemente às parteiras para consultar sobre diversos temas, considerando-as como as detentoras do conhecimento sobre o corpo feminino. As duas autoras pesquisam o contexto brasileiro em fins do século XIX.

De acordo com Sandra da Silva Careli (2017), em 1880, a maioria das parteiras mencionadas nos periódicos da capital gaúcha eram de origem germânica e residiam no centro de Porto Alegre (RS). Essas profissionais ofereciam seus serviços através de anúncios na imprensa, com o objetivo de atrair mais clientes. No entanto, segundo a autora, não há indícios de que as parteiras obtivessem uma rentabilidade significativa com essa atividade. Além disso, Careli (2017) sugere que a constante mudança de residência das parteiras pode indicar a dificuldade de adquirir um imóvel próprio, bem como uma tentativa de escapar de credores e clientes insatisfeitos.

Em outro trabalho, Careli (2008) observa que na década de 1890 houve um aumento no número de matérias mencionando as parteiras em periódicos de circulação na cidade de Porto Alegre. A predominância de parteiras de origem germânica na capital gaúcha continuou durante essa década, embora o perfil étnico das parteiras em operação tenha se diversificado. Além disso, os locais de residência dessas parteiras se expandiram para além do centro de Porto Alegre, refletindo a expansão urbana que o município estava vivenciando.

Já antes disso, o campo médico brasileiro incorporou a saúde feminina a partir do ensino. Pelo Decreto Imperial de 3 de outubro de 1832, foi instituído o Curso de Partos nas Faculdades de Medicina do Brasil. No Rio Grande do Sul, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre criou o primeiro Curso de Partos em 1897. Para a historiadora Jardim (1998), isso representou a captura das parteiras e de seus conhecimentos milenares pelo campo médico.

O público-alvo principal dos cursos de parto eram as parteiras leigas. Esses cursos buscavam transformar o conhecimento empírico das parteiras em um saber diplomado, certificado e oficial. Para Jardim (1998), o Estado pretendia controlar quem exercia a profissão de parteira. Nos cursos de partos, as parteiras eram ao mesmo tempo sujeitos e objetos de conhecimento, estando na gênese da constituição do saber médico no Rio Grande do Sul, na opinião da autora, para quem o conhecimento empírico das parteiras era gradualmente apropriado pela área médica que começava a se interessar pela saúde da mulher.

Luciana Aparecida Palharini (2018) aponta que, no Brasil, o conhecimento institucionalizado da Medicina – predominantemente masculino – só começou a adentrar a área da saúde da mulher entre o final do século XIX e o início do século XX. No entanto, a expansão

desse saber masculino na Medicina não ocorreu de forma contínua e sem conflitos, envolvendo a sociedade brasileira ao longo do século XX. Refere-se ao saber masculino porque os cursos de Medicina eram, em sua maioria, frequentados por homens brancos provenientes de famílias com significativos recursos financeiros.

O conhecimento das parteiras permaneceu relevante até os anos 1960 e 1970, quando a Medicina acadêmica conseguiu finalmente se estabelecer na área da saúde da mulher. No entanto, a figura da parteira nunca desapareceu completamente (Palharini, 2018).

Vários fatores contribuíram para a permanência do poder e influência das parteiras na área da saúde da mulher. Fabíola Rohden (2002) observa que os cursos de Medicina, especialmente na obstetrícia, eram predominantemente teóricos. Muitos médicos se formavam sem nunca terem realizado práticas obstétricas, resultando em um conhecimento prático inferior ao das parteiras sobre o corpo feminino e suas enfermidades no início do século XX.

Weber (1999), ao analisar um procedimento médico de 1910, destaca a falta de conhecimento dos médicos sobre técnicas obstétricas avançadas, como cesarianas, e o funcionamento do corpo feminino em geral. Os métodos médicos da época ainda eram rudimentares e frequentemente envolviam procedimentos dolorosos e violentos.

A moralidade e o pudor em relação ao corpo feminino foram fatores que dificultaram a aceitação da presença dos médicos no cenário do parto. Rohden (2006) discute que os temas das doenças femininas e da reprodução foram objeto de intensos debates sobre a atuação dos médicos. Conforme a autora, "os ginecologistas e obstetras enfrentaram dificuldades devido à delicadeza moral inerente à sua área de atuação" (Rohden, 2006, p. 219). Questionava-se a presença de homens em um assunto considerado íntimo e pertencente ao domínio privado das mulheres.

O exame ginecológico foi objeto de amplo debate devido ao desconforto causado pelo desnudamento da paciente por um profissional do sexo masculino, gerando desconfiança generalizada (Rohden, 2006). A introdução de tecnologias na área da saúde da mulher, como o uso do espécúlo e da anestesia, também foi questionada. Temia-se que esses instrumentos e a anestesia pudessem despertar prazer sexual nas mulheres.

O medo da sexualidade feminina e o pudor em relação ao corpo estavam presentes nos discursos moralistas que dificultaram a aceitação dos médicos na obstetrícia e ginecologia. Como observa Weber (1999, p. 196), "esse universo, envolvendo a moral e o pudor feminino, exigiria uma abordagem que só as próprias mulheres pareciam poder atender".

Normalmente, a presença de um médico era solicitada apenas em casos de complicações durante o parto. Palharini (2018) destaca a escassez de profissionais especializados nos

hospitais brasileiros, incapazes de atender à demanda por assistência ao parto. As maternidades foram estabelecidas no Brasil somente no início do século XX, enquanto os hospitais ainda eram locais propícios à proliferação de bactérias e vírus, resultando em infecções frequentes.

De acordo com Maria Lúcia Mott (2002), poucas enfermarias específicas para parturientes estavam disponíveis, resultando no alojamento de mães e bebês em leitos destinados a diversas doenças. Estes leitos eram frequentemente inadequados, o que contribuía para a ocorrência frequente de infecções e mortes. Como resultado desse cenário, a institucionalização hospitalar do parto só ocorreu no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 (PALHARINI, 2018).

O processo de hospitalização do parto fazia parte do projeto civilizatório estabelecido no final do século XIX. Palharini (2018) observa que houve uma convergência entre os discursos sanitários da época e o interesse dos médicos em atrair as mulheres, criando assim uma reserva de mercado, durante o processo de hospitalização do parto.

Como observado por Jardim (1998), o discurso médico moderno buscou retratar as parteiras como ignorantes e culpadas, ignorando que nos primórdios da ginecologia-obstetrícia eram as mulheres que lidavam com os problemas de saúde feminina. Nesse sentido, essas mulheres, que por muito tempo detiveram um conhecimento exclusivo sobre o corpo feminino, foram identificadas como rivais de um conhecimento que se pretendia único e legítimo.

Careli (2008) analisa o papel da imprensa do Rio Grande do Sul entre 1900 e 1930 nos embates entre as práticas populares de cura e o conhecimento científico. As crônicas opinativas associavam as parteiras a práticas como aborto, infanticídio e imperícia. Elas apontavam o uso de produtos não científicos, como cachaça, alfazema e alecrim, como instrumentos de assepsia, o que, segundo os cronistas, resultavam em doenças e morte para as mulheres. Como destaca a autora, na década de 1920, um novo tema emerge: o charlatanismo associado às parteiras, considerado uma extensão da imperícia profissional e da associação com crimes que visavam encobrir as transgressões morais de suas clientes. Sobre a imprensa gaúcha nas primeiras décadas da Primeira República, Careli ressalta:

A reforçar essa estratégia, encontravam-se as matérias que relatavam os atendimentos feitos no setor de ginecologia da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, como as curetagens de aborto e as intervenções cirúrgicas para solucionar problemas resultantes do rompimento de tecidos e órgãos e as crônicas médicas. Também era noticiada nos jornais a ação dos médicos da Assistência Pública na investigação dos casos que envolviam imperícia profissional e, se confirmada a responsabilidade das parteiras nos casos, as mesmas eram denunciadas à Diretoria de Higiene para as medidas administrativas e penais pertinentes (CARELI, 2008, p. 3).

Conforme observado por Careli (2008), parteiras de diferentes cidades do Rio Grande do Sul passaram a ser mencionadas nas páginas dos jornais da capital, seja por meio da reprodução de notícias dos periódicos do interior ou pela divulgação de correspondências. A autora destaca que as menções à cidade de Rio Grande eram frequentes, seguidas de referências específicas sobre as parteiras de municípios como Uruguaiana, Caxias, Gravataí e Encruzilhada.

As matérias jornalísticas tinham como estratégia não apenas desqualificar o trabalho das parteiras, mas também retratá-las como personalidades perversas que enganavam a boa fé e o desconhecimento de seus pacientes-clientes. De acordo com Careli, a mídia não apenas buscava desqualificar o ofício das parteiras, “(...)”, mas também da imputação de uma personalidade perversa que realizava ações ludibriando a boa fé e o desconhecimento dos pacientes-clientes” (2008, p. 6). Assim, o processo de institucionalização do parto foi marcado por conflitos e disputas por mercado de trabalho entre médicos e parteiras, bem como de legitimidade dos conhecimentos.

No Brasil, a prática do aborto parece ter sido parte integrante da experiência do ciclo reprodutivo de muitas mulheres. Ao analisar periódicos que circularam na capital gaúcha entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, Careli (2005) observa que os cronistas eram ambíguos ao retratar os casos de aborto em diversas localidades do estado, do país e do mundo, "criando uma identidade diante de uma diversidade que se manifestava em diferentes aspectos da organização dessas sociedades" (2005, p. 16). Segundo a autora, nessa identidade, o aborto surgia como uma prática cotidiana, embora condenada.

Nas crônicas analisadas pela autora, os casos de aborto e infanticídio eram descritos com minúcia. As publicações, ao não revelarem a autoria dos casos relatados, transmitiam aos leitores a sensação de impunidade, destacando uma suposta crueldade dos atos. A autora observa ainda a dificuldade em distinguir entre um aborto espontâneo e um aborto provocado, devido à frequência de nascimentos prematuros.

Diante desta revisão bibliográfica, torna-se visível o potencial de pesquisas que se concentrem nas práticas populares e nas experiências das mulheres. É importante notar que, ao examinarmos apenas os documentos produzidos pelos médicos e pelo Estado, podemos ser induzidos a acreditar que o avanço da Medicina e da ciência foi um processo linear e livre de conflitos. No entanto, como já demonstrado, a figura da parteira manteve sua relevância ao longo dos séculos XIX e XX.

Ao direcionar nosso foco para as práticas populares e as experiências das mulheres, podemos analisar as nuances e complexidades que podem ter sido negligenciadas em narrativas

históricas dominadas pelo discurso médico e institucional. Essas pesquisas têm o potencial não apenas de ampliar nosso entendimento sobre a história da saúde feminina, mas também de destacar a resistência das práticas tradicionais em face da crescente medicalização da assistência ao parto e da institucionalização da saúde, percebendo a questão também sobre um viés político.

Apesar da ascendência da Medicina e da Ciência na área da saúde, os saberes populares continuam a desempenhar um papel significativo na cultura brasileira até os dias de hoje. Os processos criminais analisados neste capítulo indicam que, na década de 1950, em Rio Grande, as parteiras estavam ativas nos hospitais, operando dentro das instituições de saúde regulamentadas. E também que gozavam de prestígio social, como demonstraremos.

Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, a personagem principal deste texto, era líder sindical comunista, enfermeira e parteira, que atuou no município até, pelo menos, meados da década de 1950, data do último processo criminal em que esteve envolvida acusada pelo crime de aborto qualificado. Isso sugere que tanto as parteiras quanto as enfermeiras não licenciadas mantiveram sua influência na área da saúde feminina durante esse período em Rio Grande.

Minha pesquisa se insere em um contexto mais amplo que busca compreender não apenas a história individual da parteira Guilhermina, mas também a resistência cotidiana das mulheres pela sobrevivência em um ambiente marcado por desigualdades de gênero e pela interferência estatal nos corpos femininos. Guilhermina serve como um ponto focal para examinar as complexas interações entre resistências cotidianas, dominações e intervenção estatal.

Ao investigar as fontes judiciais relacionadas aos processos instaurados contra Guilhermina, entendo a perseguição às parteiras como parte de um processo mais amplo de criminalização das práticas abortivas e de uma política de controle social dos corpos femininos. Ao longo da história, as parteiras desempenharam um papel importante na assistência à saúde reprodutiva das mulheres, oferecendo cuidados e apoio ao gênero feminina. No entanto, sua atuação muitas vezes entrou em conflito com as normas sociais e jurídicas vigentes.

Buscarei investigar como a prática do aborto estava inserida nas experiências do grupo estudado: trabalhadoras rio-grandinas, procurando compreender as estratégias de sobrevivência adotadas por elas. Para muitas dessas mulheres, o aborto não era apenas uma questão de escolha pessoal, mas sim uma tática de resistência cotidiana em face das condições socioeconômicas adversas e das limitações impostas por estruturas patriarcais.

No próximo subcapítulo, iremos analisar as redes densas e de longo alcance em que Guilhermina estava inserida. Demonstrarei que a parteira possuía relações significativas com os movimentos operário, feminista e negro. Além disso, traremos informações sobre sua vida

profissional e pessoal, contextualizando suas atividades dentro de seu cotidiano e trajetória individual.

4.2 Parteira Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro: a relação entre o movimento operário e a União das Mulheres Riograndinas

Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro foi uma importante figura pública atuante em Rio Grande durante a década de 1950. Suas redes sociais percorriam diferentes setores da cidade, dos comunistas aos trabalhistas, assim como – e não menos importante – das trabalhadoras comuns, que não tinham vinculação partidária. E é sobre essas redes sociais nas quais Guilhermina circulou que pretendo discorrer, para um melhor entendimento de sua atuação na vida pública e política de Rio Grande e dos laços de solidariedade construídos entre as trabalhadoras e o movimento operário.

De acordo com os dados disponibilizados em um processo criminal⁸⁶, Guilhermina era brasileira, natural de Uruguaiana, mãe de cinco filhos, católica, exercia a profissão de enfermeira desde os 16 anos de idade e de parteira desde os 35 anos. No ano de 1950, Guilhermina tinha 46 anos de idade. Conforme uma certidão enviada pelo Departamento Estadual de Saúde de Rio Grande, documento anexado no processo criminal n. 1.203, Guilhermina tinha licença para atuar como parteira desde 4 de abril de 1947, registrada no Centro de Saúde n. 4. De acordo com o depoimento da parteira, obtido durante um interrogatório policial⁸⁷, ela realizava atendimento residencial às parturientes, além de trabalhar na maternidade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e na Sociedade Portuguesa de Beneficência.

As parteiras eram profissionais que realizavam uma variedade de procedimentos relacionados à saúde da mulher e do recém-nascido. Suas funções incluíam desde o aconselhamento sobre planejamento familiar até os cuidados com as puérperas. Além disso, as parteiras eram responsáveis por auxiliar no parto e fornecer orientações gerais sobre a saúde reprodutiva. Por outro lado, o trabalho das enfermeiras envolvia a prestação de cuidados de atenção básica à saúde de jovens, adultos e idosos. Suas responsabilidades incluíam a realização de curativos e tratamento de feridas, tratamento de síndromes gripais, e a prevenção de doenças transmissíveis, entre outras tecnologias leves.

86 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro – 1952. Documento n.º 1193. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

87 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, no dia 15 de abril de 1951, p. 15. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Barbosa (2018), as licenças para atuar como parteira eram caras e muitas trabalhadoras só se licenciaram quando eram denunciadas, atuando, muitas vezes, sem licença. Minha hipótese é que o valor elevado da licença possa ter ocasionado que Guilhermina tenha procurado sua licença somente após 12 anos exercendo a profissão de parteira. Evidencia-se que mesmo após a criação das maternidades no Brasil, no início do século XX, ainda eram as parteiras que atuavam neste setor, trabalhando para os hospitais.

A “cor” da presidente da UMRG, Guilhermina, é classificada como branca no processo-crime n.º 1.203, e como tendo cor “mixta” nos processos-crime n.º 1196 e n.º 1204. Clarice Gontarski Speranza (2015), analisando as classificações étnicas das carteiras profissionais do Rio Grande do Sul, referente aos anos de 1932-1944, comenta que os operários não brancos, em sua maioria de origem nacional, eram classificados numa miríade de categorias relacionais à afrodescendência. Nestas classificações analisadas por Speranza (2015) estavam presentes denominações, como: preto-pardo, pardo, escuro, moreno, branco-preto, misto, entre outros.

Conforme a autora, “enquanto a categoria ‘branco’ reina singular e absoluta, existe uma miríade de formas de qualificar a afrodescendência e uma virtual invisibilidade da etnia indígena” (2015, p. 12). O IBGE instituiu em 1940 um parâmetro de censo nacional, estabelecendo a existência de três possíveis enquadramentos: preto, branco e amarelo. Todavia, nem todos seguiam esses parâmetros. Speranza supõe que a diversidade de categorias relacionadas à afrodescendência está relacionada menos com a pigmentação dos sujeitos descritos, e mais com a hierarquia étnica da sociedade rio-grandense à época.

Rodrigo de Azevedo Weimer (2013) estudou as memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. Analisando dois grupos geracionais, o autor discorre sobre as mudanças no significado das classificações negro e moreno, nas quais movimentos sociais tiveram papel ativo no ressignificado dessas designações raciais. Como identificou Weimer (2013, p. 410), “apesar da precoce politização, há que se admitir que conservou entre boa parte da população a identificação de significados pejorativos associados à condição”. De acordo com o autor, no grupo de entrevistados mais velhos, a condição “negra” remete a condições humanas e de trabalho degradantes.

Indico que Guilhermina provavelmente era uma mulher negra, considerando a classificação “mixta” que aparece nos processos, o contexto histórico e social em que viveu e seu papel proeminente na comunidade. As diferentes classificações encontradas nos processos criminais podem estar diretamente relacionadas à sua posição social e ao respeito e credibilidade que as parteiras detinham.

Palharini (2018) comenta sobre o sucesso profissional das parteiras, que construíram carreiras sólidas, exercendo um importante papel social nas comunidades. Os saberes sobre a saúde da mulher eram passados a partir da oralidade, de geração a geração, formando uma cultura feminina. As parteiras e as mulheres atendidas por elas formavam intensas redes de solidariedade, de cumplicidade e de companheirismo. Muitas parteiras se tornaram madrinhas das crianças nascidas. A parteira ocupava um local de prestígio na sociedade. Weber (1999) relata que as parteiras ocupavam um papel de autoridade devido ao seu poder, sendo as principais rivais da Medicina dita científica.

Conforme já demonstrado, o nome de Guilhermina aparece nos panfletos de divulgação da atividade programada para o dia 1º de Maio de 1950 em Rio Grande. Seu nome aparece no panfleto em destaque, no qual era informado que a parteira era a representante da UMRG, organização da qual era presidente na ocasião. É importante lembrar que após o episódio conhecido como Massacre da Linha do Parque, Guilhermina prestou depoimento à polícia no dia 24 de maio de 1950⁸⁸, informando que sua inserção na UMRG ocorreu por meio de um convite de sua comadre Angelina Gonçalves. Posteriormente, ela assumiu a presidência da União em 1950.

Após a morte de Angelina, Guilhermina assumiu a guarda de Shirley, filha de sua comadre, conforme exposto pela parteira no depoimento prestado à polícia em 24 de maio de 1950. Como continua a parteira, “que, pelo menos até a presente data a decl. ou a filha de Angelina não receberam qualquer auxílio de qualquer espécie para a filha da falecida Angelina”⁸⁹. Conforme a parteira, ela que estava “fazendo sozinha todos os papéis para poder regularizar a vida da referida menor e receber a pensão a que ela tem direito”⁹⁰. No dia 28 de março de 1951, quando a parteira respondia o seu segundo processo-crime pelo delito de aborto, a polícia local realizou uma vistoria na casa da parteira, onde foi constatado, pelo relatório policial da vistoria, que Shirley ainda estava vivendo sob os cuidados da mesma, possuindo um quarto próprio na residência de Guilhermina.

Angelina era mãe solo, e é significativo que a presidente da UMRG, sua comadre, tenha ficado com a guarda de sua filha após seu assassinato. Essa atitude não apenas evidencia a proximidade pessoal entre Angelina e Guilhermina, mas também ressalta a solidariedade e cumplicidade construídas pelas mulheres em suas vidas privadas. O testemunho da parteira

88 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro, no dia 25 de maio de 1950, p. 44/45. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

89 Idem.

90 Idem.

indica a rede de apoio que transcendeu os limites do mundo público para adentrar a esfera privada, demonstrando uma camaradagem que ultrapassou as fronteiras políticas.

Os advogados de defesa de Guilhermina, nos processos-crime analisados, eram pessoas ligadas ao movimento operário e trabalhista das cidades de Rio Grande e Pelotas. A figura pública com maior visibilidade política que representou Guilhermina foi o jornalista, advogado, sindicalista e político brasileiro Carlos da Silva Santos⁹¹, primeiro negro a presidir a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1967. Carlos foi responsável por criar entidades voltadas à população negra de Rio Grande, como o Centro Cultural Marcílio Dias, fundada em 1936, cuja finalidade era o combate ao analfabetismo.

Loner (2013) ressalta que Carlos da Silva Santos, uma figura proeminente nesse contexto, era um líder metalúrgico que teve seu nome associado a um grêmio no Rancho *Braço é Braço* em 1929, além de participar do Grêmio Dramático *Filhos do Trabalho*, que existiu por cerca de vinte anos (1919-1929). A família de Carlos da Silva Santos possui uma história de destaque na luta em prol da população negra desde o período imperial. Conforme a historiadora, que realizou pesquisas sobre a família Santos Silva⁹², a primeira geração foi composta por dois africanos, que adotaram os nomes José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó após a libertação.

Natural de Rio Grande, Carlos da Silva Santos desempenhou um papel crucial no movimento operário do município. Ele fundou o Sindicato dos Operários Metalúrgicos e a Frente Sindicalista Rio-grandense em 1932. Em 1935, foi eleito deputado classista na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, representando os metalúrgicos. Conforme Arilson dos Santos Gomes:

(...) além de defender a sua classe, Carlos Santos, também defendia sua identidade negra, como se algo o aproximasse de seus antepassados, era a defesa da construção social e simbólica de sua identidade. Participava ativamente da vida social na cidade de Rio Grande, inclusive fazendo parte de clubes e associações negras (GOMES, 2014, p. 62).

Carlos da Silva Santos estabelecia vínculos estreitos com a Frente Negra de Pelotas e, por meio dela, com a Frente Negra Brasileira. Segundo Gomes (2014), as comunidades negras de outros estados brasileiros reconheciam Carlos como uma liderança significativa do movimento negro. Em 11 de junho de 1936, Carlos endossou a criação do Centro Cultural

91 Advogado de defesa de Guilhermina da Silva Caixeiro no processo-crime n. 1196.

92 Originária de Pelotas, cidade próxima a Rio Grande, a família Santos Silva teve Manoel Conceição da Silva como um de seus membros. Manoel foi um abolicionista brasileiro e proprietário do jornal "A Voz do Escravo", fundado em 1881. De acordo com Loner (2013), Manoel estabeleceu laços com abolicionistas brancos e incentivou os escravizados a explorarem as brechas na legislação para obterem sua libertação.

Marcílio Dias, cujo propósito era oferecer educação básica para a população negra de Rio Grande.

É possível perceber que Guilhermina possuía relações com diferentes setores sociais do município de Rio Grande: feminino, operário, comunistas, trabalhista e movimento negro. Essa relação demonstra a circularidade e relação intrínseca entre estes grupos sociais, que se articularam na participação da vida pública da cidade operária. A UMRG demonstra o esforço da entidade feminina na construção de memória ao comemorar a data da abolição da escravatura.

As redes que Guilhermina estabeleceu sinalizam para a amplitude de sua atuação política em Rio Grande, assim como revelam a agência das mulheres no mundo público do município na década de 1950. Expressam, também, que as demandas das trabalhadoras não se restringiam a questões estritamente econômicas. As políticas reprodutivas impactaram as suas vidas, e seus corpos e autonomia foram alvo de repressão estatal e religiosa.

As trabalhadoras de Rio Grande formavam redes densas, assim como redes de longo alcance. Suas relações eram próximas, elas se conheciam face a face, compartilhavam as suas angústias e esperanças. Mas, também, formavam redes de longo alcance com uniões de mulheres de outras cidades e estados, assim como com seus companheiros de partido e movimento operário. O jornal *Momento Feminino* e o próprio PCB foram instrumentos importantes na construção de redes de longo alcance entre as trabalhadoras da UMRG.

Assim como Greene (2021), entendo que todo movimento social que busca melhorias para a classe trabalhadora deve ser compreendido dentro do aspecto da luta de classes. Conforme a autora, lutas por melhorias salariais, por justiça ambiental, direitos humanos, anticolonialismo, direitos sociais ou direitos reprodutivos femininos podem ser formas pelas quais as lutas da classe trabalhadora por justiça social estão sendo tomadas naquele momento. As experiências no mundo do trabalho são diversas, e nela se produzem relações sociais de classe, gênero e raça.

Guilhermina era sócia da UMRG e presidente da União no ano de 1950. Todavia, a sua trajetória de luta não se limitava às orientações políticas do PCB e da UMRG. A sua profissão de parteira estava imbricada com sua trajetória de resistência, assim como a de figura pública de expressão na comunidade. Procurarei demonstrar a seguir que a solidariedade construída com as mulheres rio-grandinas pode ser vista como fruto de uma resistência cotidiana como tática de sobrevivência.

Conto uma história oculta, uma história silenciosa e clandestina. Uma História que não se quer pública. E quando se tornam visíveis ao nosso olhar, muitas vezes ocorre não pelo

interesse de suas protagonistas, mas porque um dia essas histórias se confrontaram com as forças repressivas estatais. Permanecer na clandestinidade, no saber apenas de pessoas próximas, era importante para que a prática do aborto seguisse ocorrendo sem sofrer repressão.

Como bem pontua Arlete Farge (2009) ao discorrer sobre as fontes criminais, os vestígios dessas vidas não pediram para serem contadas, os personagens dessas histórias foram coagidos a contá-las em testemunhos, interrogatórios e depoimentos. No caso específico da prática abortiva, podemos considerar que as mulheres que aparecem nos processos-crimes almejavam que as suas histórias seguissem na esfera privada e foram impelidas a depor sobre uma realidade que exprime um ato desespero que as levou a abortar um feto indesejado, mesmo diante dos riscos à sua saúde e a criminalização social e penal.

Entendo a prática do aborto não apenas como um ato individual; mas como uma forma de resistência cotidiana adotada pelas mulheres como estratégia de sobrevivência em um contexto marcado pela escassez de métodos contraceptivos e por condições precárias de vida. Para sustentar essa argumentação, recorro ao conceito de resistência cotidiana desenvolvido por James Scott (2011), que destaca como as ações do dia a dia podem representar formas de resistência política e social.

Estudando os camponeses da Malásia, Scott desenvolveu o conceito de resistência cotidiana, ao considerar exagerada a atenção dada ao tema das rebeliões e revoluções nas pesquisas sobre os camponeses, apontando que esses momentos seriam poucos e temporalmente muito espaçados. Ele argumenta que quando ocorrem rebeliões e revoluções camponesas, há uma intensa repressão.

Perguntando-se sobre o que acontece no período entre revoltas, Scott analisa movimentações cotidianas ocorridas nas experiências camponesas, como: “corpo mole”, sabotagem, furto, ignorância fingida, calúnia, incêndio e dissimulação. O autor intitula essas práticas como formas cotidianas de resistência camponesas, “a prosaica e constante luta entre o campesinato a aqueles que procuram extrair trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros” (SCOTT, 2011, p. 219). A resistência cotidiana, continua o autor, não requer nenhuma coordenação, representando muitas vezes uma forma de autoajuda individual que evita uma confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite.

A resistência cotidiana indicaria que não há hegemonia ideológica e/ou aceitação passiva na ordem estabelecida pelos de cima. O estudo das resistências cotidianas é, em grande medida, a matéria empírica para saber se os valores dominantes de uma sociedade encontram apoio ou oposição no interior de uma subcultura das classes subordinadas. As resistências cotidianas poderiam ser entendidas como um movimento social, pois:

“(…) vistas à luz de uma subcultura que as apoia e do conhecimento de que o risco para qualquer resistência singular é geralmente reduzido na medida em que toda a comunidade esteja envolvida, é plausível que as consideremos como um movimento social. Curiosamente, no entanto, trata-se de um movimento social sem organização formal, sem líderes formais, sem manifestantes, sem obrigações, sem nome e sem bandeira (SCOTT, 2011, p. 226).

Scott está se referindo especificamente aos camponeses. Todavia, percebe-se que as práticas cotidianas que buscam resistir à imposição de valores sociais e econômicos estão presentes em distintos grupos sociais. Defendo a ideia de que o aborto é uma prática presente na experiência das trabalhadoras, vista por elas como uma tática de sobrevivência. Antes mesmo das discussões teóricas e políticas sobre o tema do aborto entrar na agenda pública, as trabalhadoras formavam redes de apoio e de solidariedade, construídas a partir de uma cultura feminina, com a finalidade de dar fim a uma gravidez.

Discutido o conceito de resistência cotidiana, passo a investigar quem foi Guilhermina e as redes densas e de longo alcance em que ela se inseriu. Nossa personagem, como já exposto, era uma líder comunitária, e sua rede de relacionamentos se estendia aos movimentos operário, feminino e negro. Compreender as redes de solidariedade e articulação estabelecidas por Guilhermina nos permitirá entender com mais profundidade os processos criminais em que ela esteve envolvida na década de 1950.

4.3 O Caso da Parteira Guilhermina: práticas abortivas, solidariedades femininas e redes de silêncios

O aborto é um crime previsto no Código Penal brasileiro desde 1830, assim sua prática é passível de prisão para os envolvidos se denunciados. Em termos culturais, o aborto pode ser entendido como uma transgressão moral e religiosa. Na década pesquisada estava em vigor o Código Penal de 1940, todavia em relação ao crime de aborto não houve mudanças substancial na legislação penal, comparado aos Códigos Penais de 1930 e 1890.

Como se trata na legislação de um crime contra a vida, os processos criminais que envolvem aborto envolvem a instauração de um Júri Popular para condenar ou absolver os réus. Desde a Constituição de 1891, o tribunal do júri possui soberania dos vereditos. Ao juiz do processo-crime cabe a aplicação da pena à ré, caso o veredito do júri popular seja condenatório.

Nos anos compreendidos entre 1950 e 1952, Guilhermina foi indiciada em três processos criminais pelo crime de aborto qualificado. Em tais processos, a parteira era acusada de realizar

o procedimento abortivo em quatro mulheres: Helena⁹³, Rosalina⁹⁴; Antônia⁹⁵, Jurema⁹⁶. Helena, a única sobrevivente, também foi indiciada.

Para um melhor entendimento do perfil das mulheres que solicitavam a ajuda das parteiras para auxiliar no procedimento abortivo, descrevo alguns dados que julgo relevantes sobre as trabalhadoras vítimas da ilegalidade e clandestinidade do aborto. Conforme os dados das trabalhadoras estudadas nesta pesquisa:

Tabela 2 - Perfil das trabalhadoras que consentiram ao procedimento abortivo

Nome	Helena	Rosalina	Antonia	Jurema
Cor	Branca		Branca	Branca
Idade	22 anos			24 anos
N.º de filhos	Não possui	Quatro filhos	Sete filhos	Duas filhas
Estado civil	Casada	Casada		Casada
Naturalidade	São Lourenço			
Profissão	Trabalhadora doméstica			Trabalhadora doméstica
Instrução	Sabe escrever o nome			
Religião	Católica			
Tempo de gestação	1 mês	três meses	Dois meses	
Realização de aborto anteriormente	Sim	Sim	Não há dados	Sim
Data do procedimento abortivo	3 de outubro de 1950	14 de novembro de 1950	13 de abril de 1951	31 de setembro de 1952

Fonte: Autora (2024)

Como exposto no quadro acima, há maiores informações sobre Helena, a única sobrevivente. Com os dados disponibilizados nos processos-crime, podemos observar que as trabalhadoras procuraram Guilhermina no início da gravidez, entre o primeiro e terceiro mês de

93 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

94 Idem

95 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

96 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

gestação. Helena, Rosalina e Jurema já haviam realizado o procedimento abortivo anteriormente. Elas eram mulheres comuns, trabalhadoras e mães.

Com exceção de Helena, que em seu depoimento à delegacia relatou que abortou porque por recomendação médica não podia engravidar, os familiares de Rosalina, Antônia e Jurema comentaram que as trabalhadoras abortaram visto não terem condições financeiras de ter mais um filho. A prática abortiva era uma tática de sobrevivência que visava o planejamento familiar e econômico.

O primeiro processo criminal instaurado contra Guilhermina envolve o caso das trabalhadoras Helena e Rosalina. Helena teria realizado o aborto no dia 3 de outubro de 1950, a partir da introdução de uma sonda no canal vaginal. De acordo com o seu testemunho, após o procedimento abortivo, a trabalhadora doméstica sentiu fortes dores e teve hemorragia, porém não procurou ajuda médica nos hospitais da cidade por medo de ser denunciada. Todavia, por imposição de seu patrão, que ameaçou demiti-la caso não fosse para o hospital, Helena acabou internada no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Conforme o processo:

Que, passaram-se vários dias e a decl. estava em seu emprego de serviçal doméstica quando começou a sentir que estava regulando muito mal, pois as regras estavam descontroladas; que, em vista disso a decl. foi submetida a um exame médico, por imposição de seu patrão, tendo o médico mandado que baixasse ao hospital da Santa Casa, pois a decl. precisava urgente de uma curetagem⁹⁷.

Provavelmente, quando o escrivão ou Helena se referem às “regras descontroladas”, se referiam à hemorragia resultante do aborto. Procurar ajuda médica não teria sido uma escolha da trabalhadora, como a própria aponta em seu testemunho, o que pode indicar que pacientes procuraram ajuda médica anteriormente e foram denunciadas. De acordo com o testemunho de Helena, ela realizou o procedimento abortivo, pois “(...) não possui filhos, visto tê-los perdido, impossibilitada de ter mais filhos por prescrição médica, e houvesse ficado grávida, resolveu se submeter a um aborto”⁹⁸.

Há também a possibilidade de Helena relatar sua impossibilidade de gerar filhos como uma estratégia discursiva para amenizar o julgamento referente a ela e ao ato abortivo. Precisamos levar em consideração que a trabalhadora doméstica estava sendo indiciada pelo crime de aborto e que sua conduta estava sendo julgada pela polícia durante o inquérito policial. Como aponta Mauch (2013), a análise de fontes judiciais requer o cuidado de não entender os

⁹⁷ Depoimento concedido por Helena no dia 16 de novembro de 1950 à polícia, p. 4. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

⁹⁸ Idem

depoimentos como descrições literais de um acontecimento. A fala de réus, vítimas e testemunhas exprime fragmentos da vida, e não foram produzidos para se tornarem fontes históricas na posterioridade, mas para persuadir e criar o verossímil.

Durante a audiência pública, Helena ressaltou que não compreendia “como tenha responsabilidade, pois a depoente não estava grávida a [sic] dois meses e a parteira lhe dissera que fazia aborto, não havendo perigo nenhum”⁹⁹. Ou seja, o fato de estar grávida há poucos meses, para a trabalhadora, fazia com que o aborto não se configurasse como um crime. Para ela, portanto, não deveria ser criminalizada por realizar o procedimento abortivo.

Em seu primeiro depoimento à polícia¹⁰⁰, no dia 17 de novembro de 1950, Helena comentou que havia procurado a parteira Guilhermina após uma indicação. A trabalhadora doméstica informou ainda que Guilhermina comentara que estava acostumada a fazer abortos e que nunca havia mandado ninguém para o hospital. Helena relatou que, por ocasião da realização do procedimento, permaneceu na casa de Guilhermina até o momento de remoção da sonda do canal vaginal para receber os cuidados necessários.

Por sua vez, Guilhermina declarou em seu depoimento, realizado no dia 17 de novembro de 1950, que nunca realizou nenhum procedimento abortivo. Essa posição de negação seria mantida pela parteira durante os três processos criminais aqui analisados. Guilhermina ressaltou em interrogatório que tinha “perfeito conhecimento sobre seus deveres profissionais e seria incapaz de cometer imprudência”¹⁰¹. A parteira negou até mesmo conhecer Helena.

Ainda durante o inquérito policial, Helena modificou o seu depoimento. Em seu primeiro interrogatório, Helena relatara que Guilhermina introduziu uma sonda no seu canal vaginal e após o procedimento ela havia se hospedado na casa da parteira durante três dias para receber os cuidados necessários. Todavia, em seu segundo depoimento, Helena disse ter se confundido, não sendo Guilhermina quem teria realizado o aborto.

Durante um exame de autorreconhecimento ocorrido no dia 20 de novembro de 1950, três dias depois do depoimento de Guilhermina, Helena declarou que não fora a parteira a autora do aborto. A trabalhadora doméstica disse na ocasião que a parteira que realizara o seu aborto tinha os traços fisionômicos muito parecidos com o de Guilhermina, todavia não se tratava da mesma pessoa. O delegado de polícia Iboty Krause perguntou então à depoente porque ela havia mencionado o nome da líder sindical no primeiro depoimento e ela sustentou que quando estava

99 Depoimento concedido por Helena no dia 21 de fevereiro de 1951, p. 8. In: Idem.

100 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

101 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro no dia 17 de novembro de 1950 à polícia, p. 4. In: Idem.

internada no hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande teria informado a um médico plantonista que havia realizado o aborto com uma enfermeira que residia no bairro Cidade Nova, tendo esse dito que só poderia se tratar de Guilhermina Caixeiro. Por isso, afirmou a trabalhadora, ela informara o nome da Guilhermina em seu primeiro depoimento.

Inconformado, o delegado Krause solicitou o endereço da parteira onde teria ocorrido o aborto. Porém Helena sustentou que, por ser analfabeta, não saberia informar o nome da rua em que a residência estava localizada. Não satisfeito, o delegado ordenou que um oficial da Justiça acompanhasse Helena até a casa da parteira. Em seguida, Helena levou o oficial de Justiça até uma casa onde havia uma placa com os escritos: “parteira Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro”.

Minha suposição é que provavelmente Helena tenha modificado as suas versões nos interrogatórios realizados durante o processo criminal como uma tentativa de proteger Guilhermina. As duas trabalhadoras estavam sendo indiciadas pelo crime de aborto e negar a autoria da parteira na realização do ato poderia ajudar a inocentar a colega. Percebe-se, também, a obstinação do delegado em comprovar a participação da presidente da UMRG no aborto.

Importante mencionar que foi justamente esse policial, Iboty Krause, o responsável pelo inquérito policial aberto após o Massacre da Linha do Parque, poucos meses antes. San Segundo (2012) comenta que Krause havia acusado o PCB de Rio Grande de adotar campanhas comunistas disfarçadas de eventos nacionalistas aparentemente inofensivos após a ilegalidade do partido em 1947. Curiosamente, durante o interrogatório referente ao 1º de Maio de 1950, Krause perguntou se Guilhermina era integrante do PCB, tendo a mesma dito que “não faz parte, nem nunca fez, de qualquer partido político, muito menos do comunismo”¹⁰². A trabalhadora disse que só teria aceitado fazer parte da UMRG porque sua amiga Angelina Gonçalves lhe havia informado que a entidade tinha como finalidade distribuir roupas e presentes de Natal para as crianças. Acrescentou ainda que não aceitou fazer parte da presidência da UMRG.

Identifico que durante o interrogatório sobre o 1º de Maio de 1950, Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro buscou se desvincular de partidos ou organizações de caráter contestatório. É importante ressaltar que nessa época vivíamos o período de Guerra Fria, marcado pela intensificação da perseguição aos comunistas, o que possibilitou que o PCB fosse colocado na

102 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro no dia 24 de maio de 1950, p. 45. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ilegalidade desde o ano de 1947. E, como no caso do Massacre da Linha do Parque, muitos comunistas chegaram a ser assassinados.

A Promotoria Pública, ao denunciar a parteira, indagou sobre suas habilidades profissionais, para associá-la à prática de aborto. Conforme a petição escrita pela Promotoria Pública:

A denunciada Guilhermina assim procedendo, revelou-se criminosa e incompetente, porque, devido a esses seus “trabalhos” de liquidação de seres humanos, Helena (...) teve que ser hospitalizada na Santa Casa para fazer curetagem, e Rosalina (...) faleceu com peritonite consequente da provocação de aborto¹⁰³.

A promotoria relacionou as complicações decorrentes dos abortos à falta de competência de Guilhermina, questionando sua profissão. Em mais um discurso a atenção está colocada nas complicações em decorrência do aborto, e não no ato em si.

O caso de Helena suscita uma série de análises. Primeiramente, e em maior evidência, os silêncios que rondam a prática abortiva. Relembrando, Helena havia feito aborto no dia 3 de outubro de 1950 e, após o procedimento, começou a sentir dores e teve sangramento. Todavia, mesmo com as dores e a hemorragia, se recusou a ir ao hospital com medo de ser denunciada. A trabalhadora doméstica apenas procurou a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande quando ameaçada por seu patrão, que acenou com sua demissão caso ela se recusasse a procurar ajuda médica. O medo de passar por mais uma violência a fez resistir ir a um hospital para tratar os seus sintomas.

Os hospitais, ao invés de serem vistos como um local de cuidado e de promoção de saúde, eram compreendidos por muitas mulheres como local de violência, de repressão às práticas abortivas. Para Helena, maior que o medo das complicações decorrentes do aborto era o de ser denunciada pelos profissionais de saúde. Evidencia-se, também, o cerceamento que a trabalhadora doméstica sofreu em seu local de trabalho, onde o patrão a intimou de ir ao hospital sob ameaças. E, quando o médico descobriu que se tratava de um aborto provocado, Helena foi indiciada e perdeu seu emprego.

Neste trecho, examinaremos outro caso relacionado ao processo judicial em que a parteira Guilhermina Pereira da Silva estava envolvida. O evento ocorreu no dia 14 de novembro de 1950 e envolveu uma mulher chamada Rosalina.

103 Petição assinada pelo Promotor Público José Barcelos Cunha, 11 de janeiro de 1951, p. 1. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Rosalina, casada e mãe de quatro filhos, estava grávida de três meses quando procurou Guilhermina para realizar um aborto. A escolha pelo aborto foi motivada por dificuldades financeiras. Rosalina faleceu no dia seguinte ao procedimento abortivo. Rosalina não tinha uma profissão identificada no processo criminal, mas é mencionado que ela já havia se submetido a um procedimento abortivo anteriormente.

O caso de Rosalina é um entre vários que estavam sendo julgados no mesmo processo em que Guilhermina Pereira da Silva era ré. Este caso específico ocorreu antes do aborto de Helena, mas no mesmo ano de 1950. O processo judicial n°. 1203 abrangia ambos os casos de provocação de aborto.

Diante de uma requisição do delegado Krause, foi realizado um exame de perícia no corpo de Rosalina no necrotério do cemitério da Santa Casa de Rio Grande para averiguar a causa da morte. O médico perito afirmou que Rosalina estava com três meses de gravidez e confirmou que a morte ocorreu em decorrência do aborto.

O marido de Rosalina, Wilmar, em seu depoimento à Justiça, discorreu sobre os motivos que levaram sua esposa a procurar uma parteira para a realização do aborto. Conforme o vendedor ambulante:

Que o decl. sempre lutou com dificuldades para manter o sustento de sua família e por isso, ultimamente, sua esposa vinha se preocupando muito com o nascimento de mais filhos; que por isso, há questão de um ano, mais ou menos, a sua esposa informou o declarante que estava grávida e que deveriam procurar recursos para ser realizado um aborto, visto ser impossível mais filhos; que, o decl. inicialmente não queria deixar a sua esposa praticar aborto, mas diante dos argumentos da mesma, que sempre se mostrou muito ponderada, com bastante senso, o decl. resolveu deixa-la procurar a parteira Guilhermina Pereira da Silva, de cujas aptidões sua esposa fazia elogios¹⁰⁴.

O marido de apontou a dificuldade de manter o sustento da família como o principal motivo que levou Rosalina a procurar uma parteira para fazer o aborto, mesma razão apontada pelos familiares de Jurema e de Antônia (casos que abordaremos a seguir).

O vendedor descreveu sua esposa como uma pessoa ponderada e com “senso”, uma figura que se impunha e argumentava, defendendo a sua opinião. Surpreendentemente, ele não criticou no depoimento a prática de aborto ou os saberes da Guilhermina. Ao contrário, relatou que sua esposa já havia se submetido a abortos anteriormente com a parteira e que ela havia elogiado as aptidões de Guilhermina. Chama atenção que no depoimento o aborto não é apresentado no depoimento de forma condenável, mas sim como uma prática cotidiana frente a realidade das famílias trabalhadoras.

¹⁰⁴ Depoimento concedido por Wilmar no dia 16 de novembro de 1950 à polícia, p. 2/3. In: Idem.

Na década de 1950, os métodos contraceptivos eram escassos. Conforme Joana Maria Pedro (2003), no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU só começam a ser comercializados no final da década de 1960. Conseguir manter um planejamento familiar era ainda mais difícil na década de 1950. Minha hipótese é que muitas vezes o aborto era uma das poucas estratégias de planejamento familiar e uma tática de sobrevivência econômica das mulheres.

Ao ter limitados recursos contraceptivos, a maternidade se configurava como uma imposição na vida das mulheres. É importante ressaltar que o nascimento de um filho modificava mais a vida da mãe trabalhadora do que a do pai. Pois, como já mencionamos, se esperava mais da mulher na criação dos filhos que do homem. Como Bassanezi (2004) expõe, na década de 1950 havia o ideal de que o homem fosse o provedor da família, enquanto as mulheres eram responsáveis por todo o trabalho de cuidado e reprodutivo. Mesmo quando as mulheres trabalhavam fora de suas residências, o salário delas ainda era visto como complementar ao do marido. As mulheres eram responsáveis por uma tripla carga de trabalho: reprodutivo e de cuidado e, muitas vezes, assalariado no mercado de trabalho.

Durante as audiências, as testemunhas de defesa buscaram enfatizar a conduta humanitária e profissional de Guilhermina. Conforme o pintor Dolarino, a parteira era “uma assistente da família do depoente há muitos anos, há doze anos, é uma ótima assistente e nada sabe em seu desabono, entendendo que a denúncia é uma calúnia contra ela”¹⁰⁵. A trabalhadora Iolanda relatou durante uma audiência que “na sociedade, Guilhermina é benquista, pois é diretora de um colégio de nome Tiradentes, mantido por uma Sociedade Espírita e onde Guilhermina faz muita caridade”¹⁰⁶. Seu marido Ruy ressaltou que conhecia Guilhermina havia nove anos e que a tinha “na condição de respeito e boa parteira”¹⁰⁷.

Aposto que Guilhermina era uma figura importante na vida pública de Rio Grande. Sua profissão de parteira a possibilitou adentrar os lares da comunidade do município, criando relações íntimas com suas clientes. Os depoimentos citados corroboram para esse entendimento, ao discorrerem sobre sua importância e seu profissionalismo humanitário.

Passemos a mais um processo. No dia 14 de abril de 1951, foi instaurado mais um inquérito policial contra Guilhermina, após Antônia ter sido internada no hospital Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. De acordo com a Promotoria Pública, a parteira, “(...) embora já processada por crime dessa natureza (denúncia desta promotoria, 11 de janeiro do corrente

105 Testemunho concedido por Dolarino no dia 10 de abril de 1950, p. 10. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

106 Testemunho concedido por Iolanda Molina Grillo no dia 10 de abril de 1950, p. 11. In: Idem.

107 Testemunho concedido por Ruy Ferreira Grillo no dia 10 de abril de 1950, p. 9/10. In: Idem.

ano), continua a eliminar vidas humanas: extraindo fetos e matando gestantes” (CUNHA, 18 de abril de 1951, p. 2)¹⁰⁸. Assim como no caso de Helena, a denúncia da realização do aborto foi realizada após a hospitalização da paciente.

Antônia vivia junto com o operário Deolécio há 23 anos e era mãe de sete filhos. Conforme o depoimento de Deolécio, sua esposa ficara grávida mais uma vez e desde então passara a dizer que iria fazer um aborto. De acordo com o operário, após o procedimento abortivo, Antônia começara a sentir fortes dores, tendo ele e seu filho chamado Guilhermina para uma avaliação. Nessa ocasião, a parteira teria realizado uma “limpeza” na mulher (possivelmente, uma curetagem). No entanto, segundo o operário, “cada vez mais Antônia sentia-se muito mal, resolveu chamar a ambulância da Santa Casa e levá-la para o hospital; que, no hospital informou a madre o que ocorrera, tendo Antônia ficado hospitalizada”¹⁰⁹.

Percebe-se que a família da trabalhadora, embora sustentando nos autos que não aprovavam que Antônia realizasse um aborto, a acompanhou durante a intervenção. A irmã e a mãe de Antonio sabiam do aborto e a segunda, ouvida pela polícia, descreveu com detalhes o procedimento. Ambas, irmã e mãe, acompanharam Antônia, prestando apoio durante o procedimento abortivo e formando uma rede de apoio e solidariedade.

Conforme o testemunho da mãe de Antonia, a parteira Guilhermina pediu para que ninguém da família comentasse sobre o episódio ocorrido, “(...) pois já estava presa uma parteira e ela Guilhermina poderia ser presa também”¹¹⁰. Provavelmente, Guilhermina se referia ao caso da parteira Ana Vieira da Cunha, presa no dia 5 de abril de 1951, no município de Rio Grande, por auxiliar a trabalhadora doméstica chamada Maria na realização de um aborto¹¹¹. De acordo com o depoimento prestado à polícia¹¹², Maria comentou que quando procurou a parteira para se submeter ao aborto estava grávida de um mês e meio e o motivo para a interrupção da gravidez era financeiro, visto já ser mãe de cinco filhos e seu marido ser um operário.

No mesmo depoimento, Maria comenta que procurou a parteira Maria por indicação de pessoas que relataram que a parteira era habituada a praticar abortos, todos realizados com êxito. Como continua a trabalhadora doméstica:

a decl. foi até a casa da parteira e, depois de explicar o motivo da visita, foi atendida; que, a parteira estava um pouco receosa, alegando não trabalhar para

108 In: processo-crime n. 1204.

109 Depoimento concedido por Deolécio Lapuente no dia 15 de abril de 1951, p. 8. In: Idem.

110 Depoimento concedido por Joaquina da Silva Gonçalves no dia 15 de abril de 1951, p. 10/11. In: Idem.

111 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo-crime contra Ana Vieira da Cunha. – 1951. Documento n.º 205. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

112 Depoimento prestado por Maria Cardoso Bragança à polícia no dia 5 de abril de 1951, p. 7. In: Idem.

qualquer pessoa, dando a entender que tinha freguesas certas, mas finalmente resolveu fazer o serviço¹¹³

A existência de um processo-crime contra a outra parteira indica que essa não era uma prática excepcional e que as autoridades do município estavam buscando reprimi-la, denunciando e prendendo as profissionais da saúde que auxiliavam as mulheres da cidade em abortos. Portanto, a história de Guilhermina não era um caso isolado. Podemos inferir que o aborto era um dos procedimentos realizados por algumas das parteiras, tendo a repressão a essa prática se intensificado no município de Rio Grande na década de 1950.

Voltamos ao caso de Antônia. Durante as audiências públicas, a mãe da vítima garantiu não ter nada contra Guilhermina, “nem vai dizer coisas que não viu, mas só se queixa de a mesma não ter feito o serviço direito”¹¹⁴. Fica evidente por suas palavras que a trabalhadora não condenava a parteira por realizar um aborto em sua filha, mas sim pelo aborto ter levado à morte de Antônia. Mais uma vez, a preocupação em relação ao aborto residia na possibilidade de haver complicações decorrentes dele, e não em uma condenação moral sobre sua existência.

Guilhermina mais uma vez negou a autoria do procedimento. De acordo com sua versão, ela teria sido procurada pelo filho de Antônia que lhe entregara um bilhete, pedindo para que Guilhermina fosse em sua casa atender à mãe, que estava com dores. Chegando na residência, a mãe de Antônia teria informado que sua filha havia abortado e estava sentindo fortes dores. No depoimento à polícia, ocorrido no dia 15 de abril de 1951, Guilhermina sustenta que “. não ter por hábito atender vítimas de aborto, e por isso, ao saber que Antônia já tinha abortado, não quis sequer examiná-la, aconselhando a ir para um hospital”¹¹⁵.

O medo de Guilhermina se tornou realidade no dia seguinte ao depoimento, 16 de abril, quando o Judiciário aceitou o pedido de prisão preventiva feito pela polícia contra a parteira. O curto intervalo de tempo entre os referidos processos criminais foi uma das justificativas do pedido de prisão preventiva da parteira. Ou seja, o pedido de prisão preventiva tinha como argumento o fato de Guilhermina ser reincidente no crime.

Dez dias depois, no dia 25 de abril, foi realizado pela polícia um procedimento de busca e apreensão na casa onde residia Guilhermina, “(...) com o intuito de conseguir maiores provas

113Idem.

114Depoimento concedido por Joaquina no dia 30 de abril de 1950, p. 42. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

115 Depoimento concedido por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro à polícia no dia 15 de abril de 1951, p. 12. IN: Idem.

a respeito da culpabilidade da parteira”¹¹⁶. Porém, nada foi encontrado que a implicasse na prática de abortos.

No mesmo dia da prisão de Guilhermina, seus advogados de defesa entraram com um pedido de *habeas corpus*, alegando que ela era “(...) uma pessoa vastamente conhecida nesta cidade, cumpridora de seus deveres de mulher e cidadã, sempre respeitando a lei (...)”¹¹⁷. No documento era ressaltado que não havia sido apurada a responsabilidade da parteira no crime e que os depoimentos prestados contra a ré eram de familiares da vítima. Além disso, os advogados de defesa lembraram que nada de incriminador havia sido encontrado em sua residência, e que ela tinha um marido doente e quatro filhos para cuidar. Mesmo assim, o *habeas corpus* não foi aceito e Guilhermina seguiu presa.

Nos depoimentos apresentados pela defesa, podemos averiguar que Guilhermina era uma líder comunitária, vista como uma figura humanitária. Uma testemunha afirmou “que nada sabe em desabono de Guilhermina, a não ser os fatos que agora está sendo acusada; podendo ainda dizer que ela tem muitos chamados para partos, porque é muito humanitária e cobra muito barato”¹¹⁸. Um comerciante, quando perguntado sobre o conceito que Guilhermina possuía em Rio Grande, respondeu que “sempre tem ouvido falar que a ré goza de ótimo conceito, haja vista as visitas que recebe na cadeia (...) a ré, segundo o que tem sido informado, sendo até necessário entrar na bicha [fila]”¹¹⁹.

A comoção referente à prisão da parteira impressiona mais ainda quando aparece no processo um abaixo assinado na comunidade rio-grandina pedindo a sua soltura. O abaixo-assinado contém 88 assinaturas, sendo organizado por mulheres que residiam em diferentes bairros do município de Rio Grande. Um dado curioso e relevante é que entre as 88 assinaturas não estava presente o nome das figuras públicas do PCB da época, nem das trabalhadoras que compunham a UMRG.

Podemos averiguar que participaram do abaixo-assinado trabalhadoras que eram clientes de Guilhermina, ou pessoas próximas às parturientes atendidas pela parteira. No texto do abaixo-assinado, é reforçado que “(...) nunca nos foi dado ouvir, nem ao menos por conversa ou boato, que a referida parteira fosse dada à prática de aborto”¹²⁰. Assim, busca-se reforçar a inocência de Guilhermina em relação a manobras abortivas as diferentes localidades em que

116 Documento escrito pela Delegacia de Polícia de Rio Grande e enviado ao juiz de Direito da 1ª Vara do município, no dia 25 de abril de 1951, p. 35. In: Idem.

117 Cópia do documento de pedido de Habeas-Corpus, n.º 1.796, 16 de abril de 1951, p. 38. In: Idem

118 Testemunho concedido no dia 24 de maio de 1951, p. 48. In: Idem.

119 Testemunho concedido no dia 24 de maio de 1951, p. 47. In: Idem.

120 Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 69. In: Idem.

residiam as mulheres que assinaram o documento indica a amplitude da atuação da parteira no município de Rio Grande e seu prestígio social.

Figura 16 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 69.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1951

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo-assinados, declaramos a quem interessar possa, que conhecemos a parteira D^{ma}. Guilhermina Pereira da Silva Ceixelro, há vários anos, tendo a referida Senhora, na qualidade de parteira profissional, nos assistido e a pessoas nossas conhecidas, demonstrando sempre ser pessoa atenciosa e perfeitamente diante de sua responsabilidade profissional. Por outro lado, nunca nos foi dado ouvir, nem ao menos por conversa ou boato, que a referida parteira fosse dada à prática do aborto.

Rio Grande, 12 de julho de 1951

NOME	ENDEREÇO
Luety Prado Mascarenhas	Rua Dom Bosco 513
Idina Silva Xavier	Rua Dom Bosco 514
Choa M. Wanzeller	Venancio Aires 320
Diva Padilha	Rua Para 373
Tereza Padilha	Rua Para 373
Margarida Padilha	Rua Rio Branco 523
Maria Emília P. Páez	Venancio Aires 274
Rosa C. Lima	Rua Visconde Mauá 587
Maria Era B. Oliveira	Rua João Manuel 486
Maria Era B. Oliveira	Rua João Manuel 486
Anta Maria A. Oliveira	" João Manuel 493
Aracy S. Severo	João Manoel 479
Belhyar Brindley dos Santos	atendeu-me em 2 partos Rua Visc. Mauá
Wendira P. Mendes	Rua Visconde Mauá
Alda Stogny de Freitas	Rua de Almeida Filotas
Yacy Machado	Tecura Junior nº 388
Conceição Amorim	Tecura Junior nº 39
Idina Mascarenhas	Tecura Junior nº 4
Terezinha de y. M. Mattos	Dr. Duplet 373.

Figura 16 -

Fonte: Processo Criminal 1203, APERGS

Figura 17 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 70.

Nome	Endereço	Número
Alcides de Lima	Rua Tiradente	Nº 235
Adelino de Lima	Rua 15 de Novembro	Nº 476
Carmona Rodrigues de Castro	Rua Tiradentes *	Nº 412
Luiza Carneiro Ferreira	Rua Tiradente	Nº 440
Alcides de Azeite Almeida	P. Bosco	Nº 496
Elza R. Foyati	15 Novembro	Nº 468
Elza Lima de Mello	Rua 23 Vila Pedras	Nº 8
Elza P. Ribeiro	Rua Parana N 426	Nº 426
Marcos Machado Leal	Rua 433	Nº 433
Nair da Silva Cabral	Santa Catarina	Nº 577
Paul Saggomo	Santa Catarina	Nº 582
Luiz Ribeiro Fernandes	Santa Catarina	Nº 586
Augustina Nobre Parker	Domigod Almeida	Nº 723
Cecilia Machado	Domigod Almeida	Nº 708
Luizana Teixeira Marques	1º Maio	Nº 581
Maria Cruz Marques	1º Maio	Nº 583
Luiz Garração Ferreira	Paraiiba	Nº 666
Paulo da Silva Brito	Boleto B Almeida	Nº 532
Luiz S. Dancello	Boleto B Almeida	Nº 521
Dominga R. S. Berger	Tiradente	Nº 503
Clilna Ferreira Rodrigues	Venancio Aires	Nº 623
Desalice Lima Carreira	Bentos Goncalves	Nº 483
Maria Sousa Monteiro	Bento Goncalves	Nº 356
Leuzina Fernandes Tagundes	Bentos Goncalves	Nº 356
Jandira Silva da Silva	Bentos Goncalves	Nº 356
Elza Pinto da Silva	Dom Bosco	Nº 137
Clil Cabral	Dom Bosco	Nº 137
Leuzina Santos	Rua Tiradente	Nº 180
Clilna Rodrigues	Rua C Colombo	Nº 559
Donaldis dos Santos Abuniz	General Osoren	Nº 274
Adriana Souza da Santos	General Osoren	Nº 387
Maria Rodriguez Machado	Venancio Aires	Nº 582

Fonte: Processo Criminal 1203, APERGS

Figura 18 - Documento abaixo-assinado, 12 de julho de 1951, p. 71

Edite Braun. Rua Bento Gonçalves
 Maria Dória Cruz Salvador. V. do Têdio.
 Antonina Machado de Almeida. Rua Visconde P. Branco 418
 Graça Silveira Avenida Portugal, nº 371
 Eldina Silveira de Souza - Vila Municipal
 Maria Amadeu da Silva Marechal Deodoro 619.
 Nahir Souza da Silva Vila do Cedro rua 3, casa 10
 Laura Vergara Rocha. Rua Aquidaban nº 713
 Helina Andrade Visconde Rua 29 nº 144 Vila do Cedro
 Amélia A. Rodrigues Rua 21 nº 81 Vila do Cedro
 Ana Mathilde d. A. Valério. Rua 21. casa 91. v. do
 Juliana Costa Martins Rua Dom Pedro I nº 614. n.º
 Izaura Lima Simões Rua Dom Pedro I nº 621
 Gláucias. Barboza. Rua 75 de Moscou nº 324
 Neida Marques Bastos Rua B. B. Macedo nº 362
 Eudes Almeida Pedroso B. Macedo nº 332
 Alcina Bastos Fernandes B. Tiradentes 337
 Idé Garcia Elypt Rua Tiradentes 326
 Tereza Costal Arrila Rua Tiradentes 161
 Estephania D. Almeida Rua Tiradentes 167
 Tereza Fernandes Machado Rua Dom Bosco 37
 Maria Barneto Rua D Bosco 72
 Juana Quintana Almeida, Rua Franckes nº 404
 Maria D. Soares J. P. Rua Bento Gonçalves nº 486
 Leda. Eben de Mello Rua D. Pedro 12 nº 510
 Adalina Souza Lamma Rua Visconde P. Branco 18
 Eudes Almeida Rodrigues Rua Visconde P. Branco 312
 Jarda Porto Avenida Pelotas nº 323
 Edite Tebira de Castro Margali dias 317
 Adelaide Castro da Costa Rua Dom Bosco 189
 Aracy Silveira de Souza Rua Dom Bosco nº 299
 da R. Gulart Rua Tiradentes nº 249
 Wilma Piva Costa Rua Tiradentes nº 245

Figura 18 -

Fonte: Processo Criminal 1203, APERGS

Penso que a ausência de assinaturas de figuras públicas do PCB da época e da UMRG se relaciona com o fato da prática abortiva ser conflitiva com a bandeira pública defendida pelo PCB, que utilizava os estereótipos da feminilidade do período – ser mãe, do lar -, como uma estratégia para mobilizar as trabalhadoras em prol da luta por melhores condições de vida. Assim, o PCB teria preferido não se posicionar frente ao caso da parteira. Outra hipótese possível seria a tentativa de Guilhermina de se desvincular do partido durante o seu julgamento, visto o clima anticomunista intensificado pela Guerra Fria. Assim, a não existência de assinaturas de mulheres ligadas ao PCB poderia ser uma estratégia de defesa utilizada pela parteira e pelos seus representantes legais.

Considero também que a trajetória de luta e os princípios defendidos por Guilhermina ultrapassaram os limites do PCB. Sua experiência destoava dos modelos de feminilidade da época. Ela era uma figura pública comunitária, sua atuação ia contra o senso comum que considerava que a maternidade era o destino universal das mulheres, como fruto da natureza feminina.

Uma certidão redigida pelo escrivão da Polícia de Rio Grande, Ely de Pinho Faustino, reforça a ideia de que Guilhermina era uma pessoa que possuía prestígio na sociedade, confirmando a informação de que a parteira recebeu um considerável número de visitas enquanto estava presa. Conforme a certidão escrita no dia 12 de julho de 1951, a parteira estava presa na cadeia civil local e mantinha ótima conduta carcerária, e durante a sua prisão estava recebendo um expressivo número de visitas, não podendo o escrivão precisar o número exato por não possuir um sistema de controle de visitas no local.

O número considerável de visitas que Guilhermina recebeu, assim como o abaixo assinado com 88 assinaturas, permitem concluir que a prisão da parteira comoveu a cidade, tendo ela obtido apoio contra a polícia e o Judiciário de diferentes formas. A prisão da parteira causou comoção sobretudo entre as trabalhadoras, e o apoio social a ela indica que nem todos concordavam com a polícia e a Justiça, assim como demonstra o conflito entre as culturas populares e o aparato jurídico e punitivo do Estado.

Em contrapartida, um texto publicado em 23 de julho de 1951 no jornal *Gazeta da Tarde* retrata uma campanha ocorrida em Rio Grande com o objetivo de reprimir as práticas abortivas e as parteiras da cidade. Essa campanha possibilita entender o contexto em que foram instaurados os processos criminais analisados. Conforme o artigo intitulado “Aborto protegido pela sociedade?”, e publicado no dia 23 de julho de 1951:

Quando iniciamos a vigorosa campanha contra os agentes do aborto criminoso na cidade, a surpresa com que foram recebidas as palavras do ilustre médico Dr. Isnard Peixoto, transformou-se logo em aplausos e apoio às atitudes desassombradas do conhecido cirurgião.

E o resultado vitorioso de tão proveitosa campanha para a coletividade rio-grandina evidenciou-se na Maternidade da Santa Casa. O apoio das autoridades policiais e os esclarecimentos do perigo que corriam os imprudentes vítimas das parteiras criminosas, fizeram com que a Maternidade da Santa Casa fosse sanada e livre das pacientes que ali iam conspurcar as nobres finalidades daquela casa, transformando-a em reduto involuntário de apoio ao crime organizado do aborto criminoso.

E quando escrevemos crime organizado, desejamos ressaltar que até a vizinha cidade de Pelotas vinham pacientes que, previamente instruídas, eram submetidas às práticas abortivas e se instalavam nos hospitais da cidade para os cuidados iniciais, retirando-se depois impunemente para a sua cidade.

() As palavras candentes e profundas do Dr. Isnard Peixoto, condenando o aborto criminoso e seus agentes, sempre repercutirão e terão efeito duradouro naqueles cuja moral e vida pública são integras, porque sabem discernir entre o crime e a justiça (23 de julho de 1951, p. 1).

O texto estampava a capa do periódico *Gazeta da Tarde*, O editorial foi escrito após a absolvição da Guilhermina pelo júri popular, em 20 de julho de 1951. O júri popular absolveu a parteira, entendendo que não foi praticado em Antônia o procedimento abortivo. No texto, percebe-se que o aborto era prática comum quando ele foi chamado de “crime organizado”. Ou, pelo menos, era uma prática significativa, merecendo ser pautada na capa do periódico. O jornal apontava que as parteiras eram sujeitos que auxiliavam as mulheres no procedimento abortivo. Há, portanto, uma associação da profissão de parteira com a prática abortiva e um posicionamento do jornal contra essa prática.

Assim, fica evidente o quanto a prática do aborto fazia parte da cultura popular. As mulheres procuravam os hospitais caso viessem a sofrer alguma complicação decorrente do procedimento abortivo. Logo no início do texto, indica-se que havia se iniciado – ou intensificado – uma campanha de repressão ao aborto, induzindo os sujeitos a denunciarem possíveis casos dessa prática.

Para o autor ou autora do texto - já que o gênero não foi identificado - a prática do aborto era incompatível com as finalidades do Hospital da Santa Casa de Rio Grande, visto seu caráter filantrópico e religioso, de orientação católica. Logo, era necessário denunciar as pacientes que tivessem indícios de terem feito aborto. Assim como a campanha descrita na matéria, a publicação do texto tem como finalidade reforçar a representação do aborto como um crime e prática imoral.

Conforme Caimari (2004), as práticas punitivas do sistema criminal estão em permanente relação dialética com um contexto social que olha, explica, justifica, critica e

denuncia. Parte-se da premissa que o sentido que a sociedade atribui à punição estatal é histórico. A fronteira que estabelece a identidade do delinquente e os atributos do Estado que o penaliza é definida cotidianamente, diante de uma variedade de discursos em tensão: político, jurídico, jornalístico, artístico, científico e literário. Os graus de influência desses discursos variam de acordo com o tempo histórico. Toda punição estatal pressupõe audiências que vão muito além do sujeito a ser julgado, em que a justiça pune um para advertir os outros.

Todo crime deve ser historicizado, sendo necessário compreender como ocorreu a construção social daquela conduta ou ato enquanto crime. Ao ser construído socialmente, o entendimento sobre o que é crime deve ser analisado como um elemento cultural, em que diferentes segmentos da sociedade foram mobilizados para tornar aquele ato enquanto criminalmente passível de punição na sociedade. Discursos políticos, higienistas, religiosos e morais foram articulados para que o aborto fosse entendido enquanto um ato criminoso. Conforme Caimari (2004), o Direito é um complexo e, às vezes, um confuso conjunto de normas de distintas hierarquias e origens que pretendem ordenar a sociedade. A História do Direito foi construída diante de conflitos e tensões, em que diferentes setores da sociedade participam.

Discursos médicos, políticos, religiosos e jurídicos foram mobilizados para tornar o aborto crime. Esses discursos nem sempre encontraram eco na cultura feminina, que resistiu a imposição estatal a partir de uma resistência cotidiana. Essa resistência cotidiana é muitas vezes oculta, ocorrendo dentro dos lares e envolvendo um grupo de pessoas próximas. Os silêncios que envolvem a prática abortiva fazem com que muitas vezes ela passe invisível aos olhos da sociedade, que buscou criar formas de as tornar visíveis, e assim passíveis de punição. Uma das estratégias encontradas pelo Estado e autoridades de Rio Grande foi buscar disputar o senso moral da população, os instruindo a denunciar quando tivessem conhecimento da prática abortiva. Nessa disputa, buscou-se associar a figura das parteiras ao aborto, as tornando protagonistas de um processo de caça às bruxas.

Guilhermina permaneceu presa entre 16 de abril de 1951 e 9 de janeiro de 1952, quando o júri popular a absolveu da morte de Antônia, como já mencionamos. Um dia antes, 8 de janeiro de 1952, Guilhermina também havia sido inocentada por cinco votos contra dois, quando também o júri concluiu que a parteira não introduzira uma sonda em Helena e em Rosalina. Helena também foi inocentada pelo júri popular, que concluiu que não havia provas de que a trabalhadora estivesse grávida.

Percebemos que o jornal *Gazeta do Povo* participou da campanha para promover a vigília e a punição ao aborto na sociedade rio-grandina. O aborto era crime, mas sua prática era

recorrente entre as mulheres. Aponto que não havia um consenso nos sentidos de justiça da sociedade estudada acerca do aborto como prática passível de punição estatal. Conforme a matéria, ao falar sobre a absolvição de Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro:

Agora recebemos com verdadeira surpresa a absolvição da parteira, cujas práticas abortivas são conhecidas publicamente. Dizer o que constitui defender o crime do aborto criminoso, proteger os que praticam, é evidenciar características mórbidas, suspeitos moralmente.

Quando a cidade já estava mais mobilizada contra o aborto criminoso, a sociedade rio-grandina parece aprová-lo lamentavelmente. Quando o crime iria receber a justa punição, palavras melodramáticas a protegerem e a salvaram.

Que dizer de semelhante atitude de um grupo formado de jurados, que representam a sociedade rio-grandina? (GAZETA DA TARDE, 23 de julho de 1951, p.1).

O aborto era um crime na legislação brasileira, todavia analisa-se que nem toda a sociedade concordava com essa concepção. Constata-se as disputas e conflitos entre o entendimento sobre o status de criminalidade da prática abortiva. Evidencia-se que essas disputas permearam a sociedade durante os anos 1950. Guilhermina e Helena foram inocentadas pelo júri popular, o que demonstra que na sociedade da época não havia consenso sobre a punição penal às trabalhadoras que praticavam ou se submetiam ao aborto. Minha hipótese é que havia uma convicção na sociedade de que as trabalhadoras poderiam até ser criticadas moralmente ao fazerem um aborto, mas não deveriam ser condenadas penalmente.

Outro texto publicado pelo jornal *Gazeta da Tarde*, em 1951, reitera o papel ativo da imprensa na campanha contra o aborto em Rio Grande:

Continuamos ainda na campanha contra o aborto criminoso na cidade. Se um jornal deve manter atitudes que visem o benefício da sociedade, a moral pública, nada mais justificável do que defendê-la, mesmo quando os seus representantes não o fizeram.

A prática do aborto criminoso é crime e, portanto, passível de punição. Se uma infeliz mulher submetesse voluntariamente ao aborto, sua conduta é passível da pena legal, como, principalmente, o agente direto do aborto. A sociedade atingida, ao julgar estes crimes, através de seus representantes, os jurados, deve agir com isenção de simpatias sentimentais, analisando friamente a gravidade do crime e proferindo a decisão justa e honrosa, que desagrava, previne e pune os criminosos que intentarem contra a tranquilidade e harmonia social.

Os agentes do aborto criminoso devem estar pensando que agirão impunes, vitimando as infelizes que a elas recorrem. Entretanto estaremos de prontidão a denunciar e pedir que a justiça seja cumprida, para exemplo aos criminosos e demonstração de que a moralidade ainda é o orgulho de uma cidade, e garantia de uma família (GAZETA DA TARDE, 26 de julho de 1951, p. 1).

A absolvição de Guilhermina gerou um amplo debate na sociedade, sendo o tema abordado nas páginas do jornal *Gazeta da Tarde*. Nos processos analisados, alguns pontos

contribuíram para a absolvição da parteira, como: não ter sido encontrada a arma do crime e a argumentação dos advogados de defesa, que apontavam que todas as testemunhas eram próximas às vítimas, alegando a imparcialidade e subjetividade destas narrativas.

Problema também foi discutido pela Promotoria Pública, que discorreu sobre a peculiaridade do crime do aborto. Pois, segundo a promotoria, o aborto era realizado no interior dos lares, no ambiente privado, longe dos olhares externos, o que dificultava a existência de testemunhas no ato criminal.

Nos dois processos analisados, a Promotoria Pública apelou, alegando que a decisão do tribunal do júri ia contra as provas apresentadas ao longo das acusações. Em sua alegação, a promotoria recorria a decisão do júri argumentando que os depoimentos de Helena e do marido de Rosalina, eram provas suficientes da autoria de Guilhermina no crime investigado. Além disso, na apelação referente ao caso da trabalhadora Antônia, a Promotoria Pública indagou a decisão do júri popular, enfatizando que este era formado por alguns leigos:

Pois bem: três desembargadores, um juiz e um Procurador de Estado não tiveram dúvida em, ante a prova, afirmar que a ré Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro cabe a autoria do crime narrado na denúncia. Mas alguns leigos, infelizmente a maioria, acharam o contrário. E Guilhermina foi absolvida¹²¹.

Esse conflito entre judiciário e a existência do tribunal do júri é histórico e percorre os dias atuais. De acordo com Cristina Lucena Santos (2018), as críticas aos jurados leigos se fundamentam, sobretudo, a partir de três elementos: a sua condição de leigo e a ausência de fundamentação de suas decisões, assim como a interferência da mídia na decisão do tribunal do júri.

De acordo com a visão do primeiro elemento, a condição de leigo dos jurados afetaria seus julgamentos, por esses não conhecerem as técnicas jurídicas e os princípios básicos do Direito Penal. Assim, estaria o júri leigo à mercê da teatralidade das partes e suas decisões seriam tomadas a partir de suas opiniões íntimas (SANTOS, 2018). É exatamente esse elemento que aparece nos argumentos apresentados pela Promotoria Pública acerca do caso. Como podemos ver no trecho a seguir do documento de apelação da Promotoria Pública acerca do caso da trabalhadora Antônia:

Dizer, também, como frisou nos debates – e por sinal antigo militante no fôro de Pelotas – que não adiantaria condenar a ré porque os abortos não cessarão, é outro absurdo. A prevalecer tal teoria, como argumentou em plenário o promotor João Carlos Gastal, os homicídios não serão mais

121 Documento de apelação escrita pelo promotor público José Barcelos da Cunha, 8 de agosto de 1951, p. 87. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

condenados, porque os homicídios continuarão; não se condenarão mais os violentadores de crianças, porque as condenações não farão desaparecer de todo esses tarados da face da terra (...). Que desordem, que desequilíbrio social geraria tal teoria¹²²

Era argumentado sobre a teatralidade do advogado de defesa de Guilhermina: Vicente Russomano¹²³. Significativamente, mesmo que Guilhermina tivesse negado a autoria dos crimes que ela era acusada, durante o julgamento o advogado de defesa buscou elucidar para o júri que a prática abortiva não acabaria com a prisão de Guilhermina, apontando para a existência de tal prática na sociedade, em que a história de Guilhermina e Antônia era só mais uma entre tantas outras.

Em um documento escrito pela defesa de Guilhermina solicitando que a apelação contra Guilhermina fosse negada, são reiterados os argumentos de sua inocência. A defesa indaga a veracidade e imparcialidade do depoimento do marido de Rosalina, ressaltando que ele era próximo a vítima e que, ao consentir ao aborto de sua esposa, seria coautor do crime. Outro argumento apresentado pelos advogados, é o fato de a suposta arma do crime (a sonda) não ter sido encontrada.

Mas o interessante é que, ao referir sobre o caso de Helena, os advogados de defesa sustentam que o processo “é movido por tenaz perseguição contra a apelada Guilhermina” (RUSSOMANO, 31 e janeiro de 1952). Tal perseguição partira de um médico da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e depois da polícia local, que “(...) no afã de acumular prova contra Guilhermina instaurou mais esse processo de abortamento criminoso” (RUSSOMANO, 31 e janeiro de 1952).

É enfatizado no documento que Guilhermina era vítima de uma perseguição tenaz, constante e severa. Nessa perseguição, a imprensa era apontada como uma aliada do aparelho policial, que “alhures se invoca uma campanha pesadamente moralizante deflagrada pela imprensa jornalística desta cidade, quando mal encobre interesses muito diferentes daqueles lembrados”. Para os advogados de defesa, as matérias sobre o caso de Guilhermina foram um meio sistemático encontrado pela polícia para acusar a parteira a fim de erguer uma cortina de

122 Idem, p. 88.

123Eu tentei agendar uma entrevista com Clóvis Gotuzzo Russomano, filho do advogado Vicente Russomano. Clóvis também é advogado e foi o defensor de Guilhermina no processo mencionado. Para conseguir o contato dele, conversei com seus netos, explicando a pesquisa que eu estava realizando. Eles foram muito receptivos e demonstraram interesse na história de Guilhermina, rapidamente me fornecendo o contato de seu avô. Quando finalmente conversei com Clóvis, ele me disse que lembrava muito pouco sobre o caso específico. Ele destacou apenas que seu pai, Vicente Russomano, tinha uma oratória excelente e que Guilhermina havia sido absolvida em dois processos nos quais Vicente atuou como seu advogado de defesa. No entanto, Clóvis explicou que não poderia conceder uma entrevista sobre o caso, pois não recordava de mais detalhes além dos que já havia mencionado por telefone.

fumaça sobre a verdade. Para corroborar com essa sustentação, é lembrado o caso da outra parteira, que também fora presa preventivamente pelo suposto crime de aborto qualificado e, quando inocentada pelo júri popular, não mereceu apelação da Promotoria Pública.

Mas as desventuras da líder sindical não terminaram aí. No dia 1º de setembro de 1952, Guilhermina voltou a ser denunciada pelo crime de aborto qualificado pela morte de Jurema, que faleceu no hospital Sociedade Portuguesa de Beneficência. A parteira desta vez fora apontada como autora do procedimento pelo irmão da vítima, que era soldado da Brigada Militar.

Ouvida pela Justiça, Guilhermina alegou que a denúncia era fruto de uma perseguição política do soldado. A parteira argumentou que o rapaz teria espalhado boatos sobre o seu ofício desde o primeiro processo aberto contra ela, em 1950, tendo uma vez dito em uma mercearia que lastimava que o júri popular tivesse absolvido Guilhermina. De acordo com a parteira, como ela já havia sido processada outras vezes pelo crime de aborto e absolvida pelo Júri, “(...) agora todo caso de aborto que ocorre na cidade é atribuído à decl.”¹²⁴.

Guilhermina e Jurema eram vizinhas, residindo no mesmo bairro e rua. A parteira reiterou em seu interrogatório que a acusação feita pela família de Jurema era “uma perseguição, pois essas pessoas eram das que desejavam à decl. uma pena de prisão de trinta a quarenta anos e, como fosse absolvida, ficaram com raiva da declarante”¹²⁵. Distintamente dos dois processos anteriormente analisados, o caso de Jurema contou com uma série de testemunhas para além dos familiares, que apontaram que a trabalhadora havia praticado aborto a partir de diferentes métodos.

Desta vez, porém, Guilhermina não recebeu a solidariedade dos familiares. Antônio, marido de Jurema, afirmou que sua esposa estava grávida havia três meses e “mostrava-se preocupada em ter mais um filho, pois alegava já ter muito trabalho com as duas meninas (...)”¹²⁶. De acordo com Antônio, ele não sabia que Jurema iria fazer um aborto, tendo sua esposa solicitado dinheiro alegando precisar comprar roupas para as filhas do casal, saindo de casa logo em seguida. Em um depoimento prestado à polícia no dia 4 de novembro de 1952, o trabalhador portuário comentou:

o decl. lastimava não ter conhecimento disso na ocasião, pois teria prendido a parteira em flagrante delito e comunicado em seguida à polícia, evitando que a mesma venha a se sair bem do crime que cometeu e que não é o primeiro caso que pratica, tendo sido processada por crimes dessa natureza. (...) que o

124 Depoimento concedido por Guilhermina à polícia no dia 5 de novembro de 1952, p. 15. In: Idem.

125 Idem.

126 Depoimento concedido à polícia no dia 4 de novembro de 1952, p. 6. In: Idem.

declarante não conhecia pessoalmente a parteira Guilhermina, apenas de nome, pois era muito conhecida pelos crimes que cometeu anteriormente¹²⁷.

Fica claro que o homem já conhecia os processos-crimes instaurados anteriormente contra a parteira, indicando que a história de Guilhermina tomou repercussões públicas. Na narrativa de Antônio, a prática abortiva aparece em tons condenatórios, distintamente de outros testemunhos analisados anteriormente nos processos envolvendo as trabalhadoras Antônia, Helena e Rosalina.

Por sua vez, a mãe de Jurema, Doralina (mãe de 15 filhos, com 62 anos de idade) declarou em depoimento que sua filha já havia realizado o procedimento abortivo mais de uma vez. Conforme Doralina:

Que como Jurema houvesse se saído muito mal de certa feita que mandou extrair o feto, ninguém da família concordava que se metesse em nova empreitada, razão por que Jurema não disse para ninguém da família que ia mandar fazer aborto desse filho¹²⁸.

Em sua declaração, não se percebe a presença de um senso moral condenando a prática abortiva em si, mas apenas a consciência de que se tratava de um risco. Dolarina comentava que sua família reprovava o último aborto pelo fato de Jurema ter tido problemas de saúde após a última tentativa de expulsão do feto. A preocupação com a saúde de Jurema aparece como fator de desaprovação para um novo procedimento abortivo.

A fonte evidencia também os laços de solidariedade entre as mulheres. Por mais que o aborto seja uma prática silenciosa, uma história oculta, pertencente aos lares e ao domínio privado, havia uma rede de solidariedade entre as mulheres que o realizavam. Em geral, as trabalhadoras conheciam a parteira Guilhermina por recomendações de terceiros, que a indicavam.

Isso é demonstrado no depoimento de uma amiga de Jurema, Suely, que relatou que antes de procurar a parteira Guilhermina, ela já havia tentado outros métodos abortivos caseiros:

Que a decl. era amiga da Lacy (...) desde a infância, sendo companheiras de bailes e diversões e, depois de casadas, continuaram a manter as mesmas relações cordiais, não havendo segredo entre ambas (...) que perguntando para a sua amiga onde ia, Jurema respondeu que ia em casa de uma parteira Guilhermina, para que lhe fosse feito um exame, porque não estava se sentia muito bem, pois havia tomado chá de arruda, com melhora, pulsatilha e cachaça, na véspera, para provocar aborto. (...) que a decl. sabe, por ter sido

127 Depoimento concedido por Antônio à polícia no dia 4 de novembro de 1952, p. 7. In: Idem.

128 Depoimento concedido por Doralina à polícia no dia 4 de novembro de 1952, p. 8/9. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro – 1952. Documento n.º 1193. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

informada por Jurema, que esta era useira e viseira em praticar aborto em si própria, o que fazia de 3 em 3 meses, e que sempre se saía muito bem¹²⁹.

Observo que o aborto aparece na narrativa transcrita acima quase como um método contraceptivo, algo rotineiro. Não havendo um procedimento padrão (e seguro) para a expulsão do feto, as mulheres recorriam a diferentes técnicas, demonstrando a precariedade que envolvia (e envolve até hoje) a clandestinidade do aborto. Pode-se afirmar com relativa certeza de que foram as condições precárias da clandestinidade do procedimento abortivo que provavelmente levaram Jurema à morte.

As redes femininas eram construídas a partir de laços de camaradagem e cumplicidade, mesmo quando as trabalhadoras relatavam não concordar com o aborto. Foi o caso da Dolarina, que mesmo assim estava presente durante o procedimento em sua filha Jurema, realizado na casa de uma cunhada, Virginia. Essa relatou em seu testemunho que:

“(...) apareceu em casa da decl., em companhia da parteira Guilhermina, a sua referida amiga Jurema, que pediu a decl. para consentir fosse feito, pela parteira, em exame nela, Jurema, pois em casa não podia fazer o exame por causa de suas filhas.¹³⁰

A prática abortiva contava com uma rede de apoio feminina, formada por mulheres da família e amigas. Não era um procedimento individual, realizado a partir do consentimento apenas da paciente-parteira. Todavia, essa rede de apoio era mantida a partir de um pacto de silêncio, fazendo parte de uma história oculta da cultura feminina. Virginia buscava, em seu testemunho, sustentar a versão de que não sabia que o exame realizado pela parteira Guilhermina era um aborto, comentando que apenas achou que fosse um exame rotineiro de gravidez.

Penso que se pode compreender esses acontecimentos em consonância com o apontado por Scott (2011) sobre a resistência cotidiana evitar a confrontação simbólica com as autoridades e normas das elites. Era importante que o aborto continuasse sendo uma prática oculta, silenciosa, para que as mulheres não fossem criminalizadas. A aparente aceitação das normas morais da sociedade da década de 1950 era constantemente contestada por práticas que ocorriam nos lares, longe do olhar público.

Suely comentou que acompanhara Jurema até a residência de Guilhermina, tendo a parteira informado que “(...) se fosse um exame poderia fazê-lo, mas que outras coisas não fazia, pois tinha sofrido muito na prisão, e que um ano e dezoito dias tinha sido o suficiente

¹²⁹Testemunho concedido por Suely no dia 5 de novembro de 1952, p. 19/20. In: Idem.

¹³⁰ Testemunho concedido por Virgilia no dia 4 de novembro de 1952, p 9. In: Idem.

para ressabiar”¹³¹. Suely disse que mantinha relações de amizade com Guilhermina e julgava que sua amiga “não se dedique mais a fazer abortos, pois a própria Guilhermina já disse muitas vezes para a decl. e outras conhecidas de que só atende parto normal¹³².

Nos depoimentos prestados por Marcos e Luiz percebemos que Jurema já havia procurado por outras parteiras no município de Rio Grande, anteriormente ao contato com Guilhermina. Em um depoimento prestado pelo sargento da Brigada Militar Marcos no dia 4 de novembro de 1952 à polícia, esse comenta que estava com sua esposa Isabel (sobrinha de Jurema), quando Jurema apareceu perguntando onde residia uma parteira chamada Isolina, tendo ele e sua esposa respondido que não sabiam de quem se tratava. Já o cunhado de Jurema e soldado da Brigada Militar, Luiz, descreve em seu depoimento que soube por sua esposa que “diversas vezes” Jurema havia lhe dito que estava procurando uma parteira na vila do Cedro que fizesse abortos¹³³.

Mesmo que Guilhermina e Jurema fossem vizinhas, as testemunhas apontam que a trabalhadora procurou outras parteiras para fazer o procedimento abortivo. Analisa-se que Jurema contou com uma rede de conhecidas para encontrar uma parteira que lhe fizesse a intervenção. Luiz e Marcos comentam que não sabiam que a procura de Jurema por uma parteira tinha tais finalidades, vindo saber somente posteriormente a sua morte. Todavia, devemos levar em consideração que consentir a prática abortiva é entendido pela legislação penal enquanto consentir a um crime, que neste caso estava sendo julgado.

No dia 9 de fevereiro de 1953, Guilhermina foi presa pela segunda vez. Em sua segunda prisão, a parteira seguiu encarcerada até o dia 19 de janeiro de 1954. De acordo um documento escrito pelo Juiz do caso, Guilhermina era reincidente na prática criminosa do aborto e havia sido injustamente absolvida pelo júri popular em outras duas ocasiões. Nesse sentido, apontava-se que a prisão preventiva de Guilhermina era necessária para que a parteira não seguisse praticando o crime. Conforme o documento:

(...) é a ré habitual na prática do delito de abortamento; não tendo sua longa prisão, em razão de fatos anteriores, produzido qualquer força intimidativa; para que se deve contribuir, sem dúvida, a benevolência do Tribunal do Júri, absolvendo-o pelos três fatos delituosos da mesma natureza, de que resultou a pronúncia e precedente preventiva.¹³⁴

131 Idem.

132 Idem.

133 Depoimento prestado por Luiz Cardoso à polícia no dia 4 de novembro de 1952, p. 11. In: Idem.

134 Documento de Decreto de Prisão Preventiva escrito pelo juiz do caso, Aristides Dutra Boeira, no 9 de janeiro de 1953, p. 32.

Mesmo que o Júri Popular tivesse absolvido Guilhermina nos outros dois processos criminais analisados aqui, justificava-se a prisão preventiva da parteira por reincidência no crime de aborto. Assim, era indagada a própria decisão do tribunal do júri, argumento de que a absolvição de Guilhermina era injusta. Percebe-se, também, que o documento aponta a prisão como um local de intimidação e correção, que no caso de Guilhermina não teria sortido efeito.

No decreto de prisão preventiva, sustentava-se que permitir que Guilhermina seguisse em liberdade iria lhe proporcionar oportunidade para que ela continuasse na prática criminosa. Como seguia o texto, “seria permitir que afrontosamente e sem qualquer empecilho persistisse no seu propósito de agravar os efeitos dessa dolorosa crise social, que avassala os lares na sociedade moderna.” Assim, o juiz de direito do caso associava a prática abortiva a uma crise social da sociedade moderna. Uma crise que mais tarde, no mesmo documento, ele apontar definia como de ordem moral.

Durante as audiências públicas, novas testemunhas comentaram sobre a procura de Jurema por parteiras na cidade de Rio Grande. O pintor Doralino, em seu testemunho durante uma audiência pública, narrou a conversa de sua esposa com Jurema, supostamente relatada a ele pela primeira:

“(...) que a referida senhora andava a procura de parteira para abortar, já tinha voltado do cedro com umas porcarias e agora indagava por uma parteira. Comentava ainda sua mulher que uns queriam filhos e outros queriam matar e botar fora, ocasião em que o depoente mandou que ela acabasse com aquela conversa”¹³⁵

Doralino comenta no mesmo depoimento que conhecia Guilhermina, sendo a sua esposa cliente da parteira. O pintor dizia ainda que a parteira “é uma pessoa muito estimada e que atendeu os partos de todos os sobrinhos do depoente”¹³⁶. Durante o julgamento, algumas testemunhas afirmaram que o aborto de Jurema havia sido realizado por outra pessoa e não por Guilhermina. Ficou evidente também, a extensa rede em que Jurema percorria para encontrar uma parteira que lhe fizesse aborto, que ia para além de suas amigas íntimas e familiares.

Outro elemento importante é o estado emocional de Guilhermina durante o processo. Percebe-se que a parteira, presa pela segunda vez, estava muito abalada emocionalmente em seu primeiro depoimento, estando descrito em um documento intitulado “informações sobre a vida pregressa do indiciado”, que durante um interrogatório policial, Guilhermina estava

135 Depoimento prestado por Doralino durante uma audiência pública ocorrida no dia 3 de fevereiro de 1953. P. 67. In: Idem.

136 Idem.

“demonstrando nervosismo, acometida de crises de choro, protestando inocência”¹³⁷. Em seu segundo depoimento, agora prestado durante uma audiência pública, que ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1953, Guilhermina comentou “que esteve presa durante mais de um ano, sofrendo muito com isso, de modo que não teria coragem de fazer mais coisa dessa”.¹³⁸

Nesse mesmo depoimento, Guilhermina comentou que Jurema havia mais de uma vez tentando marcar um exame com ela, mas a parteira estava com a agenda cheia e não pode atender. Porém, “ela insistiu muito, propondo que a depoente a examinasse ali mesmo, dizendo que ali morava sua cunhada.”¹³⁹. Em vista disso, Guilhermina a atendeu na residência da cunhada de Jurema, notando que a trabalhadora estava com um corrimento hemorrágico, momento no qual a aconselhou a procurar um médico. Conforme o depoimento de Guilhermina, na madrugada do dia 1º de novembro, o marido de Jurema pediu para que a parteira fosse em sua residência examinar a sua esposa, que estava sentindo fortes dores. Ao examinar Jurema pela segunda vez, Guilhermina percebeu que a trabalhadora estava com hemorragia e com “um mau cheiro horrível”¹⁴⁰, a aconselhando novamente a procurar um médico.

Em um documento escrito pelo advogado de defesa de Guilhermina no dia 7 de julho de 1953, era informado que a parteira estava com problemas de saúde e precisava de acompanhamento médico, o que não era possível ser realizado na cadeia civil municipal¹⁴¹. Guilhermina estava presa havia cinco meses, e o advogado de defesa ressaltava o atraso em instalar um novo tribunal do júri.

No mesmo mês, os advogados de defesa solicitam ao juiz de direito do caso que Guilhermina pudesse sair da prisão para ir a sua residência um dia por semana, dado o caráter excepcional em que se encontrava o seu esposo Armindo Caixeiro, que sofria de insuficiência cardíaca. De acordo com o documento¹⁴², as duas filhas menores de idade de Guilhermina estavam cuidado de Armindo desde que Guilhermina fora presa. Todavia, essas trabalhavam em uma fábrica da cidade, gozando de pouco tempo para realizar os cuidados necessários que Armindo necessitava. Todos os pedidos de regime semiaberto foram negados pelo juiz do caso.

137 Documento de autoria do delegado de polícia Ely Corrêa Prado, datado de 5 de novembro de 1952, p. 16. In: Idem.

138 Depoimento prestado por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro no dia 14 de fevereiro de 1953, p. 43. In: Idem.

139 Depoimento prestado por Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro no dia 14 de fevereiro de 1953, p. 42. In: Idem.

140 Idem.

141 Documento escrito pelo advogado de defesa de Guilhermina, Carlos Santos, e enviado ao juiz do caso, 7 de julho de 1953, p. 126. In: Idem.

142 Documento escrito pelo advogado de defesa de Guilhermina, Carlos Santos, e enviado ao juiz do caso, 30 de junho de 1953, p. 141. In: Idem.

Mesmo assim, no dia 11 de julho de 1953, Guilhermina foi novamente inocentada pelo júri popular, que concluiu por cinco votos contra dois, que a parteira não usara de uma sonda de borracha para interromper o estado de gravidez de Jurema. Mesmo com a absolvição do júri, Guilhermina seguiu presa. O processo criminal foi anulado, visto supostas irregularidades durante o seu curso.

Para a defesa, a decisão de manter Guilhermina presa era um ato inconstitucional, fruto de uma perseguição política que a ré estava sofrendo por parte do Ministério Público de Rio Grande. Conforme pontuaram os advogados Carlos da Silva Santos e Victor Sacavem:

“(…) a fragrantíssima obstinação com que o Ministério Público, em Rio Grande, vem se insurgindo sistematicamente, contra a salutar soberania do Tribunal do Júri, democraticamente restaurada pela Constituição Federal de 1946 (SANTOS; SCAVEM 6 de agosto de 1953, p. 142).¹⁴³

O apelo dos advogados de defesa não foi aceito e o resultado do júri popular foi anulado. Guilhermina permaneceu presa. O advogado Carlos da Silva Santos, em um documento entregue ao juiz do caso, seguia ressaltando que Guilhermina era vítima de uma perseguição, sendo “uma vítima indefesa da maledicência humana, do boato malsão, do disse-que-disse malicioso, dessa verdadeira psicose coletiva filha espúria da irresponsabilidade”¹⁴⁴, que já havia levado outras duas vezes a acusada ao banco dos réus.

No dia 31 de dezembro de 1953, foi realizado o sorteio de jurados para compor o novo júri popular. E finalmente em dia 19 de janeiro de 1954, durante a audiência, o júri absolveu por unanimidade Guilhermina do suposto crime de aborto qualificado.

Assim, entre os anos de 1950 e 1954, Guilhermina respondeu a três processos criminais pelo crime de aborto qualificado. A parteira foi presa em duas ocasiões: a) 16 de abril de 1951 a 20 de julho de 1951; b) 1 de novembro de 1952 a 19 de janeiro de 1954. Nos três processos-crime, Guilhermina foi inocentada pelo júri popular.

Após o processo-crime envolvendo o caso da trabalhadora Jurema, Guilhermina decidiu abandonar a profissão de parteira. De acordo com um documento escrito por seu advogado de defesa, a perseguição sofrida por Guilhermina fez com que ela encerrasse a sua profissão, com a finalidade de fugir “(…) à maldade humana, depois de uma existência inteira dedicada aos fulgores da natalidade, trazendo ao mundo, por suas mãos hábeis e operosas, milhares e milhares de pequeninhos seres”. Para fugir de possíveis futuras denúncias envolvendo aborto –

143 Documento apresentado pelo advogado de defesa de Guilhermina, Carlos de Lima Santos ao juiz do caso, p. 72. In: Idem.

144 Idem, p. 74.

que a trabalhadora dizia ser fruto de uma perseguição política -, Guilhermina resolve não atuar mais em sua profissão.

No dia 1º de junho do mesmo ano em que Guilhermina foi inocentada e posta em liberdade, faleceu o seu marido Armindo Silva Caixeiro, de insuficiência cardiorrenal. No inventário¹⁴⁵ aberto após a morte de Armindo, é informado que Guilhermina tinha como profissão “doméstica”, não se dedicando mais ao ofício de parteira. O que confirma o documento escrito por seus advogados de defesa anteriormente.

Após os processos-crimes e o inventário discutidos aqui, não foram encontrados outros vestígios acerca da vida de Guilhermina. Ela fazia parte de um grupo social que normalmente só aparece em registros históricos quando se confronta com a repressão estatal: mulher, negra, trabalhadora. Assim, não foi possível encontrar novos documentos que nos possibilitassem entender a vida de Guilhermina para além dos momentos de excepcionalidade que envolvem os processos. Todavia, mesmo com a excepcionalidade do momento de produção de tais fontes, conseguimos analisar a importância da atuação social e política da parteira Guilhermina na cidade de Rio Grande.

Nos três processos criminais analisados, os advogados de defesa de Guilhermina destacaram que a parteira estava sofrendo perseguição política. No processo envolvendo a trabalhadora Jurema, o juiz fundamentou o decreto de prisão preventiva alegando que Guilhermina era reincidente no crime de aborto qualificado, apesar de ela ter sido absolvida nos dois processos anteriores. Essa atitude evidencia a falta de conformidade do Poder Judiciário regional com as absolvições realizadas pelo júri popular. Nesse conflito, a Justiça argumentava a condição de leigo do tribunal do júri, sugerindo que este fora influenciado por discursos emotivos e eloquentes dos advogados de defesa de Guilhermina.

No discurso proferido pelo advogado Vicente Russomano no caso envolvendo a trabalhadora Antônia, buscava-se sensibilizar o júri ao elucidar que os abortos continuariam mesmo que Guilhermina fosse condenada. Essa estratégia de defesa sugeria que a prática do aborto era tolerada na cultura popular, uma vez que fazia parte das experiências das trabalhadoras. Defendo a ideia de que, embora o aborto seja considerado uma transgressão moral e religiosa, a concepção de que deveria ser punido como crime não encontrava respaldo em parte da população rio-grandina.

145 RIO GRANDE DO SUL. Cartório de órfãos e ausentes. Inventário de Armindo Silva Caixeiro – 1954. Documento n.º: A1765007. Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ).

Esse falta de respaldo pode estar relacionada às experiências das próprias famílias trabalhadoras da época. Vivendo em um período em que os métodos contraceptivos eram escassos, como já mencionado, o aborto pode ter se configurado para as trabalhadoras como uma das poucas estratégias de planejamento familiar. Nesse sentido, apresento como hipótese que a cultura popular tolerava essa prática, pois ela estava presente em suas experiências e não era apenas um fato isolado das trabalhadoras investigadas nesta pesquisa.

Argumento que a obstinação do judiciário e do aparelho policial de Rio Grande em comprovar a autoria dos crimes por parte de Guilhermina pode ser atribuída, em grande parte, à sua relevância como figura pública e líder comunitária. Como presidente da União das Mulheres RioGrandinas (UMRG) e com conexões com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Guilhermina destacava-se como uma mulher negra da classe trabalhadora que rompia com os estereótipos femininos da época. Concordando com Marcela Cristina de Oliveira Morente (2015), mulheres envolvidas em associações femininas ligadas ao partido comunista desafiavam duplamente as normas tradicionais, tanto ao se desvincularem dos papéis convencionais de esposa e mãe disciplinada quanto ao se alinharem com a doutrina comunista em plena era da Guerra Fria.

Até esse momento, explorei o cenário da cidade operária de Rio Grande durante a década de 1950, destacando o papel fundamental das parteiras na prestação de cuidados de saúde às mulheres. Na ausência de profissionais médicos, eram as parteiras que desempenhavam um papel central na atenção à saúde feminina. Estabelecendo relações de camaradagem e cumplicidade com suas pacientes, essas mulheres não apenas realizavam partos, mas também forneciam aconselhamento sobre fertilidade, cuidados no puerpério e, significativamente, realizavam procedimentos abortivos.

Na década em questão, o aborto emergiu era um componente da cultura feminina, representando uma forma de resistência cotidiana e uma tática para a sobrevivência das mulheres. Em um contexto de limitações nos métodos contraceptivos, o aborto se destacava como uma ferramenta utilizada pelas trabalhadoras para exercer controle sobre sua própria reprodução. Motivadas por considerações de planejamento financeiro e pela sobrecarga resultante da maternidade, muitas mulheres recorriam aos serviços de Guilhermina em busca de interromper a gravidez.

Para compreender a história de Guilhermina em uma conjuntura mais ampla, analisarei a seguir jornais operários e feminino que tinham influência do PCB e debateram a questão do aborto durante a década de 1950.

4.4 A Representação do Aborto nos Jornais *Momento Feminino*, *Voz Operária* E

Imprensa Popular: a visão do PCB sobre a prática do aborto

A legalização do aborto entra como pauta pública, defendida pelos movimentos sociais, durante a década de 1970, período em que o Brasil vivia uma ditadura civil-militar. Em dissonância com os países que entendiam o direito ao aborto como uma forma de ampliar. A democracia e a cidadania, no Brasil os movimentos lutavam contra o sistema ditatorial instalado em 1964. De acordo com a Leila Linhares Barsted (2019), a luta pela legalização do aborto tem seu cerne na contestação da interferência do Estado no corpo feminino, assim como contra o disciplinamento moral e religioso que se impõe sobre esse mesmo corpo.

Entre os argumentos mobilizados na luta pela legalização do aborto, está a promoção da saúde da mulher, no entendimento de que o aborto é uma realidade que pertence à cultura feminina e de que seu status de clandestinidade ocasiona uma alta taxa de mortalidade. De acordo com Biroli (2014), o direito ao aborto deve ser situado em um domínio da vida e das escolhas pessoais, assim como é um ato político. No debate feminista, enfatiza-se a estreita relação entre a esfera pública e a esfera privada, apontando para politização desta última. Assim, o aborto aparece como um tópico central dos direitos reprodutivos e da autonomia reprodutiva.

Angela Davis (2016) comenta que a prática abortiva é tão antiga quanto a história da humanidade. Analisando a história do movimento pelo controle da natalidade nos Estados Unidos, a autora narra os embates entre as ativistas do movimento pela legalização do aborto e as experiências das mulheres negras, latinas, indígenas e brancas da classe trabalhadora. Para a pesquisadora, o movimento pelo controle de natalidade nos Estados Unidos não conseguiu mobilizar as mulheres de todas as raças, etnias e origens sociais. Esse fato, de acordo com Davis (2006), ocorreu por conta de as líderes desse movimento não divulgarem em suas agendas políticas as verdadeiras preocupações vivenciadas pelas mulheres da classe trabalhadora.

Mulheres de minorias étnicas e mulheres brancas da classe trabalhadora não buscavam o aborto clandestino simplesmente por desejo de evitar uma gravidez, mas sim devido às suas condições de vida precárias, que as levavam a desistir de trazer novas vidas ao mundo. A autora destaca que essas mulheres não haviam encontrado soluções para suas dificuldades, estando, na verdade, desesperadas. O aborto e o infanticídio para mulheres negras e brancas da classe trabalhadora eram atos de desespero, muitas vezes motivados por questões financeiras que as forçavam a renunciar à maternidade.

Embora a legalização do aborto não fosse uma pauta pública entre os movimentos sociais e partidos políticos no Brasil antes da década de 1970, é possível observar menções à prática em jornais ligados ao PCB: *Imprensa Popular*, *Momento Feminino* e o *Voz Operária* durante a década de 1950.

Para proporcionar um entendimento mais claro da frequência com que discussões sobre

aborto foram abordadas nos jornais em questão, elaborei uma tabela contendo o título das matérias, suas respectivas datas de publicação e autoria. Acredito que essa tabela será útil tanto para os leitores deste trabalho quanto para pesquisadores interessados em investigar as fontes históricas analisadas aqui. Tabela a seguir:

Tabela 3 - matérias sobre a prática do aborto publicadas na década de 1950 publicadas nos jornais momento feminino, voz operária e imprensa popular

Jornal	Título da matéria	Autoria	Data de publicação
Momento Feminino	Mães solteiras	Sem autoria	23/01/1948
Imprensa Popular	Falsas Alegações	Sem autoria	28/03/1950
Imprensa Popular	Morreu em consequência de um aborto	Sem autoria	23/01/1951
Imprensa Popular	Morte por aborto criminoso	Sem autoria	24/01/1951
Voz Operária	Abortam para evitar o desemprego	Sem autoria	13/10/1951
Imprensa Popular	Polícia de monstros	Sem autoria	07/06/1952
Imprensa Popular	Baleou o amante irresponsável	Sem autoria	07/06/1952
Imprensa Popular	Vítima de uma curiosa	Sem autoria	11/08/1952
Momento Feminino	Conheça seu filho	Maria Gabriela	25/07/1953
Imprensa Popular	Sem título, a matéria consta na coluna “Aconteceu na Cidade”.	Sem autoria	10/12/1953
Imprensa Popular	Gestante espancada pela polícia	Sem autoria	24/04/1954
Imprensa Popular	Morreu do aborto	Sem autoria	10/08/1954
Imprensa Popular	Não será processada	Sem autoria	27/08/1954
Imprensa Popular	Perseguições as operárias grávidas na Lavanderia Glória, na Gávea	Sem autoria	02/02/1955
Imprensa Popular	A prática do aborto	Sem autoria	14/02/1955
Imprensa Popular	Aborto fracassado?	Sem autoria	15/05/1955
Imprensa Popular	Aborto e exploração	Sem autoria	02/12/1955
Imprensa Popular	Lembrete	Sem autoria	03/12/1955
Imprensa Popular	Recordistas de aborto	Sem autoria	06/12/1955
Momento Feminino	Em Ribeirão Preto, na Fábrica Matarazzo	Sem autoria	1956
Imprensa Popular	Não é cedendo à pressão Ianque que o governo conquistará o apoio que necessita	Sem autoria	20/03/1956
Imprensa Popular	Lei sobre aborto	Sem autoria	27/09/1956

Imprensa Popular	Sim, o aborto é prejudicial	Professor M. S. Manovski	28/07/1957
Imprensa Popular	O caso da aeromoça	Sem autoria	01/05/1958
Imprensa Popular	Pena de oito anos para o médico que praticou aborto na aeromoça	Sem autoria	27/05/1958
Imprensa Popular	Infância	Nair Batista	01/06/1958
Imprensa Popular	Lilian Sá morreu de broncopneumonia	Sem autoria	13/07/1958
Imprensa Popular	Dr. Taranto não fugirá à justiça!	Sem autoria	05/05/1998

Fonte: Autora, 2024

Como podemos observar na tabela acima, foram identificadas 27 matérias que tratavam do tema do aborto nos três periódicos analisados. O jornal *Imprensa Popular* destacou-se como o veículo que mais abordou o assunto, totalizando 24 matérias sobre o tema. É relevante notar que grande parte dessas matérias do *Imprensa Popular* foi publicada na coluna "Aconteceu na Cidade", a qual tinha como propósito comentar sobre os crimes ocorridos na localidade. Por se tratar de um jornal sediado no Rio de Janeiro, presume-se que a cidade em questão seja a capital fluminense.

As matérias relacionadas ao tema do aborto podem ser divididas em três categorias principais. Primeiro, há as matérias opinativas que discutem diferentes aspectos do aborto. Entre elas, destacam-se “Mães Solteiras”, “Não Será Processada – Moscou”, “Aborto e Exploração”, “Lei sobre Aborto”, “Sim, o Aborto é Prejudicial” e “Infância”. Essas matérias oferecem uma variedade de perspectivas e opiniões sobre a questão.

Em segundo lugar, há as matérias que denunciam casos em que trabalhadoras foram coagidas a abortar por seus patrões. Exemplos dessas denúncias incluem “Abortam para Evitar o Desemprego”, “Perseguições às Operárias Grávidas na Lavanderia Glória, na Gávea” e “Em Ribeirão Preto, na Fábrica Matarazzo”. Esses artigos destacam a coação que muitas mulheres enfrentavam no ambiente de trabalho.

Além disso, existem artigos que denunciam a repressão policial, incluindo casos de violência que quase induziram o aborto de militantes. Esses casos são relatados em matérias: “Polícia de Monstros” e “Gestantes Espancadas pela Polícia”.

Há também uma série de matérias publicadas na coluna “Aconteceu na Cidade” no periódico *Imprensa Popular*, que relatam diversos incidentes relacionados ao aborto. Entre essas matérias estão “morreu em consequência de um aborto”, “morte por aborto criminoso”,

“baleou o amante irresponsável”, “vítima de uma curiosa”, “aconteceu na cidade”, “morreu de aborto”, “aborto fracassado?”, “o caso da aeromoça”, “pena de oito anos para o médico que praticou aborto na aeromoça”, “Lilian Sá morreu de broncopneumonia” e “Dr. Taranto não fugirá à justiça”.

A maioria dessas matérias não apresenta autoria, o que dificulta a análise do gênero do autor ou autora. Mesmo assim, a análise desses textos nos permite compreender como o PCB discutia publicamente a questão do aborto.

Em relação ao jornal *Momento Feminino*, havia matérias que ofereciam orientações para prevenir abortos espontâneos em gestantes. Busquei identificar se essas matérias tinham como intuito velado de divulgar formas de provocar o aborto sob o pretexto de evitá-los, mas, pelo conteúdo do texto, eliminei essa hipótese. Após essa análise, essas matérias não foram incluídas na tabela, pois não eram o foco de nosso estudo aqui. Da mesma forma, no periódico *Imprensa Popular*, havia matérias que explicavam às mulheres seus direitos trabalhistas, incluindo o direito a licença quando sofriam aborto espontâneo. Essas matérias também não foram incluídas na tabela, pelo mesmo motivo já citado.

Para fins didáticos, analisaremos os jornais a partir de três categorias que identificamos. Primeiro, examinaremos as matérias que denunciam locais de trabalho onde os patrões supostamente coagiram trabalhadoras a abortar para evitar pagar licenças de maternidade. Em seguida, discutiremos as matérias publicadas na coluna "Aconteceu na Cidade", do jornal *Imprensa Popular*. Por último, abordaremos as matérias que apresentavam um tom mais opinativo sobre a temática do aborto. Acredito que essa estrutura temática, em vez de uma ordem cronológica das publicações, facilitará a compreensão de como os três periódicos representavam o aborto e as mulheres que o praticavam.

4.5 Abortos no Mundo do Trabalho: o cerceamento dos direitos das trabalhadoras na tentativa de evitar licença maternidade

A maternidade e o trabalho feminino foram temas amplamente discutidos pela imprensa, pelos movimentos grevistas e feministas, e nos debates parlamentares durante o processo de elaboração da legislação trabalhista no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Como elucidado por Fraccaro (2018), a pressão exercida pelas operárias desempenhou um papel crucial ao inserir a maternidade como uma questão de direito na agenda legislativa.

A partir da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, os direitos das trabalhadoras gestantes foram oficialmente reconhecidos e garantidos no contexto

jurídico brasileiro. Durante a década de 1950, as disposições legais estabeleciam que as trabalhadoras tinham direito a 84 dias de licença-maternidade, os quais poderiam ser distribuídos entre o período anterior e posterior ao parto. Durante o período de afastamento, as trabalhadoras faziam jus ao recebimento de seus salários integrais. Além disso, era vedada a demissão da trabalhadora pelo simples motivo de sua condição gestacional.

Os jornais comunistas *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Momento Feminino* buscavam em suas páginas divulgar essa legislação com o objetivo de conscientizar suas leitoras de seus direitos trabalhistas. Além dessas matérias em tom educativo, havia nestes jornais artigos que buscavam denunciar empresas que tentavam negar esses direitos às trabalhadoras. Em suas matérias-denúncias, os periódicos retratavam situações em que empregadores induziam suas funcionárias a provocarem abortos.

A primeira matéria/denúncia encontrada data do ano de 1951 foi publicada no jornal *Voz Operária*, com o título de “abortam para evitar o desemprego”. Neste artigo é denunciado que a Fábrica de tecelagem Santana de Vila Mariana (SP) e o seu proprietário João Arruda “mantém um ambulatório na fábrica com o objetivo principal de examinar as operárias que se encontrem grávidas para então despedi-las (*Voz operária*, 13 de outubro de 1951, p. 3). Ainda conforme o texto, “o monstruoso capitalista, assim, furta-se ao pagamento de período de dispensa para o parto, assegurado por lei (*Voz Operária*, 13 de outubro de 1951, p. 3).

De acordo com a matéria, as trabalhadoras eram submetidas a exames e quando era confirmado o estado de gravidez da trabalhadora, a empresa as demitia. Já cientes dessa situação, “as tecelãs procuram evitar o exame até não ser mais possível disfarçar a gravidez” (*Voz Operária*, 13 de outubro de 1951, p. 3). O artigo comentava sobre um caso em específico em que “uma jovem tecelã, ao ser chamada para o exame, sabendo que seria despida se o médico constatasse gravidez, desesperou-se e recorreu a uma medida extrema: o aborto” (*Voz Operária*, 1951, p. 7).

A matéria nos permite observar uma discrepância entre a lei que assegurava o direito das trabalhadoras e a sua efetiva implementação. Neste artigo, a maternidade é apresentada como um obstáculo para a estabilidade da mulher no mercado de trabalho formal. O aborto, por sua vez, é apresentado como uma medida extrema tomada por uma trabalhadora em desespero para evitar a demissão.

Uma situação semelhante foi publicada no jornal *Imprensa Popular* no ano de 1955. Um artigo publicado no dia 30 de junho denunciava que a Lavanderia Glória, localizada no bairro Gávea do Rio de Janeiro, coibia o direito das trabalhadoras de serem mães. O texto,

intitulado “Trabalhadoras proibidas pelo patrão de ser mães!” discorria sobre uma suposta prática da empresa de demitir as trabalhadoras que engravidavam. Conforme a matéria:

No Brasil, a mulher operária já vem perdendo até o direito de ser mãe. Essa constatação, feita durante os trabalhos que precederam à Assembleia Nacional das Mães, ontem instaladas na ABI, é confirmada pela grave revelação que fazem as operárias da Lavanderia Glória (...). – Nosso patrão proíbe-nos ser mães. Quatro companheiras foram obrigadas a abortar, no mês de março, para não perderem o emprego. Nossa colega Maria foi demitida porque se recusou a deixar de ter um filho que tinha no ventre (Imprensa Popular, 30 de junho de 1955, p. 4).

O artigo mencionado não fornece detalhes específicos sobre como a empresa obrigava as mulheres a abortarem. No entanto, percebemos que esse caso se tornou público a partir de uma denúncia realizada pelas próprias trabalhadoras, que coletivamente relataram a situação em uma assembleia. E o jornal *Imprensa Popular* foi utilizado como uma ferramenta para ampliar essa denúncia. Mais uma vez, o aborto aparece como uma medida tomada pelas trabalhadoras para evitarem serem demitidas.

No dia 2 de julho do mesmo ano o periódico *Imprensa Popular* publicou uma nova matéria sobre o caso da lavanderia Glória. O artigo seguia denunciando a demissão de trabalhadoras grávidas por parte da empresa “para não receberem os benefícios que são assegurados à mulher operária pelas leis trabalhistas” (*Imprensa Popular*, 2 de julho de 1955, p. 6). De acordo com a matéria, foram ouvidas várias trabalhadoras da empresa e foi exposto por elas que “uma operária diante de tais perseguições foi constrangida a um aborto provocado, aos três meses de gravidez, e ainda se encontra em precário estado de saúde” (*Imprensa Popular*, 2 de julho de 1955, p. 6). Nesta matéria é mais bem explicado como a empresa coagiu a trabalhadora a abortar:

Apresentando declarações ao repórter, afirmou essa trabalhadora que, sabedor o patrão que ela estava grávida, para forçá-la a abandonar o emprego, obrigou-a a trabalhar depois de uma hora num serviço estranho a seu cargo, pois é passageira e tece de transportar pesada trouxa de roupas molhadas. O aborrecimento que teve e o esforço demasiado, provocaram-lhe o aborto forçado, tendo por isso passar mais de 15 dias acamada, ser receber um centavo (Imprensa Popular, 2 de julho de 1955, p. 6).

No contexto apresentado, o aborto ocorreu devido às condições de trabalho impostas pelo empregador, que incluíam a realização de tarefas pesadas que não faziam parte das responsabilidades da trabalhadora. Conforme afirmado na matéria, o empregador tinha como objetivo forçá-la a pedir demissão, evitando assim o pagamento da licença-maternidade.

Na matéria, mais uma vez a maternidade é apresentada como um direito sagrado. É relatado que as trabalhadoras da lavanderia estavam envolvidas em uma Assembleia Nacional

de Mães realizada na cidade do Rio de Janeiro, e que elas foram representadas por três delegadas. Ainda de acordo com a matéria, esses casos se tornaram públicos durante essa assembleia.

Não se tem maiores informações sobre a referida assembleia, apenas que sua realização tinha como intuito assegurar os direitos das mães. No dia 13 de julho de 1955, foi noticiado pelo mesmo jornal que as trabalhadoras que denunciaram a lavanderia haviam sido demitidas. De acordo com a matéria:

Os proprietários da Lavanderia Glória começaram a vingar-se das operárias porque foi denunciado á Imprensa Popular o crime que vinham praticando, despedindo as empregadas quando ficavam grávidas (Imprensa Popular, 13 de julho de 1955, p. 8).

É possível que as trabalhadoras que denunciaram a situação na lavanderia fossem militantes do PCB ou simpatizantes do partido. O que podemos inferir é que elas reconheciam o jornal *Imprensa Popular* como uma plataforma para divulgar e ampliar suas denúncias. Essas matérias indicam o protagonismo das trabalhadoras na luta pela efetivação das leis trabalhistas nas quais elas tinham direito, e destacam que a maternidade continuava sendo uma pauta importante a ser debatida entre os movimentos operários.

Santos (2021) que como já exposto conduziu uma pesquisa sobre as experiências e lutas das trabalhadoras domésticas por direitos em Porto Alegre, no período entre 1941 e 1956. Durante sua investigação, o pesquisador encontrou fontes que evidenciam a dificuldade enfrentada pelas trabalhadoras domésticas com filhos pequenos ao tentarem encontrar empregos. Analisando matérias publicadas pelo periódico *Correio do Povo*, Santos identificou indícios de que, para os empregadores, a presença de uma criança representava um obstáculo para contratar uma trabalhadora.

Santos (2021) investigou um grupo que não estava contemplado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, sua pesquisa revela como a maternidade foi experienciada por uma parcela das trabalhadoras e como esse direito foi negado pelos empregadores. O autor destaca que a insegurança estrutural desse setor de trabalhadoras domésticas era reforçada pela exclusão das leis trabalhistas, em particular da licença-maternidade.

Vinicius de Rezende (2012) analisou o complexo industrial coureiro-calçadista de Franca (SP) entre 1950 e 1980 e observou que a empresa Amazonas não contratava mulheres casadas e dispensava as funcionárias que se casavam. A empresa acreditava que mulheres casadas eram mais propensas a engravidar e a faltar ao trabalho devido às responsabilidades reprodutivas. A Amazonas enfrentou processos trabalhistas movidos por trabalhadoras grávidas que buscavam assegurar seus direitos na Justiça.

Essa análise revela uma discrepância entre a legislação trabalhista e a realidade enfrentada pelas trabalhadoras. Embora a CLT assegurasse que o casamento ou a gravidez não constituíam motivo justo para demissão, na prática, empresas adotavam políticas discriminatórias contra mulheres casadas e grávidas.

A palavra "aborto" ressurge nas páginas do *Momento Feminino* em uma matéria de 1956, que denuncia a situação enfrentada pelas operárias da Fábrica Matarazzo de Ribeirão Preto (RS). A reportagem relata que um médico da empresa forçou uma trabalhadora a se submeter a um aborto, cobrando uma quantia em torno de Cr\$ 4.000,00. Além disso, a mesma matéria narra que as operárias da indústria estavam se organizando para exigir, através de seu sindicato, que a direção da fábrica despeça o inescrupuloso médico que se servia de sua posição para explorá-las, ameaçando-lhes a própria vida (*Momento Feminino*, 1956, p. 28). Novamente, o aborto não era uma escolha, mas uma denúncia de coerção por parte do médico.

Diferentemente do caso da lavanderia, na matéria publicada pelo periódico *Momento Feminino*, o aborto foi conduzido pelo próprio médico da empresa, o que indica uma participação direta e consciente da empresa na coação das trabalhadoras. Essa situação revela uma relação intrínseca entre a empresa e o procedimento, sugerindo que a prática era não apenas tolerada, mas possivelmente até mesmo encorajada pela administração da empresa.

Até o momento, discutimos casos em que o procedimento abortivo foi utilizado como uma maneira de evitar a demissão das trabalhadoras. Nesse contexto, o aborto não foi retratado como uma escolha, mas sim como uma prática que surgiu em meio às tentativas de privar as trabalhadoras do exercício de seus direitos trabalhistas. O aborto, nesses casos, não foi uma decisão tomada livremente pelas trabalhadoras, mas sim uma medida desesperada diante das condições adversas impostas pelo ambiente de trabalho.

Partimos para a análise do jornal *Imprensa Popular*. A coluna "Aconteceu na Cidade" era reservada para divulgar crimes cometidos na cidade do Rio de Janeiro e acidentes, como casos de violência doméstica, assaltos, suicídios, homicídios, acidentes de trânsito e abortos provocados. É nesta coluna que observamos o maior número de reportagens sobre o tema do aborto. Em um primeiro momento, ao analisarmos essas matérias, elas aparentam ter um tom mais informativo e não emitir opiniões. Todavia, ao notarmos o adjetivo "criminoso" que vem logo depois da palavra aborto, podemos perceber a visão do autor ou autora das matérias sobre a prática do aborto.

Pela estrutura dos textos publicados na coluna "Aconteceu na Cidade", podemos perceber que se tratava de crônicas policiais. Como apontado por Francisco Linhares Fonteles

Neto (2015), crônicas policiais preenchem um espaço específico nos jornais brasileiros desde o final do século XIX, atraindo leitores interessados em crimes urbanos e tragédias familiares.

Levando em consideração os apontamentos de Neto, podemos inferir que a coluna “Aconteceu na Cidade” tinha como propósito atrair e ampliar o público leitor do periódico. O periódico, além de abordar temas políticos, tinha essa seção que relatava o cotidiano criminal da cidade.

Vamos analisar algumas dessas matérias em ordem cronológica. No texto intitulado 'Morreu em consequência de um aborto', é informado que a irmã de uma professora, que veio a falecer após um procedimento abortivo, foi prestar depoimento à polícia local. Observamos a seguir a matéria em íntegra:

Compareceu, ontem ao 4º Distrito, Irapuan dos Santos, residente a avenida Copacabana, 661, apartamento 304, declarando que sua irmã de nome Ivone Santos Cunha, de 32 anos, casada, professora, residente à rua das Laranjeiras, 462, falecera domingo último em consequência de um aborto que lhe fora provocado por uma médica de nome Geremine de tal, com consultório instalado no 2º andar da Casa do Estudante do Brasil. A confissão lhe fora feita pela irmã, momentos antes de falecer. O corpo da inditosa senhora foi removido para o Instituto Médico Legal (Imprensa Popular, 23/01/1951, p. 3).

Nesta matéria em questão, o adjetivo "criminoso" não é adicionado após a palavra "aborto". O texto, com um tom mais descritivo, fornece algumas informações sobre o perfil da trabalhadora que supostamente teria procurado uma médica para a realização de um aborto. Ivone era uma mulher de 32 anos, casada e professora, pertencente à classe média letrada. Outro ponto importante é que apenas os nomes completos de Ivone e de sua irmã, Irapuan, foram mencionados na matéria, ao contrário do nome da médica (aparentemente desconhecido do autor do texto), com apenas o primeiro nome sendo mencionado, embora o local de sua clínica tenha sido citado.

Como discutido por Neto (2015), as crônicas policiais não apenas noticiavam crimes ocorridos, mas também tinham a função de construir um imaginário sobre os crimes e os agentes que os praticavam. Em nosso estudo específico, podemos apontar que o jornal *Imprensa Popular* e sua coluna “Aconteceu na Cidade”, ao noticiar casos de aborto, contribuíam não apenas para dar visibilidade a essa prática, mas também para criar um imaginário sobre o aborto e as mulheres que recorriam a ele para pôr fim a uma gravidez indesejada.

As matérias publicadas na coluna “Aconteceu na Cidade” seguem um estilo semelhante àquela publicada sobre o caso da professora Ivone. São caracterizadas por notas curtas que relatam eventos específicos, muitas vezes sem aprofundar nos motivos que levaram as mulheres a abortarem. Essas notas tendem a focar nos acontecimentos em si, como o resultado de um

aborto ou as consequências para as pessoas envolvidas, sem explorar os contextos mais amplos ou as circunstâncias individuais que levaram a essas decisões. Essa abordagem, típica das crônicas policiais, busca capturar a atenção do leitor com relatos breves e diretos dos acontecimentos, sem se aprofundar nas causas subjacentes.

Em outra matéria, publicada no dia 24 de janeiro de 1951 pelo mesmo periódico e na mesma coluna, intitulada “Morte por aborto criminoso”, é informado sobre o falecimento de uma jovem solteira de 21 anos chamada Elza da Costa, que estava internada há oito dias no Hospital São Sebastião, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme a matéria, o médico da instituição havia solicitado à polícia local a remoção do cadáver da jovem para o Instituto Médico Legal, a fim de passar por uma perícia e averiguar se ela veio a falecer em decorrência de um aborto provocado.

Assim como a matéria publicada no dia anterior, essa também não fornecia muitos detalhes sobre o caso. Apenas algumas informações sobre o perfil da mulher que supostamente teria cometido aborto foram divulgadas, sem maiores detalhes. Diferentemente de Ivone, Elza era solteira, e a matéria não especificava sua profissão. Nesse texto, o adjetivo “criminoso” é colocado logo após a palavra “aborto”. E, assim como na matéria anterior, a autoria do texto não é informada, o que impossibilita saber se foi escrita por uma mulher ou um homem.

Na matéria intitulada “Baleou o amante irresponsável”, o texto traz uma nova história, em que uma trabalhadora supostamente havia sido coagida pelo namorado a abortar. Essa reportagem possui um tom mais opinativo, descrevendo os acontecimentos anteriores que levaram uma garçonne a atirar em seu namorado. A matéria conta a história de Gilberto Bazin, um funcionário público e proprietário de uma gráfica, de 29 anos, que morava junto com sua namorada Anadil Silveira, de 25 anos, garçonne de uma pensão. Conforme o texto, “já há um ano viviam juntos, tempo bastante para Anadil descobrir no companheiro o egoísta e o indisposto a qualquer responsabilidade” (*Imprensa Popular*, 1º de agosto de 1952, p. 8).

Conforme a matéria prossegue, Anadil teria engravidado e Gilberto, ao saber, teria insistido para que ela abortasse. Anadil não teria concordado, e os dois teriam se separado. No entanto, “Gilberto não teve mais sossego, preocupado com a possibilidade de vir a ser pai. E chegou mesmo ao ponto de procurar Anadil e propor: aqui estão mil cruzeiros! Estamos quites. Não me procure mais” (*Imprensa Popular*, 1 de agosto de 1952, p. 8). Anadil não aceitou a proposta de Gilberto e teria corrido até o seu quarto para pegar um revólver, com o qual teria dado dois tiros em Gilberto. Anadil foi presa em flagrante, enquanto Gilberto foi levado para um hospital da cidade.

No caso de Anadil, ao contrário dos casos de Ivone e Elza, fica evidente na matéria que o aborto não foi uma escolha da trabalhadora, mas sim uma coação a qual ela resistiu. Diferentemente das duas matérias publicadas pelo jornal *Imprensa Popular*, que foram analisadas anteriormente, o caso de Anadil e Gilberto foi descrito com mais detalhes, fornecendo ao leitor informações sobre as motivações por trás do crime. Isso sugere um maior interesse por parte do autor ou autora da matéria nesse caso específico, que, além de expressar sua opinião sobre o assunto, o descreve com informações mais aprofundadas. Possivelmente, o fato da trabalhadora ser coagida e mesmo assim resistir ao aborto, tenha despertado mais interesse em quem redigiu a matéria.

No dia 21 de agosto de 1952, um novo caso de aborto voltou a estampar as páginas do jornal *Imprensa Popular*. Sob o título de “Vítima de uma curiosa”, a matéria informava que Ivone Fernandes, uma trabalhadora doméstica de 21 anos, solteira, foi levada por sua mãe ao Hospital Miguel Couto. Com forte hemorragia, Ivone não sobreviveu. Segundo a reportagem, a mãe de Ivone “declarou que sua filha procurara na segunda feira última uma parteira na rua Laranjeiras, submetendo-se com a mesma a uma intervenção a fim de provocar um aborto” (*Imprensa Popular*, 21 de agosto de 1952, p. 8).

O título da matéria sugere que a parteira que realizou a intervenção em Ivone era uma curiosa, desqualificando-a. Ao utilizar o termo "curiosa", o jornal implicitamente acusa a parteira de não ter a devida formação ou competência para realizar procedimentos médicos, o que reforça a percepção negativa sobre a prática de abortos clandestinos e sobre a figura das parteiras. A caracterização da parteira como "curiosa" contribui para o entendimento de que a tragédia foi resultado de uma intervenção amadora.

Nas matérias já analisadas, percebemos que tanto parteiras quanto médicas eram procuradas por suas pacientes para pôr fim a uma gravidez indesejada. Ivone Fernandes, uma trabalhadora doméstica de 21 anos, recorreu a uma parteira na rua Laranjeiras. A escolha de Ivone não foi aleatória, mas provavelmente influenciada por sua condição social e econômica. Parteiras eram frequentemente mais acessíveis e conhecidas nas comunidades mais pobres, oferecendo serviços de saúde essenciais onde a medicina formal não chegava ou era inacessível. Em contraste, a outra Ivone, uma professora da classe média letrada, procurou uma médica para interromper sua gravidez. Este contraste entre as duas Ivones demonstra como o acesso a diferentes tipos de profissionais estava diretamente ligado, também, à classe social e aos recursos disponíveis.

No dia 10 de dezembro de 1953, foi publicado que Irenice Ferreira Pires, uma trabalhadora doméstica de 20 anos, cometeu suicídio após descobrir que estava grávida. Neste

caso, o autor ou autora da matéria apresenta mais detalhes. Conforme a matéria, Irenice namorava um trabalhador do setor do comércio e "tinha verdadeiro pavor de ser mãe, pois temia que, devido às excessivas despesas, não pudesse garantir o sustento de um filho" (*Imprensa Popular*, 10 de dezembro de 1953). Era informado que Irenice já havia realizado abortos em duas ocasiões, utilizando drogas. Grávida novamente, Irenice estava com receio de perder o emprego e, durante uma ligação para seu namorado chamado Jorge, atirou em si mesma.

Em seu depoimento à polícia, Jorge informou que pretendia se casar com Irenice, mas ainda não o havia feito devido às suas condições econômicas. Ele também afirmou que tentou convencer Irenice a ter a criança. Provavelmente, os dados que o autor ou autora usou para redigir o texto vieram do depoimento de Jorge, o que impossibilita saber a visão da própria Irenice sobre o que a levou a se suicidar. Existe a possibilidade de Jorge ter dito que tentou convencer Irenice a ter a criança para não ser julgado pela morte de Irenice.

Não é nosso propósito aqui analisar todas as matérias publicadas na coluna "Aconteceu na Cidade" do jornal *Imprensa Popular*. No entanto, podemos afirmar que essas matérias possuem a mesma estrutura discursiva: são textos curtos que descrevem, com informações sucintas, casos de aborto ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e que se tornaram públicos ao serem detectados pelo poder punitivo estatal. Conforme a tabela criada (ver tabela n.º 2), verificamos que as matérias sobre aborto apareceram nas páginas do periódico entre os anos de 1951 e 1958.

Esses relatos, apesar de breves, oferecem um vislumbre das circunstâncias adversas enfrentadas por mulheres da época, destacando tanto as pressões sociais e econômicas quanto a criminalização dos procedimentos abortivos. A repetição da estrutura e o foco nos detalhes policiais e punitivos evidenciam a abordagem do jornal em tratar o aborto como um problema legal, mais do que uma questão de saúde pública.

O periódico, ao publicar essas matérias, criava uma representação da prática do aborto e das mulheres que a praticavam. Nessa representação, a questão financeira se apresentava como o principal motivo que levava as trabalhadoras a recorrerem ao aborto. Ao retratar que essas mulheres morreram após o procedimento, o jornal contribuía para reforçar a ideia que se tratava de prática perigosa e mortal.

As matérias, ao enfatizarem a precariedade econômica das mulheres, destacavam o desespero que muitas enfrentavam, reforçando a narrativa de que o aborto era uma escolha de extrema necessidade. Ao mesmo tempo, ao focar nas mortes decorrentes desses procedimentos, o jornal ajudava a solidificar a percepção de que o aborto era inerentemente perigoso e fatal.

Dessa forma, o periódico não só documentava os casos, mas também moldava a opinião pública sobre o aborto, influenciando a percepção social e política da prática e das mulheres envolvidas.

4.6 A Imprensa Comunista e a Temática do Aborto

A primeira matéria encontrada sobre a temática do aborto, seguindo uma ordem cronológica, foi a publicada no jornal *Momento Feminino* e recebeu o título de “Mães solteiras”. Como o próprio título da matéria sugere, o texto abordava a situação das mães solteiras, retratando-as como “desprotegidas, desamparadas, mães perseguidas por essa falta moral, mães que muitas vezes são renegadas por seus próprios pais (*Momento Feminino*, 23 de janeiro de 1948, p. 4). A desonra é apontada como um dos principais motivos que levavam essas mulheres a recorrerem ao aborto e ao infanticídio. A "falsa moral" mencionada no texto refere-se à visão da sociedade de que ter um filho fora do casamento era motivo de vergonha, levando as mães solteiras a optarem por práticas extremas para encobrir essa situação, muitas vezes resultando em graves consequências, como a morte.

A referida matéria comentava sobre um discurso que o então deputado federal Gregório Bezerra¹⁴⁶, na época filiado ao PCB, teria proferido na tribuna, defendendo um projeto de lei de sua autoria, o nº 1.155 de 1947. Parafraseando esse suposto discurso, a autora comenta:

Muitas vezes, disse o deputado Gregório Bezerra, por falta de dinheiro, não podendo recorrer ao médico para encobrir a uma desonra, provocam o aborto criminoso que, na maioria dos casos, as leva a sepultura. Outras, envergonhadas, recorrem ao infanticídio. Sem recursos, desprezadas pelos pais, pela sociedade e pelo Estado. E continuando o seu discurso, mostra como a mãe solteira, a empregada doméstica, cujos patrões não as aceitam com meninos pequenos, ficam reduzidas a miséria e a fome (*Momento Feminino*, 23 de janeiro de 1948, p. 4).

O projeto de lei e a matéria encontravam-se inseridas em um período pós Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil vivia transformações políticas e sociais. A eleição para a Câmara Federal de 1945 foi marcada por um aumento expressivo no número de mandatos comunistas, demonstrando a inserção do PCB em áreas operárias e sua crescente influência na política institucional¹⁴⁷. A visão apresentada na matéria, ancorada no suposto discurso de

146 Gregório Bezerra foi um operário da construção civil e político brasileiro, destacado por sua militância e engajamento em movimentos sociais. Em 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização orientada pelo PCB. Ao longo de sua vida, Gregório enfrentou várias prisões devido à sua militância política. Foi libertado da prisão em 1945 pela Lei da Anistia. Nesse mesmo ano, concorreu e venceu as eleições para Deputado Federal, destacando-se como uma figura importante na história política brasileira.

147 Demonstrada, também, na expressiva votação do candidato do PCB à presidência, Yedo Fiúza, que angariou 570 mil votos na eleição de 1945.

Bezerra, retrata o aborto como resultado de diversos fatores, incluindo desonra social, dificuldades financeiras e falta de apoio familiar e estatal.

A análise da matéria permite compreender que o tema do aborto era uma das preocupações de Gregório Bezerra durante seu mandato, encerrado em 10 de janeiro de 1948 devido à Lei n.º. 211¹⁴⁸. Considerando o caráter comunista de seu mandato, é plausível inferir que o projeto de Lei apresentado por Bezerra tenha sido resultado de uma construção coletiva, envolvendo membros do partido. Isso nos leva a entender o projeto não como uma iniciativa individual do deputado, mas como uma pauta apoiada e defendida pelo partido ao qual ele pertencia.

No mesmo contexto da matéria do *Momento Feminino*, partes do projeto de lei n.º 1.155 de 1947, proposto por Bezerra, são transcritas, destacando-se a criação de creches e berçários como propostas para acabar com a prática do aborto e do infanticídio. O artigo 5º do projeto incluía como beneficiárias deste projeto mulheres contribuintes de quaisquer instituições de previdência, bem como trabalhadoras domésticas que residissem ou trabalhassem nos respectivos distritos. Ao especificar as trabalhadoras domésticas¹⁴⁹, o projeto buscava garantir direitos a essas pessoas que, na época, não tinham nenhum direito previdenciário ou trabalhista assegurado.

Após a transcrição do projeto de lei, o periódico solicitava que as leitoras se pronunciassem a respeito do mesmo, destacando: "você tem toda a liberdade de dizer o que pensa. Escreva em sua própria linguagem, diga o que sente" (*Momento Feminino*, 23 de janeiro de 1948, p.4). Isso evidencia que o periódico tinha o objetivo de mobilizar sua base na discussão do projeto de lei, incentivando o engajamento e a participação ativa das leitoras na questão em pauta.

A prática do aborto não é defendida na matéria analisada. Pelo contrário, a autora busca evidenciar que essa prática ocorre no Brasil não como uma escolha individual das mulheres, mas como uma necessidade imposta pela miséria e pela moral da época. Ao apresentar o projeto de lei de Gregório Bezerra, a autora compartilha a ideia de que essa prática pode cessar ou diminuir com a criação de creches, berçários e escolas.

Nessa matéria em específico, a figura da mulher que recorre ao aborto é a da mãe solteira e a desonra é apontada como o motivo que a leva a praticar tais atos. Assim, a mulher que aborta

148 Lei homologada em 7 de janeiro de 1948, que regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

149 Em 2013, foi aprovada a Lei n.º 224, que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores no Brasil. De acordo com Biroli (2013), foi apurado que, no referido ano, apenas 31,8% das trabalhadoras desse setor tinham carteira assinada.

é apresentada como uma vítima da falsa moral vigente na sociedade na época, e não como uma figura autônoma que decidiu pôr fim a uma gravidez.

Em uma matéria de 1955 do mesmo jornal *Momento Feminino*, escrita por Maria Gabriela e intitulada “Conheça Seu Filho”, discutia-se os riscos de se ter apenas um filho. Conforme apontado no texto, o filho único torna-se voluntarioso e cheio de caprichos. É insaciável. Incontestável. Vive sempre insatisfeito e, conseqüentemente, infeliz. Torna-se egoísta e mau" (*Momento Feminino*, 1955, p. 2). O artigo ressaltava que os métodos de controle de natalidade eram mais conhecidos e aplicados pelas classes favorecidas, enquanto nas famílias de baixa renda era raro ter apenas um filho. Nessas situações, as condições financeiras muitas vezes impediam que os pais dedicassem todo o carinho e cuidado necessários, pois estavam ocupados com problemas urgentes e imediatos.

A matéria de 1955 suscita questionamentos sobre a que métodos de controle de natalidade o texto se refere, sendo possivelmente o aborto. Segundo a autora, apenas as classes favorecidas possuíam o conhecimento e os meios para empregar esses métodos. O texto sugere que as mulheres da classe trabalhadora não adotavam métodos de controle de natalidade devido à falta de conhecimento e recursos financeiros. Dessa forma, o aborto era retratado como uma prática associada a um grupo de mulheres com recursos financeiros significativos.

Na matéria intitulada “Aborto e Exploração”, publicada no *Imprensa Popular*, podemos visualizar melhor a visão do autor ou da autora sobre o aborto. A reportagem era uma resposta a outra matéria publicada no jornal O Globo, que falava sobre a questão do aborto na URSS. No trecho em que a matéria fala sobre o Brasil, pode-se perceber como o autor ou autora do texto entendia o porquê de as mulheres recorrerem a tal prática:

A prática do aborto no Brasil advém justamente e das condições de miséria do povo, da insegurança reinante a respeito do futuro dos filhos, de sua subsistência e educação. Não por acaso o Brasil figura tristemente num dos primeiros lugares quanto à mortalidade infantil (*Imprensa Popular*, 2 de dezembro de 1955).

Observamos que o autor ou autora do texto faz uma ligação direta entre a prática do aborto e a situação de miséria em que se encontram as mulheres no Brasil. Ao destacar a relação entre a pobreza, a insegurança sobre o futuro e a alta mortalidade infantil, o texto aponta o aborto como uma consequência das condições socioeconômicas adversas enfrentadas pelas mulheres brasileiras.

Falando especificamente sobre a URSS, a matéria comentava que logo após a Revolução de Outubro não havia se cogitado proibir legalmente o aborto, dada a situação do país, arrasado pelas guerras de intervenção. Era apontado que o país não poderia garantir o bem-estar para

todos e que os abortos praticados eram realizados sob cuidado e controle médico, resguardando a saúde e a vida das pacientes. Como continua o artigo, agora, anos após a Revolução, “não existe mais a necessidade dessa proibição devido ao alto grau de consciência e cultura atingido pelas massas” (*Imprensa Popular*, 2 de dezembro de 1955, p. 2).

Assim como a naturalização do papel social das mulheres enquanto mães e esposas não ocorreu sem conflitos, tampouco a temática do aborto foi isenta de controvérsias na URSS. Na verdade, a prática do aborto foi legalizada em 1920, ilegalizada em 1936, e legalizada novamente em 1955 ao longo do período em que a URSS existiu.

Wendy Goldman, em seu célebre livro “*Mulher, Estado e Revolução*”, comenta sobre as discussões que levaram à legalização do aborto no país soviético logo após a Revolução. Analisando o decreto que tornou o aborto legal no país, a autora ressalta que se reconheceu a inutilidade da repressão sobre essa prática, e os abortos passaram a ser realizados em hospitais, de forma gratuita, por médicos. Goldman destaca que o decreto punia penalmente as parteiras que realizassem abortos. A autora comenta ainda que o decreto “explicava que as reminiscências morais e as dolorosas condições econômicas do presente tornavam o aborto necessário” (Goldman, 2014, p. 304/305).

Os apontamentos de Goldman sobre a legalização do aborto no país soviético estão em consonância com a matéria publicada pelo jornal *Imprensa Popular*. Ambos retrataram a legalização do aborto não como uma questão de escolha individual das mulheres, mas como um mal necessário, dada a situação econômica em que se encontrava o país. De acordo com a matéria, a URSS não tinha condições de proporcionar o bem-estar a toda a população, tornando o aborto uma medida pragmática para lidar com as dificuldades econômicas e sociais do período.

Goldman (2014) continua sua análise do decreto, destacando que este refletia fortemente as noções patriarcais de maternidade. De acordo com a autora, o decreto mostrava pouca consciência dos limites impostos pelos filhos sobre a participação das mulheres na vida pública, mesmo em condições mais prósperas. Assim, não se entendia o aborto como um direito reprodutivo da mulher, mas sim como um instrumento para diminuir a taxa de natalidade e atender aos interesses da sociedade e do Estado. Esses apontamentos de Goldman são importantes para compreender as matérias publicadas nos jornais brasileiros sob influência do PCB.

As matérias publicadas pelos três periódicos analisados aqui retratam o aborto como ocorrendo em meio a situações de desespero, nas quais as trabalhadoras recorreriam a ele por questões econômicas. Em alguns casos, as operárias teriam sido coagidas por seus patrões que

pretendiam evitar o pagamento da licença maternidade. Em nenhum dos relatos noticiados pelos periódicos analisados o aborto é apresentado como uma questão de escolha individual feminina. Isso nos indica que essa era a compreensão do PCB sobre o aborto: uma prática que surge da miséria.

Na matéria específica intitulada “Aborto e Exploração”, fica evidente que o redator ou redatora do texto busca desvincular a ideia de que o aborto era defendido na URSS. Tratando-se de uma resposta a uma matéria publicada pelo jornal *O Globo*, e o artigo acusa o periódico de suprimir a informação de que a URSS havia tornado ilegal novamente a prática do aborto. Isso porque, segundo o texto, o Estado soviético estava conseguindo amparar a maternidade e despertar a consciência e a aspiração à cultura entre as mulheres.

A partir de 1936, na URSS, o aborto voltou a status de ilegal acompanhando uma nova legislação que restringia o seu acesso. Essa medida refletia um conjunto de transformações políticas e sociais ocorridas durante o período de Josef Stalin, visando promover uma ideologia mais conservadora e fortalecer o papel da família como unidade fundamental da sociedade soviética.

No entanto, mesmo com a proibição, a taxa de aborto permaneceu elevada, conforme observado por Goldman (2014). A autora ressalta que após a implementação da nova legislação, os médicos testemunharam um aumento significativo no número de mulheres que enfrentavam complicações graves de saúde devido a abortos clandestinos e inseguros. Essas complicações incluíam infecções, peritonite, perfurações uterinas, hemorragias, inflamações crônicas, sepsia, esterilidade e outras condições médicas sérias, contribuindo para o aumento da mortalidade feminina.

Indico que as discussões sobre aborto na URSS podem ter servido como base para as análises e abordagens adotadas pelos jornais *Imprensa Popular*, *Momento Feminino* e *Voz Operária*. Assim, compreender a complexidade das políticas de aborto na URSS pode enriquecer a compreensão do contexto político em que o PCB e a sua imprensa estavam inseridos.

Isso não implica dizer que as discussões sobre a temática do aborto no PCB eram meramente um reflexo das políticas e posicionamentos soviéticos, nem se defende que o debate sobre o mesmo era unânime entre os comunistas brasileiros. O que se destaca é a similaridade entre as discussões na URSS e a representação do aborto nos jornais analisados.

Analisaremos agora a matéria intitulada "Sim, o aborto é prejudicial", também veiculada pelo jornal *Imprensa Popular*. O artigo é uma resposta a uma pergunta de uma leitora que questionava se o aborto era prejudicial à saúde da mulher. O autor da matéria, identificado como

Professor M. S. Manovski, afirmava que sim, o aborto era prejudicial. De acordo com o autor, o aborto causava um grande mal a mulher, principalmente para aquelas jovens, que renunciavam à maternidade. Sobre os motivos que supostamente levariam as mulheres a abortarem, o autor destaca:

Às vezes, as mais insignificantes causas induzem as mulheres a darem este perigoso passo; alegam toda sorte as dificuldades. Muitas temem a deformidade que a maternidade pode causar. Há maridos que não querem preocupações com filhos e recorrem a qualquer argumento para induzir a mulher ao aborto. E com que crueldade se vingam daqueles que atentam contra a natureza! (Imprensa Popular, 28 de agosto de 1957 p. 6)

A matéria enfatiza que o aborto é uma prática contrária à natureza humana, refletindo um julgamento moral sobre o procedimento e as mulheres que o escolhem. O autor atribui essa decisão a motivos superficiais e a influências externas, como a pressão dos maridos. No texto, a maternidade é entendida como algo natural e não uma escolha pessoal. O autor destaca que o aborto é especialmente prejudicial às mulheres jovens, argumentando que o procedimento pode trazer complicações que impossibilitam a gravidez futura. Para sustentar essa posição, o autor menciona o caso de uma paciente que realizou um aborto quando jovem e, posteriormente, enfrentou dificuldades para engravidar, necessitando de tratamento para conseguir conceber.

Mais adiante no texto, o autor enfatiza: “Frequentemente, vemos que, depois dos abortos, a mulher perde sua beleza e frescura e envelhece prematuramente. Só em casos extremos deve a mulher recorrer ao aborto” (*Imprensa Popular*, 28 de agosto de 1957, p. 6). Esses casos extremos, segundo o autor, são aqueles em que o médico considera o procedimento necessário.

Percebemos que há uma tentativa explícita de naturalização da maternidade, apresentada na matéria como uma característica inerente ao gênero feminino. O texto sugere que o papel de mãe é fundamental e inescapável para as mulheres. A decisão de abortar é descrita como uma violação dessa natureza, reforçando um julgamento moral que desvaloriza as mulheres que abortam.

Diferentemente das demais publicações que retratam o aborto como uma prática que surge em meio a miséria, nessa matéria em específico o autor destaca os motivos fúteis que levam as mulheres a abortarem, não os especificando claramente.

Como sugerem algumas matérias publicadas no jornal *Imprensa Popular*, a legalização do aborto na URSS após a revolução foi utilizada pelo anticomunismo brasileiro como argumento para criticar o PCB e seu alinhamento com o país soviético. Possivelmente, esse fato fez com que o partido buscasse se desvincular desse estigma em suas publicações jornalísticas

e optasse por não se manifestar sobre a história de Guilhermina, uma parteira que realizava abortos e era presidente de uma frente ampla sob influência do partido.

Dessa forma, apontamos duas hipóteses sobre a ausência de envolvimento público do PCB na defesa de Guilhermina. A primeira hipótese sugere que Guilhermina e sua defesa podem ter utilizado essa estratégia para evitar maiores perseguições políticas. A segunda hipótese propõe que o próprio partido optou por não apoiar publicamente Guilhermina para não reforçar o estigma de que os comunistas eram defensores do aborto. Na verdade, essas duas hipóteses não são excludentes e podem ter coexistido.

Em uma matéria publicada no dia 14 de fevereiro de 1958, observamos um discurso diferente daqueles já analisados sobre o tema do aborto. Mais uma vez, o periódico *Imprensa Popular* debate a questão do aborto na URSS. Todavia, há uma mudança no discurso. O autor Emílio Cavalcanti comenta que trocou impressões com autoridades de saúde pública, líderes políticos e sociólogos do país soviético e estes argumentaram que “a mulher maior de 18 anos é dona absoluta do seu organismo e de sua vontade sobre ele” (*Imprensa Popular*, 14 de fevereiro de 1958, p. 3). Era mencionado um congresso de ginecologistas e homens públicos, no qual não era mencionada a data do mesmo nem o país que sediou o evento, no qual havia se chegado à conclusão de que “o aborto deve ser praticado toda vez que a mulher reiteradamente o queira (...)” (*Imprensa Popular*, 14 de fevereiro de 1958, p. 3).

Essa é a primeira vez que o aborto aparece como uma questão de escolha feminina. A escrita do texto está inserida em um período em que o aborto voltou a se tornar legal na URSS. Em 1955, sob o governo de Khrushchov, o aborto foi novamente legalizado, desde que realizado em uma clínica oficial e durante os três primeiros meses de gestação.

No Brasil, como já abordado, a pauta da legalização do aborto ganha força a partir da década de 1960. Mas, conforme vemos na matéria analisada, em fins da década de 1950 já há um embrião de discussão da defesa do aborto como uma questão de escolha feminina, propostas pelos comunistas.

Observamos até aqui que os jornais ligados ao PCB, como o *Voz Operária* e o *Momento Feminino*, desempenharam um papel importante ao expor e denunciar a exploração enfrentada pelas mulheres no ambiente de trabalho. Além das denúncias, o PCB também buscava defender projetos de lei que visavam garantir os direitos das trabalhadoras mães, evidenciando sua preocupação com questões de gênero e classe.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o aborto era discutido no âmbito social e político, mas não sob a ótica da legalização. As discussões focavam nas condições precárias e na exploração no trabalho que levavam as mulheres a se submeterem ao aborto, mesmo correndo

o risco de morte ou de criminalização. Soluções como o projeto de lei apresentado por Gregório Bezerra buscavam garantir que as mulheres não precisassem abdicar de sua gravidez devido à desonra ou à perda de emprego. Nesses debates, a criação de creches e escolas era frequentemente apresentada como uma solução viável.

Em consonância com as observações de Davis (2016) sobre as experiências de mulheres negras, latinas e brancas da classe trabalhadora nos Estados Unidos, o PCB, por meio de seus periódicos, divulgava as vivências das trabalhadoras que recorriam ao aborto não como uma expressão de autonomia, mas como uma resposta às desigualdades no mundo do trabalho e na sociedade.

Conforme venho demonstrando, mesmo antes de a legalização do aborto se tornar uma bandeira defendida pelos movimentos sociais, sua prática já estava presente nas experiências das trabalhadoras, fazendo parte da cultura feminina. O procedimento abortivo era frequentemente realizado por parteiras que ajudavam as mulheres na expulsão de um feto indesejado. Busco categorizar essa cultura feminina como uma forma de resistência cotidiana e tática de sobrevivência.

O aborto, por mais que estivesse presente nas experiências das trabalhadoras, era uma prática silenciosa, que ocorria no interior dos lares, longe do olhar público punitivo. As mulheres estabeleciam redes de solidariedade, formando uma cultura clandestina compartilhada apenas com pessoas próximas, o que resultava na construção de densas redes de resistência.

Percebe-se que o PCB retratou a prática abortiva em periódicos de sua influência: *Momento Feminino* e *Voz Operária e Imprensa Popular*. Nessas publicações, o aborto era retratado em um tom de denúncia, buscando elucidar as condições de exploração e coação enfrentadas pelas trabalhadoras que as levavam a recorrer a esse procedimento.

No entanto, no caso específico da parteira Guilhermina, observa-se que o PCB optou por não discutir o assunto publicamente. Duas hipóteses são sugeridas para explicar esse posicionamento: primeiro, a defesa do aborto poderia contradizer os discursos previamente defendidos pelo partido, que enfatizavam o papel social da mulher como mãe e educadora das futuras gerações de trabalhadoras engajadas na luta de classes; segundo, a não intervenção pública do PCB no caso de Guilhermina poderia ter sido uma estratégia adotada por ela e seus advogados de defesa, com o objetivo de distanciá-la de qualquer associação com o partido comunista, especialmente em um contexto de Guerra Fria e crescente anticomunismo.

Percebo que não havia um consenso na sociedade em relação ao status criminal do aborto. Enquanto a imprensa, a Igreja, representada pelas mães do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, e alguns médicos buscavam reforçar a narrativa da ilegalidade do

aborto, mesmo diante de sua prática comum entre as mulheres, especialmente as trabalhadoras, cuja clandestinidade da prática resultava em maior risco para suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa representou uma contribuição para uma nova abordagem na análise do movimento feminista no Brasil. Ao reconhecer a predominância de estudos centrados na Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), este trabalho se insere em um conjunto de pesquisas emergentes que buscam ampliar o entendimento sobre a complexidade desse movimento no país. Essas novas investigações visam abordar os diferentes grupos e correntes de pensamento que moldaram e influenciaram o movimento feminista brasileiro. Esse esforço coletivo tem permitido uma compreensão mais abrangente dos diversos projetos em disputa ao longo da história da república brasileira. Além disso, essas pesquisas têm desempenhado um papel crucial ao evidenciar a agência das trabalhadoras, tornando visíveis suas contribuições e suas lutas dentro e fora do movimento feminista.

Especificamente, a presente tese de doutorado investigou a participação feminina no movimento operário na década de 1950 no município de Rio Grande. A partir de uma análise de diferentes fontes históricas, examinei a atuação das mulheres no espaço público e como este se entrelaçava com o privado, observando que as trabalhadoras questionavam, através de suas trajetórias, as fronteiras entre ambos.

Rio Grande, conhecida como a cidade vermelha, foi palco de intensas lutas operárias e de repressão estatal. O episódio chave desta pesquisa, o Massacre da Linha do Parque, representa não apenas a resistência e organização da classe trabalhadora do município, mas também a repressão sofrida pelos trabalhadores em um período marcado pela transição entre ditaduras e pela conjuntura internacional da Guerra Fria. A partir desse evento, surgiram narrativas em disputa sobre o ocorrido, destacando-se as vozes femininas na busca por memória, verdade e justiça.

A organização do Primeiro de Maio de 1950 contou com a participação ativa das trabalhadoras organizadas na União das Mulheres Riograndinas (UMRG). Esta ampla frente, promovida pelo PCB, não se limitou às comunistas, mas incluiu mulheres que buscavam melhores condições de vida para o gênero feminino. As trabalhadoras se esforçaram para demonstrar que as mulheres estavam presentes no espaço público, no mercado de trabalho e nos movimentos sociais, desafiando a ideia de que seu papel deveria se restringir ao espaço privado, dos lares.

Esse sentimento é evidenciado no manifesto entregue à Câmara de Vereadores de Rio Grande dias antes do Primeiro de Maio de 1950. A análise desse documento revelou que as trabalhadoras envolvidas na organização do Dia Internacional do Trabalhador buscavam

ressaltar sua presença no espaço público, contrapondo-se ao modelo de feminilidade que as relegava ao mundo privado, aos lares. No documento, as trabalhadoras rio-grandinas frisaram que as mulheres sofriam a mesma miséria e opressão que os homens e eram exemplos de combatividade.

Percebe-se, então, que na década de 1950 as trabalhadoras já criticavam a representação da figura de Bertha Lutz como alguém que lutou sozinha pelos direitos das mulheres. No manifesto, buscava-se tornar visível a luta coletiva das trabalhadoras. Essa preocupação em evidenciar os conflitos e disputas pelos projetos destinados às mulheres já era uma pauta de debate entre as rio-grandinas. Segundo elas, essa representação tinha como propósito afastar as mulheres da luta de sua classe.

Após o Massacre da Linha do Parque, testemunhamos o surgimento de uma luta simbólica na qual os manifestantes comunistas buscaram retratar o episódio dentro de seus valores morais, na tentativa de difundir suas definições do mundo social. Dentro dessa narrativa, era construída uma representação da classe rio-grandina que se apresentava como heróis nacionalistas lutando contra um governo alinhado aos interesses norte-americanos.

O processo de elevação das vítimas ao status de heróis iniciou-se logo após o massacre, como evidenciado nos depoimentos prestados pelos manifestantes à polícia. Esses depoimentos apresentavam uma notável similaridade, sugerindo que os membros do partido se reuniram antes de prestar seus testemunhos para alinhar suas narrativas. Isso indica que houve uma tentativa precoce de iniciar o processo de disputa pelo capital simbólico sobre o massacre e construir sua representação enquanto grupo social.

Nesse processo, observamos o surgimento da figura de Angelina como a mulher-mito, aquela que foi assassinada defendendo o pavilhão da bandeira. Essa figura emerge em um contexto em que as mulheres do partido buscam criar uma representação sobre si mesmas, como mulheres-mães-revolucionárias, defensoras da paz na luta contra a bomba atômica. Isso ocorre em um momento em que as Uniões Femininas buscavam se auto representar como figuras interessadas em proteger o bem-estar de suas famílias e de seus filhos. Esses filhos eram vistos como a próxima geração ameaçada pelo iminente medo da bomba atômica, e as mulheres, devido ao seu papel social dentro dos lares, eram consideradas o principal gênero interessado em lutar pelo futuro de seus filhos. Angelina, a mulher-mito, tornou-se a representação simbólica da luta das mulheres organizadas nas Uniões Femininas.

Outro ponto importante foi a atuação da UMRG na cidade de Rio Grande. Observamos que as trabalhadoras reunidas na frente ampla organizaram cursos de alfabetização para as mulheres e participaram da luta contra a bomba e pela paz, arrecadando assinaturas contra o

armamento nuclear. A união serviu como uma ferramenta para organizar as mulheres rio-grandinas, mobilizando-as na luta social e construindo redes de solidariedade e articulação política.

A partir da politização da maternidade, as trabalhadoras se reuniram na UMRG e buscaram reivindicar a importância da luta das mulheres pelo papel social desempenhado dentro dos lares. A feminilização do trabalho de cuidado e reprodutivo não foi criticada; pelo contrário, serviu como um elemento que as uniu enquanto grupo social. Nesse contexto, as justificativas para suas lutas apareciam associadas ao seu papel de mãe e educadora da nova geração.

A maternidade na década de 1950 era uma experiência comum para a maioria das mulheres brasileiras, dada a realidade da escassez de métodos de contracepção. Essa experiência não se limitava apenas a transformações biológicas, mas também impactava as expectativas sociais das trabalhadoras. Nesse sentido, era natural que essa experiência contribuísse para a construção de uma identidade compartilhada entre as mulheres.

A politização da maternidade também foi evidenciada na luta de Sulma Pinto por verdade, memória e justiça. As trabalhadoras desempenharam um papel ativo nessa luta, e o exercício da maternidade foi um elemento que as uniu enquanto grupo social. Enquanto o aparato policial justificava seu anticomunismo com o discurso de preservação da instituição familiar e da ordem social, as integrantes da UMRG, especialmente a trabalhadora Sulma Pinto, demonstraram que foi justamente o anticomunismo que matou um marido e pai de nove filhos, o trabalhador Euclides. A dor resultante da violação de um direito básico, o direito à vida, impulsionou as trabalhadoras da UMRG a se organizarem e lutarem por reconhecimento e justiça.

No terceiro capítulo, analisamos o papel da imprensa ligada ao PCB no processo de heroização das vítimas do Massacre da Linha do Parque. Assim como nos testemunhos dos manifestantes à polícia, as figuras de Angelina e Euclides possuíram maior visibilidade nas narrativas das matérias publicadas pelos jornais *Voz Operária* e *Momento Feminino*. Identificamos que, nas narrativas femininas, a figura de Angelina era evocada para convocar as trabalhadoras à luta. A tecelã só passou a ser tema das matérias dos jornais de seu partido após sua morte, o que nos levou a indicar que ela era uma figura de base do partido.

Conforme as fichas de filiação e as fontes de imprensa sugerem, identificamos que a partir do processo de legalização do partido em 1945, figuras como Doralice, Iria e Angelina ingressaram no partido. Neste período, o PCB tinha interesse em aumentar o número de mulheres nas fileiras do partido, o que levou à criação das Uniões Femininas no ano seguinte,

em 1946. A UMRG tinha relações estreitas com o movimento operário da cidade, reunindo-se na sede da SUO, principal entidade de classe da cidade.

As militantes da UMRG não limitavam sua atuação política às diretrizes do partido. Essa constatação foi mais bem evidenciada na história da parteira Guilhermina, presidente da UMRG no ano de 1950. A partir de redes densas de cumplicidade e solidariedade feminina, as mulheres recorriam à parteira para pôr fim a uma gravidez indesejada. Essa prática ocorria de maneira clandestina e silenciosa, conhecida apenas por pessoas próximas. Era necessário que essa prática ocorresse discretamente, longe dos olhares públicos, para continuar acontecendo e evitar punições por parte do poder estatal.

Dentro do grupo estudado, evidenciou-se que o aborto era uma prática comum, e muitas pessoas recorriam a ele mais de uma vez. As três absolvições de Guilhermina e o abaixo-assinado pedindo a sua soltura sugerem que, embora o aborto pudesse ser condenado moralmente, não havia consenso sobre sua punição criminal, indicando uma discrepância entre a lei e a cultura popular. A mídia e a fiscalização nos hospitais da cidade tinham como objetivo diminuir essa discrepância, buscando disputar os valores morais da cidade e usando o medo da punição como uma forma de acabar com essa cultura.

A partir dos apontamentos teóricos de James Scott sobre a resistência cotidiana, investigamos como a prática do aborto era um meio pelo qual as mulheres conseguiam decidir se queriam, ou não, ter filhos. Os motivos que levaram as mulheres do grupo pesquisado a abortarem eram diversos, destacando-se a questão financeira. Assim, o aborto, dentro desse espectro de resistência cotidiana, evidencia a luta silenciosa das mulheres por autonomia em um contexto de limitações sociais e econômicas.

A análise dos três processos criminais permitiu examinar casos em que a repressão estatal tomou conhecimento das situações. A abertura desses processos nos possibilitou analisar uma história oculta e silenciosa. O status criminoso dessa prática não permitiu que examinássemos casos em que o público não estava ciente. No entanto, por meio dos testemunhos contidos nesses processos, pudemos nos aprofundar melhor em uma história clandestina.

Evidenciamos que a defesa de Guilhermina apontou durante os três processos criminais em que foi ré que a parteira era vítima de uma perseguição política. A presidente da UMRG era uma líder comunitária, mantendo relações densas e de longo alcance. Apontamos que os processos fazem parte de uma conjuntura maior, de repressão às práticas abortivas. Guilhermina, além de auxiliar mulheres a abortarem, fazia parte de uma união que tinha relação

com o partido comunista e indicamos que essa dupla atuação política (organizada e cotidiana) pode ter contribuído com a perseguição na qual foi alvo.

Anteriormente, no processo criminal instaurado para investigar o Massacre da Linha do Parque, Guilhermina já procurava distanciar-se do comunismo. Ela afirmou que sua participação na UMRG se devia exclusivamente ao convite de sua comadre Angelina e à sua crença de que a entidade tinha como objetivo angariar roupas e brinquedos para crianças. Essa narrativa pode ter sido uma estratégia de Guilhermina para evitar perseguição, ao se desvincular do comunismo e se apresentar como uma mulher alinhada com os preceitos morais e sociais da época.

Possivelmente, foi esse o motivo que fez com que o PCB não se engajou no abaixo-assinado pedindo a soltura de Guilhermina e não publicou em sua imprensa a história da parteira. Apontamos que essa pode ter sido uma estratégia utilizada pela própria trabalhadora e sua defesa, que tentou não relacionar a figura da parteira com o comunismo. Ser uma mulher líder comunitária, que mantinha relações de cumplicidade e solidariedade com outras mulheres e, ainda, participava de uma organização comunista era uma afronta aos preceitos morais e sociais da época, o que pode ter contribuído para essa perseguição.

Percebemos, a partir da revisão de literatura e da análise da fonte de imprensa, que o aborto não era uma pauta pública defendida pelos movimentos sociais e partidos políticos. No Brasil essa pauta só se tornaria pública na década seguinte, durante o contexto da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Todavia, a prática abortiva não passou invisível tanto na imprensa comunista como na imprensa comercial.

A partir da exploração dos jornais influenciados pelo PCB, como o *Momento Feminino*, *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, pudemos analisar as representações do partido sobre o tema do aborto. Nestes jornais, não era defendida a sua legalização, mas sim denunciadas as situações de cerceamento, miséria e pobreza que levavam as mulheres a recorrerem ao aborto. Logo, o aborto não era apresentado nas matérias como uma opção individual das trabalhadoras em terem ou não filhos. Na verdade, o partido buscava de distanciar da ideia de que ele defendia a legalização do aborto.

Apesar de o aborto ser proibido pelo código penal, as matérias recorrentes que divulgavam casos em que mulheres recorriam a essa prática para pôr fim a uma gravidez são mais um indicativo de que o aborto era visto como uma opção pelas mulheres. Mesmo com o medo de serem penalizadas, de terem problemas de saúde ou até de morrerem, as mulheres realizavam abortos de forma clandestina, em relações de cumplicidade e solidariedade com outras mulheres.

Ao longo da introdução deste trabalho, procurei defender a pertinência e a atualidade dos temas abordados nesta tese. Pouco antes de entregar este material à minha banca de doutoramento, o Projeto de Lei 1904/24 intensificou as discussões sobre o direito ao aborto (ou a falta desse direito) e a repressão estatal sobre os corpos femininos na arena política brasileira. Este projeto de lei prevê que gestantes com mais de 22 semanas de gestação que realizarem aborto, em qualquer situação, inclusive em casos de estupro, sejam acusadas de homicídio, com penas variando de seis a vinte anos de prisão.

Atualmente, o Código Penal brasileiro permite o aborto em três situações: quando a gravidez é resultado de estupro, quando há risco de vida para a mulher e em casos de fetos anencéfalos. Se o Projeto de Lei 1904/24 for aprovado, representará um endurecimento significativo das políticas contra o aborto, aumentando a vulnerabilidade das mulheres e a criminalização de suas decisões reprodutivas.

Os discursos fundamentalistas dos defensores de tal projeto de lei demonstram como a Igreja continua presente nos códigos morais que buscam criminalizar o direito ao aborto, evidenciando a persistente ligação entre religião e Estado. Além disso, a pena proposta para o aborto ilegal, que hoje é de um a três anos de prisão, aumentaria substancialmente, ultrapassando a pena para estupradores, que atualmente, de acordo com o artigo 213 do Código Penal, é de seis a dez anos de reclusão. Essa discrepância ressalta a severidade da proposta legislativa em relação aos direitos reprodutivos das mulheres e levanta questões sobre a proporcionalidade das penas no sistema jurídico brasileiro.

Em oposição a esse projeto de lei, mulheres têm organizado atos de protesto contra esse retrocesso nos direitos das mulheres. Alguns manifestantes ressaltam que, se a Lei nº 1904/2024 for aprovada, as meninas serão as mais afetadas, visto que os casos de abuso sexual e gestações frequentemente demoram a ser identificados, resultando em busca tardia aos serviços de aborto legal.

Esse contexto reforça a importância de debater e compreender as implicações sociais, políticas e jurídicas que envolvem o direito ao aborto no Brasil. Como vimos ao longo do trabalho, o aborto está presente na cultura feminina e deve ser compreendido como uma questão de saúde pública, e não de repressão estatal. O projeto de lei representa um retrocesso e uma agressão não só às mulheres vítimas de violência sexual, mas a todas que almejam autonomia sexual e o poder sobre seus corpos. Neste contexto, a frase que reverbera nos movimentos sociais há algum tempo segue ecoando em nossos cantos de protestos: “Educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer.”

REFERÊNCIAS

1) FONTES

Acervos consultados:

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil:

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo-crime contra Sulma Pinto. – 1950. Documento n.º 2892. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1204. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro. – 1951. Documento n.º 1203. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Guilhermina Pereira da Silva Caixeiro – 1952. Documento n.º 1193. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. Silva. – 1952. Documento n.º 420. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Gonçalino Curio de Carvalho. Silva. – 1963. Documento n.º 152/63. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo crime contra Rufino Aires Machado. – 1954. Documento n.º 2721. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Justiça. Processo-crime contra Ana Vieira da Cunha. – 1951. Documento n.º 205. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Hemeroteca Digital Brasileira e Biblioteca Digital Luso-Brasileira (HDB/BN BDLB):

- Jornal Momento Feminino.
- A Voz Operária.
- Tribuna Popular
- Imprensa Popular
- Centro de Documentação Histórica – FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil:
- Acervo Sociedade União Operária (SUO).
- Acervo História Oral:
 - RODRIGUES, Antonio. Depoimento concedido em: 13 de outubro de 1994. Acervo História Oral, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
 - VOTTO, Pedro. Depoimento concedido em: 11 de outubro de 1994. Acervo História Oral, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
 - RODRIGUES, Atháides. Depoimento concedido em: 27 de dezembro de 1982. Acervo História Oral, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
 - CASTRO, Petrona dos Santos. Depoimento concedido em: 20 de abril de 1994. Acervo História Oral, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

Biblioteca Rio-grandense

- Acervo Câmara de Vereadores de Rio Grande
- Acervo de Periódicos.

Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ)

- RIO GRANDE DO SUL. Cartório de órfãos e ausentes. Inventário de Armindo Silva Caixeiro – 1954. Documento n.º: A1765007. Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ).
- RIO GRANDE DO SUL. Cartório de órfãos e ausentes. Inventário de Antônio Teixeira e Silva – 1960. Documento n.º: A17488893. Departamento de arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ).

Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: SOPS/RG – 1. 1-1.1 a 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura/ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

- Representação dos familiares das vítimas da Greve Geral de 8 de março de 1952.
- Jornal Tribuna
- Relatórios do DOPS acerca do Primeiro de Maio Rio-grandino referentes aos anos de 1953 a 1957.

Documentos governamentais:

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume III. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/f>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB, feminismos: disputas e tensões (1930-1937). **Revista Esboços**, vol. 25, n. 40, p. 435-452, 2018.

_____. Mulheres comunistas na Bahia: contribuições para a fundação da federação de mulheres do Brasil e para o movimento pela paz. **Revista Eletrônica Discente de História**, v. 3, n. 6, p. 36-45, 2016.

_____. **A política no feminino**: uma História das mulheres comunistas do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas História da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

_____. Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 14, p. 1-21, 2022.

_____. Os movimentos feminista e comunista no Brasil? História, memória e política. **Tempos Históricos**, v. 21, p. 107-140, 2017.

ANGUES, Ignacio Fornos. **A cidade vermelha**: as construções das memórias sobre o Massacre da Linha do Parque e do movimento operário de Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

_____. **“Morreram? Quem disse, se vivos estão”**: a memória do massacre da linha do parque – Rio Grande/RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. **Métis: história e cultura**, n. 4, p. 181-224, 2003.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225. p. 70-88, 2009.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho: análise da construção dos operários porto-alegrense (1896 a 1920)**. 280 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Herói nacional e herói operário análise comparativa de suas construções históricas. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 2, p. 275-284, 2002.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRENES, Anayansi C. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v.7, n.2, p.135-149. 1991.

BRITTO, Natalia Soares de Sá. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humana e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 94, 1994.

CAIMARI, Lila. **Apenas un delincuente: crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

CARBIN, Maria; EDENHEIM, Sara. The intersectional turn in feminist theory: a dream of a common language? **European Journal of Women's Studies**, v. 0, n. 0, p. 1-16, 2013.

CARELI, Sandra da Silva. **Texto e Contexto: virtude e comportamento sexual adequados às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX**, Dissertação de Mestrado, PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 1997.

CARELI, Sandra da Silva. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. **Métis**, Caxias do Sul / RS, v. 1, nº 2, p. 285-303, 2003.

CARELI, Sandra da Silva. De comadres a "faiseuses d'anges": o ofício de parteira nos periódicos rio-grandenses do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul. **Ciências e Letras**, v. 41, p. 119-150, 2007.

CARELI, Sandra da Silva. Maternidade X aborto: com a palavra a "opinião pública". **História em Revista**, v. 11, p. 135-162, 2005.

CARNEIRO, Ferreira Deivy; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e análises regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, n. 21, p. 241-282, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, n. 1, p. 139-167, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

_____. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, vol. 43, p. 1241-1299, 1993.

DAUPHIN, Cécili. A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, M. L. M. Os fios da memória: a Fábrica Rheingantz, entre o passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun., 2013.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GANDRA, Edgar Avila. **O cais da resistência: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969**. Pelotas: EDUCAT, 2016.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GREENE, Julie. Rethinking the Boundaries of Class: Labor History and Theories of Class and Capitalism. **Labor: Studies in Working-Class History**, v. 18, p. 92-112, 2021.
- HIRATA, Helena. Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.
- JARDIM, Rejane Barreto. **Revelando o implícito**. Irmãs de Caridade e Parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre - 1872 a 1940. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 1998.
- JOSHI, Chidra. Espaços de Trabalho e História Social na Índia. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 5-30, 2009.
- KARAWEJCZYK, Mônica. Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura – Uma parceria inusitada. **Revista Gênero**, v. 14, n. 2, p. 105-124, 2014.
- KERGOAT, Daniéli. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, 2012.
- _____. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo**. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. Editora Unesp: São Paulo, p. 67-75, 2009.
- MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, 2017.
- MATOSO, Caroline Duarte. **As Marias que tecem os amanhãs**: fiando a existência e tramando a resistência na Fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920 a 1968). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pelotas, 2019.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, p. 17-31, 2013.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: processos criminais e conflitos interétnicos. In: Anpocs. XXVI Encontro Anual da Anpocs (resumo expandido), 2000.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o Mundo Público: Movimentos de Mulheres (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2015.

MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital, 1830-1960. **Revista Projeto História**, v.25, p.197-219. 2002.

_____. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? **Cadernos de Pesquisa**, n.108, p.133-160. 1999.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. O lugar do crime na imprensa brasileira. In: CARNEIRO, Ferreira Deivy; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e análises regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 9-41, 2000.

NUNES, Guilherme Machado. **Mulheres comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistolo e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, n. 13, p. 244-259, 2005.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA; Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **Revista História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.1039- 1061, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

_____. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 455, p. 239-260, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

PIMENTA, Margareth Afeche; MARTINS, Solismar Fraga. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do rio grande (1874-1970). **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, v. 6, p. 85-100, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2012.

RIBEIRO, Jayme. Os combatentes da paz – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela proibição das armas atômicas (1950). *Estudos Históricos*, v. 21, n. 42, 2008.

RODEGUERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

RODEGUERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROHDEN, Fabíola. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 213-224, jan./jun. 2006.

_____. Ginecologia, gênero e sexualidade a ciência do século XIX. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 101-125, jun. 2002.

_____. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANTOS, Crismara Lucena. **Reflexões sobre o tribunal do júri: uma perspectiva Luso-Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, 2018.

SANTOS, Maurício Reali. Nas fronteiras da domesticidade: experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos em Porto Alegre (1941-1956). São Paulo: Paco Editorial, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, p. 06-33, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. A Diretora dos Espíritos da Classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos do AEL**, Campinas: Unicamp, v. 6, n.10/11, 1999.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livro, 2013.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

Scott, Joan. **Women's History." Gender and the Politics of History.** Columbia University Press, p. 15-27, 1998.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: OTERO, Loiva & ELMIR, Cláudio. **Mitos e heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande e Pelotas (1890-1920). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n.2, p. 157-175, 1996.

SILVEIRA, Marcos César da. **O Teatro Operário em Rio Grande na época das Chaminés.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A questão feminina no PCB (1925-1956):** as mulheres na cultura política comunista. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SEGUNDO, San Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952).** Porto Alegre: Edição do autor, 2012.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. **Cadernos Pagu**, n. 55, p. 2-41, 2019.

SEVERI, Fabiane Cristina. Legislação familiar soviética e utopias femininas. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 2295-2313, 2017.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 275-296, 2015.

_____. **Criados, escravos e empregados:** o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SPERANZA, C. G. **Cores, imagens e classificações étnicas de trabalhadores nacionais e imigrantes nas carteiras profissionais do Rio Grande do Sul (1932-1944)**. VI Jornadas Uruguayas de História Económica (Apresentação de Trabalho/Comunicação), 2015.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928**. Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Ser “moreno”, ser “negro”**: experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Revista Estudos Históricos*, v. 26, n. 52, p. 409-428, 2013.

YALOM, Marilyn. **A História do seio**. Lisboa: Teorema, 1997.

ZARCO, Abril. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de la Plaza de Mayo. *Revista Punto Género*, n. 1, pp. 229-247, 2011.

BRESOLIN, Felipe Treviso. **Jogo, logo existo**: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901-1931). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 122, p. 43-68, 1982.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, p. 253-270, 2007.

FAGUNDES, Marluce Dias. **Honra, moral e violência nos “anos dourados”**: discursos jurídicos em crimes sexuais – Porto Alegre (1948-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), 2018.

GOMES, Arlindo dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS), 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas (1888 –1937)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Família Silva Santos. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional Anais [do] **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2013.

_____. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2001.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena, Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. **História, Ciências, Saúde**, v. 19, p. 133-152, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; Luca, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidades (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2022.

MATOSO, Caroline Duarte. Memórias e experiências na Fábrica Rheingantz: políticas assistencialistas e a reprodução do operariado (Rio Grande/RS, 1920 a 1968). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1–25, 2021.

MATOSO, Caroline Duarte; SCHNEIDER, Nicole Angélica. O Massacre da Linha do Parque: (in) justiças de gênero no movimento operário (Rio Grande, RS, 1950). In: MANDELLI, Bruno; BARTMANN, Tatiane; Sczip, Rossano R (Orgs.) **Trabalhadores(as) do sul do Brasil e suas lutas na justiça**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

NERY, Olivia Silva; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Caminha Fabril: percursos entre memórias do trabalho e patrimônios industriais (Rio Grande/RS). **História e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 16-42, 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, v. 14, p.149-168, 1997.

TORRES, Luiz Henrique. **Carlos Santos: trajetória biográfica**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet; SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; VARGAS, Gabriela Caceres Riet. Sociedade União Operária e a educação em Rio Grande/RS. **Momento**, v. 25, n. 2, p. 285-301, 2016.

ALMEIDA, Matheus de Araújo. Maternidade contra o genocídio: o movimento mães de maio frente à democracia das chacinas. **Antropolítica**, v. 54, n. 3, p. 415-437, 2022.

ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB, feminismos: disputas e tensões (1930-1937). **Revista Esboços**, vol. 25, n. 40, p. 435-452, 2018.

ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil? História, memória e política. **Tempos Históricos**, v. 21, p. 107-140, 2017.

ANDRADE, Homero Freitas de. **O realismo socialista e suas (in)definições. In: Literatura e sociedade**. v. 15 n. 13. São Paulo: EDUSP, 2010.

ANDRETO, Lucas Alexandre; ROIO, Marcos Del. A revolução está na mesa: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a organização dos trabalhadores em hotelaria (1922-1930). **Mundos do Trabalho**, v. 14, p. 1-11, 2022.

ANGUES, Ignacio Fornos. **A cidade vermelha: as construções das memórias sobre o Massacre da Linha do Parque e do movimento operário de Rio Grande/RS**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. **A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CARNEIRO, Ferreira Deivy; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e análises regionais**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítica-heróica na memória republicana gaúcha. IN: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

FERREIRA, Cristiane. Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968). **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 725-744, 2016.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 38, 367-394, 2012.

JURANDIR, Dalcídio. **Linha do Parque**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

LANDGRAF, Lênin Pereira. **Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória: o confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

LOBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

MARTINS, Marisângela T. A. **De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. **Métis: história e cultura**, v. 6, n. 12, p. 269-288, 2007.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 431-452, 2019.

PASSIANI, Enio. Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, v.14, n. 27, p.285-299, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REGO, Lucas Barroso. Mães e avós da Praça de Maio e a História Mestra da Vida. **Boletim Historiar**, v. 10, n. 2, p. 54-65, 2023.

RIBEIRO, Jayme. O PCB e a guerra da Coreia: memória, história e imaginário social. **História e perspectivas**, n. 42, p. 207-231, 2010.

RIBEIRO, Jayme. Os combatentes da paz – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela proibição das armas atômicas (1950). **Estudos Históricos**, v. 21, n. 42, 2008.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão. In: BIANCHI, Graziela (org. et. al.). **Gênero, Mídia e Lutas Sociais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

SANT'ANNA, Mônica. A escrita feminina e as suas implicações: a recorrência ao corpo como signo de identidade. **Revista Eletrônica e Estudos Literários**, v. 2, n. 2, 2016.

SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa; AMARAL, Ana Luísa. Sobre a escrita feminina. **Oficina do CES**, n.º 90, 1997.

SCHNEIDER, Nicole Angélica. **“E eu, Anarquia, que sou tua filha fiel e dedicada estou de braços abertos para receber”**: Mulheres no Movimento Anarquista do Rio Grande do Sul (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SEGUNDO, San Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Porto Alegre: Edição do autor, 2012.

SILVA JR., Adhemar Lourenço. O herói do movimento operário. IN: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SILVA, Uvanderon Vitor da; SANTOS, Lima Jaqueline; RAMOS, Paulo César. **Chacinas: politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SOARES, Tamires Xavier. **Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorando em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Ráido**, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 25, n. 1, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operário inglesa 1: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**/E. P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORRES, Juliana de la. Imagens das mulheres na imprensa comunista brasileira (1945/1957). **Domínios da imagem**, n. 7, p. 77-96, 2010.

VALENTE, Marcélia Picanço. **Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal O Operário (1909-1913)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Sorocaba, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WOOLF, Virgínia. **Um quarto só seu**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

_____. **Cultura**. São Paulo: Paz e terra,

_____. **Política do modernismo: contra os novos conformismos**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.